

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED

Amanda Cristina Lino

**MEMÓRIA SOCIAL DE MULHERES DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA: A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, POLÍTICA, EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO**



SOROCABA/SP

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED

Amanda Cristina Lino

**MEMÓRIA SOCIAL DE MULHERES DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA: A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, POLÍTICA, EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO.**

Dissertação apresentada ao Programa de
pós-graduação em Educação para obtenção
do Título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof.^a Dra. Viviane Melo de
Mendonça

SOROCABA/SP

2014

L758m Lino, Amanda Cristina.
Memória social de mulheres de assentamentos de reforma agrária: a relação entre trabalho, política, educação e participação. / Amanda Cristina Lino. -- 2014.
232 f. : 28 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba, Sorocaba, 2014

Orientador: Viviane Melo de Mendonça
Banca examinadora: Kelen Cristina Leite, Rosemeire Aparecida Scopinho, Waldemar Marques
Bibliografia

1. Mulheres – Reforma Agrária (Sorocaba, SP) – História oral. 2. Memória coletiva – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. 3. Movimentos sociais. I. Título. II. Sorocaba-Universidade Federal de São Carlos.

CDD 307.72082

AMANDA CRISTINA LINO

**MEMÓRIA SOCIAL DE MULHERES DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA: A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, POLÍTICA, EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação, para obtenção do
título de mestre em Educação.
Sorocaba, 02 de Julho de 2014.

Orientador(a)

Dr. (a) Viviane Melo Mendonça
Universidade Federal de São Carlos-UFSCar/Campus Sorocaba

Examinador(a)

Dr. Waldemar Marques
Universidade de Sorocaba –UNISO

Dr.(a) Rosemeire Aparecida Scopinho
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar- Campus Sorocaba

Dr. (a) Kelen Christina Leite
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar- Campus Sorocaba

À minha amada mãe, Marilza Cristiane Lino,
que me mostrou através de sua experiência de vida o
exemplo de resistência ao machismo nas entranhas
do pensar e do agir que questionam tal opressão,
cuja ausência deixou dolorosa a marcha pela vida,
marcada pelas pegadas da saudade,
mas a força e a esperança na luta
como principal busca pela emancipação humana.
À minha avó Neide e à tia Mare, por possibilitarem
as condições para que eu chegasse até aqui.
Às minhas amadas filhas Dandara Maria e Alice Maria.
Às mulheres Sem-Terra e assentadas, que com sua ousadia e coragem
iluminam como um candeeiro a certeza
de que um mundo sem desigualdades é possível e necessário.
Ao meu companheiro Carlos Augusto,
que juntos temos apreendido a buscar alternativas
para a não conformação da lógica opressiva do machismo.

AGRADECIMENTO

Agradecer é um ato tão singelo. No processo de elaboração de uma dissertação tantas pessoas são especiais.

Esse processo pode ser comparado a um verdadeiro mutirão, como ocorre na cultura da roça. Muitas pessoas estão envolvidas na construção do conhecimento que é sintetizado na dissertação, que é síntese de um processo longo de acesso e a produção do conhecimento que foge à capacidade do registro de mostrar a realidade como é em seus detalhes.

A dissertação é fruto de um longo processo de experiências vividas na relação entre teoria e prática de pesquisa, e o tema escolhido sempre tem um sentido que nos mobiliza em nossa trajetória de vida, são trajetórias que se encontram e fazem esse mutirão.

Quero agradecer, primeiramente, às mulheres assentadas que contribuíram pacientemente me cedendo depoimentos, deixando seus trabalhos para acompanhar-me, para tirar dúvidas, para debater questões de gênero e desmanchar certezas.

Agradecer carinhosamente à professora Viviane Melo Mendonça, eleita como minha orientadora em decorrência de sua coerência entre teoria e prática, entendendo minhas condições enquanto mulher, mãe, educadora popular. Posteriormente, pela postura humana que teve ao entender a condição da perda de minha mãe. Pela postura crítica ao produtivismo acadêmico.

À professora Kelen Cristina Leite, que me despertou admiração e respeito diante de sua dureza, mas sem perder a ternura nunca.

À professora Rosemeire Aparecida Scopinho, que mais uma vez me acompanhou na trajetória de pesquisa, lembrando a dor e a delícia desse processo.

Ao professor Waldemar Marques, que com sua vasta experiência no processo de luta pela aprovação dos cursos de formação do PRONERA, contribuiu de forma tão especial nos seminários.

Às professoras Dulcenéia de Fátima F. Pereira, Marcos Garcia, Marcos Francisco, Katia Caiado, Maria Carla Corrochano e Heulália Charalo Rafante que têm me mostrado uma outra maneira de se construir ciência, mesmo diante de contradições, impostas pelas estruturas individualistas, sempre me inspirando com o exemplo e o compromisso com educação de qualidade, buscando construir uma perspectiva democrática, coletiva, de crítica ao individualismo e à ostentação de egos, o que é comum culturalmente no universo acadêmico.

Aos colegas que conheci no mestrado, Marcos Pereira, Giseli de Oliveira, Bruno Franques e Lucio Costa, que contribuíram nas discussões e trabalhos desenvolvidos durante o curso para desmontar as certezas.

Ao MST, o qual nunca posso esquecer, movimento que sempre me instiga a buscar reflexões diante de sua complexidade.

Ao meu companheiro Carlos Augusto, sempre presente, inclusive na elaboração desta dissertação de mestrado, que nos levou a debater muito a temática, por entender minhas ausências, pela compreensão, incentivo e o amor dedicado a mim e às meninas em minha ausência.

Às filhas Alice Maria e Dandara Maria, por terem compreendido a necessidade de me ausentar, mesmo às vezes dividindo os espaços, e por me tornar quase um ciborgue (o computador se tornou uma extensão do meu corpo), passando mais tempo diante de ambientes virtuais do que com elas.

Às minhas grandes companheiras, Carol Correia, Maria Aparecida Freitas, Maria Aparecida Santiago (Cida) e Maria Nunes de Freitas, por terem dividido o amor e o cuidado com as meninas.

A Maria Rodrigues e William Silva de Almeida, companheiros de acampamento, assentamento e elaboração, que me incentivaram diante de todas as pedras encontradas na chegada até aqui.



("Língua com padrão suntuoso", Adriana Varejão, óleo sobre tela e alumínio, 200 x 170 x 57cm)

“Sempre que penso nas mulheres, me vem a imagem de um rio enorme e caudaloso que temos que atravessar. Umas apenas molham os pés e desistem, outras nadam até a metade e voltam, temendo que lhe falem as forças. Mas há aquelas que resolvem alcançar a outra margem custe o que custar. Na travessia, vão largando pedaços de carne, pedaços delas mesmas. E pode parecer aos outros que do lado de lá vai chegar um trapo humano, uma mulher estraçalhada. Mas o que ficou pelo caminho é tão somente a pele velha. Na outra margem chega uma nova mulher...”

Zuleica Alambert

RESUMO

LINO. Amanda Cristina. MEMÓRIA SOCIAL DE MULHERES DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, POLÍTICA, EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014.

Este é um estudo que pretende analisar a relação entre a memória das mulheres, participação e educação no contexto dos assentamentos de reforma agrária na região de Sorocaba, tendo como objeto de estudo as memórias. Foram realizadas quatro entrevistas de História Oral Temática, cujos temas foram: trabalho, educação, participação e política. Essas memórias revelaram o processo de participação das mulheres assentadas e Sem-Terra, que desvelaram uma história clandestina, envolta nos enigmas nas entranhas da participação restrita, da política, da educação e do trabalho que se consubstanciaram dialeticamente por meio da sua experiência. Conclui-se que essas memórias ressignificaram as perspectivas de gênero e classe como forma de interpretar e manter a resistência e as lutas no cotidiano de quatro assentamentos que estão na região de Sorocaba.

Palavras chave: Memória, Mulheres, Assentamentos, Educação.

ABSTRACT

LINO. Amanda Cristina. SOCIAL MEMORY OF WOMEN IN LAND REFORM SETTLEMENTS: THE RELATIONSHIP BETWEEN WORK, POLITICS, EDUCATION AND PARTICIPATION Dissertation (Master of Education) Center for Humanities and Health Sciences, Federal University of São Carlos, Sorocaba, 2014.

This study aims to examine the relationship between memory of women, participation and education in the context of land reform settlements in the region of Sorocaba, using memories as object of study. Four thematic oral history interviews were conducted, whose themes were: Work, education, participation and politics. These memories revealed the participation process of settled and landless women, whom unveiled a clandestine history, shrouded in riddles in the bowels of restricted participation, politics, education, and the work dialectically substantiated by their experience. We concluded that these memories constructed other perspectives on gender and class as a way to interpret and maintain the resistance and struggles of daily life in four settlements in the region of Sorocaba.

Keywords: Memory, Women, Settlements, Education.

LISTA DE SIGLAS

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio

APROBIO - Associação José Guilherme Stecca Duarte dos Produtores Biodinâmicos e Agroecológicos na Reforma Agrária na Região Sorocabana

ARAMAR - Centro Experimental da Marinha do Brasil

ARDA - Associação Regional de Desenvolvimento Agrário

CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

COOPAS - Cooperativa de Produção Agropecuária da Agricultura Familiar São Jorge

COOPMAIO - Cooperativa de Produtores Familiares 16 de Maio

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FAF - Federação da Agricultura Familiar

FEPASA - A Ferrovia Paulista S.A.

FERAESP - Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo

FLONA - Floresta Nacional de Ipanema

FMI - Fundo Monetário Internacional

HBV - Horto Bela Vista

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSU - Movimento Sem Universidade

OCB - Organização das Cooperativas do Brasil

OCS - Organismo de Controle Social

OMAPESP - Organização de Mulheres Quilombolas do Estado de São Paulo

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PRONERA - Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária

SERAT - Secretaria Meio Rural Ambiente e Turismo

SEXPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas em Feminismo, Sexualidade e Política.

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNB - Universidade de Brasília

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Apresentação.....	14
Capítulo1 - Os caminhos da pesquisa: memória das mulheres em assentamentos.....	21
Capítulo 2 - Memória de mulheres assentadas e Sem Terra: feminismo, gênero e classe.....	30
2.1 - Rastros de memórias clandestinas: mulheres Sem Terra e assentadas.....	31
2.2 – Feminismo, Gênero e Classe: uma história de encontros e desencontros.....	39
2.3 - Feminismo: passos em busca da emancipação humana.....	44
Capítulo 3 – Acampamentos, Assentamentos: o cenário de participação das mulheres na luta pela terra na região de Sorocaba.....	59
3.1 - Considerações sobre o contexto do Neoliberalismo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	75
3.2 - A luta por reforma agrária popular: resistência ao desenvolvimento do capitalismo no campo e seu processo de mundialização	82
3.3 - Os efeitos do agronegócio no campo e sua interface com o Neoliberalismo: histórico e implicações.....	95
Capítulo 4: Participação e política: as dimensões entrelaçadas na luta cotidiana das mulheres Sem Terra e assentadas	100
4.1 Limites da representação.....	113
Capítulo 5: Trabalho e educação.....	129
5.1 A educação, o trabalho, agroecologia e as mulheres: tecendo as possibilidades de Emancipação.....	142
5.2 Educação, Trabalho e Agroecologia: possibilidades metodológicas construindo o novo homem e a nova mulher	147
Tecendo novos horizontes.....	158
Referências.....	162
Anexos.....	172

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação analisou a relação entre a memória das mulheres, participação e educação no contexto dos assentamentos de reforma agrária na região de Sorocaba. A pesquisa realizada foi resultado de minha trajetória na militância com os movimentos sociais, onde a preocupação com o tema da educação sempre ocupou um lugar central.

Os primeiros passos se deram no movimento estudantil, quando participei do cursinho pré-vestibular, organizado pelo Movimento Secundarista Olho Vivo. Este movimento batalhava, naquele momento, pelo passe livre¹ para os estudantes de Sorocaba. Em seguida, movida pelas contradições da luta social em busca de acesso ao ensino superior, ingressei no Movimento Sem Universidade - MSU onde as atividades se centravam nos debates e lutas relacionados às dificuldades de ingresso nas universidades públicas de jovens, principalmente daqueles oriundos da escola pública.

Nos dois movimentos nos quais eu participava, notava que nos espaços de liderança não havia mulheres - embora houvesse um número delas, quantitativamente baixo, como participantes. Esta situação me colocou algumas questões para reflexão: quando as mulheres participavam, geralmente possuíam alguma relação afetiva com os homens participantes (namorados, maridos etc.); e quando havia propostas das mulheres nesses movimentos, estas eram problematizadas, questionadas, porém poucas eram aprovadas. Ou seja, elas nunca ocupavam trabalhos e espaços de visibilidade. Essas características também foram perceptíveis na minha militância partidária, o que me levou a militar em outros espaços.

O ano de 2002 marcou meu ingresso no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, atuando no setor de educação e formação do acampamento Pátria Livre, localizado na Rodovia Castelo Branco. Desenvolvi ali um trabalho com cirandas

¹ Passe Livre é adoção da tarifa zero para transporte coletivo

infantis. Nesse espaço, aparentemente, admitia-se a presença das mulheres não apenas na execução de tarefas, mas também na organicidade e na elaboração de políticas para serem colocadas em prática. No entanto, eu percebia que a atuação das mulheres se concentrava nos setores de educação, saúde e gênero². Como integrante do MST, em 2008, ingressei na primeira turma do curso de Pedagogia da Terra do Estado de São Paulo³. Esta turma foi denominada Helenira Resende. O número de mulheres era expressivo na constituição da turma.

Através dessas vivências comecei a observar que, nos lugares por onde passava e atuava no âmbito dos movimentos sociais, havia um número significativamente maior de mulheres militantes nas áreas de educação e saúde.

Ao ingressar no Mestrado em Educação, no entanto, a preocupação central que eu trazia era a relação entre educação e desenvolvimento socioambiental. Percebi que essas inquietações sobre a participação das mulheres “nas militâncias” estavam comigo, mas eu mesma as invisibilizava.

No processo de “amadurecimento” científica, mediante os debates realizados nos Grupo de Estudos e Pesquisas em Feminismos, Sexualidade e Política - SEXPOL, na Universidade Federal de São Carlos, bem como nas disciplinas e eventos que me possibilitaram o acesso a referenciais teóricos relevantes para esse debate, vou de encontro à categoria “Mulher”. Dei-me conta de que as questões sobre o desenvolvimento socioambiental nos assentamentos não eram abstratas, mas concretas, confluindo em experiências de transição agroecológicas, enquanto uma possibilidade de produção alternativa vem sendo construídas por sujeitos, dentre estes muitas mulheres, embora sempre também invisibilizadas.

² De acordo com Bahunik e Camine, organicidade é um termo presente no MST e significa o movimento orgânico presente em suas estruturas organizativas (coordenações, setores e direções em instâncias) e a relação entre elas. Bogo (1999) define organicidade como a relação que deve ter uma área de atuação do movimento de massas com todas as outras, isso porque um movimento social, nos moldes do MST, é muito complexo e sua construção atinge várias dimensões da vida humana.

³ Curso de Graduação em Pedagogia da Terra da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O curso é formado por alunos oriundos de áreas de Reforma Agrária e foi realizado pela UFSCar em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e atendeu a quatro movimentos sociais - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAUESP), Federação da Agricultura Familiar (FAF) e Federação do Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP).

Eram as mulheres que estavam ali no assentamento ainda resistindo, tecendo experiências, participando de reuniões e fazendo o enfrentamento dentro de suas condições, buscando um modelo de vida digno.

Mulheres que tentavam subverter as opressões e violências que perpassavam suas vidas quando ousavam questionar o lugar de subalternidade imposto a elas. Passei a olhar para essa invisibilidade como expressão das contradições expressas nas relações de poder econômico, político, social e cultural.

Ainda observei que as atividades em que as mulheres estão envolvidas são “naturalizadas” como uma atribuição das mulheres, ou seja, como uma condição divina ou da própria natureza. Admitia-se a participação em atividades da educação, da saúde, no campo da produção de quintal, artesanal, mas nas reuniões e assembleias com pautas “estratégicas” os maridos as acompanham, ou não havia participação delas. Quando participavam, precisavam lutar para conseguir o direito à palavra.

Foram com essas inquietações que esta pesquisa foi construída. O objetivo foi analisar as memórias das mulheres com foco na participação e na educação no contexto dos assentamentos de reforma agrária na região de Sorocaba.

Ouvir essas narrativas de memórias, para mim, confluíu em um processo de aprendizagem, no desvelar das riquezas escondidas, que me trouxeram outras dimensões da luta pela reforma agrária e pela educação. Observei as mulheres como protagonistas invisibilizadas no cotidiano dos assentamentos, o que antes para mim não estava ainda revelado. Desconstruindo uma visão de que a luta das mulheres estava somente nas ações e atividades do *Oito de Março*⁴, questionava o ângulo unívoco da luta feminista, universalizada.

⁴ Desde março de 2006, as mulheres camponesas do MST, visando exercer seu protagonismo, organizam ações radicais de luta que dão visibilidade à sua condição. A primeira ação, em 2006, com a ocupação da ARACRUZ celulose. Em 2006, ocorria em Porto Alegre o encontro internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), para discutir a reforma agrária e o desenvolvimento rural.

As mulheres decidiram que era o momento de tornar visíveis para os países que participavam da conferência as consequências do plantio em grande escala de eucalipto. “As mulheres decidiram tornar público o que estava acontecendo com a terra, com os camponeses e com a saúde para o conjunto da sociedade.” Fonte: http://www.mst.org.br/Protesto-das-mulheres-na-Aracruz-completa-5-anos_.acesso em 13 de agosto de 2014.

Assim, desloca-se a minha visão, de uma condição de militante, de ser falante, para a de ouvinte, para a de pesquisadora e observadora. Nesta condição pude encontrar memórias e vivências de lutas que estavam subterrâneas, escondidas no cotidiano de suas casas, nos assentamentos.

É essa trajetória, marcada pelos encontros, desencontros, certezas e incertezas que me levaram a esta pesquisa, que se revela como uma busca da problematização, reflexão e a compreensão das relações entre as memórias das mulheres assentadas e Sem Terra, a participação e a educação nos assentamentos de Reforma Agrária na região de Sorocaba.

De acordo com Freitas (2006), a História Oral pode ser dividida em três grandes abordagens distintas: *tradição oral*, *história de vida* e *história temática*.

No caso do último gênero, a entrevista tem um caráter temático, e é realizada com um grupo de pessoas sobre um assunto específico. Portanto, essa abordagem não abrange a totalidade da existência do participante da pesquisa, o que possibilita obter maior número de informações sobre um determinado assunto.

Diante dessa definição, a opção metodológica que melhor me levou ao alcance dos objetivos do estudo proposto foi a História Oral Temática, possibilitando-me apreender as experiências sociais das mulheres Sem Terra e assentadas.

Considerando que, em dias atuais, no contexto dos assentamentos, a tomada de consciência da importância e valor dos trabalhos desenvolvidos por mulheres segue com algumas resistências, muitas mulheres também não percebem seu trabalho como condição de sustento da família, mas como uma espécie de ajuda compulsória ao trabalho do marido.

Nesse sentido, podemos remeter à reflexão clássica realizada por Beauvoir (1970, p.10) na qual “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”, e, mais adiante, a mesma autora complementa “isso é que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro”.

No processo de observação e exercício da escuta possibilitado por esta pesquisa evidenciou-se a importância da participação dessas mulheres na busca da transformação da condição imposta. A luta cotidiana dessas mulheres se configurava como uma busca

de igualdade de condições; uma busca através da construção de uma liberdade clandestina, da construção de sua independência dentro da dependência, uma construção de formas, metodologias, negociações para que sua luta, seus interesses e suas vozes fossem ouvidos.

Mas como é possível ser visibilizada quando todos os mecanismos, inclusive culturais, tendem à invisibilidade e à desvalorização de suas ações?

É nesse ponto que acontece o encontro com a metodologia da História Oral Temática: a busca para encontrar uma forma de escavar as experiências vivenciadas por essas mulheres. A memória é concebida aqui como possibilidade de visibilidade das experiências construídas por essas mulheres no cotidiano.

Nas narrativas encontradas nesta pesquisa, as mulheres aparecem como protagonistas. Expõem os sentidos e significados que atribuem às suas vidas, revelam a participação e visões de mundo quando selecionam e definem o que gostariam de explicitar nessas memórias. E é a partir dessas memórias que elas produzem as suas verdades.

Para Bosi (2003, p.66), “vivemos em uma sociedade a quem foi roubado o domínio do tempo, marcada pela descontinuidade”, mais adiante enfatiza que “a narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema. Esse tempo original e interior é a maior riqueza de que dispomos”.

Neste encontro com a História Oral, como pesquisadora, revisei Freire (2003, p.98) quando este diz que “o objetivo fundamental é lutar *com* o povo pela recuperação da humanidade roubada e não *conquistar* o povo. Ao revolucionário cabe libertar-se e libertar com o povo, e não conquistá-lo”.

Acredito, no que se refere ao pesquisador, com compromisso social, que essas são visões pertinentes e consubstanciais; são valores que devem ser transpostos na relação entre pesquisador e pesquisado, em que o último não é coisificado, mas sim parte do processo de pesquisa, de construção descobertas, da construção de história .

Pensando no processo que envolveu a confecção da presente pesquisa, empresto a ideia de Wright Mills (2009), que define o trabalho intelectual como artesanal. Assim, acreditamos poder fazer a analogia desta pesquisa com uma colcha de retalhos, colorida, diversa, com a formação de mosaicos de retalhos, laboriosa. Assim, o trabalho

intelectual, a pesquisa, é expressão de um trabalho iniciado no relato pessoal, das memórias, da mistura de subjetividades numa interação entre pesquisador, contextos e memórias pesquisadas. Cada retalho que compõe o todo expressa a objetividade, uma história social.

A imagem de um “ofício” e sua associação com as ideias de “artesanato” e “oficina” se contrapõe à visão do trabalho do cientista social como alguém que testa hipóteses construídas a partir de leis gerais e aplicadas através de métodos controláveis. Fazendo um paralelo dessa perspectiva com a metodologia de história oral, as vozes das mulheres expressam esse processo, no qual o controle do pesquisador é desconstruído e a dialética das contradições, é tecida numa grande colcha de retalhos.

Assim, esta dissertação é constituída dos seguintes capítulos:

No capítulo 1, *Caminhos percorridos pela pesquisa: memória social das mulheres em assentamentos*, objetivo foi expor todos os processos que permearam esta pesquisa, desde a delimitação do tema, o encontro com a categoria mulheres (em sua pluralidade), as diferenças do caminho proposto no projeto inicial e os contornos que foram adornando o trabalho em seu processo de confecção, do estado da arte, da seleção dos referenciais teóricos e trabalhos que se tornaram um fio condutor para o desvelamento da realidade vivida pelas mulheres Sem Terra e assentadas. É nesse caminhar, que ocorre o encontro com a História Oral Temática, enquanto possibilidade metodológica de apreensão das experiências das mulheres que intersecciona a dimensão política, educacional, do trabalho e de sua participação na luta pela reforma agrária.

No segundo capítulo, *Memória social de mulheres assentadas e Sem Terra: feminismo, gênero e classe*, calcamos que as memórias desvelam a relevância, a atualidade dessas perspectivas, e a forma como essas são ressignificadas, reconstruídas e reinventadas em sua direção semântica, na semântica da vida, do fazer-se da classe, que consubstanciam as perspectivas do feminismo, gênero e classe em uma dimensão histórica de luta e resistência às opressões geradas pelo capital no cotidiano dos assentamentos.

No capítulo 3, *Acampamentos, assentamentos: o cenário de participação das mulheres na luta pela terra na região de Sorocaba*” buscou-se trazer as reflexões atuais sobre os processos de resistências e enfrentamentos cotidianos nos processos de luta

pela reforma agrária, que tem sido debatido para além dos prismas da reforma agrária clássica, diante do enfrentamento ao neoliberalismo e ao agronegócio.

No capítulo 4, com um olhar categórico, salientam-se as relações vivenciadas por essas mulheres nas dimensões da política e da participação, buscando destacar os enigmas que são intrínsecos ao processo de participação restrita, diante da presença do patriarcalismo vigente nas relações sociais e com as políticas públicas vigentes nos assentamentos da região de Sorocaba.

Em *Trabalho e educação*, o capítulo 5, trazemos suas denúncias e esperanças em relação ao trabalho, limites e possibilidades vividos no cotidiano dos assentamentos em busca do acesso à educação, sempre mais difícil a essas mulheres, diante de sua tripla jornada de trabalho, de suas “negociações” com os maridos e a família e sua grande participação em busca da construção de um novo sistema de produção associado a uma nova forma de se fazer educação, no caso, a agroecologia e a educação do campo como forma de valorização, humanização do trabalho no campo e construção de igualdade de gênero. Enfim, da luta pela vida.

O último capítulo, *Tecendo novos horizontes*, traz um apanhado do processo vivenciado pelas mulheres, de uma liberdade clandestina, construída nas fronteiras violentas das opressões de gênero, mas que diante de tais enfrentamentos têm contribuído com processo de resistência de luta pela reforma agrária, agregando a ela uma nova concepção de luta, de luta pela vida, que interseccionam objetividade e subjetividade, ressignificando conceitos no *fazer-se* da luta de classes.

CAPÍTULO 1:
CAMINHOS PERCORRIDOS PELA PESQUISA:
Memória social das mulheres em assentamentos

A escolha do título deste capítulo se deu diante dos movimentos que essa pesquisa trilhou. De fato, como um caminho, que se aprende a fazer caminhando. Apesar do projeto enquanto orientador, sua proposta inicial foi estudar a relação entre a educação, a agroecologia e o Movimento Sem Terra nos assentamentos de reforma agrária na região de Sorocaba.

Através da observação, constatava-se que a participação das mulheres se dava assiduamente nas lutas e processos organizativos de setores como educação, saúde, gênero e produção. Nos assentamentos, no entanto, as mulheres também enfrentavam, no cotidiano, a luta para se fazerem ouvidas, reconhecidas em sua própria história. Apesar da grande participação no processo de resistência da luta por reforma agrária na região de Sorocaba, elas vivenciam a força da invisibilidade histórica, que reproduz nos assentamentos as opressões de gênero e classe, como base de sustentação de uma hierarquia que mantém a lógica de reprodução do capital.

Das suas vivências se percebe que as questões universais, estruturais, ainda são mais valorizadas do que as dimensões subjetivas das relações entre capital e trabalho, fazendo-se necessário analisar a relação existente entre a dimensão subjetiva e objetiva nas relações existentes nos assentamentos.

Após essa constatação, passou-se a realizar um levantamento das pesquisas nos últimos anos nos *sites* da Capes, Scielo, Banco de Teses da Unicamp, USP, UFSCar, UNB e no próprio Google acadêmico. O que se constatou com relação às pesquisas relacionadas ao MST é que o enfoque destas privilegia a abordagem sobre assentamentos, acampamentos e educação. Dessa forma resolvemos refinar a pesquisa, elencando as categorias MST e gênero.

Diante de tais critérios, três pesquisas se destacaram nesse momento de pesquisa de levantamento sobre o estado do conhecimento. São as teses: “Vamos acampar: a luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema”, “O conceito de gênero no MST: um estudo de sua produção”, escrita de Gislaíne da Nobrega Chaves (2009), e a tese de Maria Franco García “A luta pela terra sob o enfoque de gênero: os lugares da diferença no pontal do Paranapanema”. Esses foram os referenciais iniciais que inspiraram a construção deste trabalho.

Constatou-se nesse processo de pesquisa bibliográfica que poucos trabalhos realizam a análise mais consubstancial sobre a sexualidade e temas étnico-raciais nesse campo. Os trabalhos, em sua maioria, privilegiam o enfoque de análise das categorias de gênero e/ou classe.

Outro fator que merece destaque é que, no campo científico, as pesquisas que trabalham as categorias MST e gênero têm ganhado visibilidade na última década. São pesquisas orientadas por mulheres e elaboradas por mulheres. Das pesquisas que estão nesse bojo do último decênio, destaca-se o trabalho de Campos (2010) “A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio”.

Após o levantamento teórico sobre o que já havia sido produzido no campo teórico sobre MST, gênero e assentamentos, buscou-se realizar um estudo sobre qual metodologia poderia ser mais adequada aos objetivos da presente pesquisa. A metodologia eleita foi a História Oral, em sua modalidade História Oral Temática.

Essa opção metodológica se configura como uma opção política, visto que possibilita o revelar da memória e das vozes dos sujeitos silenciados. De acordo com Fonseca (2000, p.152):

Ao resgatar a memória, a História Oral rompe silêncios provenientes do cotidiano, do fazer anônimo, revelando acontecimentos, experiências e concepções que não se encontram nos documentos escritos e nas versões oficiais da historiografia. A memória revela

também a pluralidade de versões do vivido, opondo vozes que narram o mundo dos conflitos, onde as relações sociais não são lineares.

Assim, a metodologia da História Oral abre possibilidades de reflexões sobre o registro dos fatos na voz dos próprios sujeitos, configurando-se como uma forma de análise na perspectiva do particular para o universal, em que o sujeito, ao rememorar suas experiências, reflete as determinações sociais e as tensões sociais oriundas das relações de poder que estão estruturadas num determinado contexto histórico, econômico, político e cultural.

Meihy (1998, p.51) nos diz que “por partir de um assunto específico e preestabelecido, a História Oral Temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistado sobre algum evento definido”. A temática e o compromisso aqui definidos são com olhar para a participação das mulheres.

Complementando a visão de Meihy, Bosi (1994) afirma que a metodologia de registro alcança uma memória pessoal, e que esta também é uma memória social, familiar e, conseqüentemente, coletiva.

Patai (2010) ressalta que a História Oral nos permite ouvir a história de indivíduos e grupos que seriam ignorados. Acrescenta que essa opção metodológica permite expandir os horizontes do nosso conhecimento sobre o mundo; e estimula o questionamento de nossas próprias hipóteses a respeito das experiências e do ponto de vista de outras pessoas e culturas.

Para além da apresentação dos relatos subjetivos, Patai (2010) afirma também que a História Oral revela a vida de seus narradores e das sociedades onde essa vida é vivida.

Esse elemento afirmado por Patai faz-nos refletir sobre a perspectiva dialética e de conhecimento da realidade que essa metodologia possibilita, bem como das possíveis articulações com as demais fontes que estabelecem uma relação entre as dimensões objetivas e subjetivas que se materializam na realidade concreta.

Outro aspecto que merece destaque acerca da relevância do referencial teórico-metodológico da presente pesquisa é a importância do sentido social dado ao processo de produção do conhecimento, de produção de fontes históricas.

Meihy (2006) destaca que através da busca do o sentido social do conhecimento, chegaremos a uma postura política, e até militante, que vê a História Oral como um recurso de transformação e não apenas de acesso ao conhecimento ou à informação.

Ainda nessa abordagem, a História Oral possui uma potencialidade política na medida em que pode ser usada como uma alternativa crítica ao pensamento dominante, ao modo oficial de pensar. Destaca que o desafio inerente à metodologia da História Oral “é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento” (PORTELLI, 2000, p. 66-67).

A escolha pelo desejo de conhecer as memórias revela que essas estão em constante movimento de disputa: uma disputa com os documentos, com o significado posto ao crivo da verdade. Essa disputa revela a empatia com uma das posições em disputa, a dos sujeitos subalternizados, cujas memórias estão cotidianamente sendo soterrada pela História oficial.

Foi nesse movimento de escavação que fomos de encontro com o pensamento de Maurice Halbwachs, afirma a memória para além de uma perspectiva individual, destaca que as relações a serem determinadas não ficam adstritas ao mundo da pessoa, estas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais, dessa forma, a memória do indivíduo é inerente à sua relação com a família, classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo, destacando a ideia de que a memória não é sonho, mas trabalho (BOSI. 1994. p.53-55).

É essa memória social e coletiva que dá linha às memórias das mulheres coletadas nesta pesquisa, as similaridades dessas memórias vão de encontro à concepção de trabalho, política, educação e participação, não de forma homogênea, cada qual com suas nuances subjetivas diferentes, constroem a policromia entre indivíduo e instituições sociais em interação, a dialética da subjetividade e objetividade que constitui a história dessas mulheres.

Nesse contexto, a relação entre pesquisador e pesquisado, faz-se analogia a atribuição dos arqueólogos, cujo processo de narração e escuta se materializa como um processo de escavação das memórias que revela as histórias que estão subterrâneas. São

histórias que revelam, por exemplo, as mulheres e suas experiências silenciadas, vivenciadas em condições de opressões.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a História Oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (...) ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. (POLLAK. 1989.p.4)

As memórias “inventadas” podem ser interpretações que expressam o campo das relações de poder, um campo que está em constante negociação na relação estabelecida com quem está ouvindo e quem está falando, contando.

Um movimento de negociação de memórias se coloca pelas insurgências das experiências daquele momento do encontro, em que sentidos se mantêm vivos, onde se desvelam significados antes silenciados e, assim, faz com que o passado possa colorir o presente. Ou seja, a memória não é estática, está em movimento e está articulando sentidos e significados em temporalidades diferentes.

A memória permite a relação do corpo presente com o passado, e ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também “empurra” e desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI,1994. p.47)

A caminhada metodológica se iniciou com a seleção das entrevistadas, as mulheres deveriam a) ser residentes nos cinco assentamentos que compõem a regional de Sorocaba; e b) participar ou ter participado das instâncias de direção do movimento Sem Terra, local, regional, estadual ou nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Diante desta perspectiva da História Oral, foram realizadas quatro entrevistas. Duas mulheres que participam ativamente de instâncias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e duas assentadas que participam de atividades dentro

dos assentamentos, todas com a idade entre 51 e 54 anos, residentes em assentamentos de reforma agrária na região de Sorocaba. Essas mulheres estão atuando diretamente em atividades políticas e de mobilizações para dar visibilidade à reforma agrária, como também atuam no cotidiano do assentamento.

Foram ouvidas e transcritas as entrevistas destas quatro mulheres. De modo específico, duas delas participaram das instâncias do MST e duas são assentadas residentes nos assentamentos CAIC e Horto Bela Vista.

Na presente pesquisa não utilizamos categorias previamente estabelecidas. Estas foram construídas durante a análise das memórias daquele grupo entrevistado e com base nos objetivos da pesquisa.

Em complemento, também acompanhamos as reuniões da direção regional do MST, as reuniões locais de assentamentos e de uma cooperativa, uma reunião da associação e outra das Organizações de Controle Social – OCS⁵.

Participamos do III Encontro Internacional de Agroecologia que aconteceu em Botucatu no período de 28 a 31 de julho, onde as mulheres entrevistadas estavam presentes. Neste encontro se realizou os registros em diário de campo e de fotografias. Configurou-se como uma observação participante cujo objetivo era apreender o contexto no qual as mulheres pesquisadas estão inseridas, enriquecendo a pesquisa.

Como procedimento metodológico, também se registraram os espaços de participação nos quais as mulheres se inserem: reuniões e atividades em que elas estavam presentes. A observação participante fortaleceu o vínculo de amizade e confiança com as mulheres. Embora já houvesse contatos anteriores, foi a partir desse campo que se estreitaram laços para além da formalidade das reuniões.

O local das entrevistas foi escolhido pelas participantes. Foi perceptível a constante dinâmica na qual elas estão envolvidas. Nunca ficam quietas, paradas. Quando fui procurá-las para agendar ou fazer as entrevistas, as conversas não aconteciam num ambiente em que pudéssemos sentar e conversar tranquilamente.

⁵ Segundo a alínea VIII do Art. 2 do Decreto Nº 6.323/07, a *Organização de Controle Social* é definida como "grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade."

As conversas geralmente aconteciam em seus locais de trabalho, nas hortas, nas cozinhas, nas salas enquanto cuidavam de seus netos. Sempre eram mediadas pelo choro de um bebê, ou interrompidas pela dúvida de um filho que tinha uma questão a ser resolvida ali na hora, ou de uma mãe idosa que precisava tomar um remédio, ou a de um assentado que a procurava tirar dúvidas sobre assuntos de projetos, ou mesmo pelos companheiros desconfiados, que sempre interrompem com algum pedido, ou até mesmo dando “uma sondadinha” sobre o que estavam conversando⁶.

Três entrevistas foram combinadas em contato direto com as mulheres por meio da participação nas reuniões e assembleias, o que possibilitava estabelecer uma relação mais direta com elas.

Em um dos assentamentos mais antigos da região, o CAIC, em Porto Feliz, o contato foi realizado com a entrevistada por meio da indicação de um assentado.

Ela é assentada do CAIC. Realizamos o contato com a mulher indicada primeiramente através de uma rede social, o Facebook, onde foi feito o convite para participação na entrevista. Cabe ressaltar que o assentamento CAIC possui uma dinâmica própria e um vínculo organizativo distante do MST na atualidade.

Apesar de ser um assentamento fruto da conquista da organização do MST, não há uma organização coletiva do assentamento com a identidade do mesmo. Somente um assentado participa das reuniões de direção regional que acontecem em outros locais.

Foi através da indicação desse assentado que busquei o contato com a entrevistada, visto que residia nesse espaço e buscava, dentro de suas possibilidades, contribuir com a melhoria das condições de vida no assentamento.

Optou-se, diante da realidade encontrada⁷ no processo de observação, utilizar na identificação de cada uma das mulheres entrevistadas um pseudônimo. Em uma ficha biográfica se realizava a coleta de algumas informações pessoais. Nesta ficha elas elencavam um nome de flor que mais lhes agradasse para que assim fossem identificadas na pesquisa. Portanto, dentre as entrevistas coletadas, foram adotados os seguintes nomes: Rosa, Girassol, Azaleia e Margarida. A opção por identificá-las com

⁶ Em uma dessas entrevistas, um dos companheiros chamou a participante do lado e recomendou que ela não falasse coisas a respeito dos dois, ou que mencionasse o nome dele na entrevista.

⁷ A opção pela não identificação das entrevistadas se deu em decorrência de precaver qualquer possibilidade de repressão contra elas, ao revelar temas tão delicados e complexos sobre suas vidas.

nome de flores se deu por que em quase todas as minhas idas a suas casas, a primeira coisa que elas me mostravam era as suas flores e as hortas.

As entrevistas realizadas se caracterizaram como temáticas abertas, com uso de gravador digital, em que o tempo oscilou entre 1h12 a 1h23.

Desde os primeiros encontros já se explicitavam os objetivos e a metodologia do trabalho. Concomitante a esse processo de observação participante, realizou-se o convite para as mulheres participarem das pesquisas como entrevistadas/depoentes.

Para tanto, foi ofertado um termo de livre consentimento de cessão do depoimento. As transcrições das entrevistas foram realizadas na íntegra e, posteriormente, foi realizada uma revisão para adequá-las à norma culta, de acordo com a exigência das entrevistadas.

Após a transcrição e o processo de revisão, o material coletado e transcrito foi socializado com as mulheres depoentes.

Destaco que as mulheres Sem Terra e assentadas foram entendidas na análise como uma categoria social da qual se deve considerar as especificidades no âmbito de contextos econômico, social, histórico e cultural. São mulheres que se encontram nas fronteiras das experiências dos processos de exclusão e opressões, que trazem uma complexidade dialética, que envolve as intercessões entre classe social, gênero, raça e etnia.

Diante do contexto vivenciado por essas mulheres, podemos observar que a categoria mulheres traz uma complexidade e diversidade nos aspectos objetivos e subjetivos das experiências vividas, bem como o uso da categoria “mulheres sem-terra e assentadas”, ou mesmo agricultoras, é expressão de uma ação política, que possibilita a visibilidade das mulheres enquanto sujeito político.

No processo de coleta de entrevistas, duas das entrevistas agendadas não se efetivaram. No momento do agendamento as mulheres foram impossibilitadas de ceder a entrevista porque seus companheiros não aprovaram sua participação. Revelou-se, portanto, situações de violência simbólica e, até mesmo, de ameaça de violência física.

É nessa direção que esse caminho metodológico encontra as categorias de análise utilizadas nesta pesquisa, ou seja, a relação entre os conceitos de trabalho e política, educação e participação sob a ótica de gênero, que, articulada no cotidiano das

mulheres Sem Terra e assentadas, desvela as relações de poder que permeiam suas vidas.

Essas categorias foram elencadas a partir das entrevistas cedidas pelas quatro mulheres, duas assentadas e duas que se identificavam com a identidade Sem Terra. Todas as entrevistas foram tabuladas e analisadas. Constatou-se que há uma relação intrínseca entre as quatro categorias, trabalho, política, educação e participação, que são quase indissociáveis, mas para que possamos visualizar mais explicitamente essas relações, o resultado das análises foi organizado em dois blocos temáticos na presente dissertação: a) política e participação e b) trabalho e educação.

CAPÍTULO 2

MEMÓRIA DE MULHERES ASSENTADAS E SEM-TERRA:

Feminismo, Gênero e Classe

Separe-se de seus amigos na estação
De manhã vá à cidade com o casaco abotoado
Procure alojamento, e quando seu camarada bater:
Não, oh, não abra a porta
Mas sim
Apague os rastros!

Se encontrar seus pais na cidade de Hamburgo ou em outro lugar
Passe por eles como um estranho, vire na esquina, não os reconheça
Abaixe sobre o rosto o chapéu que eles lhe deram
Não, oh, não mostre seu rosto
Mas sim
Apague os rastros!

Coma a carne que aí está. Não poupe.
Entre em qualquer casa quando chover, sente em qualquer cadeira
Mas não permaneça sentado. E não esqueça seu chapéu.
Estou lhe dizendo:
Apague os rastros!

O que você disser, não diga duas vezes.
Encontrando o seu pensamento em outra pessoa: negue-o.
Quem não escreveu sua assinatura, quem não deixou retrato
Quem não estava presente, quem nada falou
Como poderão apanhá-lo?
Apague os rastros!

Cuide, quando pensar em morrer
Para que não haja sepultura revelando onde jaz
Com uma clara inscrição a lhe denunciar
E o ano de sua morte a lhe entregar
Mais uma vez:
Apague os rastros!

(Assim me foi ensinado).
[Bertold Brecht, Cartilha para os Citatinos]

2.1 - Rastros e memórias clandestinas de mulheres assentadas e Sem –Terras

Quantos rastros apagados? Quais os motivos por que esses rastros foram apagados? Apagados porque se aprende a esconder esses rastros: os rastros da vida privada que se transformam em relicários. Relicários que as mulheres acreditam não serem interessantes e que, com eles, não há nada a se aprender... Rastros que revelam o lado obscuro da vida, da dor estrangulada, da opressão, do horror, da desumanidade, e que nunca são façanhas heróicas como aquelas relatadas nas odisseias, tão “trabalhadas” e supervalorizadas nas Histórias Oficiais e nos seus registros. Relicários que formam quadros pintados em seus detalhes que inauguram o cortejo de uma data em especial.

Ai antes é uma história meio terrível assim, hahaha... um casamento difícil, então é uma história que é melhor não... de trabalho assim sempre costurei, criei minhas filhas, costurando tudo e tive um histórico de um casamento difícil, infelizmente fiz de tudo para salvar mais não teve jeito, e por isso acabei vindo parar aqui no assentamento, eu acho que minha história começa mais por ai, já uma fase mais, já é uma fase melhor, já sem tantos tropeços, tirando os problemas que a gente tem no assentamento, no dia a dia, as dificuldades. Mas tem suas compensações também, aquela história de vida anterior não foi tudo assim que eu esperava, nem sei o que eu poderia te falar se... deixando essa história anterior de lado é... acho melhor... eu evito falar dessa fase da minha vida um pouco para não expor minhas filhas, porque como foi uma história muito difícil, de casamento e como tenho que ver o lado delas, eu evito falar para não expor as meninas, então, eu na verdade prefiro acreditar que a história começa aqui, dez anos atrás. (MARGARIDA, entrevista realizada em 09/09/2013)

Margarida relata que sua história se inicia no assentamento, que tudo o que vivera no passado ela não quer mencionar. São histórias do universo privado, relicários de uma história dolorosa, amarga, que envolve Margarida e suas filhas. Como ela mesma afirma: uma história terrível. Mas a negação nos dá pistas de sintomas de revelação dessa história, uma história marcada pela opressão, pela repressão, também silenciada, com um misto de culpa, decorrente do lugar em que se coloca a mulher.

A perda do casamento é uma culpa da mulher, e atribuída à mulher, pois foi esta

que não o soube segurar. E a vida das mulheres assentadas está marcada pelos relicários de dor e tristeza, que são exterminados por elas mesmas. É uma história do universo privado que secularmente vem sendo silenciada, não valorizada, não revelada por um mecanismo social que afirma a culpa somente pelo fato de se identificar e de se afirmar como mulher. Margarida também nos conta essa história numa perspectiva de proteger suas filhas, por isso a necessidade de não deixar rastros.

Os pontos finais dados às histórias oficiais, que deixam de evidenciar as contradições vivenciadas na vida das mulheres, são as determinações que se aprende a aceitar, a enaltecer e se emudecer desde a escola e apenas a reconhecer a existência de poucos, a finitude engolida a seco, aceita-se a existência de alguns personagens em detrimento de outros... A finitude que se materializa nos limites dos representantes, da figura que está habilitada a falar pela maioria, o que revela o limite da representação em um sentido coerentemente democrático.

Diante do que se revela na voz de Margarida, a seguinte pergunta se torna pertinente: é possível que os oprimidos escrevam suas histórias, produzam ciência? Que produzam educação? É possível aprender algo com a história dos oprimidos e das oprimidas, ou, no conceito que usualmente vem se utilizando, com o subalterno?

O significado que optamos por utilizar de subalterno, na presente pesquisa, descreve “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos do estrato social dominante” (SPIVAK, 2012, p.13-14).

Essas reflexões estão implícitas na vida das mulheres Sem Terra e assentadas por meio de uma história não revelada, de uma memória que é um segredo guardado, o qual não se convém expor, mas quando se deixa rastros, estes expõem a repressão, a violência.

É a relação entre História, memória e vida das mulheres Sem Terras e assentadas que engendram, em novos contextos, velhas indagações. Em pleno século XXI, quando se preconiza o discurso da emancipação feminina, dos grandes feitos das mulheres na sociedade, por que ainda estas mulheres são invisibilizadas? E, quando aparecem em algum trabalho já realizado, por que os depoimentos envolvidos, nos recortes e pesquisas sobre assentamentos, não revelam suas vivências? O que é ser mulher assentada? O que é ser mulher Sem Terra? Existem identidades únicas que constroem

uma única direção histórica homogeneizada onde cabem todos com suas diferenças e contradições?

O conceito de mulher expresso nesta pesquisa vai de encontro às ideias de Piscitelli (2001) e Nilcholson (1999). Essas autoras afirmam que a categoria mulher, distante do essencialismo biológico, longe de uma base biológica fixa, por isso a necessidade de sua recriação, trazendo o seu sentido histórico e, sobretudo, político, não sendo este sentido definido previamente, mas elaborado em sua complexidade de redes características, impossíveis de serem pressupostas, mas que vão sendo descobertas.

Essa forma de conceber a categoria mulher possibilita o entendimento das diferenças existentes entre as mulheres, de forma a romper com visões universalistas que muitas vezes podem cair na reprodução da visão calcada no fundacionalismo biológico.

Rosa nos relatou como, no contexto das políticas públicas, essa visão essencialista tem sido reproduzida, e também como a realidade das mulheres em geral, essencialmente apresentada, explicita a incompatibilidade com a realidade cultural das mulheres no campo:

Eles tentaram fazer, mas como o campo, ainda tem muito essa coisa do homem lá e a mulher cá, essa coisa não vingou muito. Mas eles tentaram é construir algumas coisas assim, foi bastante complexo, as mulheres têm várias tipos de relações e em cada região elas têm dividido vários tipos de comportamentos. Tem uns comportamentos mais dominantes diferentes de outras, não aquela figura da mulher bordadeira, da mulher que faz artesanato que serve para algumas regiões, para outras não, para outras a mulher vai pro trator, vai pra colheita, vai tirar leite, entende? Em todas as regiões têm todas essas diversidades, mas tem região em que é mais predominante um tipo do que outro. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

Um dos grandes desafios na atualidade, principalmente no âmbito das políticas públicas nos assentamentos, é a compreensão da representação e do trabalho com a diversidade de realidades das mulheres que vivem nos assentamentos.

Geralmente as políticas acabam reproduzindo uma concepção essencialista das mulheres sem considerar as diferenças existentes entre elas. Mesmo quando residem

num mesmo assentamento, esse espaço agrega mulheres de diferentes origens e práticas culturais, o que interfere na forma como se produz a vida e o trabalho.

A noção de mulher propagada no campo é aquela em que ela se ocupa do artesanato, mas essa não é a única atividade à qual se dedica, o que traz problemas no sentido de interpretar a real necessidade dessas mulheres no campo.

A visão universalizante expressa na categoria mulher acaba por reduzir e enquadrar as mulheres e suas diferenças num papel atribuído socialmente, o que não condiz com sua real existência.

Para Piscitelli (2001, p.20) o fundacionalismo biológico “é percebido como um verdadeiro obstáculo à compreensão das diferenças entre as mulheres, e ainda, das diferenças a quem pode ser considerado homem e mulher em contextos específicos”, o que dificulta a intersecção entre gênero, classe e raça.

É no encontro com essas abordagens que estamos pensando as mulheres Sem Terra e assentadas, olhando o contexto específico que trazem em suas vidas, a expressão de gênero, classe e raça. As entrevistadas são exemplos desse processo - duas delas são negras, outras duas brancas, e se encontram do ponto de vista da condição de classe e gênero.

Nicholson (1999), ao tecer uma crítica ao determinismo biológico e explicitar os limites do fundacionalismo biológico, objetiva apontar uma análise para além de uma visão dualista da identidade mulher:

Talvez seja hora de assumirmos explicitamente que nossas propostas sobre as "mulheres" não são baseadas numa realidade dada qualquer, mas que elas surgem de nossos lugares na história e na cultura; são atos políticos que refletem os contextos dos quais nos emergimos e os futuros que gostaríamos de ver (NICHOLSON, 1999. p.38).

A visão de Nicholson vai de encontro à observação das diferentes contradições experienciadas pelas mulheres assentadas e Sem Terra da região de Sorocaba. Optou-se por uma aproximação com o método de análise a partir da ótica do Materialismo Histórico Dialético, mas não em sua perspectiva ortodoxa, como algumas interpretações têm se afirmado, mas enquanto um método de análise que pudesse contribuir com a relação de totalidade dialética de experiências que as memórias das mulheres entrevistadas desvelam.

Para Saffioti (2013), a dialética marxista revela-se um método de grande valor heurístico, pois possibilita a incorporação crítica através da dialetização de conceitos, de diversas formulações teóricas oriundas em distintas concepções de história, dando um salto para além das formulações clássicas de Marx.

Nesse sentido, é possível corroborarmos com a afirmação feita por Walter Benjamim (2012. p.243):

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “tal como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo. Para o materialismo histórico, trata-se de fixar uma imagem do passado da maneira como ele se apresenta inesperadamente ao sujeito histórico, no momento do perigo. O perigo ameaça a existência da tradição como os que recebem. Ele é um e o mesmo para ambos: entregar-se às classes dominantes como seu instrumento. Em cada época, é preciso tentar arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o messias não vem apenas como redentor: ele vem também como o vencedor do anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado em vencer.

A afirmação aqui colocada pode ser associada às memórias das mulheres sem-terra e das assentadas. Essas memórias representam articulações históricas, esperanças perigosas de subversão que provocam reflexão - o questionamento sobre as situações de opressão, do lugar determinado às mulheres ainda na atualidade, são os relampejos diante do perigo.

Em seu cotidiano, essas mulheres revelam as ações que criticam e subvertem a dominação e a imposição. Por meio de sua luta, seja pela sobrevivência, seja se posicionando nos espaços públicos e privados, as experiências acontecem no fazer-se e revelam a sua situação de oprimidas como opressão de gênero e de classe.

No contexto vivenciado pelas mulheres nos assentamentos, cabe a definição cunhada por Thompson (1987), que rompe com a concepção estática de classe enquanto estrutura, mas capta a dialeticidade desta:

Por classe entendo um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência, como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser

demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON,1987, p.9).

Para Thompson (1981), a experiência é uma categoria indispensável ao historiador, mesmo alertando à sua imperfeição, esta compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.

O mesmo autor afirma que a classe acontece quando alguns homens e mulheres, como resultado de experiências (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra os interesses que se opõe aos seus.

Dessa forma, a experiência vivenciada pelas mulheres no processo de luta pela terra contribui na compreensão e na formação do sentido de sua luta para alcançarem um objetivo. Inicialmente o acesso à terra, posteriormente o desejo de igualdade no processo de lutas, visualizando as diferenças de interesses entre seu grupo social (acampados e acampadas, assentados e assentadas).

Essas experiências resignificaram os sentidos da luta pela terra, da luta pela reforma agrária e da própria luta de classes em seu *fazer-se* histórico, agregando em seu interior o questionamento e a preocupação com um modelo de produção vigente, que reproduz o modelo de exclusão e exploração das mulheres, o que torna necessária a luta pela emancipação feminina, a luta pela participação das mulheres.

Assim, a consciência de classe é uma forma como as experiências são tratadas em termos culturais, encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Jamais da mesma forma, a classe é uma relação constituída em seu fazer-se, num movimento dinâmico que traz dimensões articuladas de tempo, lugar e relações de produção, portanto, não podendo ser reproduzidas enquanto coisas.

No cotidiano da luta das mulheres Sem Terra e assentadas, esse processo do fazer-se se dá partindo da experiência de classe vivenciada em termos culturais nos acampamentos, nas lutas cotidianas, no processo de organização e tensões vivenciadas nos assentamentos para garantia de sua participação.

Esse movimento é explicitado pela memória de Rosa, quando a consciência vai sendo construída por meio das experiências de classe, das experiências de conflitos, de enfrentamentos, em que a luta pela vida vai adquirindo as dimensões de classe. Esse processo pode ser observado na expressão da memória de Rosa:

Então quando eu disse lá para você que nos acampamentos participam muitas mulheres é já de imediato quando vai ter um

conflito com a polícia as mulheres que têm é toda a preocupação com a luta pela vida. Nós não estamos no palco de guerra, a primeira marca minha, minha, eu to falando minha de que a reforma agrária é a luta pela vida, foi desse confronto, de ter participado de uma luta, antes de ir para o acampamento, onde a tropa de choque veio e nós mulheres íamos à frente gritando “nossa luta não é por guerra, não é por morte, é pela vida!” Eu tô falando da gente enfrentando o aparato policial. Aí quando a gente consegue fazer as primeiras hortas comunitárias, aquelas horta já começam a produzir muito alimento, a gente começa a perceber que as crianças ganham mais vida, as crianças ficam mais coradinhas, mais saúde, mais disposição, mais alegria. Fica mais potencializado aquilo que se espera numa criança. Então começamos a fazer avaliação nas reuniões disso, isso é motivo pra gente lutar, isso é vida! Quando a gente pode ver as crianças brincar livremente a gente já vincula, isso é vida! E quando a gente vai fazer a análise da produção de como os meus pais foram expulsos do campo por que tinham que passar veneno. De que aquilo era morte, muitos foram intoxicados, uns guardaram doenças por longos anos, outros morreram logo em seguida, porque o veneno não mata só os insetos, mata as pessoas, e depois mais na frente vamos descobrindo que os resíduos que ficam de veneno na produção também adoecem e matam as pessoas. Então nós não queremos uma reforma agrária que repita o projeto de morte para as pessoas, nós queremos colher alimentos saudáveis para poder gerar vida, para que esse alimento consiga de fato cumprir sua missão para que veio, para nutrir as pessoas, para restaurar as pessoas e não para causar uma doença, até porque a gente não tem indústria farmacêutica para poder sobreviver de venda de medicamentos. Essas coisas vão fazendo um link a partir da vivência que a gente tem, da reflexão daquilo que vamos fazendo. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

Essa experiência de enfrentamento vai construindo outra significação das relações de poder na vida cotidiana por meio dos conflitos explicitados a partir da luta pela terra. Outra consciência, antes não percebida, a consciência de seu papel histórico e cultural no mundo provoca o sujeito a uma tomada de posição diante do mundo. Essa experiência de enfrentamento explicita interesses, conflitos antes não percebidos partindo do fazer-se, da experiência de classe.

A compreensão da importância da participação das mulheres no contexto das lutas pela reforma agrária no MST se dá nesse movimento do fazer-se, da participação concreta no âmbito das relações sociais.

É no processo de participação concreta das mulheres na luta pela reforma agrária que elas vão elaborando a sua reflexão sobre o que estão fazendo, e percebendo as relações de conflitos de poder nas relações estabelecidas na cultura cotidiana dos acampamentos e assentamentos, seja em sua dimensão mais explícita, ou seja, no enfrentamento descrito por Rosa, com o aparato policial, como também nas relações cotidianas estabelecidas com os homens nos acampamentos e assentamentos. Isso é ilustrado por Azaleia da seguinte forma:

Mas no primeiro momento eu não via diferença, até porque, quando eles falava, eu conseguia entender ou encaminhar, muitas vezes na frente. Tinham vários assuntos, várias propostas que eu dava, e minha proposta valia, porque eu pensava, parecia que eu fazia uma análise primeiro da situação, até porque pra não virar uma agressão, uma coisa demais complicada e a gente conseguia resolver umas coisas, uns problemas, aí mais era bom demais! (Azaleia, entrevista realizada em 13/08/2013)

É evidente, no relato de Azaleia, que em seu período de militância ela era a única mulher que fazia parte da coordenação. Tomava cautela e elaborava a sua fala para evitar “agressões”.

No início não percebia as diferenças que marcavam sua condição feminina. Ao longo do processo de participação ela foi percebendo diferenças, constituindo uma consciência de gênero, e assim planejando a sua intervenção, a sua fala. Mesmo na família, ela era a única mulher inicialmente a participar do acampamento, mas sob a companhia do pai e dos irmãos.

O que se percebe é que havia certa descrença da coordenação central na possibilidade das mulheres entenderem os assuntos trabalhados naquele espaço, pautas essas que trabalhavam conflitos e problemas de grande relevância do acampamento. Aquele era, portanto, um espaço de homens.

De elaboração de propostas e intervenção, isso foi se modificando na vida de Azaleia na medida em que ela começou a fazer intervenções pertinentes e, após muitas delas, provar que possuía a mesma capacidade de entendimento e intervenção que exigia a função de coordenação. Ao ser a única mulher a assumir o espaço de coordenação, Azaleia cometeu uma transgressão subversiva cultural: desafiou a

hegemonia ali presente nas formas de organização, onde as mulheres pouco poderiam assumir tais funções de coordenação, visto que são ainda consideradas atividades masculinas.

Por muito tempo, o processo de participação das mulheres nos acampamentos que deram origem aos assentamentos da região de Sorocaba analisados foi marcado por uma herança de pensamento de esquerda que interpretava a lutas feministas enquanto condição de enfraquecimento da luta de classes (Mitchell, 2006), o que trouxe para as mulheres uma grande desafio para que pudessem participar dos processos de lutas e fossem respeitadas em suas identidades.

Mitchell (2006) afirma que o problema da subordinação das mulheres e a necessidade de sua libertação foram reconhecidos por todos os grandes pensadores socialistas do século dezenove, mas que a ausência de uma preocupação estratégica forçou-o a um otimismo voluntarista, divorciado da realidade no pensamento de tradição socialista. A libertação das mulheres permanece como um ideal normativo, um acessório da teoria socialista, sem estar estruturalmente integrado nela enquanto estratégia. Por isso, a visibilidade se dá sob a organização de agendas e não como uma prática sociocultural.

Esse contexto se configura como potencialidade para o fortalecimento de uma visão de classe e a possibilidade de construção da igualdade das mulheres, iniciado com mais força na década de noventa com a constituição dos coletivos de gênero.

Esses coletivos se constituíram como um espaço de participação das mulheres organizado desde os assentamentos e acampamentos às instancias nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No entanto, esse processo trouxe e continua trazendo tensões no cotidiano da luta pela terra, por reforma agrária e transformação social.

2.2 - Feminismo, Gênero e Classe: uma história de encontros e desencontros

As relações de gênero não podem ser entendidas como algo isolado da sociedade. Numa sociedade dividida em classes, é evidente que nenhuma relação está desvinculada do contexto da luta de classes.
(Cristine Campos)

Os conflitos marcados na luta pela terra no Brasil marcam uma herança histórica de luta que evidencia uma relação de desigualdade e exploração, em que os grandes proprietários de terra, além de proprietários dos meios de produção, também foram detentores do poder de onde a defesa de seus interesses em suas respectivas localidades interferiram e moldaram os planos de desenvolvimento nacional.

As relações hierarquizadas de poder estabelecidas na sociedade capitalista têm suas raízes nas questões econômicas, conseqüentemente, culturais da propriedade privada, advinda à apropriação da terra e dos recursos naturais. Dessa forma, os latifundiários, que herdavam o poder sobre a terra, também exerciam o poder sobre as pessoas, delineando as relações sociais.

Nesse sentido, cabe ressaltar que esse é um espaço de poder exercido sob um modelo social hegemônico em que prevalece o sexo masculino do homem branco e heterossexual. É nesse sentido que são construídas e determinadas também as relações de gênero.

Para Rosa, há uma relação entre a luta pela reforma agrária, a luta de classes e a luta feminista:

Na leitura mais clássica não é isso, mais quando a luta pela reforma agrária ela ganha um conteúdo de luta de classes, o vínculo da luta da mulher na reforma agrária, ela é uma luta, vamos dizer assim, pelo feminino, de classe porque de qualquer forma tem o patriarcado, essa luta contra o patriarcado é pra todas que se dispõem e se sente oprimida e quer se libertar disso. Das mulheres que querem criar uma sociedade sem patriarcado, o patriarcado beneficia quem? O sistema capitalista, porque para o capital é muito mais importante ter uma marido empregado e a mulher que lava o macacão dele, que cuida dos filhos, leva para a escola e tal, para que o Estado não socialize a reprodução da vida, então a reprodução da vida, ela é uma ancora de sustentação do capitalismo. Quando entendemos por esse lado as duas lutas se dão ao mesmo tempo, fazendo o vínculo direto com a luta de classes, se então o capitalismo é sustentado bem na questão do machismo, do patriarcalismo, numa empresa que contrata lá cem mulheres com um salário bem menor do que se fosse cem homens, o lucro estaria indo para quem? Além disso, como é a mulher que tem que se virar com a reprodução da vida então o lucro vai novamente para esses sistemas de empresas, então tem vínculo,

para mim tem vínculo direto. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

Diante da exposição de Rosa, vemos que a luta pela reforma agrária na história no Brasil adquiriu contorno da luta de classes. E no seu processo de desenvolvimento explicitou essa luta como uma luta pelos interesses do feminino, o lugar social onde se visualiza um grande grau de exploração, silenciamento, e a mulher subalterna se encontra em um lugar ainda mais periférico⁸.

Dessa maneira, estabelece-se um vínculo direto entre a relação da luta pela reforma agrária, da luta de classes e da emancipação feminina. Pois elementos da cultura como o patriarcado e o machismo sustentam os interesses e valores do sistema capitalista. Então possuem vínculos diretos.

Para Saffioti (2013.p.75), o problema da mulher não é algo isolado da sociedade, e que é decorrência “de um regime de produção cujo sustentáculo é a opressão do homem pelo homem; de um regime que aliena, que corrompe tanto o corpo quanto o espírito”, gestando um processo de competitividade que, no caso da relação entre homens e mulheres, conflue-se na competitividade estimulada entre os sexos e na afirmação da mulher enquanto sujeito de segunda categoria.

Cabe considerar que as transformações que configuraram o século XX, que interferiram na economia, na distribuição demográfica, nos hábitos e costumes da população, inclusive no campo, impactando a vida das famílias, especificamente das mulheres, ainda está demarcada pela herança da discriminação, da exploração e do silenciamento nas esferas públicas e privadas da vida das mulheres. Esse silenciamento acontece de forma violenta, seja de maneira simbólica, seja física, e ela cumpre um papel fundamental no processo de reprodução do Capitalismo:

Eu acho que a violência é para assegurar tudo aquilo que deve estar nos conformes. Dentro do que é permitido, a partir do momento que eu me rebelo com o que é permitido eu estou posta numa condição de limite, aí pode... pode ter violência... parece que pode ter a violência ,

⁸ Tomo o conceito de subalterna de Spivak, que se refere aos grupos marginalizados, grupos esses que não possuem voz ou representatividade diante de seu status social. Trata-se de um atributo geral relacionado à subordinação da sociedade, em termos de classe, idade, casta, gênero e trabalho. No caso aqui estudado, o contexto de gênero, trabalho e classe.

parece que é permitido, você é enquadrado (silêncio)... agora, uma violência por falta de lei é coisa de falta de clareza da própria classe. Onde já se viu... Ainda coisa arcaica, mas isso está na reprodução da própria sociedade, que não superou certas coisas, que pelo contrário parece que entra numa decadência, a violência, ela é uma mercadoria também... isso então isso é um absurdo! (ROSA. Entrevista realizada em 13/08/2013)

O exercício dessa violência acaba por se refletir na participação política reduzida ou restrita, do menor controle sobre as definições, sobre seu trabalho e bens materiais, e ainda da vivência da violência quando se desafiam a enfrentar essa realidade (Campos, 2011).

Diante desse contexto é que as mulheres dos assentamentos que compõem a região de Sorocaba têm construído iniciativas mesmo com limites impostos pela forma de organização do sistema capitalista na agricultura. Estes impõem a hierarquia dos gêneros.

As mulheres tentam subverter essa lógica, e, em seu cotidiano, constroem o que podemos chamar “liberdade clandestina”, definida aqui como espaços de negociações que visam a construção de sua participação e da família nos espaços de definição política, na organização do trabalho e das questões econômicas, e, por fim, na produção da vida nos assentamentos de maneira a constituir processos decisórios coletivizados.

A história e experiências das mulheres Sem Terra e assentadas não são homogêneas, pois se impõem numa perspectiva de articulação dialética entre especificidade e generalizações. Cabe ressaltar que nos territórios dos assentamentos existem mulheres que se identificam como mulheres Sem Terra, que participam mais organicamente das atividades e agendas do movimento; e que, por outro lado, existem aquelas que se identificam como assentadas. Por esta razão que ressaltamos que a identidade “mulher Sem Terra” não é única.

No entanto, apesar de assentadas e pertencerem a um histórico de experiências une essas mulheres, algumas se identificam como “assentadas” e outras como “Sem Terra” tendo como referência as experiências diferenciadas que marcam as suas vidas, e também as experiências que representam posicionamentos políticos e concepções de vida.

Campos (2011) continua sua análise enfatizando que se faz necessário abordar a história da participação das mulheres em uma perspectiva de análise no bojo das

relações sociais, desvelando as relações de poder estabelecidas no contexto econômico, social e cultural-simbólico nos quais essas mulheres estão inseridas. Nesse sentido, o conceito de gênero definido por Scott (1989), como uma categoria útil de análise histórica, torna-se importante como um instrumento de análise, problematizando a significação das relações de poder. Assim, para Scott:

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1989, p.21)

Diante da conceituação de gênero colocada por Scott (1989), dar visibilidade às mulheres, às suas subjetividades, experienciais pessoais, públicas e políticas nas pesquisas implica não apenas em uma nova história das mulheres, mas também em uma nova História.

Nessa perspectiva, podemos encontrar na realidade dos assentamentos a presença de militantes, dirigentes que se envolveram em estudos e atividades⁹ realizadas através do setor de gênero do MST. Este setor buscou, nos últimos, anos aprofundamento de estudos acerca da questão de gênero e da participação das mulheres nos assentamentos, e também tem organizando as lutas que envolvem as mulheres tendo como marco o dia 8 de março, um dia de luta que tem como tema “a defesa da vida e contra o agronegócio”, e que acontece de 2001 aos anos atuais.

Nesse processo de atuação em que as mulheres vão construindo seus espaços de participação, foi necessária a busca de um referencial teórico que problematizasse as questões vivenciadas por essas mulheres nos processos de luta, sendo este o feminista.

Para Campos (2011), o surgimento do conceito de gênero objetiva o rompimento do determinismo biológico como o suporte da opressão feminina, do hegemônico no senso comum e também em algumas concepções científicas.

Essa autora também enfatiza a contribuição das análises sócio-históricas com

⁹ Essas atividades vão desde reuniões sobre a organização da produção, debates acerca de cartilhas temáticas, até mesmo atividades demarcadas pelas agendas de lutas, tentam encontrar formas de participar de reuniões nas localidades, como as cooperativas, assembleias, reuniões de coordenações nos assentamentos que as mulheres se permitirem participar, evidenciam tensões.

base no conceito de gênero como forma de desvelar as desigualdades entre homens e mulheres como construção social, em que se atribui a estas funções hierarquizadas e diferenciadas, impondo às mulheres a condição de segunda categoria, não por forças biológicas ou divinas, e sim por forças sociais que estão expressas em múltiplas dimensões e espaços da produção da vida.

Existem concepções que valorizam a luta de classes como uma luta maior, e que as pautas levantadas pelas mulheres no interior dos movimentos e partidos consideradas lutas secundárias, específicas, vislumbram que a emancipação feminina é consequência de um processo de transformação econômica e, dessa maneira, as desigualdades seriam suprimidas, bastando a tomada das estruturas de poder da sociedade.

As experiências históricas demonstraram que a transformação das estruturas econômicas não é suficiente para gerar essa transformação, é preciso pensar as relações de poder no campo subjetivo.

Assim, uma análise que relacione as perspectivas de classe e gênero torna as temáticas pertinentes para os movimentos que fazem a luta pela transformação social e para aqueles que tentam incorporar no seu interior a luta das mulheres na busca da emancipação humana. Essa dicotomia entre classe e gênero ainda se configura como um paradoxo no cotidiano das mulheres assentadas e das mulheres Sem Terra.

2.3 Feminismo: Passos em busca da Emancipação Humana

O feminismo, desde seu surgimento, colocou em cena as mulheres como sujeito político, constituindo-se enquanto um movimento social que traça objetivos para além dos interesses “femininos” em oposição ao masculino. Segue, na atualidade, problematizando as identidades de gênero diversas, questionando o interesse, as identidades fixas, normas e papéis atribuídos ao essencialismo binário masculino *versus* feminino, e expondo que interesses essas determinações naturalizadas de gênero têm como finalidade.

Foi nessa direção que o feminismo, surgido em meados do século XIX, perpassando em sua dimensão sociopolítica, contribuiu inicialmente para diagnosticar criticamente a opressão feminina e, posteriormente, afirmou uma linguagem própria, a

epistemologia feminina, como instrumento de derrisão das fontes de discriminação e exclusão das mulheres no campo do conhecimento, como ferramenta de desconstrução do determinismo e fundacionalismo biológico.

No interior do desenvolvimento histórico do próprio feminismo, constituíram-se diferentes “feminismos”, dentre os quais foram gestadas tendências, das quais podemos citar as principais: o feminismo liberal, socialista marxista, psicanalíticas, étnico – raciais. Dessa forma, o feminismo não se configura como um fenômeno homogêneo, e sim complexo e heterogêneo.

Richards (1994) distingue essa heterogeneidade de tendências em dois grandes grupos: as liberais e as radicais. Apesar de todos possuírem um objetivo em comum, a mudança na ordem social, política, econômica e cultural, visando a superação das formas de discriminação e desigualdade contra a mulher, eles delineiam fundamentações caminhos teóricos.

Para o *feminismo liberal*, a igualdade jurídica basta para a garantia da emancipação política das mulheres, aspecto fundamental para promover a igualdade de oportunidades, sendo o sucesso de cada porção da humanidade proporcional ao investimento realizado. O *feminismo radical*, por outro lado, afirma uma abordagem histórica, pressupondo uma transformação nas relações sociais e vislumbrando realidades diferentes daquelas masculinas que são predominantes nas culturas. (CRUZ, 2007)

O acúmulo das análises, cunhado em diferentes paradigmas, quase nunca consensuais, levou à elaboração de um amplo leque conceitual, que inclui o conceito de gênero enquanto uma categoria de análise das relações sociais entre homens e mulheres.

A categoria de análise de gênero possibilitou visualizar as desigualdades de gênero, em suas sutilezas, reproduzidas em várias instituições sociais, iniciadas na família, reproduzidas de forma naturalizadas também na escola, reforçadas por meio das religiões, que afirmam a condição da mulher enquanto outro, conforme descreveu Beauvoir.

No contexto da luta pela reforma agrária a perspectiva feminista significou um marco no que diz respeito a buscar espaços de visibilidade para as mulheres. Rosa, fazendo uma diferenciação entre o contexto da agricultura familiar e das luta pela reforma agrária no MST, nos diz :

É... mas eu acredito assim que se não fosse essa forma da luta pela reforma agrária, no campo do ponto de vista só da agricultura familiar, as mulheres estariam muito mais veladas, porque elas tiveram que se unir para poder fazer a resistência e sobrevivência no acampamento, e a partir dali teve a necessidade de descobrir outras formas de viver, de tocar, de pensar o futuro. Porque a mulher não pensa no hoje, ela pensa no hoje, no amanhã e depois, porque pensa na família, nos filhos crescendo e no futuro.

Rosa acredita que a luta pela reforma agrária no campo contribuiu para tirar a invisibilidade de sua atuação. Se não fosse essa luta, as mulheres do campo poderiam estar ainda mais invisibilizadas. Mas se mantém a resistência no seio do Movimento Sem Terra nos assentamentos, mesmo diante das repressões enfrentadas internamente e externamente, à especificidade da luta feminista.

Azaleia demarca essa relação explicitando que, no MST, a presença das mulheres em alguns espaços acontece com maior intensidade do que outras organizações que estão presentes no assentamento:

É tensa e pouca a participação das mulheres nas associações e nas cooperativas é pouca, por isso que eu falo e defendo o Movimento Sem Terra, nas associações, nas equipes que o MST trabalha, sempre tem metade de homem e metade de companheiras e outras cooperativas e associações não é assim pensado, é de forma um pouco diferente, no entanto, quem mais participa é os homens, se tem uma das companheiras que é diretora, alguma coisa, geralmente se o companheiro não é, ele que vai nas reuniões e a companheira aguarda a resposta em casa. A não ser que seja presidente. Mas eu acho pelo menos por aqui não tem nenhuma presidente mulher de cooperativa ou associação e nós temos aqui umas quatro cooperativas, só homens que são presidentes e tesoureiros, essas coisas. (Azaleia, entrevista em 13/08/2013)

A cartilha publicada pelo setor nacional de gênero do MST (2003) destaca que o conceito de gênero cumpriu um importante papel ao ser assumido pelo movimento feminista marxista, visto que possibilitou a realização das análises das desigualdades entre homens e mulheres no conjunto das relações sociais, e contribuiu para a compreensão de como a subordinação é reproduzida e como a dominação masculina é

sustentada em sua multiplicidade de manifestações.

Pensando no contexto da sociedade brasileira, na qual o sistema capitalista é vigente, Saffioti (1987) destaca que, no plano das classes sociais, a maioria esmagadora dos homens é constituída de trabalhadores que, em troca de um salário, obedecem às ordens de patrões. Estes constituem a minoria que detém poder econômico. A essa forma de poder associa-se, quase sempre, o poder político.

Essa associação permite à minoria impor regras de conduta à maioria e, desta forma, que os poderosos disciplinem e controlem a mão de obra assalariada, cujo trabalho lhes garante auferir grandes lucros.

Diante desse contexto, o feminismo no MST e seus passos foram sendo abordados historicamente e, em seus diferentes contextos sociais e políticos, foram consideradas as diferenças culturais existentes nos assentamentos, mesmo pertencendo a uma mesma região, como no caso de Sorocaba.

Consequentemente, as lutas das mulheres por transformações nas relações sociais, assim como em todas as dimensões da vida humana, não é um fenômeno recente.

Olympe de Gouges, mulher que ousou escrever a Declaração dos Direitos da Mulher, proclamando que a mulher possuía direitos naturais idênticos aos dos homens, foi levada ao cadafalso de maneira trágica.

Mas esse fato histórico é mais uma evidência de que a luta das mulheres pela emancipação feminina já é antiga, e que muito dessa historiografia passou por tempos obscuros, que as sementes do feminismo estiveram sempre presentes na História.

Utilizando o exemplo de Gouges, Varikas (1996, p. 59) afirma que um certo “apoliticismo” provocador da autora inaugura uma tradição de tensões e de paradoxos entre a demanda da liberdade das mulheres e a política.

Podemos afirmar que o feminismo ocupou os espaços no processo de produção do conhecimento, contribuindo tanto na academia como fora dela no campo das Ciências Humanas e Sociais, enquanto elaborações que buscam a superação das desigualdades e opressões dos homens sobre as mulheres, interferindo diretamente na elaboração de políticas públicas, e ainda na criação de instituições organizadas especializadas no tema.

Com seus diferentes matizes teóricos, o feminismo tem problematizado sobre as

mulheres enquanto sujeitos políticos, mas também aborda em suas análises todos os que são subalternizados por uma lógica masculina, branca, heterossexual, classista e racializada.

Nesse sentido Saffioti (1996) mostra em seu livro “O poder do Macho” que o sistema de dominação-exploração tem por base o capitalismo, o racismo e o patriarcado, articulados simbioticamente, transformados, ao longo da História, em um único e poderoso sistema de opressão da maioria.

Essa perspectiva colocada por Saffioti, dentre outras, tem trazido contribuições que tem problematizado os limites das teorias universalistas, explicitado as desigualdades e as diferenças que compõem a relação em diversas identidades, que deixam suas marcas na luta pela emancipação humana. A luta por essa emancipação que carrega, em seu cotidiano, a relação entre objetividade e subjetividade, trazendo em seu movimento histórico a perspectiva da práxis¹⁰ em suas ações.

Essa trajetória histórica que constitui o movimento feminista projetou o conceito de emancipação humana, abrangendo vários aspectos constituintes do humano: o poder, a política, a economia, a cultura, a educação e a epistemologia, interseccionando várias áreas do conhecimento: a História, as Ciências Sociais, a Educação.

Na sociedade dividida em classes, as discriminações atingem profundamente as mulheres, mas resvalam na vida humana como um todo. Para Saffioti (1987), o processo de reprodução social revela que os homens e mulheres são seres complementares. Numa sociedade em que as práticas cotidianas mutilam várias dimensões da personalidade feminina, existem também condutas impostas aos homens que limitam extraordinariamente seu desenvolvimento.

Em outros termos, mulheres “mutiladas” correspondem, necessariamente, a homens “mutilados”. Exatamente por isso que a luta das mulheres não diz respeito apenas a elas, mas também aos homens, portanto, uma luta que vislumbra a emancipação humana. Rosa, encabulada, explicita a importância dessa visão:

Pode ser assim, que muitos acham que eu sou, não importa o que pensam de mim! Penso que vivemos numa sociedade, certo,

¹⁰ Práxis, aqui estamos utilizando este conceito e uma perspectiva marxista. Vázquez afirma que esse termo designa atividade consciente e objetiva, sem concebê-la com o caráter estritamente utilitário que interfere no sentido “prático na linguagem comum”. No campo filosófico, a práxis não se restringe à interpretação do mundo, mas também como elemento de transformação do mundo.

nessa sociedade o meu companheiro e o meu filho não é meu inimigo, eu penso na construção dessa envergadura, a sociedade que caiba meu pai, que caiba meu companheiro, que caiba meu filho. Eu não vejo possibilidade da construção de uma sociedade que só seja das mulheres, isso para mim tem outro nome. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

Rosa coloca que o problema da opressão das mulheres não pode se centrar no homem, e deve ser abordado a partir do entendimento que os homens, que são pais, maridos e filhos, não são inimigos. É necessária a construção de uma sociedade que garanta igualdade de direitos entre homens e mulheres, e não a substituição de uma opressão sobre a outra. A raiz do problema da opressão das mulheres não é os homens, mas todo sistema de relações sociais, no qual através da cultura se disseminam os lugares de subalternidade a partir de uma hierarquia. Dessa maneira, se faz necessário combater o que gera a opressão e não sua manifestação.

O sentido substancial de emancipação humana aqui utilizado é o marxiano, entendido como um processo social, associado à liberdade, às tensões das lutas de classe, à implantação de um outro modelo social que supere as contradições entre exploradores e explorados, que supere os aspectos do modelo capitalista de produção.

Marx (1844) traz a definição de emancipação humana diferenciando-a do sentido de emancipação política.

Toda emancipação é redução do mundo humano e suas relações ao próprio homem.

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral.

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política. (MARX, 2010p.54)

Os séculos XX e XXI geraram um vislumbre e certa expectativa de que o desenvolvimento tecnológico estaria a serviço da emancipação humana. No entanto, a produção em massa e o consumo ainda trazem questões antigas para um mundo

moderno: o campo das relações sociais ainda está marcado pelas desigualdades, pelas opressões e explorações, e pela falta de acesso a uma tecnologia a serviço da humanização como modo de emancipação.

Mitchell (2006, p.210) afirma que a “perspectiva de uma tecnologia avançada no campo das máquinas aboliria a necessidade de uma ação física extenuante, pareceria prometer, por esta razão, a libertação da mulher”. Por um momento, a própria industrialização pareceu anunciar a libertação das mulheres, o que não ocorreu. Muitas das mulheres, inclusive as entrevistadas aqui, ainda são penalizadas e condicionadas ao trabalho penoso.

Mesmo diante dos avanços políticos do campo dos movimentos feministas e de algumas conquistas de espaço decorrentes delas, as mulheres, em sua imensa maioria, chegam ao século XXI muito longe da emancipação.

Não significa que o fato das mulheres ocuparem alguns espaços de poder, concedidos pelo sistema hegemônico, seja a garantia de emancipação. Há uma aparência e uma falsa impressão de igualdade que geram um sentimento positivo de que as mulheres estão ganhando mais espaços e visibilidade. No entanto, a lógica do poder se mantém com base na exploração e uso da figura da mulher como modo de continuidade do *status quo* atual. No contexto dos assentamentos, Rosa mostra que esse movimento acontece da seguinte forma:

Num momento posterior, em que a agricultura familiar passa a vivenciar uma crise, em que os titulares dos lotes se endividaram, passa a se atribuir essa titularidade às mulheres. Por uma característica própria das mulheres, desse medo de ficar com o nome sujo, sem possibilidades de ter acesso a financiamentos, a créditos, a necessidade de garantir a viabilidade familiar. Essa é intencionalidade ocultada por traz das últimas iniciativas, de eleger as mulheres como titulares do lote, sob o verniz de uma política de equidade, resultado da reivindicação das mulheres no campo. Mas ela tem um caráter punitivo, pois transfere a questão da desigualdade de gênero para o universo privado, ou seja, o marido indignado por não ser mais o titular do lote resolve a questão usando de força de coerção. Essa não é uma coerção direta do estado, mas gestada por ele. Dessa forma, as mulheres passam a ser desestimuladas da luta. O estado afirma ter resolvido o problema da reivindicação das mulheres. Agora elas têm cota, mas a cota somente no nome, pois ainda a cota é familiar, é o mesmo valor, não é uma cota para cada membro que compõe essa família, para cada trabalhador e trabalhadora familiar. É uma lógica que expõe as mulheres a uma condição de violência em suas diversas formas, estimuladas pela

própria organização estatal. O homem passa a cumprir o papel de coerção de agente do Estado, através da cultura machista, patriarcal. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013).

Fraser (2009) afirma que o Capitalismo se refaz periodicamente em momentos de ruptura histórica, de maneira que elementos da crítica anticapitalista são ressignificados para legitimar uma forma nova e emergente de Capitalismo.

Rosa afirma ter um vínculo direto a relação entre a luta pela reforma agrária, a luta de classes e a da emancipação feminina, visto que elementos da cultura patriarcal e do machismo sustentam os interesses e valores do sistema capitalista. De acordo com a entrevistada, há avanços significativos nos quais o feminismo tem um papel importante na luta pela emancipação feminina, mas há também limites:

Tiveram várias tendências da luta feminista nos últimos anos discutindo, mas ultimamente assistimos bastante esforço de juntar as lutas nas marchas mundiais. Eu acho que isso tem aberto uma porta, é que essa coisa da... da... como é que fala, cultura do patriarcalismo e do machismo, ele é estrutural, são pilares do sistema vigente, quando você luta numa luta contra os pilares do sistema você é tratado fortemente contra inimigo brutal, o sistema ataca. Essas articulações foram muito importantes, porque têm buscado agregar várias questões. É na luta pelas mulheres que algumas coisas avançaram bem. É que o Capitalismo tem que se renovar, ele é meio burro, então as forças populares dão bastante ideias para eles, se renovam também, mas ainda não tem força de romper com isso. Na minha visão, só as mulheres em si não rompem com isso, como a reforma agrária não rompe, assim a reforma agrária contribui numa esfera bem menor, porque se trata de destruir um sistema que tem seus pilares no machismo e no patriarcalismo. (ROSA, entrevista em realizada 07/08/2013)

A luta pela emancipação feminina deve ser um projeto de sociedade, ou seja, restringir-se somente na esfera da luta por reforma agrária seria limitado. É necessária uma política de coalização entre as pessoas que são oprimidas pela mesma lógica que deixa o feminino relegado à subalternidade. A luta pela reforma agrária contribuiu muito para a compreensão e elaboração da questão das mulheres, mas é necessária a ampliação desse debate para além da luta pela reforma agrária. As lutas que confluíram na Marcha Mundial de Mulheres têm significado uma abertura de possibilidades na

busca da construção de uma política de coalizão que agregue as diferenças sem desqualificar ou sobrepor valores que colocam certas perspectivas melhores do que as outras. E têm elegido dois inimigos comuns: o patriarcado e o machismo.

Uma questão relevante é a capacidade percebida de que o próprio sistema capitalista tem de se refazer. Portanto, como já apontado, em momentos de rupturas o Capitalismo se apropria de elementos de críticas anticapitalistas e acaba por ressignificá-las de acordo com seus interesses para se tornar uma nova forma do mesmo Capitalismo (FRASER, 2009). Dessa maneira, muitas lutas e reivindicações populares são incorporadas ao sistema, enquanto discurso, método e legislação, mas a sua efetivação acaba servindo aos objetivos de reprodução do capital.

Por exemplo, quando se afirma que no século XXI as mulheres se encontram emancipadas, parece haver uma apropriação dos ideais feministas pelo sistema capitalista que, ao contrário, serve mais à exploração das próprias mulheres. Algumas questões simbolizam conquistas, mas a sua emancipação propriamente dita não se restringe à condição econômica estável de algumas mulheres. Ainda existe uma desigualdade em oportunidades no que se refere ao gênero feminino para exercer funções e ocupar determinados espaços de poder.

Nos relatos das entrevistas ainda são apontados preconceitos, discriminações e violências de todo o tipo, que demarcam a sociedade moderna e atingem, em especial, as mulheres. Há uma reprodução da discriminação e a exclusão que ainda se nutrem da desvalorização das mulheres e, conseqüentemente, da exploração do trabalho. Soma-se a isso a exposição à violência. Portanto, este contexto parece relegar às mulheres a condição de subalternas.

Eu acho que, de todas as pontas, as mulheres são as mais atingidas, porque quando o sistema de violência pega os companheiros, pais e os filhos, é assim mesmo, ali é o núcleo de vítimas desse processo, o marido que fica insatisfeito com o salário que ganha do patrão que chega em casa e dá um murro na mulher. (ROSA. Entrevista realizada em 07/08/2013)

Portanto, a opressão de gênero se efetiva mediante um mecanismo que possui uma dimensão cultural, política, social. Mas a econômica se traduz como a punição, como um termômetro que explicita o nível de exploração das mulheres.

Não! Tem todos os fatores, eu acho o econômico é a punição direta, é, vamos dizer assim, nós temos também a dimensão cultural, o social. Mas o econômico é a punição direta, porque se uma mulher tiver condições de ter o acesso econômico, ela, lógico, comprar um carro, ela vai fazer a feira, vai levar os meninos assistir um filme, pra fazer aulas de violão, entende? Então quando tem a punição econômica dificulta o desenvolvimento cultural. É por isso que a punição econômica, o Estado faz questão de mantê-la, mudando de cara, mas mantendo, porque ela é que segura, que conserva, como a luta de classes. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

O feminismo identificou o Estado como a concretização material e simbólica do poder político central, aquele que sintetiza e globaliza as relações de exclusão, inclusão e conciliação, dando uma dimensão institucional e uma generalidade ao conjunto da sociedade. Por outro lado, mostrou também que o poder se estende e está presente em todas as instâncias do cotidiano, da família, no movimento, dos meios de comunicação e da religião. Isso pode ser observado na fala de Azaleia:

Buscar... quem tem suas religiões, busca força em Deus, buscar... Deus é um só, então busca mais, pra que Deus dê a paz, né? União na sua família, que daí as coisas vão começar a fluir, começam a melhorar, não fica preocupada com o que o vizinho tem, o que o vizinho não tem! Sabe... é preocupar com ele, com a família e com os vizinhos, mas transmitindo as coisas boas... é isso. (AZALEIA, entrevista realizada em 13/08/2013)

A fala de Azaleia mostra a necessidade de embasar a atuação das mulheres em valores afirmados na religiosidade, sustentados em uma visão de Deus que constrói um diálogo pacífico ou de combate contra a violência e a agressão.

Não... foi difícil, nós chegamos até separar, separávamos e ele ia pra casa da mãe dele, me largava sozinha na casa, ele era assim, ele não aceitava que você discutisse com ele, ele nunca foi de "relá" a mão, mas não aceitava que a gente falasse as coisas, porque ele falava assim: "Mulher tem muita força... na língua". Dizia que quando as mulheres começam a falar, e falam e falam, ele pegava e ia embora, pegava a roupa e ia embora, num batia, ele não era de briga. Ai depois que esse meu caçula nasceu, ele parou com essa mania. Também ele ficou crente, ele veio melhorar depois que ficou crente. Até esse período que ele não era crente, ele era difícil de aguentar, só por isso... ele bebia e era mulherengo. Eu sofri bastante com ele, depois disso aí, ai ele foi uma bênção. Eu falo... fico

pensando depois que melhorou tudo. Ao invés de durar bastante... mas Deus sabe o que faz. (GIRASSOL, entrevista realizada em 09/08/2008)

É na religião que elas encontram forças para suportar e se conformar com a situação de violência e opressão vivenciada na condição de mulheres e as adversidades da vida conjugal. Projetam na religião as possibilidades de superação dos problemas de violência no interior do lar, trazendo uma perspectiva de que tudo melhorará no futuro, mediante o sacrifício individual. Esta esperança é propagada pelo modelo da figura feminina que está presente no interior das religiões¹¹. Considerando que a religião expressa uma ideologia sexista, esta se corporifica em agentes sociais, tanto de um pólo como o de outro da relação de *dominação-subordinação*, conforme análise de Saffioti (2004). Em outra análise, mais específica sobre a Igreja Católica, a autora discorre:

Como instituição social, a Igreja Católica tem sofrido transformações que marcam o processo de sua adaptação a um mundo social movente e instável. Todavia, este processo de ajustamento tem sido suficientemente lento para acusar um grande *decálage* entre posições assumidas pela Igreja e um conjunto de comportamentos que já deixaram de ser inovadores e se encontram em vias de institucionalização na sociedade. Como grupo de pressão, ela tem atuado no sentido de atenuar tensões e retardar mudanças sociais que, de um lado, poderiam reduzir a defasagem entre as estruturas parciais da sociedade e, de outro, elevar as contradições da economia capitalista. (Saffioti, 2013, p. 140)

Nesse sentido, a religião pode ser entendida, a partir desta análise de Saffioti, como mantenedora do sistema capitalista, com a função de preservar as estruturas de poder presentes neste sistema – embora busque, continuamente, adaptar-se às transformações da sociedade. O que segue é uma a preservação da relação de poder entre gêneros, fundada na subordinação da mulher.

É evidente que historicamente, na sociedade capitalista, a participação das mulheres não teve e ainda não alcançou o mesmo *status* ou valor histórico social reconhecido à participação masculina, o que marca paradoxos entre a demanda da

¹¹ Religiões mencionadas aqui, são as referidas pelas entrevistadas, três delas catolicismo, como base na renovação carismática e uma delas uma vertente protestante, Cristã do Brasil.

liberdade das mulheres e a política. É nesse sentido que a discussão entre emancipação política e emancipação humana se torna pertinente no âmbito do debate feminista.

Essas experiências marcadas na história do feminismo constituíram um amplo arcabouço conceitual que deu base a modelos teóricos e científicos que deram visibilidade às experiências femininas, rompendo alguns silêncios sobre participação e ação das mulheres na sociedade.

Nesse sentido, Rago (1998) nos fala sobre a epistemologia feminista, e define com ela outro campo e outra forma de produção do conhecimento. Nesta outra maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito–objeto do conhecimento, e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar atenção ao movimento de constituição de uma (ou seriam várias?) *epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de ciência*.

Além disso, foram as trajetórias construídas pelo feminismo no campo científico – que tem ganhado certa visibilidade, mas ainda insuficiente numa perspectiva que vincule um movimento de práxis – que trouxeram para as pesquisas a ótica gênero. Nestas pesquisas, as narrativas e as memórias, são o que explicita as experiências das mulheres. Perrot (1989) afirma que o feminismo desenvolveu uma imensa interrogação sobre a vida das mulheres. Vidas obscuras, clandestinas. Na ausência da visibilidade da participação das mulheres na dimensão pública da vida, o cenário de desvelamento da história feminina foi se deu por meio do testemunho oral.

Diferentes motivos levam a apontar o feminismo como um projeto que teve êxito em tornar visível uma problemática que antes não estava presente nos movimentos sociais, nem nos políticos. Ao mesmo tempo em que apontou para a exclusão das mulheres na sociedade, ele criou novos paradigmas para a análise dessas situações e se inscreveu como tema das pesquisas acadêmicas. As ideias do feminismo se instalaram em diversos espaços do social e do teórico, e trazem para análise as contradições vivenciadas no âmbito do cotidiano, da vida privada.

Esse cotidiano das mulheres e sua vida privada vêm sempre com as marcas da desqualificação, sempre concebidas como uma mera contribuição, uma ajuda e extensão do cuidado com a vida. Essas marcas são produzidas em uma perspectiva, muitas vezes, de que as mulheres possuem um *status* rebaixado, um valor social menor, freqüentemente associado a um trabalho de complementação do trabalho masculino.

Rosa nos diz sobre essa questão:

Isso já está mais acordado, até porque isso está dentro do permitido, eu ajudo meu marido! Isso é um papel muito bem aceito, é lógico, porque já que ela não é um ser emancipado, na verdade é ajuda ao capital, mas quem está ali mais perto é o marido, que é o agente. (ROSA, entrevista em 07/08/2013)

Assim, a vida, as experiências tecidas ao longo da história pelas mulheres, podem ser marcadas como desventuras de um caminho que anunciam uma promessa subversiva, mas que vêm historicamente sendo abortadas enquanto possibilidade. Existem avanços, mas que se configuram diante de uma permissividade comungada aos interesses do capital.

É perceptível que, na sociedade brasileira, está arraigada uma cultura de supervalorização do universo masculino, heterossexual e branco como forma de manter a ordem na sociedade. O que foge a essa linearidade absoluta é concebido como desvio de conduta e até mesmo transformado em patologias. Desta forma, é pertinente o uso de conceitos que problematizem as diferenças marcadas nos sexos, e a reprodução de princípios de exclusão pelos quais as ciências humanas e, mais especificamente, a educação, deixa invisibilizado e desvalorizado o universo feminino.

O universo dito como feminino, no que atinge a vida cotidiana, familiar, afetiva e produtiva, se configura como dimensões pertencentes ao universo privado, o pessoal. É a dimensão da vida que deve ser preservada, intocada. É a história subterrânea, o relicário que não pode ser revelado. Relicário esse que, se tocado publicamente, expõe as dores das opressões vivenciadas no cotidiano, das tristezas, das amarguras, do vexame, que expõe as contradições do vivenciado entre os limites do real e do plano do ideal moral.

Mas as intencionalidades que impõem esse silenciamento não se configuram somente como o pessoal que não deve ser público, político. Esse universo pessoal, do privado, é concebido aqui como político. A esfera política não está dissociada da esfera dos sonhos, anseios, desejos. Ou seja, as dimensões objetivas não se dissociam das subjetivas. Pensar homens e mulheres e suas relações envolve essas dimensões, que estão interseccionadas dialeticamente no cotidiano.

Esse silenciamento repressivo na história não pode ser concebido como algo

naturalizado à condição feminina. Em seu aspecto ideológico conservador, passa a gerir a exploração da maioria dos sujeitos em decorrência da afirmação de uma minoria que detém o poder.

Essa lógica é explicitada por Saffioti (1987). A desigualdade, longe de ser natural, é produzida pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nesse mesmo sentido, são tangenciadas as relações entre homens e mulheres. A desigualdade de gênero não é dada, determinada, natural, mas sim construída socialmente, inclusive no que se refere à produção do conhecimento e em sua dimensão histórica.

As relações sociais não são demarcadas apenas pelas diferenças biológicas fixas e determinadas. Entre atribuições de homens e de mulheres, existe uma hierarquia de gênero produzida socialmente, que afirma a superioridade do *status* masculino, dos homens brancos, heterossexuais e ricos (SAFFIOTI, 2004) .

Esse contexto de reflexões gestadas pela luta feminista chega ao MST como uma ferramenta para entender o cotidiano da luta e das desigualdades prementes no interior do movimento, que tem se apresentado bastante desfavorável às mulheres. Em seus discursos e ações, o conjunto da militância reproduz valores, praticas sociais, que são contrárias aos princípios do MST de transformação da sociedade e de emancipação humana – no qual se vislumbra a impossibilidade da transformação social sem acabar com as bases de sustentação do sistema capitalista, inclusiva a de opressão de gênero.

Tiveram várias tendências da luta feminista nos últimos anos discutindo, mas ultimamente assistimos bastante esforço de juntar as lutas nas marchas mundiais. Eu acho que isso tem abrido uma porta, é que essa coisa da... da... como é que fala, cultural do patriarcalismo e do machismo, ele é estrutural, são pilares do sistema vigente, quando você luta numa luta contra os pilares do sistema você é tratado fortemente contra inimigo brutal, o sistema ataca. Essas articulações foram muito importantes, por que têm buscado agregar várias questões, é na luta pelas mulheres que algumas coisas avançaram bem. É que o Capitalismo tem que se renovar, ele é meio burro, então as forças populares dão bastante ideias para eles se renovam também, mas ainda não tem força de romper com isso. Na minha visão só as mulheres em si não rompem com isso, como a reforma agrária não rompe, assim a reforma agrária contribui numa esfera bem menor, porque se trata de destruir um sistema que tem seus pilares no machismo e no patriarcalismo. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

Por outro lado, algumas questões representam conquistas para entrevistas, consideradas importantes mudanças para as mulheres. Conforme ilustra Rosa, houve um período em que as mulheres no campo não tinham direito à documentação:

Imagina que muitas delas não tinham nem RG e nem CPF, através dessas lutas começavam a ter. Foram vários anos a campanha da documentação para poder reconhecer as mulheres como cidadã, elas não eram como se fosse uma bezerra a mais no lote, uma coisa, mais um meio de produção, elas são pessoas. Se existe uma luta para fazer isso é porque o problema existe profundamente, precisa de ter leis, programas e políticas públicas para isso, projetos para isso é porque o negócio está arraigado, então tem esse retrocesso. Ai já num segundo ou terceiro período do Movimento Sem Terra a gente já começou a trabalhar essas questões no acampamento e ai hoje tem a nota do produtor, algumas você ainda pode ver que vem escrita assim exemplo: José da Silva e outra. Não era José da Silva e Marina Rosa da Silva... José da Silva e outra, não tinha nome, é outra. Então pensávamos: “você tem outra ... tem outra! Eu sou outra? Eu não sou outra! Então tinha suas piadas... para você vê o nível de tensão que era isso. Com a primeira crise mais acentuada nos assentamentos em que os homens se endividaram e não conseguiram pagar a dívida, o próprio Estado achava importante colocar o nome das mulheres, porque elas são mais responsáveis para pagar a dívida. Elas também têm mais medo de ficar com o nome travado, são mais responsáveis também com essa coisa do pagar a dívida, então nós é... ajudamos o Estado nisso, não é só uma questão porque a gente é reconhecida como uma cidadã que a gente tem que se viabilizar, tem outro lado da co-responsabilidade do todo da família. E mais ainda, essa situação está muito arcaica, vejo que os financiamentos não têm tetos de financiamento também para mulher, e um outro teto também para o jovem, então não temos igualdade no trato do Estado para com as mulheres e jovens. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

As mulheres, ao exercerem funções e ocuparem determinados espaços de poder, como um meio, uma forma de sua superação do sistema vigente, são uma possibilidade de subversão. É necessário atentar que é pela cultura capitalista que se reproduz a dependência econômica das mulheres, a falta da autonomia destas sobre o próprio corpo, a dificuldade de participação política e a própria violência de gênero. Dessa forma, para que a emancipação feminina possa se materializar, é necessária a emancipação humana.

CAPÍTULO 3

ACAMPAMENTOS, ASSENTAMENTOS:

O cenário de participação das mulheres na luta pela terra na região de Sorocaba

As mulheres que participam desta pesquisa são mulheres que, atualmente, encontram-se ocupando os territórios de assentamentos de reforma agrária que compõem a regional de Sorocaba. Nesta região existem seis projetos de assentamentos de reforma agrária que atualmente são assistidos pelos órgãos federais INCRA e ITESP. Ambos os órgãos são responsáveis pela execução de políticas públicas.

Esses territórios de assentamentos de reforma agrária estão em constante resistência à lógica da expansão do capital, em um processo de disputa. Esses processos são explicitados nas memórias das mulheres entrevistadas quando estas mostram a realidade vivenciada por elas no cotidiano dos assentamentos. O MST define o território dos assentamentos como espaços de enfrentamento cotidiano à lógica do capital da seguinte forma:

Os assentamentos, na sua ampla maioria, surgiram da luta e da pressão social de centenas de famílias sem-terra. Aquele latifúndio que antes simbolizava a concentração de terras, exploração do trabalho alheio, representante do poder político da burguesia da região, agora, com o assentamento, passou a simbolizar a distribuição das terras para dezenas de famílias, instalando-se o trabalho familiar, gerando alimentos diversos. Assim, os assentamentos, ao expressarem a luta social e a constituição de novas relações sociais, geram um novo governo àquela fazenda, constituindo um novo território social e cultural. (MST.p.55.2013)

Os assentamentos que constituem a região de Sorocaba possuem uma riqueza que está além dos territórios que o caracterizam, ou, até mesmo, como um espaço de produção de alimentos. Os assentamentos de reforma agrária articulam a dimensão da história, da cultura, da política e da economia enquanto possibilidade de sobrevivência de homens e mulheres trabalhadores. Os assentamentos de reforma agrária são a expressão da constituição de um novo espaço, um cenário que envolve a trama das memórias aqui investigadas.

Na presente pesquisa houve a necessidade de delimitar a análise, privilegiando a seleção de três assentamentos que compõem a regional de Sorocaba, em decorrência da impossibilidade de abranger todos os assentamentos diante das condições de prazos para efetivação da pesquisa e da dificuldade de obter entrevistas das mulheres nos assentamentos. Dessa maneira, trataremos com mais detalhes o contexto dos assentamentos onde obtivemos as possibilidades de ter entrevistadas.

Os assentamentos são territórios oriundos dos processos de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, que foram conquistados com processo de organização dos movimentos sociais. Não há como mencionar os assentamentos sem associá-los aos processos de luta por reforma agrária.

Leite (2012. P.110) afirma que “a emergência dos assentamentos rurais no cenário da questão agrária brasileira é um dos fatos marcantes que caracterizam especialmente o período que vai da década de 1980 até os dias atuais”.

Os assentamentos de reforma agrária são territórios que expressam a complexidade da produção e reprodução da vida, de cultura. Na visão de Molina (2003), os assentamentos são espaços do trabalho, da moradia, do estudo, da produção de alimentos, que passam a estabelecer uma relação de cuidado com os recursos naturais; dessa maneira, são espaços que extrapolam a significação da terra restrita ao meio de produção em si.

Carter e Carvalho (2010) atentam para o cuidado com uso do termo “assentamento de reforma agrária”, em que se constrói uma ideia homogeneizante sobre os assentamentos. Os autores demonstram que os assentamentos de reforma agrária se caracterizam por um universo altamente diversificado.

Mesmo diante de uma condição de precariedade, oriunda de uma política de reforma agrária insuficiente, os assentamentos se configuram como espaços que trazem

à sua existência a diversidade entre as dimensões econômica, social, política e cultural, e complementam que essas dimensões podem se articular dialeticamente, a depender das condições expressas nesse espaço, como por exemplo o número de famílias assentadas, das suas origens geográficas, das histórias de vida (incluindo as relações de trabalho, sociais, religiosas e políticas em que estavam inseridas), da microrregião do país onde esse assentamentos constituiu, da forma como se deu a luta pela terra e da capacidade de organização dessas famílias para resistir na terra.

Segundo Carter e Carvalho (2010), a formação dos assentamentos rurais possui uma importância estratégica, possibilita resgatar a dignidade de diferentes grupos sociais, contribui na redução dos cinturões de miséria que envolvem quase todas as cidades do Brasil, além de ter dinamizado muitas economias locais, aumentando o poder aquisitivo dos assentados, tanto nos gêneros alimentícios como nos bens de consumo em geral: eletrodomésticos, insumos e implementos agrícolas.

A perspectiva de fortalecimento do comércio local a partir do aumento da oferta e da diversidade de alimentos produzidos localmente ajudou a baixar o custo e melhorar a qualidade da nutrição em vários municípios do interior, especialmente com a promoção das feiras livres, quando há a preocupação com a produção de alimentos saudáveis, sem uso de insumos e agrotóxicos.

Nos assentamentos existentes no território paulista, incluindo os assentamentos da região de Sorocaba, são visíveis os impactos na economia local, pois, em nível interno, eles melhoram a renda das famílias, diversificam a produção e garantem às famílias o acesso a uma alimentação de melhor qualidade. Externamente, os assentamentos rurais ampliam as oportunidades de trabalho, gerando, portanto, uma nova dinâmica no meio rural.

Pensando os assentamentos como expressão da luta pela reforma agrária e do significado de luta por outro modelo de sociedade atribuído aos assentamentos, não se limita à luta pela distribuição de terras, mas agrega outra dimensão e necessidades, a luta por demais direitos sociais, acesso a crédito, assistência técnica, educação, saúde, ao lazer, o que demonstra o caráter dessas lutas pela organização e efetivação dos projetos de assentamentos enquanto luta de classes, e com preocupação com os rumos da humanidade e do uso e acesso dos recursos naturais.

Diante desse contexto, a preocupação com o desenvolvimento socioambiental

emerge como uma possibilidade de resistência dos projetos de assentamentos e tem tomado centralidade, nos debates e ações em torno do desenvolvimento sustentável, elaborando formas que superem o modelo de agricultura convencional, que vem sendo orientado pelo mercado neoliberal, e pela modernização da agricultura, desde a década de 1960, desconsiderando a diversidade existente na agricultura familiar camponesa. Dessa maneira, a produção de alimentos saudáveis, a cooperação e agroecologia são novas substâncias com potencialidade de força política nos assentamentos.

Ressalta-se a importância do cuidado com os recursos naturais e as condições de vida humana, que colocam o assentamento como um espaço em disputa. Esses dilemas são vivenciados pelas mulheres, homens, jovens e crianças nos assentamentos diante da situação estrutural, como a falta de acesso a recursos naturais básicos, como água para consumo e produção.

Esse fenômeno passa a dar uma nova substancialidade à luta pela reforma agrária, de não concebê-la estritamente como meio de produção, mas de vida, de cultura.

Bergamasco e Norder (2010) afirmam que a implantação dos assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo apresenta uma considerável heterogeneidade, apontando três fatores que influenciam essa heterogeneidade: (1) as variadas trajetórias de vida dos assentados e assentadas; (2) a influência de diversos mediadores na organização de sua mobilização por terra e as formas específicas de organizações coletivas criadas nos assentamentos; além disso, há também (3) políticas governamentais diferenciadas voltadas para a criação e a administração dos assentamentos.

Essas características heterogêneas também estão materializadas nos assentamentos que fazem parte da regional de Sorocaba.

Uma característica interessante que deve ser salientada sobre os assentamentos que compõe a região de Sorocaba é a diminuição das fronteiras entre o rural e o urbano, diante da proximidade que esses assentamentos possuem em relação às cidades, que mesclam diferentes universos culturais, se interpenetram nas dificuldades socioeconômicas, oriundas das dificuldades já colocadas na vida de quem vive da agricultura, fruto dos processos de desigualdade socioeconômica no campo (Silva e Jesus, 2010).

Diante dessa situação, as assentadas e assentados acabam por buscar empregos para complementar a renda familiar nos espaços da indústria e do comércio das proximidades.

A diluição das fronteiras entre o rural e o urbano é uma das questões sobre o futuro dos assentamentos quando a temática é a juventude. Os jovens que buscam superar os bloqueios de exclusão, impossibilitados de trabalhar na terra em decorrência da ausência de infraestrutura, situação imposta pelo modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura, que se mantém sob as bases da monocultura, do latifúndio, da exploração e exportação, como condição histórica.

Esses jovens buscam alternativas de acesso à educação, ao emprego, à capacitação de mão de obra, ao lazer, à saúde, ao acesso às tecnologias de comunicação, que têm prioridade no território da cidade.

Castro (2004) traz uma importante contribuição nesse sentido, que pode ser associada aos demais processos a respeito do discurso da migração nos assentamentos rurais, afirmando que fronteiras rurais e urbanas são constantemente diluídas no cotidiano no processo de transitoriedade entre cidade e campo, constituindo verdadeiro “bricolage” de linguagens e comportamentos.

A relevância do tema sobre o desenvolvimento socioambiental que vem sendo elencadas nas ações nos assentamentos e no MST reflete a preocupação com um modelo de produção que tenha condições de pensar a complexidade cultural da dinâmica dos assentamentos, busca construir novos valores na relação entre o ser humano, a natureza e os meios de produção.

Esse processo tem suas marcas nas contradições enquanto fruto do processo de enfrentamento à lógica do capital. Na relação entre o Movimento Sem Terra e o Estado¹² é muito presente a estrutura de organização de assentamentos proposta por este último. Há o fortalecimento do individualismo familiar nos assentamentos na região de Sorocaba. Ou seja, eles são assentamentos que não possuem uma infraestrutura necessária que viabilize seu desenvolvimento social, cultural e econômico. Esta estrutura se torna ainda mais complexa quando se busca discutir a viabilização de

¹² Entenda-se o Estado, representado nos assentamentos do estado de São Paulo pelas instituições MDA, em instância federal, e sua expressão no poder estadual e local pelo Inca. E no estado de São Paulo o ITESP.

projetos e políticas públicas que envolva o desenvolvimento socioambiental.

O acesso a recursos básicos como a água se constitui como um dos problema dos assentados e assentadas até os dias atuais. Os assentamentos são carentes de um espaço mais centralizado que possibilite maior sociabilidade. São poucos assentamentos na região que têm agrovilas para a aproximação dos assentados, em muitos não existem espaços sociais, ou, quando existem, são precarizados.

Essa situação de precariedade na qual se encontram os assentamentos é reflexo de uma condição histórica em que as políticas públicas em diferentes governos foram insuficientes para a realização substancial da reforma agrária.

Diante desse quadro, projeto de desenvolvimento socioambiental e a reforma agrária estão intrinsecamente ligados aos sujeitos que vêm construindo sua resistência nos assentamentos. Esse processo está associado a ações que têm uma potencialidade de busca pela liberdade, pela emancipação humana e, por isso, são necessárias profundas transformações no campo.

Os assentamentos, assim como a reforma agrária, estão inseridos numa dinâmica de ofensiva das forças do capital sobre os bens da natureza, que não necessariamente se destinam à produção, mas a uma política de incentivos dos governos e estados para o seu desenvolvimento.

Oliveira (2007) afirma que nos últimos seis anos a reforma agrária foi incorporada aos interesses do agronegócio. Destaca-se dois aspectos a) a distribuição pelas regiões brasileiras e seus respectivos estados, que demonstra que a política de reforma agrária é a de não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e b) de fazê-la nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Então, a reforma agrária brasileira está definitivamente relacionada à expansão do agronegócio no país, a concepção de reforma agrária de mercado.

Isso leva a uma nova dinâmica de ampliação da disputa pela terra. A dinâmica da luta pela terra da seguinte forma: a reforma agrária *versus* o latifundiário. A partir da crise de 2008, a terra voltou a se tornar um ativo econômico. Isso transformou a disputa reforma agrária *versus* agronegócio, que vai tomando outros contornos para além da disputa por terra, mas por um modelo de desenvolvimento. Na visão de Azaleia:

Sim, sim! É, a gente sabe, que o agronegócio é morte, é o verdadeiro caminho para a morte! Até porque quem trabalha, quem mexe, quem

é do agronegócio não pertence à nossa classe, não é, não é... entendeu? Eu acho, é isso que eu estou falando, quem é da classe mais simples aí? Principalmente quem trabalha a nível de reforma agrária, ele tem que pensar na vida, e a vida é trabalhar orgânico, trabalhar com a agroecologia, procurar trabalhar isso aí que se chama alimentação saudável, trabalhar a saúde, a educação, a união, é isso que tem que fazer, porque... e entender o que é agronegócio! Porque quem entende sabe muito bem que não é vida, nada de...(AZALEA, entrevista realizada em 13/08/2013)

O olhar de Azaleia nos mostra que as construções histórica e cultural oriundas da atividade e das experiências vivenciadas na agricultura levam à construção de uma política com forte recorte de classe, em que se coloca em foco a condição humana dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. E na sua experiência histórica e existencial que desemboca na bandeira política em defesa da vida e contra o agronegócio. A forma de se produzir alimentos com o uso de insumos e agrotóxicos coloca em risco a vida de toda a família trabalhadora rural e também de quem consome os produtos.

Por isso, se repensa um modelo de produção que tem por objetivo a promoção da vida no sentido de não auferir lucros ao preço da morte, da reprodução de doenças, conforme o modelo produtivo hegemônico, como, por exemplo, o agronegócio consorciado a outras indústrias que produzem medicamentos. A agroecologia passa a ser uma alternativa de produção ao modelo de produção convencional, carro chefe do agronegócio, e sua implementação questiona as bases de interesses do agronegócio. De acordo com carta publicada no III ENEA¹³:

Nossos debates mostraram que a questão agrária se mantém com centralidade no século XXI. Na base das crises ambiental, energética e alimentar estão as crescentes demandas e disputas pela terra. As narrativas sobre escassez de alimentos e a preservação ambiental buscam justificar a necessidade de matéria prima e terra. As mudanças do Código Florestal, o favorecimento às monoculturas, beneficiadas, inclusive, pela expansão dos perímetros irrigados, o crescimento da mineração e a execução dos grandes projetos fazem parte dessa agroestratégia. Por essa razão, assistimos à intensificação sem precedentes dos conflitos socioambientais. A sobreposição de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios de comunidades tradicionais expulsa populações, frequentemente sem fazer valer os mecanismos de consulta prévia e informada da Convenção 169. Não se reconhece que a preservação ambiental desses territórios se deve aos saberes e fazeres dessas populações em sua relação com a natureza. Por isso, defendemos a recategorização de Unidades de Conservação, garantindo seu uso sustentável com a

¹³III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em maio na cidade de Juazeiro, Bahia, que contou com a participação de três das quatro entrevistadas.

presença das populações que lá vivem.

É esse contexto de enfrentamento que as mulheres encaram em suas ações e envolvimento com seus trabalhos em agroecologia nos assentamentos da região de Sorocaba.

A Região Administrativa (RA) de Sorocaba é formada por 79 municípios, que ocupam 41.077 km² ou 16,5% do território paulista. Totalizando 18 assentamentos, que correspondem a 7,2% com 1.351 famílias (DATALUTA 1979-2011/ Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012. www.fct.unesp.br/nera).

Na região existem Projetos de Assentamentos (PA): Porto Feliz, Iperó, Itapetininga, Itapeva, Itaberá, Avaré e Iaras. Para os assentamentos de abrangência a região de Sorocaba MST, a região de Sorocaba se subdivide em três grandes regionais: Sorocaba, Itapeva e Iaras.

No MST, a regional de Sorocaba abrange os assentamentos: Capão Alto, localizado no município de Itapetinga, com 18 famílias, seu processo enquanto projeto de assentamento iniciou-se em 1983, posteriormente em 1985 o assentamento CAIC, no município de Porto Feliz, onde vivem 83 famílias. Quase doze anos depois, outro Projeto de Assentamento se materializava na região o Ipanema, que data de 1997, com 151 famílias, Horto Bela Vista, com 31 famílias, 1998, e o 23 de Maio, que possui 43 famílias. Nos referidos assentamentos, o domínio de terras está sob a gestão de duas entidades: o INCRA/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o ITESP/ Instituto de Terras do Estado de São Paulo, a primeira de abrangência federal e a segunda estadual. O INCRA se caracteriza por ser uma autarquia do Governo Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criada a partir do decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Sua estrutura regimentar foi criada a partir do decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, com a redação alterada e atualizada pelo decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009¹⁴.

A segunda se caracteriza como órgão responsável pelas políticas agrária e fundiária do Governo do Estado de São Paulo e colabora com a União na reforma agrária, destinando terras públicas estaduais para o assentamento de trabalhadores rurais sem-terra. Também colabora na prestação de assistência técnica aos produtores rurais

¹⁴ Fonte: http://reforma-agraria-no-brasil.info/mos/view/O_INCRA/

assentados e na realização de vistorias em terras particulares¹⁵.

Cabe ressaltar que foram os processos de luta pela terra que confluíram na conquista de assentamentos na região de Sorocaba, que contribuíram para o fortalecimento e consolidação do MST como um movimento social. Dessa forma, os assentamentos que compreendem a região de Sorocaba têm uma relação intrínseca com a história dos assentamentos.

A história dos assentamentos é indissociável da história de constituição do MST. Os processos de lutas pelos assentamentos sempre estiveram associados à participação de vários membros que viviam a experiência da luta aos Encontros Nacional do MST, a gestação e articulação estadual do Movimento e do Primeiro Congresso Nacional do MST. Estas experiências fortaleceram o processo de formação do MST no estado (FERNANDES, 1994).

Um dos assentamentos mais antigos na região é o Assentamento CAIC (Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora), com vinte e oito anos de existência. Esse assentamento, assim como os demais, é fruto do processo de espacialização¹⁶ que se estende de 1985 a 1993 do MST no Estado de São Paulo.

Esse assentamento foi fruto da luta do grupo Sumaré III, que agregava trabalhadores que tinham suas origens no trabalho com a roça e possuíam o desejo de voltar para suas origens. Esse processo se inicia em 1985 com uma série de reuniões. Segundo Fernandes (1994) as lutas realizadas na região de Campinas significaram uma referência estratégica para a constituição do MST.

No processo de territorialização da luta pela reforma agrária, conseqüentemente, de gestação do MST no Estado de São Paulo, se envolveram nessa luta homens e mulheres de Matão, de Hortolândia, Jardim Danadae, Jardim Dona Fátima e de Limeira, Nova Veneza. Esse processo de espacialização da luta pela terra e territorialização do MST no Estado de São Paulo teve muita influência da teologia da libertação, e dentre as diversas formas de lutas contou com marchas em acampamentos, até a conquista do

¹⁵ <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/faq.aspx>

¹⁶ Fernandes (1994) define especializar como o ato de registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É “escrever” no espaço através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST.

Projeto Assentamento CAIC¹⁷. Sobre esse processo Rosa relata:

A primeira moradia minha foi no município de Sumaré perto de Campinas, bairro Matão e ali tinha o seminário Nova Veneza que o pessoal era engajado na teologia da libertação. Então tem companheiros que a gente vê nomes na luta até hoje, que a gente foi daquele período foi muito, muito promissor, vamos dizer assim, e nessa formação dos animadores de bairros nós vimos a necessidade para a construção da Pastoral da Terra, no início tinha Pastoral Rural, e aí foi as ocupações de terra, a luta pela reforma agrária, e aí eu participei ativamente na organização do primeiro grupo Sumaré, que é Sumaré I, é, eu dava catequese na comunidade. Só da minha turma tinha 40 alunos de catequese, desses mais da metade dos pais foram para ocupação no primeiro momento, é... é... foram ocupar uma área em Araraquara, depois, é lógico, foram tocados pela polícia, vieram embora e foram assentados ali em Sumaré, aí foi Sumaré II, que também teve toda uma luta por ali e Sumaré III, que chamava por número assim, é o pessoal que tá assentado aqui em Porto Feliz, que é na CAIC, acamparam lá na BOSCH, fizeram caminhadas, que hoje tem seu Miltão.... Então é assim, Eu vi seu Miltão ir para a luta, isso foi muito dez, assim, sabe por isso que quando eu encontro com ele, é, tenho muito muito carinho, porque quando eles tavam lá no grupo três acampado na BOSCH, que a gente ia lá a gente via ele, e seu Miltão é mineiro, mineirada se identifica muito rápido, né? Eu lembro dele, ele não lembra de mim porque ia muitos apoio tinha muita gente da comunidade, mas eu lembro dele né, nesse período já nas lutas, bastante ativo e depois foi, é a gente organizou quarta luta dali de campinas né? Que foi para promessa essa luta foi com 350 famílias já meu marido quis ir junto, por todo motivo, eu já não queria ir junto, eu me achei na cidade, achava que era por ali, e eu tava conseguindo, tinha dois trabalhos e trabalhava em casa também de costureira, então tinha me virar mil, já com as quatro crianças. Mas ele quis ir, foi ficou uns dois meses, falei se eu não for eu vou criar esses meninos sozinha, e fui pra luta dos sem-terra lá em Promissão. (ROSA, entrevista em 07/08/2013)

¹⁷ Fernandes (1994) afirma que a origem dessa nomenclatura em numeração grupo de Sumaré I, II, III e IV representa, na história da formação do MST no Estado de São Paulo, o processo de espacialização da luta pela terra na territorialização do Movimento. O grupo I foi formado a partir das reuniões realizadas na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Sumaré. Diversas famílias das cidades de Campinas e Cosmópolis participaram dessas reuniões e fizeram parte do grupo. Depois de formado, o grupo I realizou duas ocupações nos municípios de Araraquara e Araras, e foi assentado em Sumaré. Da mesma forma, o grupo II, depois de formado, realizou duas ocupações em Sumaré, onde foi assentado, primeiro em um assentamento emergencial (Horto Boa Vista) e depois no Horto de Sumaré. Quanto ao grupo III, este viveu um processo diferente. Com o crescimento do número de famílias nas reuniões, foi necessário realizar reuniões em outras comunidades, nos municípios de Campinas, Paulínia, Indaiatuba, Nova Odessa, Santa Gertrudes e Limeira. Esse grupo ocupou a fazenda experimental em Nova Odessa, depois de várias tentativas de negociação saíram da fazenda e acamparam no trevo da Bosch (via Ahanguera) em Campinas. Finalmente, depois da caminhada de 100 quilômetros até São Paulo e das negociações com o governo estadual, as famílias foram assentadas em Porto Feliz.

A Teologia da Libertação, uma das vertentes progressista da Igreja Católica, contribuiu na gestação de base, de organização de pessoas para as ocupações de terra no Estado de São Paulo, e Rosa, como catequista, contribuiu muito no processo da massificação para a construção da luta, onde foram para promessa cerca de 350 famílias. Ela parte para Promissão na luta do MST, que deu origem ao assentamento Reunidas, a fundação da Associação dos Pequenos Produtores Pe. Josimo Tavares, que em 1992 se tornou a COPAJOTA Cooperativa de Produção Agropecuária Pe. Josimo Tavares, da qual Rosa foi presidente.

Foram muitos os acampamentos formados na década de 1980 com o objetivo de retomar os processos de luta pela reforma agrária. Concomitantemente, a organização da luta criou o assentamento.

Atualmente, as famílias que vivem no assentamento CAIC enfrentam, em seu cotidiano, diversas dificuldades no que se refere ao acesso às condições de vida digna e ao desenvolvimento e apoio da produção. É possível referenciar situações cotidianas, como a falta de água, falta de acesso a créditos, assistência técnica e a tecnologias voltada à agricultura familiar.

Em 2006, essas dificuldades se agravaram em decorrência da implantação de um empreendimento de luxo voltado a pessoas de alta renda, que faz divida territorial com o assentamento.

Durante a construção do empreendimento, Fazenda Boa Vista utilizava a estrada do assentamento para transportar os materiais de construção para a obra, causando impactos sociais e ambientais negativos no local à grande parte das famílias assentadas, com consequente perda da produção. Margarida ilustra esse processo:

Mandioca, plantamos mais de três alqueires de mandioca e perdemos tudo, eu nunca tinha ido pra roça, daí acho que fazia uns quatro cinco meses, não, eu vim pra cá em fevereiro e plantamos em setembro, ficamos uns quinze dias, eu e ele plantando mandioca, nossa não fico um pé, foi três meses sem chuva. Depois, outro problema foi a vinda do condomínio aqui perto do assentamento, deu bastante problema no começo, isso sem contar as ruas que os muitos caminhões passavam, material de construção direto, as ruas foram ficando cada dia mais esburacada, a pontinha lá em baixo, a pontinha lá é precária. Então chegou ao ponto de quase desabar. Uma época a gente tinha até medo de passar lá e desabar, mais aí também com as reclamações o condomínio começou a ajudar, passar a máquina, a dar uma ajeitadinha, mas foi muito o impacto ambiental, foi grande... Mas com tantas reclamações que foi tendo no ITESP acabou ajudando e eles mesmo pediram, fizeram um acordo com o condomínio para mudar a

entrada pra lá, acabaram com a festa do pessoal, o comércio teve que mudar tudo pra lá, mas agora a gente pode plantar de novo, se você mora num assentamento a proposta é que você possa plantar... (MARGARIDA. Entrevista realizada em 09/09/2013)

No assentamento CAIC, atualmente existem duas cooperativas: a Cooperativa de Produção de Prestação de Serviços dos Assentados e Pequenos Agricultores de Porto Feliz e Região – COOPAP – e a COMAPRE (Cooperativa Mista de Agricultores, Apicultores, Pecuaristas e Pescadores de Porto Feliz e Região), presidida por uma mulher. Ambas desenvolvem programas de compra direta P.A.A.

Retomando o processo de espacialização do MST, um processo importante, que merece destaque e está interseccionado à história do assentamento CAIC é a consolidação da luta pelo P.A. Ipanema.

Em 16 de maio de 1992, consequência do mesmo movimento de espacialização do MST, a Fazenda Ipanema, situada na região de Sorocaba, a 110 km da capital paulista, é ocupada por cerca de 500 famílias. Essa é uma área de propriedade da Marinha do Brasil – ARAMAR¹⁸, do INCRA e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – e estava praticamente abandonada. Na época da ocupação, foi criada a Floresta Nacional, a propriedade da fazenda foi transferida para o IBAMA, hoje sob a gerência do Instituto Chico Mendes ICM-BIO.

Em noventa a gente já fazia visita no acampamento em Promissão, tinha o acampamento lá, na Reunidas, que depois se tornou assentamento e fazíamos visitas, sempre a gente estava em contato com Sumaré, é o assentamento de Sumaré I e II, e lá tinha os companheiros que nos orientavam tanto eu como Boaventura, que era nós dois estávamos sempre lá e aí... a gente era orientado sobre a importância de um acampamento e depois se tornar um assentamento da reforma agrária. E aí nós fazíamos aquelas conversas como era o MST, o que acontecia, o que o MST era, acontecia no momento com a militância com o povo que acampava, com isso a gente, eu pelo menos fiquei assim eu ficava totalmente é animada, eu ficava assim vibrando com o momento de ter uma ocupação que eu pudesse participar diretamente do acampamento, e quando eu saí do hospital pra vir pro acampamento, aquilo pra mim foi um sonho, uma

¹⁸ ARAMAR; É um centro experimental de pesquisas nucleares da Marinha do Brasil, construído na década de 80, que tem o objetivo de desenvolver pesquisas de propulsão para submarino nuclear.

mudança total... eu andava totalmente de branco, e vim pra um acampamento que eu saí daquela rotina, e mais o atendimento, as pessoas eram... era o máximo, então eu ficava numa felicidade muito grande, é com isso pra mim foi uma, um aprendizado, sabe? Porque foi através do Movimento Sem Terra, dessas ocupações, que não foi só o acampamento de Ipanema, depois foi pra escola Nacional, aprendi bastante, o trabalho aí da militância com outros companheiros e aí a gente foi pra vários outros acampamentos, que hoje são assentamento. (AZALEIA Entrevista realizada em 13/08/2013)

A participação de Azaleia se dá no processo de espacialização do MST no Estado de São Paulo. Nesse processo, ela se torna sujeito das ações de mobilização que ocorreram em Sumaré, posteriormente na organização da ocupação da fazenda Reunidas em Promissão, quando ela passa a se entusiasmar com a luta. Todo esse envolvimento com o acampamento se deu através da Comunidade Eclesiais de Base. Cabe ressaltar que esse apoio não se restringia à Igreja, mas envolvia a Central Única dos Trabalhadores – CUT, o Partido dos Trabalhadores – PT e outras entidades progressistas.

A participação de Azaleia trazia em sua vida uma dimensão de transformação e justiça social enquanto valor a ser cultivado num projeto para a humanidade, como forma de humanização.

A transição realizada da função de enfermeira para militante do MST trazia um elemento de crítica vivenciada por Azaleia na relação com trabalho alienado, reprodutivo, numa condição de subalternidade; ela sai de uma condição passiva para ativa, com dimensões pedagógicas coletivas. Entra num cenário onde ela também pode ser protagonista dos rumos de sua vida através da luta enquanto conquistas e possibilidades coletivas.

Ferrante, Duval e Gênero (2006) afirmam que o assentamento Ipanema vivenciou uma relação conflituosa com a administração da Floresta Nacional, verificada desde o início da criação do assentamento, em que se alegava que a ocupação dessa área, que envolvia um grande número de famílias, poderia trazer impactos ambientais. Depois de anos, com a mudança da diretoria da Flona, foi amenizada após assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre os órgãos INCRA e ICM/Bio, acompanhado pela AGU, no ano de 2010. Este acordo visa à transição agroecológica da produção no assentamento para solução da questão fundiária na área,

visto que o PA está situado na zona de amortecimento da unidade.

Assentamento Ipanema traz em sua trajetória histórica a resistência à implantação e expansão do Centro Experimental Aramar.

A luta realizada em busca da concretização do assentamento Ipanema traz em seu histórico uma perspectiva de luta pela vida, de contraposição ao Programa Nuclear Brasileiro, à política nuclear, que difundia a concepção militarista de segurança nacional. Esta teve expressão de uma luta de repercussão internacional envolvendo vários setores da sociedade.

Costa (2002) afirma que o Centro Tecnológico de Aramar foi um grande opositor da implantação do projeto de assentamento na área. Essa área representa uma vasta riqueza em recursos naturais, como terra e existência de barragens com água em abundância.

Nesse sentido, podemos analisar que há uma contradição posta na disputa por esse território, principalmente no que se refere à questão dos recursos naturais. Desde os primórdios do acampamento esse enfrentamento persiste e, atualmente, a partir de 2008 vêm sendo retomadas as articulações para a implantação do Programa do Submarino Nuclear Brasileiro. Ou seja, a situação apresentada se configura como um processo de luta de classes, em que os assentados e o MST reivindicam um modelo de projeto para a área, enquanto a Aramar representa outro.

Mas apesar desse contexto de instabilidade, passos que representam o fortalecimento do modelo de desenvolvimento sustentado pelo MST foram dados, conforme este documento do INCRA (2008):

O P.A Ipanema, ao revés, resultou no acordo firmado com o IBAMA, o qual repassou parte da área ao INCRA e, dessa forma, pode ser viabilizado o assentamento. Tanto é assim que o Instituto ambiental não possui problemas com o assentamento, mas está, isto sim, desenvolvendo trabalhos com o INCRA visando a uma transição agroecológica que culminará com a transformação do atual projeto de assentamento em um Projeto Sustentável, de forma a viabilizar a exploração sustentável e a preservação dos recursos naturais da FLONA.

Atualmente o assentamento Ipanema possui 150 famílias, que se organizam através de Cooperativas e associações. Dentre elas, Cooperativa Agropecuária Filadélfia de Fruticultores, Avicultores e Pecuaristas de Gado Confinado – COAGROFIL, a Cooperativa dos Produtores Familiares 16 de Maio – COOPMAIO, a Cooperativa de

Produção Agropecuária de Agricultura Familiar São Jorge – COOPAS, Associação José Guilherme Stecca Duarte dos Produtores Agroecológicos e Biodinâmicos da Reforma Agrária da Região Sorocabana e APROBIO, ARDA (Associação Regional de Desenvolvimento Agrário) que possui sede em Itapetininga, mas tem abrangência de atuação nos assentamentos de Iperó.

As Associação APROBIO, ARDA e COOPAS desenvolvem trabalhos com enfoques diferenciados, mas têm como princípio a produção sustentável, perspectivas de transição agroecológica, de produção de alimentos orgânicos, de forma que já desenvolveram várias experiências e projetos de capacitação para os assentados e assentadas visando à produção de alimentos orgânicos e agroecológicos.

A COOPAS e a APROBIO objetivam facilitar o acesso às tecnologias aos assentados e assentadas, adquirindo equipamentos como tratores, caminhões e microtratores para consolidar uma produção agroecológica e orgânica¹⁹ nos assentamentos.

Cabe ressaltar que uma das associações, a ARDA, é presidida por uma mulher.

O assentamento Horto Bela Vista também é fruto da luta realizada no município de Iperó. Nesse contexto, militantes que surgiram dos processos de lutas do assentamento Ipanema, que se dispuseram a organizar trabalhos de base pelos

¹⁹ Aqui ênfase a importância de produção agroecológica e orgânica, pois ambas as associações se diferenciam quanto à concepção dessas formas de produção. A agroecologia é a junção harmônica de conceitos das ciências naturais com conceitos das ciências sociais. Essa perspectiva afirma agroecologia como ciência dedicada ao estudo das relações produtivas entre homem e natureza, visando sempre a sustentabilidade ecológica, econômica, social, cultural, política e ética e se destaca por ser antagonista ao agronegócio, por evidenciar os malefícios da produção centrada na monocultura, na dependência de insumos químicos e na alta mecanização, da concentração de terras produtivas, da exploração do trabalhador rural e o consumo não local da respectiva produção. As práticas agroecológicas se baseiam na pequena propriedade, na mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos. Portanto, não se pode pensar em agroecologia como “ciência neutra”, já que há em suas pesquisas e aplicações claro posicionamento político. A produção orgânica pode ser agroecológica ou não, os produtos orgânicos não fazem uso de produtos químicos sintéticos ou alimentos geneticamente modificados. A filosofia dos alimentos orgânicos não se limita à produção agrícola, estendendo-se também à pecuária (na qual o gado deve ser criado sem remédios ou hormônios), e também ao processamento de todos os seus produtos: alimentos orgânicos industrializados também devem ser produzidos sem produtos químicos artificiais, como os corantes e aromatizantes artificiais. Pode-se quase resumir toda sua essência filosófica num desprezo absoluto por tudo que tenha origem na indústria química. Todas as demais indústrias: mecânica, energética, logística, são admissíveis, desde não muito salientes. Produtos orgânicos costumam ser significativamente mais caros que os tradicionais, tanto por causa do maior custo de produção, quanto pelo seu marketing (que explora uma imagem de “apelo ecológico”). Além disso, esses produtos serem orgânicos não os livra de serem produzidos nos moldes da agricultura convencional ou da monocultura: eles apenas não usam da química como principal meio de combater pragas, e fazendo uso dessa propaganda, “livre de agrotóxicos”, juntamente com a mídia do “selo verde”, que é uma certificação que impede o pequeno produtor de comercializar seu produto como orgânico, que o mesmo alcança preços absurdos e atingem um determinado tipo de consumidor, o de alto poder aquisitivo. (fonte:www.amaranthus.esalq.usp.br)

municípios próximos da região de Sorocaba contribuíram na sustentação da luta até a data em que este se tornou um projeto de assentamento. A ocupação se inicia com um acampamento em George Oeterer, bairro próximo à fazenda Ipanema, em 1998.

No período de três meses o acampamento permaneceu nesse local; posteriormente, se locomoveu para as proximidades da antiga fazenda Horto Bela Vista, que pertencia à FEPASA (Ferrovia Paulista S.A). Essa luta estava num contexto de lutas estaduais, em que 17 outros hortos estavam em processo de pleito pelo MST. Girassol revela que não demorou muito para o acampamento se tornar assentamento:

Já morava em Iperó. Ficamos aqui, aí quando saiu, assim as pessoas, o negócio do Sem Terra, que era um espanto aqui, todo mundo ignorava. O meu marido entrou para a luta e aí nós ficamos, era lá do lado da Celina, ficamos nas barraquinhas na mata, depois viemos para beira da pista. Logo já saiu a terra, não custo muito. Depois fomos para Bela Vista, ficamos na Vila Bela Vista, depois deixei meu filho lá e logo saiu o sítio aqui, e nós ficamos no sítio. Começamos a plantar, plantava bastante mamona, arroz, milho, muita abóbora. (GIRASSOL. Entrevista realizada em 09/08/2013)

Durante o período de 2006 a 2011, o assentamento HBV enfrentou processos de disputas territoriais, de forma que havia projetos de desapropriação de algumas famílias do assentamento para a ampliação do Parque Industrial. Esse processo foi freado mediante a comprovação de que esses lotes mantinham produções agroecológicas e orgânicas, e representavam um grande potencial de desenvolvimento no que se refere a uma agricultura socialmente justa e economicamente viável.

Após a mudança do prefeito no município esse projeto foi congelado, e a agricultura obteve minimamente um espaço de visibilidade com a implantação da Feira do Produtor e de alguns trabalhos de incentivo à agricultura familiar a partir da Secretaria de Meio Rural, Ambiente e Turismo – SERAT.

Muitas atividades os assentamentos realizam em conjunto, diante da proximidade de localização e das características culturais muito semelhantes.

No contexto de ambos os assentamentos, estes possuem características urbanas. O Horto Bela Vista, faz divisa com o distrito industrial de Iperó, o Assentamento Ipanema está localizado a cerca de 110 km da capital paulista e cerca de 18 km de Sorocaba, o que representa grandes possibilidades de comercialização dos produtos, ou seja, é um assentamento rural-urbano. Essa análise também contempla os Assentamentos CAIC e Ipanema, pois ambos se localizam muito próximos a cidades

centro, o que influencia na cultura e nas relações de trabalho em torno do assentamento.

Cabe salientar que nos assentamentos Ipanema, Horto Bela Vista e também Carlos Lamarca, existem a organização de núcleos de famílias mistos, produtores associados e não associados em nenhuma das organizações como cooperativas, associações ou movimentos sociais, com objetivo de obter a certificação e o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Na região de Sorocaba, até o presente momento, existem três OCS, a Terra Viva, no assentamento Carlos Lamarca, Unidos Venceremos, Assentamento Bela Vista e Terra Nossa no assentamento Ipanema²⁰.

Por fim, é possível verificar, a partir das contradições vivenciadas no cotidiano e na história dos assentamentos da região de Sorocaba, que estes são territórios de resistência camponesa (diante do modelo de produção que dá base às experiências de produção em transição agroecológica) na luta pela reforma agrária, territórios que estão em constante disputa diante do contexto do desenvolvimento econômico para o campo brasileiro. Nesse sentido, ressalta-se o fortalecimento no último quinquênio, a reforma agrária de mercado.

Os três assentamentos nos quais foi possível aprofundar o olhar nesta pesquisa apresentam enfrentamentos cotidianos em relação à falta de acesso à água, a infraestrutura, tecnologia, assistência técnica adequada a demandas e projetos dos assentados, estruturação das escolas de assentamentos, construções de espaços destinados à higienização, beneficiamento e à produção, espaços comunitários, situações e condições explícitas pelas memórias das mulheres de forma incomum. Todas essas dificuldades estão associada à dimensão econômica, à problemática do endividamento das famílias, como a falta de acesso a novos créditos, da renegociação das dívidas que dificultam a situação das mulheres e de suas famílias para que a produção no lote pode ser viabilizada.

²⁰ O Ministério de Agricultura e Pecuária define esse sistema de certificação como Controle Social na Venda Direta – a legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Exige-se, porém, o credenciamento numa organização de controle social cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. (fonte: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/orientações-técnicas>)

3.1 - Considerações sobre o contexto do Neoliberalismo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Como afirmamos anteriormente, a história e a constituição dos projetos de assentamentos na região de Sorocaba possuem uma intrínseca relação com o processo de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. Para tanto, é necessário compreender o MST no contexto dos Movimentos Sociais.

O conceito de Movimentos Sociais no âmbito da sociologia não se apresenta homogêneo, mas caracteriza-se por uma grande complexidade divergente. No entanto, cabe destacar que esse conceito já possui uma caminhada histórica no que se refere às formas de interpretar os fenômenos de organizações coletivas.

A análise sobre os movimentos sociais não pode se configurar como se um paradigma fosse uma forma à qual irá enquadrar o objeto movimento social, classificando-o. Esse fenômeno se apresenta em um movimento dialético, em constante metamorfose, que, a partir de suas experiências de lutas, ressignifica a sua atuação e recria concepções e conceitos a partir da práxis, e no contexto da luta pela terra e pela reforma agrária é impossível não mencionar o MST.

É diante dessa histórica e social que, nos trinta anos de luta do MST, foi se enriquecendo e complexificando seu papel na luta pela reforma agrária no país. No decorrer de seu desenvolvimento, a luta pela terra vai adquirindo contornos de classe e a busca pela emancipação humana, da igualdade entre homens e mulheres de forma mais profunda. De acordo com Rosa:

Então quando eu disse lá para você que nos acampamentos participam muitas mulheres, é já de imediato quando vai ter um conflito com a polícia as mulheres que têm é toda a preocupação com a luta pela vida. Nós não estamos no palco de guerra, a primeira marca minha, minha, eu to falando minha de que a reforma agrária é a luta pela vida, foi desse confronto, de ter participado de uma luta, antes de ir para o acampamento, aonde a tropa de choque veio e nós mulheres íamos à frente nos gritando “nossa luta não é por guerra, não é por morte, é pela vida”! Eu to falando da gente enfrentando o aparato policial, aí quando a gente consegue fazer as primeiras hortas comunitárias, aquelas hortas já começam a produzir muito alimento, a gente começa a perceber que as crianças ganham mais vida, as crianças ficam mais coradinhas, mais saúde, mais disposição,

mais alegria. Fica mais potencializado aquilo que se espera numa criança. Então começamos a fazer avaliação nas reuniões disso, isso é motivo pra gente lutar, isso é vida! Quando a gente pode ver as crianças brincar livremente a gente já vincula isso é vida! E quando a gente vai fazer a análise da produção de como os meus pais foram expulsos do campo porque tinham que passar veneno. De que aquilo era morte, muitos foram intoxicados, uns guardaram doenças por longos anos, outros morreram logo em seguida, porque o veneno não mata só os insetos, mata as pessoas, e depois mais na frente vamos descobrindo que os resíduos que ficam de veneno na produção também adocece e mata as pessoas. Então nós não queremos uma reforma agrária que repita o projeto de morte para as pessoas, nós queremos colher alimentos saudáveis para poder gerar vida, para que esse alimento consiga de fato cumprir sua missão para que veio, para nutrir as pessoas, para restaurar as pessoas e não para causar uma doença, até porque a gente não tem indústria farmacêutica para poder sobreviver de venda de medicamento. Essas coisas vão fazendo um link a partir da vivência que a gente tem, da reflexão daquilo que vamos fazendo.

Então, tem muitos dilemas e contradições, e de algo que a gente talvez não consiga fazer muita reflexão disso. (ROSA. Entrevista realizada 07/08/2013)

Esse processo está marcado na caminhada histórica do MST, um movimento social que ainda resiste em seu caráter classista, e que tem firmado como bandeira de luta estratégica a reforma agrária desde a década de 1980. Mas ressalta-se que o conceito de classe desse movimento tem sido ressignificado a partir das experiências práticas de outras lutas de caráter identitárias, que, embora muitas vezes tenham sido interpretadas com certa hostilidade, impuseram contradições internas ao próprio movimento, como é expresso desde os primórdios da constituição do setor de gênero em 1984, como um espaço de visibilidade e voz da participação das mulheres.

Esse processo se expressa na luta das mulheres em busca de participação e igualdade substantiva. Elas trazem para o interior do movimento de luta pela reforma agrária as perspectivas do gênero e do feminismo, forjando nas ações diárias os espaços de visibilidade e participação que deram base para a agroecologia, como um novo projeto de produção que questione as bases da produção convencional.

É no processo de participação das lutas que a consciência vai tomando seus contornos de consciência de classe, não de forma abstrata ou teórica, coisificada, mas pela necessidade de interpretação e ação das contradições vivenciadas no cotidiano da luta, com o vínculo de cada qual no processo de produção, como, por exemplo, as hortas

de quintais.

É no conjunto de acontecimentos e enfrentamentos que as mulheres vão percebendo a função do aparato policial e jurídico do Estado e da reprodução do próprio machismo.

Quando a luta é pelo meio de produção, pelo controle deste, se percebe a manifestação e o enfrentamento ao machismo em sua dimensão micro ou macro.

A terra é o meio de produção historicamente expropriado dos povos, percebe-se a dimensão da concentração desta e da legitimação da propriedade privada. É no enfrentamento cotidiano que vai se desvelando o conteúdo de disputa e enfrentamento, seja com a polícia, ou com o marido que se identifica como o “dono”, o proprietário do lote. De acordo com Azaleia:

Sim, encontrei e encontro até hoje, e encontro até hoje muitas vezes, hoje, por exemplo, se eu faço algumas negociações com o homem, com qualquer um companheiro por aí, uma negociação de plantio, chamo para conversar o que dá pra produzir no momento, eles muitas vezes não vai me dá a mesma resposta que ele podia dar para o meu companheiro, ou daí por diante... Então eu sinto que é... e aí quando ele não me dá resposta ele vai dar para o meu companheiro, meu companheiro vem e passa para mim aquilo que eles deveria ter falado comigo, então existe sim, porque eu não sei se é não acreditar no que a mulher fala, por exemplo, e a gente percebe essa reação até mesmo nos vizinhos o que eu converso com a mulher é diferente com o homem é porque ele é o “o dono do lote”, é mais ou menos isso, então tem uma diferença. (AZALEIA entrevista realizada em 13/08/2013)

É desse cotidiano, do enfrentamento ao processo de desvalorização, exclusão e discriminação que brota sentido do grito de ordem “Em defesa da vida contra o agronegócio!”, em defesa da vida dos trabalhadores e trabalhadoras, os condenados e condenadas da terra.

É nesse processo que questiona, se denuncia, se avalia o modelo de produção da agricultura que tem prejudicados os trabalhadores rurais, expropriando-os da terra, por ser um modelo de concentração de terras, de exploração do trabalho destes e ainda de consumo que põe em risco a saúde e a vida dos trabalhadores.

Essa experiência cotidiana de enfrentamento e significação da vida e da luta vai

construindo outra consciência, a consciência de seu papel no mundo. No caso das mulheres Sem Terra e assentadas, essa experiência provoca o sujeito a uma tomada de posição diante do mundo. Essa experiência de enfrentamento explicita interesses, conflitos antes não percebidos.

Mas no contexto atual, com a repressão velada em torno dos movimentos sociais, os meios que possibilitam a formação dessa consciência têm se enfraquecido diante do fortalecimento e hegemonia do Neoliberalismo.

Os movimentos sociais têm fundamental importância no que concerne à efetivação dos direitos cidadãos na ordem burguesa, para que estes possam factualmente sair do âmbito formal e se tornar direito material. Nessa direção, a definição de Souza (2008, p.9) acerca do conceito de Movimento Social nos esclarece:

O movimento social se refere a uma organização sociopolítica, cuja expressão empírica é dada pela manifestação conjunta de pessoas, movida por determinados interesses e carência. O conceito de Movimento Social no meio acadêmico surgiu na primeira metade do século XIX, por volta de 1840. A Revolução Industrial foi o contexto de emergência dos movimentos sociais, especialmente em um cenário de separação entre os trabalhadores e os meios de produção. O movimento social era sinônimo de desordem.

Cabe ressaltar que, ao longo da história da humanidade, sempre houve rebeliões, revoltas, ações de protestos, e conforme o pensamento de Marx, a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes. O conceito de Movimento Social, neste período da Revolução Industrial, estava sob uma análise mais voltada à organização e ação dos proletários sindicalizados como, por exemplo, das greves.

Dessa forma, o olhar analítico sobre os movimentos sociais se dá sob diferentes prismas, estes conflitantes, que fundamentam, por conseguinte, diferentes paradigmas. Gohn (2007) pontua as diferenças entre quatro grandes paradigmas de movimentos sociais: o marxista, o norte-americano, o dos Novos Movimentos Sociais (NMS) e o latino-americano.

É pertinente ressaltar que esses paradigmas teóricos refletem o período e o contexto histórico, econômico, social e cultural da simbólico onde emergiram os seus conceitos que caracterizam os movimentos sociais, e, por esta razão, apresentam uma

grande diversidade em relação aos seus objetivos.

Estes fizeram uma releitura do marxismo ortodoxo, deslocando o eixo das determinações exclusivamente econômicas para outros campos da vida social, como o cultural. Embora estes estudos mantenham as categorias básicas marxistas, eles representam uma releitura da ala do marxismo clássico, tradicional, tido como ortodoxo. Nessa direção, Gohn (2007.171) afirma:

A análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. As revoluções são pontos deste processo, quando há ruptura da "ordem" dominante, quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas.

Gohn (2007) pontua algumas considerações sobre o paradigma clássico, para além da visão economicista, trazendo a dimensão das lutas sociais na perspectiva cultural e sociopolítica, dimensões da vida humana que se interseccionam dialeticamente. Destaca também as reflexões acerca da transformação das condições existentes na realidade social e do próprio desenvolvimento do modelo de sociedade capitalista e das opressões. Nessa perspectiva, pode-se considerar o processo de exploração das mulheres, assim, como a exploração dos recursos naturais que desembocam em processos de lutas feministas e ambientais. Estas bandeiras de lutas estão sendo incorporadas no interior dos movimentos sociais classistas, como por exemplo o próprio MST.

Dessa forma, é possível observar que se configura um dualismo acerca dos paradigmas dos Movimentos Sociais Clássicos e dos Novos Movimentos Sociais, mas um dualismo aparente. Não se trata de deslocar para a análise um paradigma pronto e acabado a ser reproduzido em um determinado objeto de análise a ser enquadrado em um determinado paradigma.

Do ponto de vista dos Movimentos Sociais Clássicos, as categorias de classes sociais, contradições, as práxis são categorias ainda atuais, no que se refere à

interpretação dos movimentos sociais que visam a superação do padrão civilizatório capitalista.

Mas nesse processo estão envolvidos sujeitos, de forma que as dimensões da identidade humana não estão desvinculadas das condições socioeconômicas, e nem das análises macroeconômicas, e estas estão articuladas em uma dimensão natural, social e cultural simbólica de forma dialética no que se refere ao ser humano.

Para Gohn (2007), movimentos sociais são fenômenos históricos, decorrentes de lutas sociais, e que com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam, e estes vão perdurar: enquanto a sociedade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos.

A perspectiva de superação das desigualdades sociais só pode ser superada em outro modelo de sociedade, a socialista, pois as desigualdades sociais, políticas, culturais e estruturais se configuram como antagonismos materiais fundamentais do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002).

Estas perspectivas se conformam num processo histórico, que com os processos de transformação da sociedade, característicos do próprio avanço das forças produtivas, do desenvolvimento tecnológico e do capital, vão sendo ressignificadas e reinventadas pelas ações dos sujeitos e precisam ser reinterpretadas, não somente reproduzidas.

O conceito de classe se mantém fundamental para as interpretações acerca dos Movimentos Sociais, mas não basta em si como um conceito unívoco e explicativo acerca dos problemas que envolvem a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os processos de transformação do sistema capitalista de produção, baseados na crise sindical, na crise dos partidos políticos, sob a égide do Neoliberalismo, impõem novos desafios aos movimentos sociais e, conseqüentemente, novas formas de interpretação desse fenômeno, que desembocam na crise da representação.

As lutas identitárias têm um potencial mobilizador, e possuem também uma potencialidade no processo de formação da consciência, quando estas não ficam presas em si, mas dimensionam a possibilidade de conquista de emancipação somente com o processo de transformação social.

Como exemplo, podemos fazer referência à luta das mulheres consorciada à luta pela agroecologia, a opressão vivenciada pelas mulheres Sem Terra, exploração da

natureza, apenas será freada, com a transformação desse sistema social, haja vista que, para a sua reprodução, este depende da exploração das mulheres trabalhadoras, através do trabalho reprodutivo e também da exploração dos recursos naturais.

Assim, a definição de *experiência* trabalhada por Thompson (1981) é compreendida no *fazer-se*. Evidencia-se a dialética do processo prático de lutas dessas mulheres e de sua constituição como sujeitos sociais e de seu protagonismo. Articulam também possibilidades de ação diária à perspectiva histórica de gênero e classe por outra perspectiva de desenvolvimento para o campo, com base na agroecologia como modelo de produção alternativo e de humanização, e que está dando base a outra concepção de reforma agrária: a reforma agrária popular.

3.2 A luta por reforma agrária popular: resistência ao desenvolvimento do Capitalismo no campo e seu processo de mundialização

Em meados de 2000, o MST passa a ressignificar, a partir do acúmulo de suas lutas e experiências, uma nova concepção de reforma agrária, a reforma agrária popular. Para o MST, a reforma agrária popular:

se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de propriedade da terra; de organização da produção e da relação do ser humano e natureza (MST, 2010, p.43)

Essa concepção de reforma agrária destaca três aspectos importantes: a relação com o processo de desconcentração e distribuição da terra; as relações de produção; e relação entre mulheres e homens em busca da igualdade entre estes, e destes com relação ao uso dos recursos naturais e da matéria-prima.

No contexto dos assentamentos e acampamentos, esse processo passa a ser traduzido na prática cotidiana com a produção de alimentos saudáveis, a cooperação, a agroecologia e a participação das mulheres como estratégias de viabilização dos princípios e objetivos da Reforma Agrária Popular.

De acordo com o MST, a Reforma Agrária Popular, seus princípios e medidas contemplam os interesses do povo, e não os do mercado ou do capital, e esta

reforma agrária deve ser realizada independente do apoio dos setores da burguesia, ao contrário da Reforma Agrária Clássica, que pressupõe uma aliança com os burgueses interessados em desenvolver o mercado interno.

Tradicionalmente, os projetos de assentamentos criados pelos governos sempre seguiram o paradigma da Reforma Agrária Clássica, onde se distribui a terra pensando em transformar os camponeses em consumidores das mercadorias industrializadas na cidade, desconsiderando a importância do campesinato²¹ (MST, 2013).

Essa concepção também se configura como resposta de resistência ao processo de fortalecimento do capital no campo, fundamentado sob as bases do agronegócio e em caráter de mundialização deste.

Ao longo de sua existência, o Capitalismo tem se metamorfoseado, em suas diversas dimensões, desde a sua estrutura produtiva, dos sujeitos envolvidos na luta de classes, das instituições jurídicas que regem as relações econômicas, dos organismos internacionais que ordenam a economia mundial, do padrão de concorrência intercapitalista, dos mecanismos de intermediação financeira e, principalmente, da forma de manifestação e superação de suas grandes crises (PRONI, 1997, p. 2-3).

Esse contexto afetou a organização do próprio Capitalismo no campo, ou seja, o próprio Capitalismo se recria a partir da incorporação e ressignificação dos elementos que o combatem. Nesse sentido, ressaltamos novamente a afirmação de Rosa: “É que o Capitalismo tem que se renovar, ele é meio burro, então as forças populares dão bastante ideias para eles se renovam também, mas ainda não têm força de romper com isso”. Rosa aqui ressalta a dimensão e força do Capitalismo e sua capacidade de recriação incorporando em seu interior linguagem e políticas de cunho progressista e revolucionário.

Stédile (2010) afirma que, atualmente, a burguesia industrial não tem interesse em realizar a Reforma Agrária Clássica, assim os movimentos camponeses brasileiros consideram que se faz necessário lutar por uma Reforma Agrária Popular.

Um modelo baseado na agricultura diversificada (em vez de monocultivo), priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, garantindo a soberania nacional no controle das sementes.

²¹ Fonte: <http://www.mst.org.br/congresso6/Reforma-Agraria-popular-por-terra-e-soberania-alimentar>

Stédile (2010) enfatiza a necessidade de instalar pequenas e médias agroindústrias em todos os municípios do Brasil, na forma de cooperativas, além de universalizar o acesso à educação em todos os níveis para os trabalhadores do campo, pois para libertar as pessoas da opressão da humanidade, da humilhação e da exploração, o conhecimento e a educação são condições primordiais.

Diante dessa afirmação é possível visualizar as novas possibilidades engendradas pelo desenvolvimento da ciência e da técnica no interior do Capitalismo, que transformam as relações sociais de produção, interferindo em culturas e comportamentos humanos, mas que também vêm reproduzindo a lógica da concentração do capital, da exploração do trabalho humano e acirrando ainda mais o abismo das desigualdades socioeconômicas.

É no sentido dessas transformações que a definição de Capitalismo não se restringe apenas a um modelo econômico, mas sim a um sistema que organiza a forma do ser humano de pensar, agir e sentir, ou seja, organiza as relações sociais. Na visão exposta por Harvey (2011 p.41):

O capital não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro. Os capitalistas, que põem esse processo em movimento, assumem identidades muito diferentes. Os capitalistas financistas se preocupam em ganhar mais dinheiro emprestando a outras pessoas em troca de juros. Os comerciantes compram caro e vendem barato. Os proprietários cobram aluguéis porque a terra e os imóveis que possuem são recursos escassos. Os rentistas ganham dinheiro com royalties e direitos de propriedade intelectual. Comerciantes de bens trocam títulos (por ações e participações, por exemplo). Até mesmo o Estado pode atuar como um capitalista, por exemplo, quando usa as receitas fiscais para investir em infraestruturas que estimulem o crescimento e gerem mais receitas em impostos.

Na exposição de Harvey (2011), podemos visualizar a amplitude das relações estabelecidas no processo de circulação do dinheiro em busca da ampliação de capital. Esse processo não se restringe apenas a uma relação estritamente econômica, mas se insere no universo das relações sociais, que condicionam até mesmo a identidade, diferenciadas entre os próprios capitalistas, dentre os constituintes da classe capitalista, os financistas, os comerciantes, os proprietários de terras e imóveis e até mesmo o próprio Estado. Essa relação se estende a relação contraditória, à relação de exploração, estabelecida entre proprietários dos meios de produção, os capitalistas e os operários.

Para Meszáros (2002) o Capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital.

O conceito de capital enquanto uma relação social, fundamentada na teoria do valor desenvolvida por Marx em O Capital, não define o capital como algo em si, mas sim como uma relação social estabelecida entre os capitalistas, proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, com a sua força de trabalho. Na Apresentação da Obra O Capital, Tomo I, Gorender (1996, p.34) sintetiza o significado do capital enquanto relação social:

A fim de que o trabalho acumulado nos bens de produção assumam a função de capital é preciso que se converta em instrumento de exploração do trabalho assalariado. Em vez de coisa, o capital é *relação social*, relação de exploração dos operários pelos capitalistas. As coisas — instalações, máquinas, matérias-primas etc. — constituem a encarnação física do trabalho acumulado para servir de capital, na relação entre o proprietário dessas coisas e os operários contratados para usá-las de maneira produtiva.

Nesse sentido, o trabalho ainda se configura como categoria pertinente, este é a atividade humana que conforma as relações de produção, conseqüentemente organiza as relações sociais. Todo valor resulta do trabalho, tanto o valor de uso, como posteriormente o valor de troca na sociedade capitalista, é determinada pelo trabalho, processo esse, exclusivo ao homem e a mulher. Para MARX (1985, p.297):

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, *actu*, força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potentia*. Para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer as necessidades de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir. A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada.

Com base na teoria do valor desenvolvida por Marx, a relação do trabalho humano abstrato passa a ser representada pelo valor da mercadoria, e que o valor (valor

de troca) passa desenvolver a forma dinheiro²² e, posteriormente, na circulação das mercadorias M-D-M. Adiante com sua análise, fundamentada na teoria do fetichismo, esse processo se configura expresso na seguinte formulação D-M-D, o autor demonstra que os produtores privados passam a se relacionar mediados pelas coisas (passam a ser animadas e personificadas), que passam a ter formas sociais, o que ele denomina de reificação, determinando as relações sociais da propriedade privada, processo em que o fetichismo da mercadoria se prolonga e se amplifica no fetichismo do capital. Para Marx (1985.p.261):

Viu-se como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzida a mais-valia, e da mais-valia, mais capital. A acumulação do capital, porém, pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias.

Esse processo, em que o dinheiro é transformado em capital, passa a estabelecer uma relação entre o capitalista e os trabalhadores no universo da produção, o capital produtivo passa a ser a relação social em que o trabalhador assalariado produz a mais-valia para o capitalista, se configurando como um processo articulado sob uma lógica de produção e reprodução. Segundo Marx (1996.p.211):

O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz, por conseguinte, não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado.

Nessa mesma perspectiva, Braz e Netto (2012) afirmam que as relações sociais são próprias das atividades econômicas, delineiam-se como processo que envolve a produção e a distribuição dos bens que satisfazem as necessidades individuais ou coletivas dos membros de uma sociedade.

Nessa mesma direção, Fernandes (1994) destaca que o capital se configura como uma relação social em decorrência do estabelecimento da relação de expropriação e de

²² De acordo com Marx (p.222), “Como medida dos valores e como padrão dos preços, o dinheiro exerce duas funções inteiramente diferentes. É medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano, padrão dos preços por ser um peso fixado de metal. Como medida de valor, serve para transformar os valores das mais variadas mercadorias em preços, em quantidades imaginárias de ouro; como padrão dos preços, mede essas quantidades de ouro. Na medida dos valores, as mercadorias se medem como valores; o padrão dos preços, ao contrário, mede as quantidades de ouro em um *quantum* de ouro, e não o valor de um *quantum* de ouro no peso do outro”.

exploração. Consequentemente, produz, de um lado, os exploradores e, de outro, os explorados. Produz a fartura e a fome, sendo este um caráter da contradição do desenvolvimento capitalista.

O modo de produção capitalista, enquanto a sociedade produtora de mercadorias, pode ser caracterizado como um modo de produção que tem como bases fundamentais a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca dos diferentes trabalhos privados (CATANI, 1984.p.20).

Nos limiares do século XXI, o Capitalismo se apresenta em sua fase mundializada, uma nova fase de seu desenvolvimento, que tem como marco de surgimento o início do século XX, sob a hegemonia do capital financeiro, em que as empresas transnacionais têm um papel central no controle da produção e circulação das mercadorias. As definições acerca dos rumos econômicos estão cada vez mais centralizadas na organização das sociedades transnacionais, na relação estabelecida no comércio mundial entre os “jogos” de exportações e importações. Chesnais (2000. p.01) descreve esse processo:

Um terço do comércio mundial resulta das exportações e das importações feitas pelas empresas pertencentes a grupos industriais que têm o estatuto de sociedades transnacionais, enquanto que o outro terço tem a forma de trocas dita “intragrupos”, entre filiais de uma mesma sociedade situadas em países diferentes ou entre filiais e a sede principal. Estas trocas não são “livres”, mas altamente planejadas. Elas não se efetuam no “mercado”, mas no espaço privado interno dos grupos, e são faturadas a “preços de transferência” internos, fixados, sobretudo, de modo a escapar o quanto for possível do imposto.

Este é um processo que afirma a dominação política e social do Capitalismo. O conceito de mercadoria passa a ganhar força em sua materialidade e, enquanto potencialidade ideológica, regula a lógica da vida humana.

É sob esse contexto que o desenvolvimento tecnológico tem centralidade, sistemas de comunicação via satélites e a cabos, consorciados às novas tecnologias de informação e à microeletrônica, possibilitam a conexão em tempo real dos mercados, das finanças e da produção, o que culmina em uma certa ilusão acerca do progresso técnico.

Nessa direção, Chesnais (2000) destaca o papel desse desenvolvimento tecnológico na relação entre capital e trabalho no processo de mundialização do capital, ou seja, este desenvolvimento tecnológico, apesar de realizar promessas no campo da

emancipação humana, esteve subordinado à lógica na internacionalização do capital:

As oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias, predominantemente as tecnologias da informação aplicadas à produção industrial e a teleinformática (*telematics*), foram usadas pelos grupos tanto para organizar seu processo de internacionalização quanto para modificar fortemente suas relações com a classe operária, em particular no setor industrial. O aumento muito grande da produtividade no setor manufatureiro e nas atividades de serviço concentradas (“industrializadas”), assim como o restabelecimento espetacular da rentabilidade do capital aplicado nesses setores, devem-se ao jogo combinado de fatores tecnológicos e organizacionais. (CHESNAIS, 1995,p.8)

Mesmo diante dessas transformações, pouco se alteraram a lógica de funcionamento e as suas leis. O objetivo é aumentar o nível de concentração e centralização do capital, reproduzindo a lógica reprodutiva em todas as esferas de sociabilidade, principalmente a de controle. Conseqüentemente, isso vem ampliando cada vez mais a relação de exploração do trabalho e da natureza. Essa mesma lógica tem aumentado as desigualdades e a miséria crescente, ampliando seus desenhos sobre o globo mundial.

Os termos globalização e global têm ganhado espaços que, de forma naturalizada, vêm se propagando nas mídias e pesquisas acadêmicas, consolidando-se no campo das Ciências Sociais. O termo globalização vem sendo utilizado desde os anos 80, fazendo a junção entre o universo acadêmico e o universo dos negócios. Segundo Chesnais, o termo tem raízes no início dos anos 80, nas escolas americanas de administração de empresas:

O adjetivo “global” surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres “business management schools” de Harvard, Columbia, Stanford etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae (1985 e 1990), o americano M. E. Porter – ou em estreito contato com elas. Fez sua estreia mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal. (CHESNAIS, 1996, p. 23)

Dessa forma, esse termo carrega em si o sentido e significado de apresentar um mundo sem fronteiras, o fim da nacionalidade das empresas, que se configura como um processo de internacionalização do capital e, conseqüentemente, do aumento das

desigualdades sociais. Esta é uma das razões pela qual não há uma burguesia nacional interessada em realizar a Reforma Agrária Clássica.

As abordagens que fazem uso do termo globalização que corriqueiramente vêm sendo mais difundidas têm sido as de abordagens liberal, neoliberal e a social-democrata, como teorias políticas, teorias econômicas e ideologias de partidos e governos que defendem e implementam essas perspectivas.

Hobsbawn (2007), no ensaio *Globalização, Democracia e Terrorismo*, problematiza as consequências advindas do processo de aceleração enorme e contínua da capacidade da espécie humana de realizar modificações no planeta através da tecnologia, da atividade econômica e da globalização.

Este autor afirma que, desde a década de 1960, é efetivo o avanço acelerado da globalização, onde o mundo é concebido como conjunto único de atividades em interconexão que não são estorvadas pelas fronteiras locais que, conseqüentemente, desencadearam um profundo impacto político e cultural, no qual se afirmou um mercado a dominância de um mercado global livre e sem controles (HOBSBAWN,2007).

Hobsbawn pontua três observações sobre a globalização: a primeira se refere à acentuação das desigualdades econômicas e sociais no interior das nações e, entre elas, vislumbra em que medida as desigualdades internacionais podem estar sofrendo pressões decorrentes das ascensões das economias asiáticas, tanto ameaça aos níveis de vida relativamente astronômicos dos povos do Velho Norte, quanto impossibilidade prática de alcançar condições semelhantes de vida para as vastas populações de países como Índia e China, que passaram a produzir suas próprias tensões internas e internacionais.

A segunda observação realizada pelo autor se refere à sensibilidade para que ao menos se beneficiam da globalização, engendrando uma crescente polarização de pontos de vista a seu respeito, a visão propagada pelos empresários, que podem reduzir seus custos utilizando mão de obra barata de outros países, profissionais da alta tecnologia e os formandos em cursos de educação superior, que têm possibilidades de conseguir trabalho em qualquer economia de alta renda e por conseguinte, os que não estão. É por essa razão que, para aqueles que vivem dos salários oriundos dos empregos dos velhos países desenvolvidos, o início do século XXI inaugura uma conjuntura

sinistra, pois o mercado livre global afetou a capacidade de seus países e sistemas de bem-estar social. Em uma economia global, estimula-se a competitividade entre homens e mulheres de outros países que tenham as mesmas qualificações, mas passam a receber uma fração dos salários vigentes no Ocidente, e sofrem nos seus próprios países as pressões trazidas pela globalização, instaurando o exercito de reserva dos trabalhadores.

A terceira observação se refere ao impacto político e cultural da globalização, desproporcionalmente grande, em que a imigração é um problema político substancial na maior parte das economias desenvolvidas no ocidente.

Apesar de Hobsbawn fazer uso do termo globalização, o autor deixa nítidas as implicações negativas propagadas pela globalização no que se refere ao acirramento das desigualdades sociais e da concentração de capitais, ou seja, essas facetas da globalização são ocultadas por uma visão quase naturalizada e positiva na sociedade, como uma unificação mundial representada pela globalização dos mercados como fenômeno positivo, em que se rompem as fronteiras, apregoando o desenvolvimento econômico e desenvolvimento das novas tecnologias como fenômenos inexoráveis com vistas à composição de uma aldeia global.

Milton Santos (2000) discorre sobre a globalização afirmando que esta é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, e que para entendê-la em qualquer tempo histórico é necessário entendê-la sob o olhar do estado, da técnica e da política.

O autor afirma que a globalização é concebida, em sua visão, como fábula, falácia e perversidade sistêmica, pois ela oculta as verdadeiras dimensões do desemprego crônico, da pobreza, da fome disseminando nos diferentes países, especialmente os ditos periféricos, no sistema capitalista. Mas ele apresenta a possibilidade de outra globalização, apostando que as mesmas bases técnicas podem servir a outros objetivos se forem postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos, tanto no plano empírico como teórico (SANTOS, 2000).

Mas conforme as ideias de Santos e Spósito (2005), o argumento fundamentado nas contradições sociais oriundas desse processo, da discrepância entre o discurso propagado pela globalização e seus efeitos, na materialidade das relações sociais evidenciam o seu caráter ideológico, no qual algumas teorias explicitam algumas opiniões, se referindo a esta como fábula, perversidade, falácia, mitos e ideologias, o

que faz com que esse termo possa ser classificado como um eufemismo resultante da nova ordem global vigente visando manter sua hegemonia.

Diante do aspecto ideológico propagado no termo globalização, François Chesnais propõe o uso do termo mundialização do capital, que acarreta no uso de uma perspectiva analítica conceitual e metodológica de inspiração marxiana, oriunda dos estudos franceses na década de 1970, nos quais se compreende o processo de internacionalização da economia oriunda dos movimentos da produção e acumulação do capital. Para Chesnais (1995, p. 11):

O uso da expressão “mundialização do capital” denuncia uma filiação teórica que corresponde àquela dos estudos franceses dos anos 70, de inspiração marxiana, sobre a internacionalização do capital. Pode-se enriquecer a abordagem com a contribuição de trabalhos anglo-saxões sobre a “produção internacional”, a “internalização dos custos de transação”, a economia das mudanças técnicas e a teoria das formas de mercado (o oligopólio internacional).

Chesnais (1995) explica que a o uso do termo “mundialização” colado ao conceito de capital visa registrar o fato de que parte dos segmentos mais decisivos dos mercados financeiros na atualidade é mundializada com modalidades e instrumentos variados. O autor reitera que o campo no qual se desenvolve o capital industrial concentrado (campo este que podemos também designar como o âmbito que as empresas transnacionais definiram para elaborar suas estratégias “globais”) é aquele das relações constitutivas do oligopólio mundial, o qual domina os mercados (e também as formas de mercado) internos até mesmo nos países mais fortes.

O mesmo autor destaca que, para aqueles que apregoam o mercado como finitude em si, o termo passa a disseminar a globalização da concorrência, o suposto efeito da abertura das fronteiras sobre o crescimento do intercâmbio de bens e serviços e as virtudes crescentes dos fluxos internacionais de capital de curto prazo.

A mundialização é resultado de *dois* movimentos conjuntos, estritamente interligados. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o Capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan." (CHESNAIS,1996. p. 34)

Para Chesnais (1995), são raros os termos econômicos tão impregnados de ideologia quanto o representado pela palavra “globalização”, que na atualidade passa a constituir um *slogan* das organizações econômicas internacionais :

No alvorecer do século XXI, a globalização constituiria a própria expressão da “modernidade”, notadamente por ser o resultado das “forças do mercado” finalmente liberadas, pelo menos parcialmente, das correntes nocivas com que o Estado lhes manietou durante meio século.(CHESNAIS. 1995.p.3)

É na perspectiva elaborada por Chesnais de “mundialização do capital” que Ariovaldo Umbelino de Oliveira constrói sua teoria acerca do processo de mundialização na agricultura.

Nessa perspectiva, para que se possam entender as relações de produção estabelecidas no campo, é necessária a compreensão de que a economia brasileira integra essa internacionalização, uma característica ímpar do Capitalismo, ter surgido contendo virtualmente a sua mundialização.

Como pressuposto, é necessário esclarecer que a agricultura demorou a despertar a atenção dos interesses capitalistas. Isso em decorrência das limitações postas pela natureza, que só foi possibilidade quando o desenvolvimento das tecnologias deu condições de exploração dessa atividade e do controle desta através das multinacionais.

Um marco a ser destacado nesse processo se denominou Revolução Verde, criada em Washington no ano de 1966. Mas o processo que deu origem à criação do conceito de Revolução Verde iniciou em 1940. Goes (2009.p. 20-21) esclarece, sobre o processo de nascimento da Revolução Verde e do seu discurso ideológico:

Esse processo foi conduzido e financiado inicialmente pelo grupo Rockefeller, através da fundação de mesmo nome, sediada em Nova Iorque. Utilizando um discurso ideológico de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome no mundo, o grupo Rockefeller expandiu seu mercado consumidor, fortalecendo a corporação com vendas de verdadeiros pacotes de insumos agrícolas, principalmente para países em desenvolvimento como Índia, Brasil e México.

A Revolução Verde passa a se configurar como um marco importante porque inaugura o processo de modernização da agricultura no campo e, conseqüentemente, o princípio de mundialização da agricultura, atualmente conformado sob as formas atuais, o agronegócio. Ela traz como conseqüência uma série de transformações nas relações de produção estabelecidas no campo, abrangendo das formas e usos de tecnologias na

agricultura, ao padrão de alimentação das pessoas e as condições de saúde, tanto para quem produz o produto agrícola, quanto para quem o consome.

Dessa maneira, no processo de organização da produção das mercadorias agrícolas, instaura-se a racionalidade do capital, caracterizada pela produção em larga escala, em uma mesma área contínua, especializada em monocultivo de um determinado produto, objetivando o alcance da produtividade máxima do trabalho e da rentabilidade econômica, destinados à exportação. Nesse sentido, o processo de mecanização do campo vem ganhando cada vez mais espaço, assim como a utilização de fertilizantes químicos e de agrotóxicos.

Marca da lógica da industrialização no campo, a produção agrícola passa a se subordinar à lógica do capital e buscar auferir o máximo de produtividade e lucro.

Segundo Oliveira (1994, p.51), o processo de desenvolvimento do Capitalismo na agricultura está marcado pela industrialização, internacionalizada, marcada pelas alianças e fusões com participação ou beneplácito do Estado, aprofundada nos governos militares e mantida pelos governos civis.

É importante retomar a ideia de que o Capitalismo ingressou numa nova fase, homogeneizado pelo capital financeiro e pelas empresas transnacionais, oligopolizadas. Essas empresas passam a controlar o mercado mundial das principais mercadorias. Dessa forma, o processo de produção das riquezas tem centralidade no trabalho no âmbito da indústria agrícola e do comércio.

Essa nova fase de desenvolvimento do capital trouxe mudanças estruturais na forma de organizar a produção das mercadorias agrícolas em todo o globo. Emergiu uma aliança com caráter de classe entre as empresas transnacionais, o capital financeiro, as empresas de comunicação e os grandes proprietários de terra. Oliveira (2012) descreve o contexto histórico que criou as condições para o estabelecimento de tais alianças:

No final do século XX, o modo capitalista de produção conheceu profundas transformações derivadas, de um lado, da crise e fim do Socialismo no leste europeu, e de outro, da consolidação do processo de mundialização do Capitalismo monopolista através do Neoliberalismo. Esse processo trouxe consigo a reordenação territorial em termos mundiais da formação, compra e fusões de monopólios econômicos que passaram a comandar a economia, igualmente, em termos mundiais. A novidade que trouxe foi a presença, no plano mundial, de monopólios formados em países emergentes, ao lado de processos de ascensão internacional de setores das burguesias

nacionais com apoio dos Estados. As associações entre empresas monopolistas internacionais com empresas nacionais transformaram ambas nas empresas mundiais. Ou seja, o capital disseminou-se pelos países emergentes, arrebataando setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais (OLIVEIRA, 2012, p.2).

Para Oliveira, a mundialização assume características do Capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital na escala mundial, gestando as empresas mundiais, que consolidam os oligopólios internacionais, processo que confluuiu nos Estados Unidos como potência econômica e militar mundial. Nesse cenário, as empresas multinacionais se configuraram como formas de organização mais avançadas de expansão do Capitalismo. Oliveira (2012, p.3) descreve:

As multinacionais são, portanto, a expressão mais avançada de um Capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que por sua vez, permitiram superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais. O domínio e expansão das empresas multinacionais, dessa forma, envolvem, simultaneamente, três processos relacionados: necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e existência de ações de governos a nível internacional.

É com base nos processos desencadeados pelas multinacionais norte-americanas que as empresas japonesas e europeias passaram a aprimorar o seu funcionamento, integradas ao sistema financeiro internacional de capitais. Oliveira (2012) exemplifica esse processo mencionando o exemplo da relação de interligação ou unificação das bolsas de valores de New York, Tóquio, Londres, Paris, Frankfurt, Milão, dentre outras que materializam o processo de mundialização do capital.

Dessa maneira, Oliveira (2012) afirma que a economia capitalista monopolista engendrou sua própria mundialização, extrapolando uma visão simplista de mundialização ou internacionalização da economia. Essa internacionalização é resultante dos processos de evolução dos diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo.

Oliveira (2012) afirma que o processo de mundialização esteve associado ao processo de fortalecimento do Neoliberalismo, engendrando várias transformações: 1) a primeira transformação corresponde ao combate neoliberal contra subsídios para a agricultura familiar e para agricultura camponesa; 2) o fim dos estoques governamentais

e a substituição das políticas de segurança alimentar; 3) a substituição dos estoques governamentais pelos estoques das multinacionais e o mercado como único regulador; e 4) transformação se refere à criação da Organização Mundial do Comércio – OMC, como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais.

A multinacionalização confluiu enquanto processo de transformação das empresas nacionais em empresas internacionais e multinacionais através da expansão por diferentes países via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações, que no campo do desenvolvimento do Capitalismo na agricultura confluiu no *agrobusiness*, ou no Brasil, o agronegócio.

Os fenômenos de internacionalização, multinacionalização e mundialização são faces do mesmo processo que se relacionam em interconexão. São expressões do processo de transformação do Capitalismo industrial e financeiro, centrado principalmente nas economias nacionais, para expansão de um Capitalismo centrado na economia mundial. Outro aspecto destacado pelo autor é o do papel dos Estados Nacionais, garantindo legitimidade à atuação das empresas multinacionais.

Esse processo é conformado em uma nova base de alianças entre as empresas multinacionais e os Estados Nacionais. É fato que essas empresas precisam do Estado Nacional para poder enfrentar a mundialização, porém, para se mundializar, o Estado Nacional precisa das empresas mundializadas para garantir sua legitimidade.

3.3 Os efeitos do agronegócio no campo e sua interface com Neoliberalismo: histórico e implicações no Brasil

Conforme discutimos anteriormente, o processo de mundialização do capital, que caracteriza um estágio do Capitalismo monopolista, apresenta-se como uma relação de complementaridade entre capital agrícola e industrial que diluiu as diferenças entre os setores rurais e urbanos, e se baseia no modelo agroindustrial, com a adoção da produção da monocultura, dos pacotes tecnológicos, atualmente aperfeiçoados, mas que tiveram origem no processo de modernização da agricultura, com o objetivo econômico de produção de *comodities* dependente do uso de insumos químicos e da mecanização. De acordo com Oliveira (2007 p.147):

O monocultivo de exportação, até então chamado de *agribusiness*,

ganhou sua expressão na língua portuguesa: o agronegócio. Como sempre lembra Carlos Walter PORTO-GONÇALVES, tratava-se de substituir e diferenciar a agricultura do agronegócio. Ou por outras palavras, tratava-se de distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e a atividade econômica da produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial.

Campos (2011) compreende que o agronegócio se configura como uma complexa articulação de capitais, direta e indiretamente vinculados com processos produtivos agropecuários, consolidado no contexto do Neoliberalismo, sob a hegemonia dos grupos multinacionais, com uma forte aliança entre latifúndio e Estado.

Oliveira (2007), Campos (2011) e Mendonça (2013) afirmam que o conceito de *agrobusiness* tem suas origens na *School Of Business Administration*, da universidade de Harvard, na década de 1950. Os americanos John David e Ray Goldberg, especificamente em 1957, lançaram o livro “*A Concept of Agribusiness*”.

Estes autores elaboraram uma concepção sistêmica da produção rural, uma perspectiva que apregoava a integração produtiva, ou seja, as análises econômicas baseadas nas clássicas divisões setor primário, setor secundário e setor terciário, que correspondem respectivamente aos setores da agricultura, indústria e serviços.

Campos (2011) esclarece que, na perspectiva sistêmica, a agricultura é concebida como parte de um sistema complexo do qual são partícipes indústrias fornecedoras de insumos, implementos, máquinas, transportes, armazenagem, beneficiamento e, conseqüentemente, abrangem os serviços de assistência técnica, contábil, logística, de créditos, entre outros.

A obra “*A Concept of Agribusiness*”, de Davis e Goldenberg (1957), tem como pressuposto que o campo estava passando por grandes transformações a partir de uma revolução tecnológica sob as bases do progresso científico que se desenvolvia na agricultura. Cabe rememorar que essa concepção sofre influências do contexto do pós-guerra em que se difundiu a Revolução Verde, caracterizada como uma grande transformação nas bases das técnicas agropecuárias.

Na visão de Devis e Golderberg (1957) *apud* Mendonça (2012), os componentes do *agrobusiness* envolvem proprietários de terras e industriais, associações de empresários, instituições de pesquisas, universidades, grupos de *lobby* e o governo, que assumiria o papel de apoiar o desenvolvimento de estudos e políticas de regulamentação

e comércio. Este complexo, descentralizado, segmentado e diversificado setor formaria parte relevante da economia, tanto em seu tamanho quanto por prover itens essenciais como comida e vestimenta.

Mendonça (2012) afirma que as elaborações de John Devis e Ray Golderberg extrapolam uma discussão teórica: estes protagonizaram o processo de disseminação do conceito de agronegócio como política governamental nos Estados Unidos. John Davis foi o ministro da agricultura no período governado por Eisenhower, e presidiu a *commodity* Credity Corporation, organizando também delegações para realização de conferências internacionais acerca do tema. Enquanto intelectual de Harvard, teve como objetivo reestruturar a forma de concepção da agricultura no país.

No caso brasileiro, o conceito de *agrobusiness* foi proposto como Complexo Agroindustrial. Aberto Passos Guimarães, em 1978, foi um dos primeiros a utilizar essa perspectiva. José Graziano da Silva (2007, p.2), sobre os Complexos Agroindustriais, afirma:

A formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) nos anos 70 se deu a partir da integração intersetorial entre três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura (moderna) propriamente dita e as agroindústrias processadoras, todas elas premiadas com fortes incentivos de políticas governamentais específicos (fundos de financiamento para determinadas atividades agroindustriais, programas de apoio a certos produtos agrícolas, crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos)

Silva (1993) analisa que o processo de constituição desses complexos é caracterizado por uma integração entre capitais agrários, bancários e industriais, de forma a abarcar uma articulação entre o Estado, setor financeiro e segmentos comerciais, gestando condições para a concentração e centralização dos capitais aplicados no setor agropecuário, assim como na propriedade da terra.

O conceito de CAI serviu como suporte teórico para profundas críticas ao processo de modernização da agricultura. Estas abordaram as análises das cadeias produtivas, mas também os impactos socioeconômicos, assim como as suas características, como a da concentração fundiária (CAMPOS, 2011).

O termo agronegócio no Brasil é difundido com maior força a partir da década

de 1990, quando entidades vinculadas aos setores agrário e agroindustriais²³ passam a propagá-lo entre os associados, órgãos governamentais, no mercado financeiros e, por fim, na mídia.

Dois aspectos merecem destaque acerca dessa articulação: o primeiro se refere à relação entre os capitais e o Estado, o que tem resultado num aumento nos investimentos dos complexos agroindustriais através de apoio institucional nas diferentes esferas que compõem o Estado brasileiro, o que ideologicamente tem propagado a visão do agronegócio como modelo de desenvolvimento rural e produção da riqueza no país; e o outro aspecto se refere ao contexto de implementação das reformas neoliberais, determinadas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI (CAMPOS, 2011).

Campos (2011) considera que o agronegócio é uma das faces do Neoliberalismo de expansão do capital no campo brasileiro. É na década de 1990, “coincidentemente” no mesmo período de difusão e fortalecimento do agronegócio, que se percebe um maior avanço das políticas neoliberais no Brasil, momento no qual o Estado reduziu drasticamente sua intervenção nos âmbitos econômicos e sociais, facilitando as condições de participação dos conglomerados estrangeiros em vários setores do agronegócio. Dessa maneira, há uma intensificação dos processos de concentração e centralização de capital nos complexos agroindustriais, e uma expansão espacial em várias das atividades do setor, gerando profundos impactos socioespaciais. Observa-se que a ascensão e crescimento do agronegócio como modelo hegemônico de desenvolvimento no campo foi suscitado pelas políticas neoliberais.

Cabe ressaltar as consequências gestadas pela implantação das políticas neoliberais no Brasil, que promoveram o aumento do desemprego, afirmaram o subemprego, a informalidade, o que, poderíamos falar, de precarização do mundo do trabalho, através da retirada dos direitos sociais, e a terceirização. Corrobora-se com a contextualização realizada por Anderson (1995. p.9) acerca das origens do Neoliberalismo:

Neoliberalismo enquanto fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O Neoliberalismo nasceu logo depois da

²³ Podemos exemplificar a CNA – Confederação Nacional da Agricultura, OCB – Organização das Cooperativas do Brasil, Abag – Associação Brasileira do Agronegócio.

II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944.

De acordo com Sader (1995) o Neoliberalismo foi uma contra-ofensiva dos setores dominantes no Capitalismo na direção de uma política alternativa. Seus fundamentos são: a desregulamentação da economia, a privatização e o corte no déficit público. Assim, os sentidos atribuídos são os da livre circulação do capital, da diminuição da presença do Estado na economia, cedendo maior espaço de atuação ao capital privado, e a diminuição dos gastos estatais com pessoal e políticas sociais.

O Neoliberalismo acentua, assim, o caráter mercantilista do Capitalismo em detrimento da presença do Estado, com o seu papel regulador e da correção das deformações introduzidas nas economias e na vida social pelas relações de mercado. Além disso, ao favorecer a livre circulação de capital, em escala nacional e internacional, privilegia a hegemonia do capital internacional e, em grande medida, o capital financeiro. (SADER, 1995.p.190)

David Harvey (2011) afirma que esse modelo econômico capitalista corresponde a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos de 1970, que trazia em seu interior a retórica sobre liberdade individual, autonomia e responsabilidade individual e as virtudes das privatizações, livre mercado e livre comércio, legitimando uma série de políticas que objetivaram a restauração e consolidação do poder da classe capitalista.

Sobre essas trilhas do modelo econômico capitalista neoliberal que se deu o processo de consolidação do agronegócio sob o verniz do mito do desenvolvimento tecnológico, com base na modernização da agricultura adjunta ao processo de mundialização, que caracteriza uma economia internacionalizada, delineados sob a lógica e interesses do capital, conformaram o agronegócio enquanto face do Neoliberalismo no campo, diante da consonância de princípios e fundamentações acerca do estabelecimento da hegemonia do modo de produção do Capitalismo no campo.

CAPITULO 4:
PARTICIPAÇÃO E POLÍTICA:
**As dimensões entrelaçadas na luta cotidiana das mulheres assentadas
e Sem Terra**

O processo de mundialização do capital, que tem se expressado e se materializado no Brasil no contexto de organização do trabalho e das relações sociais na agricultura no campo tem seus aspectos gerais, mas atingem de forma concreta, objetivamente e subjetivamente, a participação das mulheres Sem Terra e assentadas na região de Sorocaba.

Abordar a participação das mulheres Sem Terra e assentadas não se restringe a uma perspectiva de construir uma história da mulher Sem Terra, de forma genérica, a conformar um modelo de mulher “heroína” da classe trabalhadora camponesa, como modelo educativo ideal, embrenhado no misticismo romântico, ou como uma história épica ou a Epopéia, ou como nos exemplos da literatura greco-romana, como no caso da *Iliada* e a *Odisseia*, que conformaram um modelo de homens heróis, como se afirma na cronologia linear das perspectivas positivistas, onde a ordem e o progresso afirmam um vencedor.

Rosa afirma que houve tentativas de criar modelos de mulheres para o contexto dos assentamentos, o que não funcionou diante da heterogeneidade presente no seio das mulheres assentadas:

Eles tentaram fazer, mas como o campo, ainda tem muito essa coisa do homem lá e a mulher cá, essa coisa não vingou muito. Mas eles tentaram é construir algumas coisas assim, foi bastante complexo, as mulheres têm vários tipos de relações e cada região elas têm dividido vários tipos de comportamentos, tem uns comportamentos mais dominantes diferentes de outras, não aquela figura da mulher bordadeira, da mulher que faz artesanato que serve para algumas regiões, para outras não, para outras a mulher é vai pro trator, vai pra colheita, vai tirar leite, entende? Em todas as regiões tem todas essas diversidades, mas tem região que são mais predominante um tipo do que outro. (ROSA, entrevista em 07/08/2013)

A história construída e vivenciada pelas mulheres ainda é clandestina. Os seus vestígios são constantemente eliminados, com seus rastros apagados, diante da envergadura da exploração e das opressões que ainda enfrentam.

A história dessas mulheres não é homogênea, e se impõe numa perspectiva de articulação dialética entre especificidade e generalização, objetividade e subjetividade, de diferentes tensões e contradições, de vivência, produção e reprodução das opressões. É pertinente destacar a importância de dar visibilidade à história das mulheres, que sempre esteve obscurecida, mas só isso não é suficiente para elucidar os fatores dessa invisibilidade histórica, mas analisá-la em uma perspectiva crítica das relações de poder.

Dessa forma, é necessário abordar a história da participação das mulheres assentadas Sem Terra na região de Sorocaba em uma perspectiva de análise no bojo das relações sociais e políticas, desvelando as relações de poder estabelecidas no contexto econômico, social e cultural que essas mulheres estão inseridas. Por isso, neste capítulo destacamos a relação entre os conceitos de participação e política.

Para Demo (1988), a participação consiste em um processo de conquista, pressupõe aprendizado e, sobretudo, disputa com o poder dominante. Na medida em que há organização e participação, estabelecem-se disputas com o poder consolidado e, assim, surgem possibilidades de criação e novas formas de poder, de uma nova cultura política. Por isso, o conceito de participação está intrinsecamente vinculado ao de política.

Diante da concepção de participação expressa por Demo (1988), a experiência de participação das mulheres esbarra nos limites estruturais que definem os espaços de domínio masculino, que passa a reproduzir uma cultura política que defende a

participação de forma discursiva, mas que na prática controla e condiciona essa participação, que é restrita, vigiada, controlada.

A raiz dessa situação está posta na organização da base da cultura política, da relação entre o público e o privado, do trabalho produtivo e reprodutivo, que compõe a lógica das assimetrias de gênero, são relações universalizadas, naturalizadas e reificadas. Mesmo sendo esferas distintas, as dimensões público e privado são interdependentes, a existência de uma depende da outra na dinâmica social vivida pelas mulheres assentadas e Sem Terra. De maneira que a esfera pública está associada à ideia de contrato social, de liberdade, corresponde ao universo masculino, e a ideia privada, associada à ideia de contrato sexual, de sujeição, da propriedade privada, tem correspondência com o feminino.

Nesse sentido, Saffioti (2004, p.53-59), no seu trabalho *Gênero, Violência e Patriarcado*, mostra a existência de dois contratos, o social e o sexual, que estão ausentes no contrato original, sendo esta a fonte do direito patriarcal, onde o objeto é a mulher, e se instaura a relação contraditória entre liberdade e dominação.

Conseqüentemente, o patriarcado desenha-se na relação civil, que historicamente assegura o direito sexual dos homens sobre as mulheres; mantém uma relação hierárquica que é reproduzida em todos os círculos sociais, inclusive na educação, tem materialidade, corporifica-se, e sua estrutura de poder possui suas ramificações e manifesta-se através da ideologia e da violência. Nesse sentido, como as bases de estruturação do sistema capitalista tem como sustentáculo o patriarcado, dificilmente as mulheres terão condições de alcance de emancipação. Dessa forma elas participam dentro dos limites permitidos, por isso, trata-se de uma participação restrita.

Para Freire (1979) homens e mulheres distinguem-se dos animais pelo fato de estarem no e com o mundo, por serem gente de relação, históricos e inacabados. Por isso, debruçam-se a conhecer a realidade, produzindo cultura.

O mesmo autor complementa o conceito de política da seguinte forma: “Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado” (FREIRE, 2010, p. 53). É nessa relação que reside a condição política das mulheres sem-terra e assentadas. Nesse sentido, a memória de Rosa revela que:

A minha participação maior então foi se dando via igreja, porque meu pai no contexto da sociedade brasileira era muito machista, não deixava sair, mas se eu tivesse com a bíblia na mão, eu podia ir estudar a bíblia, eu podia estar em círculos de estudos bíblicos da juventude, e aí eu participava de muitas tarefas dentro da igreja. Eu aprendi a ler quase que autodidata... lendo a bíblia, porque se eu fosse ler outras coisas... e também nós não tínhamos nem uma biblioteca em casa, acho que eu não podia, mas eu estava lendo a bíblia e a bíblia é a palavra santa, então podia ler! (ROSA, entrevista em 07/08/2013)

A participação de Rosa na militância se inicia na Igreja, nas Comunidades Eclesiais de Base – CEB’S. Esse contato é oriundo da permissividade do pai, pois na Igreja o pai de Rosa permitia que ela estivesse sempre presente.

Nesse espaço ela poderia ter acesso ao mínimo de liberdade. Foi nesse espaço que ela também se sentia sujeito, onde teve acesso às leituras, aos estudos, e ainda contribuía em várias tarefas. Mãe de quatro filhos, dedicou-se mais às tarefas internas no acampamento do que às tarefas que exigiam que saísse.

É nessa articulação de perspectivas de análises que esta pesquisa tem intenção de olhar e analisar as experiências vivenciadas por essas mulheres através de suas memórias.

Essas mulheres, no seio do movimento de luta pela terra, dada a sua articulação e fundação, sempre estiveram presentes nos processos de luta pela terra, seja nas ocupações de terra, de prédios públicos e bancos, acampamentos permanentes, marchas pelas rodovias, e, posteriormente, nos assentamentos nos trabalhos reprodutivos e produtivos. A atuação das mulheres e crianças sem-terra se destaca principalmente nos confrontos diretos, nas lutas em geral, mas principalmente na educação e saúde.

É, então no acampamento, no primeiro momento foi a saúde, só que quando eu fui pra equipe né de... da coordenação central aí eu já precisei , com esse grupo que nós treinamos, já ficou mais tranquilo, então eu fazia parte da negociação, principalmente a negociação regional, ou estadual, eu fazia parte da área de educação eu ia na... então eu fiquei assim igual pingando, em todos os lugares eu fazia... tinha grupo de mulheres, as atividades das mulheres, observava a alimentação se estavam se alimentando, se era realmente com higiene adequada, principalmente o leite para os recém-nascidos e pra as crianças. (AZALEIA.entrevista realizada em 13/08/2013)

Mas mesmo diante de suas condições para dedicação em outros trabalhos, Azaleia ainda desenvolvia trabalhos numa área dita “feminina”, a da saúde e da educação, de fato no acampamento um problema emergencial, de primeira necessidade, mas que as mulheres estavam mais envolvidas. As questões da alimentação, da higiene, eram orientações trabalhadas nas funções de saúde e educação, que factualmente envolviam as mulheres no processo organizativo.

Sobre essa participação das mulheres rurais, Carneiro (1987)²⁴ afirma que ela é marcada pelo aspecto qualitativo a partir da década de 1980, o que caracterizaria uma diferença em relação à participação das mulheres rurais nas lutas anteriores, quando sua participação era invisibilizadas e silenciada.

Poucas apareciam nesse cenário e estavam vinculadas aos processos de lutas através das relações estabelecidas com seus maridos ou demais familiares. Elas estavam envolvidas também em situações de violência em que perdiam seus maridos e, com esta dura experiência, afirmavam-se como lideranças, estabelecendo um compromisso com a luta.

Ah! sim, melhorou algumas coisas, uns olha, houve avanço, mas em vários momentos os companheiros... porque em vários momentos o que acontecem, as companheiras sabe que é direito delas, sabe que elas deveria participar, mas elas não quer bater de frente, elas não quer ter uma discussão maior com o companheiro. Porque é um domínio há dez anos, há quinze anos? Tem casais que está vivendo há vinte e cinco, há trinta anos... (AZALEIA. Entrevista realizada em 13/08/2013)

Para Azaleia, os espaços de participação, deliberação, as reuniões, ainda são ocupados por homens. Até mesmo o direito da fala é masculino. Se você é mulher, faz-se o dobro de esforço para conquistar o espaço para a fala.

A principal razão pela qual as mulheres não fazem um enfrentamento às dificuldades de participação é em função da amplitude do conflito e da repressão enfrentada. Elas preferem evitar o conflito e deixar de participar nos espaços. Outra característica que fundamenta esse comportamento é a realidade cultural, que afirma

²⁴ No artigo Mulheres no Campo: notas sobre sua participação política e a condição social de gênero, Maria José Carneiro, traz uma análise interessante, a partir da voz de Elisabeth Teixeira, Margarida Alves e Maria Oneide, que atualmente são referências femininas da luta das mulheres, mas que inicialmente pouco estavam interessadas nas bandeiras específicas da sua condição feminina. Estas participavam dos processos de luta numa perspectiva de categoria social e classista.

essa divisão sexual do trabalho, muitas vezes internalizada pelas próprias mulheres enquanto normas sociais de comportamento.

No início de sua organização, no processo de sua gestação, o MST²⁵ centrava suas ações e objetivava a luta pela reforma agrária de caráter classista, visando a transformação social, portanto, a luta das mulheres ainda não era percebida e assumida pelo conjunto do movimento (GONÇALVES, 2005).

Nesse sentido, Melo (2003) destaca duas marcas que caracterizam o movimento em uma perspectiva de classe no cenário político e econômico em que o MST surge: a) propondo-se a lutar por mudanças sociais no país, materializada na luta por reforma agrária; b) lutar pela construção de uma sociedade que supere as relações entre exploradores e explorados, superando a propriedade privada, base de produção e reprodução do sistema capitalista.

Dessa forma, fica evidente que, na gestação do MST, o debate acerca dos interesses das mulheres não era uma temática abordada e sistematizada, mas apesar dessa condição, desde o início da articulação do Movimento Sem Terra as mulheres organizaram sua participação em seu interior a partir da criação coletiva.

Gonçalves (2005) afirma que essa comissão cumpriu um importante papel para pressionar e elaborar a organização de coletivos de mulheres nos territórios nos quais o MST estivesse se organizando, e para que incentivasse a organização das próprias mulheres e a inclusão de suas pautas nas linhas políticas do movimento.

Essa organização pressupõe um vínculo orgânico que se materializa no conjunto do movimento, que intersecciona a localidade, perpassa as instâncias, materializando-se num processo organizativo que passou a ser mais elaborado na perspectiva ação-reflexão e ação, que resultou na busca de teorias feministas para subsidiar a leitura da realidade que essas mulheres estão vivenciando, suas opressões e dificuldades no processo efetivo de participação política.

Sobre esse processo, Chaves (2009), em sua pesquisa “Sobre o conceito de gênero: um estudo sobre a sua produção escrita”, revela-nos que:

O movimento ancorou-se na teoria feminista pelo fato de seu ponto de

²⁵ A referência aqui passa a ser o MST, em decorrência de ser o movimento que organizou a luta e as conquistas dos assentamentos.

vista beneficiar as mulheres ao denunciar a sua situação de opressão. Além disso, utilizou os conceitos desse campo de estudo, a exemplo do patriarcado, relações de sexo e gênero, fundando-se num projeto de mudança para a sociedade. O MST assimilou proficuamente a articulação entre teoria e prática e experiência das mulheres na elaboração teórico metodológica das cartilhas, cadernos e livros sobre o gênero, em seus objetivos, linhas políticas e metas de curto, médio e longo prazo. (CHAVES, 2009, p.193)

Os anos de 1996 a 1998 se configuram como um período importante na construção do debate acerca da questão da mulher. Neste período também foi elaborada a cartilha “A Questão da Mulher no MST” e aconteceu o 1º Encontro Nacional de Mulheres e, em seguida, o 2º Encontro Nacional, com o intuito de aprofundar essa temática nos territórios e instâncias do movimento, além de elaborar e desvelar a condição colocada a essa mulher Sem Terra, enfrentam nos processos de luta cotidianos²⁶.

No segundo encontro é introduzida nos debates a perspectiva dos estudos de gênero, focando a relação de poder, sob o argumento de que esse debate teria que ser socializado com os homens, de forma que a luta e a participação das mulheres obteriam avanços se fosse uma discussão em que também os homens participassem. Segundo Lourdes Vicente²⁷:

O debate sobre a participação das mulheres veio desde a criação do movimento. No 1º Congresso, a direção nacional resolveu que 30% dos participantes deveriam ser mulheres. A discussão foi feita nos assentamentos, com a influência da Igreja, dos grupos de mulheres da Teologia da Libertação e dos sindicatos. As mulheres começaram a vir para as instâncias nacionais e fazer reuniões específicas das mulheres para discutir suas condições como militantes, como motivar para que mais companheiras da base a participar. Em 1996 fizemos o 1º Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST. O debate era como íamos avançar para nos fortalecer como mulheres sem-terra, tendo muito claro que deveríamos nos organizar para enfrentar o capital. Em 1998, aconteceu o II Encontro Nacional, e ali começamos a colocar que nós tínhamos que convocar os homens para o debate, porque senão nós avançávamos e os nossos companheiros não. Começamos a discutir gênero e poder. Ao longo do processo, fomos nos dando conta de que teríamos que entrar na estrutura orgânica do movimento e colocamos a necessidade de termos pessoas responsáveis para fazer o debate. Em 2000, no encontro nacional do MST, foi

²⁶ Entrevista com Lourdes Vicêncio In <http://www.mst.org.br/node/2964>.

²⁷ Entrevista publicada e divulgada no site <http://www.mst.org.br/node/2964>

aprovado o setor de gênero.

Desse marco em diante a produção teórica e a prática da sistematização das experiências das mulheres passa a ser mais frequente e datam de 1988, 1996, 1998, 2000, 2001, 2003 e 2004. Em entrevista, Lourdes Vicente, dirigente²⁸ do setor de gênero, afirma: “Quando começamos a discutir a questão, nos centrávamos na participação das mulheres. Depois começamos a falar sobre gênero. Nós temos presente duas questões fundamentais: a motivação de que as mulheres se tornarem sujeitos é criar condições para elas participem”.

Cabe esclarecer que, na medida em que o movimento se amplia em seu desenvolvimento histórico, territorial e estrutural, sua organicidade vai se tornando mais complexa, demandas e necessidades gestadas pelo processo de luta pela terra vão constituindo setores específicos: de educação, de produção, de saúde, dentre outros, e surge também nesse bojo o setor de gênero, que foi aprovado em 2000.

No processo da trajetória da participação das mulheres até a constituição do setor de gênero, perpassando os processos mais recentes de lutas que conformaram nas ações de luta referentes ao 8 de Março²⁹, com o objetivo de caracterizar essa data como uma data de luta e não de comemoração, e quando se reconhece que a participação destas não se configura como um processo harmonioso, mas marcado por uma série de contradições que ainda estão em andamento (Gonçalves, 2005).

Somente a título de ilustração, podemos fazer menção aos estudos de Melo (2003) que, ao analisar os artigos que compõem uma resolução com vistas a superar os problemas em torno das desigualdades de gênero que datam de 1986, revela não somente as desigualdades de gênero, mas também a resistência à participação autônoma das mulheres, e evidencia uma série de restrições em relação ao lugar das mulheres no movimento. Segundo a autora:

[...] se é preciso chamar a atenção dos homens para que “apóiem as iniciativas das mulheres” é porque não o vinham fazendo; se é preciso

²⁸ Entrevista com Lourdes Vicência In <http://www.mst.org.br/node/2964>

²⁹ Desde de 2006, as ações desenvolvidas pelas mulheres do MST no 8 de Março representaram um salto qualitativo do ponto da participação das mulheres que afirmam na ação a necessidade de sua participação na luta pela reforma agrária e na denúncia das opressões engendradas no modelo hegemônico do agronegócio no campo. Esses elementos podem ser analisados na entrevista cedida por militantes do movimento na seguinte fonte: <http://www.mst.org.br/As-mulheres-em-movimento-ajudam-suas-organizacoes-a-trilhar-por-um-caminho-de-ofensiva>

solicitar dos assentamentos já organizados para que ajudem é porque não vinham ajudando; enfim, cada afirmação dessas está intimamente relacionada a uma negação”. [...] pode indicar que se concebe de antemão a relação de tutela das mulheres pelos homens, a ponto de que as iniciativas com relação à emancipação delas devem partir deles. De modo que talvez a palavra “apoiar” possa estar no lugar de “permitir”. (MELO, 2003, p.122)

Essa situação representa uma realidade ainda complexa e contraditória às mulheres, haja vista que os espaços de sua participação são marcados por correlações de forças que envolvem as desigualdades de gênero, que são negociadas constantemente. Ainda que tenha uma correlação de forças desfavorável, as mulheres têm se demonstrado resistentes e colocado no cerne da luta de classes a busca pela autonomia diante das raízes dessas desigualdades.

Cabe ressaltar que essas desigualdades são resultantes de uma construção histórica, que se fundamenta na divisão do trabalho, que passa a desenhar o modelo de família, do lugar dessa mulher nessa família e de relações sociais, e a definir o espaço de participação da mulher na sociedade como um todo. Engels (1980.p.70), fazendo referência ao trabalho realizado em conjunto com Marx na ideologia alemã, aponta:

A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou juntamente com a escravidão e as riquezas privadas aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns 'se verifica às custas' da dor e da repressão de outro. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem o pleno desenvolvimento de nossa sociedade.

Esse processo tem sido questionado pelas próprias mulheres no conjunto do MST quando passam a se organizar coletivamente em grupos com o objetivo de estudar e traçar ações para a sua participação nos espaços e lutas do movimento, seja em suas instâncias, seja no cotidiano dos assentamentos. É nesse caminhar do fazer-se, enquanto uma experiência de gênero e classe, que as mulheres Sem Terra encontram-se com o feminismo.

Como forma de realizar a relação entre experiência e teoria que as levasse a entender as situações de opressões que vivenciavam em seu cotidiano, seja em ambiente doméstico, nos assentamentos, sejam as mulheres que se inserem nos trabalhos de militância no MST.

Esse processo envolve as mulheres assentadas e dirigentes, militantes do MST nos três assentamentos investigados. Mas sua identificação e sua compreensão sobre esse fazer-se se dão de forma heterogênea, porque a experiência de cada uma constrói significações interpretativas diferenciadas entre elas em relação à compreensão sobre suas experiências nos processos de luta.

Existem distanciamentos e aproximações sobre a visão, sobre os lugares e papéis no âmbito da participação destas nas lutas e nos assentamentos. Olhar para essas diferenças pode ser uma potencialidade rumo a uma política de coalizão entre as diferentes mulheres no assentamento e no conjunto do MST.

Podemos afirmar que as mulheres Sem Terra aqui entrevistadas são assentadas, mas que nem toda assentada se identifica com o trabalho de militância das mulheres Sem Terra no seu contexto político nos debates sobre gênero e feminismo.

Isso porque os debates sobre gênero e feminismo se localizaram em âmbito científico e as mulheres militantes, em decorrência de estarem inseridas diretamente em experiências de organização e avaliação das lutas contra o latifúndio, acabaram tendo condições de acessar e aprimorar a concepção de gênero para entender as desigualdades que aconteciam e acontecem nos espaços do movimento e das lutas. Enquanto as mulheres assentadas não tiveram oportunidades de acesso a esse debate. Foram impossibilitadas de se dedicar aos estudos, à participação direta nas lutas em decorrência da obrigação de se dedicar ao trabalho doméstico, ao cuidado com os filhos, ou ao respeito às determinações dos maridos.

Margarida nos relata esse exemplo em sua vida, quando desistiu de estudar para satisfazer a vontade do marido:

Eu cheguei a ir pra escola, eu comecei meu esposo era vivo, que nós morávamos na cidade eu e ele estávamos indo na escola, eu e ele estudávamos, deixava eles fechado, a Patrícia era maior e ficava olhando eu e ele ia, aí chegou um momento que ele desanimou, aí pra não ter, assim, problema entre eu e ele, eu não fui mais e também parei e fiquei em casa com ele, aí nós

não fomos mais, começamos a estudar juntos, ele estava no primeiro ano, fazendo recorte, fazendo... ele não tinha leitura também. Eu já na terceira série, lia uma coisinha e ensinava ele um pouquinho do que eu sabia, ele se sentia orgulhoso daquilo que eu sabia, ele falava: “Nossa nega, como você escreve lindo”, ele não sabia nada, mas se sentia orgulhoso ainda, mais agora não tenho mais assim, vontade, já não tenho. (GIRASSOL, entrevista em 09/08/2013)

Saffiotti (2010) afirma que os problemas gerados pelas sociedades capitalistas, dentre os quais avulta a mulher, são diferentemente percebidos pelos homens e mulheres comuns que por aqueles que se dedicam ao estudo científico³⁰. A busca pelo estudo científico chega ao MST através dos cursos de formação de militantes, depois dos técnicos e posteriormente os de graduação e pós-graduação.

Houve muitas iniciativas de organização de coletivos de gênero nesses assentamentos como forma de organizar a participação das mulheres na área da produção, da saúde, através das oficinas de produção de medicamentos alternativos. Mas a participação destas nesses espaços gerava certo incômodo aos seus cônjuges quando percebiam que elas começavam a tomar consciência, a se destacar em espaços de lideranças, a entender nesses processos que sofriam repressão, seja através da violência simbólica aos casos de violência física, que inviabilizavam sua participação.

Muitas delas passaram a atribuir a razão de seus problemas conjugais à própria organização coletiva, o debate de gênero trazia conflito para sua relação, de forma que, para evitar conflito, desistiam da participação nesses espaços, como exemplificado no caso de Margarida, que enfatiza outro contexto, como condição necessária à participação na luta³¹.

Nos casos das duas mulheres dirigentes entrevistadas é possível ilustrar que ambas viveram processos de separação dos companheiros para poder dar continuidade aos estudos e às atividades da militância. As assentadas, com o objetivo de evitar

³⁰ No contexto desta pesquisa, podemos dizer que a reforma agrária no Brasil é um problema histórico gerado pela sociedade capitalista.

³¹ À medida que os sujeitos vão participando dos processos de lutas, amplia-se a necessidade de acesso aos estudos, por isso o MST desenvolveu várias experiências em cursos de alfabetização, posteriormente, conquistas de cursos de graduação e, nos anos 2000, a política nacional de educação do campo.

conflitos na vida conjugal, fizeram a opção de abrir mãos de seus desejos, de sua vontade, para não gerar conflitos na relação.

Nesse sentido a perspectiva de Vasquez (2009) nos dá pistas das raízes dessas desigualdades de gênero no meio rural. Essas desigualdades podem ser associadas à realidade das assentadas e Sem Terra. As desigualdades de gênero possuem grande força no universo rural e têm fundamentos em valores morais e tradições que ali possuem mais força ideológica.

Na sociedade rural, a estrutura familiar é patriarcal, e o próprio processo de organização do trabalho está alicerçado em torno da estrutura da agricultura familiar que a legitima de forma a reproduzir esse modelo, reafirmado pelas políticas públicas, como expressão do poder do Estado.

Para Saffioti (2004), o patriarcado representa um tipo hierárquico de relação que está presente em todos os espaços sociais, se configura como uma relação civil e não privada, e concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, tendo uma base material, e corporifica-se. Constitui-se por uma estrutura de poder que tem por base a ideologia e a violência. Dessa maneira, a sua ideologia está enraizada na sociedade e no Estado. A autora descreve que na ordem patriarcal de gênero, o poder é exercido por aquele que for homem, branco e heterossexual.

Conseqüentemente, as mulheres inseridas no universo rural estão mais expostas à violência física, sexual e psicológica, bem como às situações de exclusão econômica e dificuldades de acesso à políticas públicas. Cabe ressaltar que essa lógica é reproduzida por essa cultura tradicional, mas também pela lógica das políticas públicas como consequência do sistema socioeconômico vigente (Vazquez, 2009).

Para Rosa:

Eu acho que a violência é para assegurar tudo aquilo que deve estar nos conformes Dentro do que é permitido, a partir do momento que eu me rebelo com o que é permitido eu estou posta numa condição de limite a aí pode. pode ter violência... parece que pode ter a violência, parece que é permitido, você é enquadrado (silêncio)... agora, uma violência por falta de lei é coisa de falta de clareza da própria classe. Onde já se viu... ainda coisa arcaica, mas isso está na reprodução da própria sociedade, que não superou certas coisas, que pelo contrário parece que entra numa decadência, a violência ela é uma mercadoria também... isso então isso é um absurdo! (ROSA.

Entrevista realizada em 07/08/2013)

Cabe destacar que esse processo está nitidamente explícito na realidade rural, e, por conseguinte, nos assentamentos. No entanto, esse não é um processo exclusivo do meio rural, dos acampamentos e assentamentos, mas é característico também da sociedade capitalista em que vivemos de um modelo econômico e social estruturado na propriedade privada, que reproduz as desigualdades que se interseccionam nas relações sociais, econômicas e de gênero, manifestadas nos valores patriarcais que se estruturam na forma da organização desses territórios e da organização do trabalho.

Esse contexto organizativo social hegemônico que reproduz a lógica do contrato social descrita por Saffioti (2004), entre a interdependência das esferas pública e privada, faz com que muito das propostas construídas no período de acampamento e na efervescência da luta dos coletivos de gênero se perca, pois os projetos de assentamentos, ao estarem sob a administração do Estado, sustentarão a mesma lógica através de suas instituições, ou seja, o trabalho reprodutivo, que deveria ser um trabalho social, público, passa a ser mais uma incumbência da mulher no universo privado.

Os processos de luta realizados pelo MST evidenciam as contradições endógenas do sistema capitalista através de suas lutas, da organização dos debates de gênero, do modelo de produção agroexportador, da escassez dos recursos naturais, dentre outros desequilíbrios gestados pelo sistema capitalista. Para o projeto de sociedade apregoado pelo MST, é necessária uma transformação radical e substantiva nas relações de desigualdade social estabelecidas no sistema (MÉSZÁROS 2008). Nesse sentido, o MST, que em seu início tinha um campo limitado, o da reforma agrária, vai além de suas necessidades imediatas: através de suas ações, passa a indagar o âmago do sistema dominante de reprodução sociometabólica, não se restringindo às conquistas formais/legais. Mas o avanço e o alcance do objetivo de uma transformação social radical não pode se restringir ao MST.

Gonçalves (2005) reitera que os assentamentos e os lotes se configuram como espaço de produção individual e familiar, nos moldes da produção capitalista, que determinam e significam as esferas do público e do privado.

Mesmo aderindo à agricultura familiar, a sua produção é submetida à lei da regulação do valor, e não se questiona a estrutura de funcionamento do modelo da agricultura familiar, na qual os aspectos políticos e ideológicos ficam submetidos aos

econômicos, mantendo a sua estrutura patriarcal, que vai desde a organização da produção no lote, perpassando a organização dos assentamentos, até a organização das políticas públicas (Gonçalves, 2005).

Mas apesar desse contexto complexo da reprodução das desigualdades de gênero, a participação das mulheres no processo de luta pela terra engendra algumas alterações nessas relações nos territórios em que estas estão inseridas, mesmo que ainda se configure como um processo de participação restrita – o que em períodos anteriores não se cogitava.

Por outro lado, Gonçalves (2012) denota que a participação das mulheres sem-terra ainda ficou restrita às reivindicações de créditos especiais, ou à criação de espaços para que estas possam conciliar o trabalho e cuidado com os filhos. Deste modo, segundo a autora, a luta política para que haja a ruptura com as relações de poder e, logo, de desigualdades entre homens e mulheres, permanecerá adiada.

A afirmação de Gonçalves é interessante para pontuar os limites de participação das mulheres Sem Terra, como uma imposição do próprio sistema capitalista e como ele se reproduz nos espaços rurais, dos assentamentos, de modo hegemônico, mas constrói possibilidades em que as mulheres Sem Terra ao experienciarem as condições de opressão da reprodução desse sistema, da condição imposta de sua participação restrita, tomam consciência dos obstáculos políticos colocados à participação plena das mulheres e à conquista de sua autonomia.

Assim, a experiência modificada é vivenciada na experiência de classe e gênero, e evidencia a dialética do processo prático de lutas dessas mulheres e de sua constituição como sujeitos sociais, bem como de seu protagonismo, e articula as possibilidades à ação diária com uma perspectiva histórica na busca pela sua emancipação, problematizando os limites e potencialidades das condições de opressões vivenciadas.

Para Schwendler (2002), a presença ativa das mulheres Sem Terra e assentadas nos assentamentos de reforma agrária e nas lutas sociais contribuiu para o questionamento e/ou a ruptura com algumas práticas cotidianas que a relegam a um papel secundário na sociedade, e também contribuiu para que as mulheres se organizassem para lutar por direitos que lhe foram negados historicamente.

4.1 Os limites da Representação

Diante desse contexto das lutas e experiências construídas pelas mulheres Sem Terra e assentadas no cotidiano dos assentamentos, nas instâncias e espaços de decisões relevantes, observam-se avanços e limites.

Esses processos estão diretamente vinculados à dimensão política e cultural e mesmo à própria perspectiva da luta feminista na atualidade. Nesse sentido, dá-se centralidade à política da representação.

Com o desenvolvimento da luta pela terra e o processo de espacialização, posteriormente territorialização e consolidação do MST, a história da participação das mulheres foi construída e é construída em meio a muitas contradições, enfrentamento e violências em sua caminhada.

Um dos avanços consolidados nesse sentido foi que, no processo de consolidação dos coletivos de gênero, surgiu a proposição enquanto linha política de que em todas as atividades do movimento haja 50% de participação masculina e 50% de participação feminina. Rosa afirma:

Tiveram várias tendências da luta feminista nos últimos anos discutido, mas ultimamente assistimos bastante esforço de juntar as lutas nas marchas mundiais, eu acho que isso tem aberto uma porta, é que essa coisa da... da como é que fala, cultural do patriarcalismo e do machismo, ele é estrutural, são pilares do sistema vigente, quando você luta numa luta contra os pilares do sistema você é tratado fortemente contra inimigo brutal, o sistema ataca. (ROSA. Entrevista realizada em 07/08/2013)

A atuação das mulheres tem sido pertinente nos processos de organização, constituição de coletivos e fortalecimento de uma política no MST. Possibilita dar visibilidade e a construção de espaços de participação democráticos de forma igualitária, com enfrentamento às diversas formas de violência contra as mulheres.

Muitas pessoas discriminavam por quê? Por não conhecer o que era um Movimento Sem Terra, porque é no próprio acampamento e depois assentamento é... Percebíamos assim, o que as mulheres, a maioria das mulheres passavam, sofreu lá no passado a discriminação, aquela forma de autoritarismo e

outras coisas mais, então muitas vezes no acampamento a gente percebia isso... e aí o que que a gente, o que no meu caso e de outras companheiras fazíamos, formava grupos de companheiras não para fazer elas muda o pensamento totalmente contra os homens, mais sim trabalhar, se organiza, participar! Porque uma das coisas importantes no MST é que as mulheres podem participar, elas têm o direito de participar, entendeu! E que muitas vezes as mulheres não participavam porque ficavam, tinha que cuidar dos filhos, tinha que ficar aguando a horta, tinha que ficar cuidando dos animais, não... muitas negociações as mulheres não sabiam, não tinham informações, elas não conseguiam por quê? Porque elas não participavam, com isso é a gente percebe que através de conversa, de se organiza de participar... muitas vezes mudou, ainda existe, mais mudou, vários momentos a gente percebe que as mulheres têm vez, têm voz. Até porque quando tinha uma assembleia, geralmente reunia todo mundo em círculo, todo mundo um olhando para a cara do outro, então pra mim aquilo era novo, era muito importante. .(AZALEA. entrevista em 13/08/2013)

No momento inicial da luta, Azaleia descreve uma grande empolgação. Posteriormente, vai vivendo a dureza da luta mediante os enfrentamentos, das discriminações contra “os Sem Terra”, e isso era sentido com muita força nas escolas, na cidades, ao iniciar um acampamento.

As mulheres vivenciaram essa discriminação, seja externa ou interna, nos acampamentos a primeira forma de discriminação era a de classe, pela condição de Sem Terra, posteriormente, a condição de mulher. Assim, como forma de resistência e enfrentamento às formas de discriminação, criavam-se os grupos de mulheres como forma de garantir um espaço de participação destas e de busca de elementos de estudos que subsidiam a perspectiva de que as raízes dessas discriminações não estão puramente nos homens, mas no que produz a mentalidade machista.

Gesta-se no movimento o debate da participação das mulheres como uma necessidade concreta. Esses grupos de mulheres chegam à conclusão que a sua não participação acontecia em decorrência do excessivo trabalho que desenvolviam em seu cotidiano, sendo os trabalhos domésticos, sejam os trabalhos de cuidados com membros da família, a saúde, com trabalho produtivo nas hortas e lotes, não tendo, assim, tempo para se dedicarem à busca de informações, ao debate de questões políticas relevantes às mulheres. Havia carga tripla de trabalho sob a responsabilidade das mulheres

assentadas.

De acordo com Azaleia, apesar desse duro contexto, o MST ainda é um espaço que possibilita a participação das mulheres, mediante aos duros enfrentamentos nos espaços como reuniões e assembleias.

Azaleia também afirma que, no processo de acampamento, as mulheres têm maior participação, visto que não se tem tanto controle e tarefas dedicadas à dimensão privada. Há uma maior coletivização da vida e um interesse incomum unificador: a conquista da terra. Diante disso, se abre possibilidade maior de atuação das mulheres, desempenhando papéis considerados masculinos, como na própria coordenação geral, segundo o relato de Azaleia. Nesse sentido, Rosa elucida:

Muitos... no acampamento ele é mais velado, porque a violência de casa, o limite do barraco de casa fica um pouco mais estreito com a família, então essa coisa do patriarcalismo ele perde força, porque as crianças são de responsabilidade do acampamento, e a comunidade participa... tem reforço de aula, participam em atividades de lazeres, quando vão pescar é aquele monte de crianças, os mais velhos ensinando como é que pesca, então se tem uma vivência social ampliada. Vamos dizer assim, não é privada, é mais ampliada, não vou dizer que é pública, mais é ampliada, então isso diminui esse gueto do poder absoluto de uma possível decadência masculina, assim enquanto está no acampamento. Mas quando vai para o lote... parece que eles ficam esperando o dia... quando você vai para o lote isso retrocede porque o lote tem os limites e a vivência como se fosse a propriedade privada.

Então... eu acho que várias outras vão estar falando... não sei se elas vão falar disso. Agora melhorou, do ponto de vista de documento, a gente vê umas coisas mais bonitas no Brasil aí, mais o lote sempre teve um dono, o dono do lote é um homem o resto aqui é meu entende? O Estado trata dessa forma, o Estado fortalece isso porque é o homem que tinha a conta no banco, em outros períodos era o homem que tinha a nota de produtor, é o homem que recebe o financiamento, é o homem que faz as vendas e é o homem que vai para assembleia, o homem que defini as coisas e aí as mulheres fizeram muita luta para serem reconhecidas, imagina que muitas delas não tinham nem RG e nem CPF, através dessas lutas começavam a ter. Foram vários anos a campanha da documentação para poder reconhecer as mulheres como cidadã, elas não eram como se fosse uma bezerra a mais no lote, uma coisa, mais um meio de produção, elas são pessoas. Se existe uma luta para fazer isso é porque o problema existe profundamente, precisa de ter leis, programas e

políticas públicas para isso, projetos para isso é porque o negócio está arraigado, então tem esse retrocesso. Aí já num segundo ou terceiro período do Movimento Sem Terra a gente já começou a trabalhar essas questões no acampamento e aí hoje tem a nota do produtor algumas você ainda pode ver que vem escrita assim exemplo: José da Silva e outra. Não era José da Silva e Marina Rosa da Silva... José da Silva e outra, não tinha nome, é outra. Então pensávamos: “você tem outra... tem outra! Eu sou outra? Eu não sou outra! Então tinha suas piadas... para você vê o nível de tensão que era isso. Com a primeira crise mais acentuada nos assentamentos em que os homens se endividaram e não conseguiram pagar a dívida o próprio Estado achava importante colocar o nome das mulheres, porque elas são mais responsáveis para pagar a dívida. Elas também têm mais medo de ficar com o nome travado, são mais responsáveis também com essa coisa do pagar a dívida, então nos é... ajudamos o Estado nisso, não é só uma questão porque a gente é reconhecida como uma cidadã que a gente tem que se viabilizar, tem outro lado da coresponsabilidade do todo da família. E mais ainda, essa situação está muito arcaica, vejo que os financiamentos não têm tetos de financiamento também para mulher, e um outro teto também para o jovem, então não temos igualdade no trato do Estado para com as mulheres e jovens. (ROSA. Entrevista realizada em 07/08/2013)

Quando se conquista o lote, a atuação e a participação das mulheres acabam diminuindo; ou seja, os avanços, a pedagogia, a conscientização realizada nos trabalhos desenvolvidos no período de acampamento são suprimidos pela lógica da propriedade privada, e a mulher volta a se dedicar com mais afinco e exclusividade às tarefas do universo privado, às tarefas domésticas, de cuidados dedicados à família, ao lar ou extensão do lar, como as hortas e a produção de quintal.

Tarefas que ficam por obrigatoriedade sob a responsabilidade das mulheres, e diante da dificuldade de redistribuir essas tarefas no universo familiar, acabam por aprisionar e explorar o trabalho feminino, desvalorizado e quase nunca remunerado. Enquanto isso, os homens se dedicam às atividades públicas, reuniões, estudos, assembleias etc.

Mesmo nas atividades dedicadas ao 8 de Março, luta na qual o protagonismo na luta de classes é tarefa das mulheres, estas apresentam dificuldades de garantir a participação diante da impossibilidade de ter com quem deixar os filhos e dar conta das tarefas domésticas e no lote.

Não há um suporte estrutural que gere as condições para a participação das mulheres nessas lutas, para que possam exercer, ao menos no 8 de Março, uma participação maior nos processos de lutas, e evidenciem suas pautas e interesses políticos. A sua participação se dá no cotidiano, com diversos enfrentamentos para a conquista do espaço para poder evidenciar a pauta de interesses das mulheres.

Até mesmo na hora de pedir a palavra a mulher precisa exigir esse espaço, enquanto para um homem é sempre respeitado o momento da fala. Esse processo de luta se configura como práticas subversivas pacíficas. Geralmente, usam da prática do convencimento para garantir o mínimo de participação em algumas discussões.

Outro aspecto é que se é permitido a ocupação em alguns espaços de poder, este é para a garantia de exercício de uma política que expressa o anseio masculino, muitas vezes dos interesses do marido.

Uma política autônoma das mulheres só ocorre nos períodos em que se têm grupos de mulheres fortalecidos, quando não passam por uma onda de perseguição política sutil, que leva as mulheres a desistirem desse espaço pelas pressões que se caracterizam por “pedidos”, evidenciando a necessidade dessa mulher se dedicar aos serviços de ordem privada, o que acaba por limitar ou dificultar a participação das mulheres na luta.

Quando as mulheres visam uma resistência e constroem possibilidades de atuação política, enfrentam agressões, seja simbólica ou física. Azaleia define esse processo de forma direta e indireta no assentamento em relação à vida das mulheres.

As preocupações em relação aos cuidados da família, com o bem estar e a vida ainda têm sido preocupação das mulheres. A cobrança dos filhos sobre os cuidados e acompanhamentos são maiores para com a mãe, figura feminina.

Por outro lado, Azaleia reconhece que o MST é um dos movimentos que garante a organização e a participação da família de uma forma igualitária, enquanto um valor, um princípio. Esta é uma das questões que diferencia o MST dos demais movimentos, por valorizar todos os membros que constituem uma família: o homem, a mulher, os jovens e as crianças. Essas pessoas encontram espaços de participação, mesmo enfrentando diversas contradições para construir seus meios e instrumentos de participação, entendendo suas especificidades e diferenças.

Para Azaleia, à medida que a família se organiza e participa vão surgindo as

conquistas sociais, como acesso à educação, à saúde, moradia, acesso ao trabalho, ou seja, direitos sociais básicos.

Mas a principal razão pela qual as mulheres não fazem um enfrentamento é relativo às dificuldades de participação em função da amplitude do conflito e da repressão enfrentada. A mulher prefere evitar o conflito e deixar de participar nos espaços. Outra característica que fundamenta esse comportamento é a realidade cultural, que afirma essa divisão sexual do trabalho e que muitas vezes é internalizada pelas próprias mulheres enquanto normas sociais de comportamento.

Nesse sentido destaco as situações ocorridas no processo de elaboração da coleta de entrevistas da presente pesquisa. Em algumas entrevistas agendadas, as mulheres foram pressionadas a desistir da cessão do tempo em decorrência da ameaça realizada pelos maridos. Ou elas eram “sondadas”, vigiadas enquanto estavam realizando a entrevista. Essas sondagens acontecem de forma sutil, desde passar pelo lugar onde a entrevista está acontecendo, até a ameaça declarada.

Em relação à internalização dos papéis femininos e masculinos enquanto normas de comportamento, isso tem aparecido como uma contradição pertinente na relação entre as mulheres assentadas que não participam das instâncias do movimento e entre as que possuem uma relação histórica de liderança e participação do MST no processo de luta pela terra.

Em decorrência da sua disposição pessoal, de opções e enfrentamentos diante de suas opções, o acesso aos debates feministas, e, no caso desta pesquisa, duas de nossas entrevistadas que tiveram atuação no MST, viveram processos de divórcio como resultado de enfrentamento no casamento para poderem estudar e continuar a atuar no movimento.

Para algumas assentadas, essa postura é digna de críticas, pois a mulher é responsabilizada por “segurar seu casamento a qualquer custo”, mesmo sob o julgo da violência. Esse é o reflexo de uma ideologia arraigada na sociedade.

Uma das dificuldades à participação política das mulheres, segundo o MST, é a forma camuflada ou sutil com que se manifestam algumas ações que reproduzem a discriminação, preconceitos, que afirmam o machismo.

As mulheres encontram na militância política um meio onde ainda continuam a ser tratadas pelos próprios companheiros como “cidadãos de segunda categoria”, como

militantes de segunda categoria, e onde se confrontam com o mesmo tipo de desrespeito, agressividade e violência da sociedade em geral em relação ao seu sexo, concebidas como “possíveis transas” e não como militantes e companheiras. Ainda enfrentam constantes agressões verbais, físicas, psicológicas. A militância se torna muitas vezes insuportável e impossível (MST, 2003, p.37).

A essa condição somam-se as atividades diárias no lote e o trabalho doméstico, cuidado com os filhos e com os idosos. Para Azaleia

É que muitas vezes as mulheres não participavam porque ficavam, tinha que cuidar dos filhos, tinha que ficar aguando a horta, tinha que fica cuidando dos animais, não... muitas negociações as mulheres não sabiam, não tinham informações, elas não conseguiam por quê? Porque elas não participavam, com isso é a gente percebe que através de conversa, de se organiza de participar... muitas vezes mudou, ainda existe, mais mudou, vários momentos a gente percebe que as mulheres têm vez, têm voz (AZALEIA. Entrevista realizada em 13/08/2013).

Rosa complementa:

Na crise da questão da agricultura familiar, no estágio que estamos vivendo, essa crise é responsabilizada sobre as mulheres, porque quando é na hora de sair para fazer um bico fora, para melhorar um pouco a renda da família o homem que sai e a mulher que fica mais no lote com as crianças, então de novo aí a mulher carrega esse fardo, por quê? Porque não tem uma grande viabilidade econômica, porque se tivesse viabilidade econômica estaria num outro patamar, em que seria o homem o dono da empreitada. (ROSA. Entrevista realizada em 07/08/2013)

Diante desse contexto, é constatado que as mulheres Sem Terra vivenciam um processo de participação, mas diante da sobrecarga de trabalho e falta de tempo esse se configura como um processo de participação restrita, pois ainda o manejo do trabalho no lote, o cuidado com os filhos e com os idosos são responsabilidades concebidas como tarefas femininas, contam com pouca participação dos homens nesse processo e total ausência do Estado nesse sentido.

No que se refere à divisão sexual do trabalho, em relação à ocupação de espaços de trabalho considerados masculinos, as mulheres passaram a ocupá-los. Esta ocupação se deu diante da necessidade do marido ter que buscar serviços fora, e se torna mais aceito, pois é considerado um trabalho de “ajuda”, complementar à do marido.

Rosa ressalta que o contexto é de crise para a agricultura familiar e esta recai com maior peso sob a responsabilidade das mulheres agricultoras – principalmente as

assentadas.

As tarefas de manutenção de um lote, de um assentamento sem infraestrutura básica, são repassadas às mulheres, junto ao trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e com os idosos. O homem sai em busca de trabalho fora do assentamento e, mais uma vez, o trabalho precarizado, sem viabilidade econômica, é transferido como atribuição das mulheres.

Esse processo tem sido vivenciado tanto pelas mulheres assentadas e Sem Terra. São esses condicionamentos que impõem o processo de participação restrito que tem se configurado como a fronteira de coalização, a vivência da exploração.

Porque uma coisa é Rosa ser coordenadora de um assentamento e representar cem mulheres, e essas cem mulheres estão veladas, ocultas, invisíveis. Outra coisa, é nós cem mulheres poder estar no mesmo patamar, e nós fazer nós em nome de nós mesmos, em nome de todas, muitas vezes eu me recuso a fazer esse papel de representação, porque eu sei o quanto isso é perverso para as demais companheiras que não puderam tá lá! (ROSA. Entrevista realizada em 07/08/2013)

Rosa tece uma crítica à forma de constituição de representações, de lideranças que são projetadas, principalmente, pelas redes sociotécnicas como forma de afirmação plena de participação das mulheres. Esse é um processo que tem questionado as instâncias e a própria estrutura organizativa do MST, bem como a própria legitimação da ocupação de cinquenta por cento de mulheres que devem participar dos espaços de poder no MST.

Esse processo foi significativo como garantia de participação em quantidade das mulheres, mas as condições substantivas impõem muitos desafios à igualdade e disponibilidade de tempo para a participação efetiva das mulheres Sem Terra, e mais ainda, das assentadas.

A legitimação enquanto linha política de 50% de participação das mulheres nas instâncias do MST tem um significado impulsionador para a participação das mulheres; mas, por outro lado, essa política não se basta para a garantia de participação efetiva e qualitativa das mulheres.

Ainda as mulheres Sem Terras ocupam alguns espaços que apresentam certa visibilidade e expressão, quando se organizam coletivamente, e conseguem construir um

processo de participação restrita. Enquanto as assentadas por muitos anos ficam sem condições de participação, até mesmo a restrita, diante da sobrecarga de trabalhos e tarefas no lar e no lote, e ainda da envergadura do enfrentamento que teriam que fazer à relação conjugal para garantir sua participação e igualdade substantiva. Para Mészáros:

É isso que exclui *a priori* qualquer possibilidade de se “dar espaço para agenda feminista”. No Capitalismo as mulheres *às vezes* podem ocupar com segurança até o mais alto posto político, ao passo que nas condições pós-capitalistas elas são excluídas sem a menor cerimônia. Sob o sistema pós-capitalista, devem-se eliminar até as limitadas tentativas das mulheres de estabelecer um novo tipo de relação familiar em apoio a suas antigas aspirações, que vieram espontaneamente à tona logo nos primeiros anos pós-revolucionários. Enquanto a máxima extração do trabalho excedente, politicamente garantida e protegida, continua a ser o princípio orientador essencial do sociometabolismo com sua estrutura de comando necessariamente hierárquica, questão da emancipação das mulheres, que exige igualdade substantiva – e, por implicação, uma reestruturação radical da ordem social estabelecida desde suas menores células até seus órgãos coordenadores mais abrangentes –, não pode ser considerada nem por um momento. Qualquer tentativa de examinar criticamente as relações de poder estabelecidas do ponto de vista da emancipação das mulheres e visando remediar as velhas perversões logo deve ser descartada. A questão da igualdade deve ser confinada ao que é compatível com a divisão hierárquica do trabalho social prevalecente, reforçando e perpetuando a subordinação do trabalho com todos os recursos políticos à disposição do sistema.

Nos termos desses critérios, as mulheres podem se tornar membros plenamente iguais da força de trabalho conscientemente ampliada, entrando por esta razão em alguns territórios antes proibidos. No entanto, sob nenhuma circunstância elas poderão questionar a divisão do trabalho estabelecida e seu próprio papel na estrutura familiar herdada. (MÉSZÁROS. 2011.p.293)

Uma das formas que as mulheres Sem Terra têm encontrado de trabalhar a participação é através do envolvimento de toda a família, criando meios de participação. Apesar de saberem que o agente do machismo pode ser o próprio marido, elas afirmam não serem eles a raiz do problema da opressão que vivenciam, e sim atribuem a raiz do problema ao sistema social vigente:

Pode ser assim, que muitos acham que eu sou, não importa o que pensam de mim! Penso que vivemos numa sociedade, certo, nessa sociedade o meu companheiro e o meu filho não é meu inimigo, eu penso na construção dessa envergadura, a sociedade que caiba meu pai, que caiba meu companheiro, que caiba meu filho. Eu não vejo possibilidade da construção de uma sociedade que só seja das mulheres, isso para mim tem outro nome.

Não! Tem todos os fatores, eu acho o econômico é a punição direta, é vamos dizer assim nós temos também a dimensão cultural, o social. Mas o econômico é a punição direta, porque se uma mulher tiver condições de ter o acesso econômico ela lógico compra um carro, ela vai fazer a feira, vai levar os meninos assistir um filme, pra fazer aulas de violão, entende? Então quando tem a punição econômica dificulta o desenvolvimento cultural, e por isso que a punição econômica o Estado faz questão de mantê-la, mudando de cara mais mantendo, porque ela é que segura, que conserva como a luta de classes. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

Nesse sentido, as possibilidades de participação das mulheres Sem Terra e assentadas se tornam possíveis com a inserção e a participação da família, quando esse processo de participação trabalha a dimensão das relações interpessoais, dos conflitos que têm sido gerados pela família monogâmica. Cabe ressaltar que esta família monogâmica, instituída como o modelo ideal, reproduzida com o intuito de propagar os valores consorciados aos interesses de reprodução do capital, que impõe uma determinada hierarquia social e delega papel da mulher nessa estrutura familiar, está vivendo transformações profundas e encontra-se em crise de realidade atual.

Dessa maneira, se faz pertinente à geração de meios culturais alternativos que questionem essa lógica e instituições para a construção coletiva de consciência por parte dos dominados sobre o funcionamento da lógica da reprodução dos valores do capital. Torna-se pertinente dar visibilidade a essas relações desiguais de gênero, atualmente com grande força no ideário de naturalização dessas mesmas relações, ideias que são reproduzidas pela própria ordem do sistema hegemônico.

Faz-se necessário, nesse processo, problematizar, tocar nessa relação de desigualdade e tornar pública essa relação de subalternidade imposta às mulheres. De acordo com o mesmo autor:

A família está entrelaçada às outras instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores, ocupando uma posição essencial em relação a elas, entre as quais estão as igrejas e as instituições de educação formal da sociedade. Tanto isso é verdade que, quando há grandes dificuldades e perturbações no processo de reprodução, manifesta de maneira dramática também no nível do sistema geral de valores – como a crescente onda de crimes, por exemplo –, os porta-vozes do capital na política e no mundo empresarial procuram lançar sobre a família o peso da responsabilidade pelas falhas e “disfunções” cada vez mais frequentes, pregando de todos os púlpitos disponíveis a necessidade de “retornar aos valores da família tradicional” e aos “valores básicos”. (...) Tudo isso indica uma profunda crise que afeta todo o processo de reprodução do sistema de valores do capital, renunciando conflitos e

batalhas, estando entre estes a luta pela emancipação das mulheres e sua demanda de igualdade significativa – um elemento de crucial importância. Como o modo de funcionamento do capital em todos os terrenos e todos os níveis do intercâmbio societário é absolutamente incompatível com a necessária afirmação prática da igualdade substantiva, a causa da emancipação das mulheres tende a permanecer *não integrável* e no fundo irresistível, não importa quantas derrotas temporárias ainda tenha de sofrer quem luta por ela. (MÉSZAROS, 2011, p.272)

Mesmo diante da impossibilidade de vivenciar a igualdade substantiva pelas mulheres no sistema capitalista, Rosa aponta a importância da luta pela reforma agrária, que traz em seu bojo a dimensão de classe, que possibilitou fazer uma análise aprofundada das relações de poder entre homens e mulheres, e fazendo a crítica aos limites da política da representação:

É... mais eu acredito assim que se não fosse essa forma da luta pela reforma agrária, no campo do ponto de vista só da agricultura familiar, as mulheres estariam muito mais veladas, porque elas tiveram que se unir para poder fazer a resistência e sobrevivência no acampamento, e a partir dali teve a necessidade de descobrir outras formas de viver, de tocar, de pensar o futuro. Porque a mulher não pensa no hoje, ela pensa no hoje, no amanhã e depois, porque pensa na família, nos filhos crescendo e no futuro. Esse ambiente por menos que seja o tempo por mais curto que ela tenha, ele é um exercício de experiência interessante que ajuda a pensar nisso, tanto é que o Estado as várias redes sociotécnicas se beneficiam muito disso, fazendo projeção de mulheres na agricultura familiar como representação, representação tá bom, é isso que tá aí! Mas isso a representação não basta, não significa que estão todos, tem muitas que retrocederam por causa da representação. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

A política da representação é uma das características da estrutura parlamentar capitalista, com o mandato completamente indiscutível dos representantes (voltado para o modo econômico estabelecido de extração do trabalho excedente e acumulação do capital) e *delegação*, e não de participação substantiva.

Spivak (2012) atenta sobre o lugar incômodo e a cumplicidade do intelectual que julga poder falar pelo outro, e por meio dele, construir um discurso de resistência, se configurando como a reprodução das estruturas de poder e opressão, contribuindo assim o subalterno silenciado, sem lhe oferecer uma posição, um espaço de onde possa falar e, principalmente, onde possa ser ouvido.

Quando uma das mulheres é eleita “a representante”, ela cumpre esse papel de intelectual, de projeção, do modelo de mulher na agricultura familiar, mas não contempla a voz, a vivência e a experiência de cada uma das mulheres. E, assim, uma mulher acaba por silenciar o outro em detrimento da ocupação do espaço por meio da política da representação.

Dessa maneira, a política da representação acaba por enfraquecer os processos de luta, porque cria uma desigualdade entre as próprias mulheres, restringe o espaço de participação coletiva, na atualidade ela se configura como um impasse, um limite metodológico que não responde às demandas do cotidiano da luta nos assentamentos e do fortalecimento da luta pela emancipação das mulheres.

Há de se considerar que a política que afirma a representação é uma política que afirma uma contradição, no sentido de que ainda ela possibilita a expressão da voz representativa da minoria, mas que não garante participação substantiva, pois conforme Rosa, uma coisa é o representante estar ali, a outra, são os participantes efetivamente, sem um processo de hierarquização de poder.

Por outro lado, sem a política de representação não existem possibilidades de estabelecimento de relações na sociedade. Pois todo o processo de institucionalização e relações exige a representação.

O problema tem sido a supervalorização dessa forma de se fazer política, e não concebê-la enquanto meios e possibilidades com vistas a construção de outra política, que construa as condições de problematização, apontamentos e rompimentos com os mecanismos de reprodução das desigualdades, possíveis de serem vivenciados através das experiências e do processo de ação e reflexão conformados na práxis.

Em um momento de avanço da luta por reforma agrária, esses espaços eram os acampamentos, que possibilitavam essa outra forma de sociabilidade, mesmo dentro do contexto capitalista das relações de produção, experiências e outras possibilidades de relações foram germinadas.

Na atualidade, com o fortalecimento do Neoliberalismo, conseqüentemente fortalecimento do agronegócio e da reforma agrária de mercado, o descenso das lutas populares, os acampamentos, como espaço em busca de outra sociabilidade, têm se enfraquecido e diminuído; e, por outro lado, as novas formas de lutas pela reforma agrária estão se constituindo, focando o olhar para as experiências acumuladas nos

territórios.

A gestação de espaços de participação que evidenciem a situação de conflito, que revelem as dificuldades vividas por homens e mulheres no contexto dos assentamentos, faz-se necessária para a gestação de outra política de participação que tenha condições de trazer os conflitos e contradições para serem refletidos e para vislumbrarem soluções pelos próprios sujeitos envolvidos no processo.

Nesse sentido, as OCS têm sido experiências que vislumbram construção de espaços, meios participativos, elaborações metodológicas, nas perspectivas econômicas, políticas, sociais e culturais, promovendo debates acerca dos problemas do cotidiano dos assentamentos:

Eu acho assim, um território vazio das mulheres... é como se fosse um barracão vazio de uma indústria... no papel que a agricultura familiar cumpre hoje eu acho que é muito importante, não pra ficar do jeito que tá, mas pra tentar buscar saídas. Tentar buscar novas formas. Vejo a OCS para produção agroecológica como uma possibilidade interessante, porque nessas a gente discute até como vai fazer os compostos, se pressupõe uma capacitação, discussão dos problemas juntos, o problema não é meu, é nosso também, essa abertura para discutir os problemas, parece que é feio, você tem essa cultura de você mostrar a sua marmita porque tem um ovo frito, é feio você ter um lote e falar do seu problema, e então você não pode falar do seu problema, senão você é um bola murcha, você tem que “eu sou o produtor” o bola cheia. Nas OCS não é assim não, você vai discutir o que é real, sem nenhum problema, somos felizes por poder saber da realidade e discutir ela, até porque não fomos nós que causamos isso. Nós estamos aqui propenso a dar outro destino, embora isso não está só em nossas mãos. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

A história da luta pela estruturação dos projetos de assentamentos da região de Sorocaba tem evidenciado a importância de pensar outra forma de modelo produtivo para o campo, pensando a relação entre o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, através do aprimoramento de algumas experiências, que têm grande participação organizativa das mulheres, que têm trabalhando o lema, principalmente no calendário do 8 de Março “Em Defesa da Vida e Contra o Agronegócio”.

Essa perspectiva de desenvolvimento complexa, construída ao longo dos anos, faz enfrentamento ao latifúndio e ao capital, tem dado base a agroecologia como uma alternativa de produção em contraposição à lógica de produção no campo instaurada

pelo agronegócio.

É a gente sabe que o agronegócio é morte, é o verdadeiro caminho para a morte! Até porque quem trabalha, quem mexe, quem é do agronegócio não pertence à nossa classe, não é, não é... entendeu? Eu acho, é isso que eu estou falando, quem é da classe mais simples aí? Principalmente quem trabalha a nível de reforma agrária, ele tem que pensar na vida, e a vida é trabalhar orgânico, trabalhar com a agroecologia, procurar trabalhar isso aí que se chama alimentação saudável, trabalhar a saúde, a educação, a união, é isso que tem que fazer, porque... e entender o que é agronegócio! Porque quem entende sabe muito bem que não é vida, nada de... (AZALEIA. Entrevista realizada em 13/08/2013)

O olhar de Azaleia nos mostra que a construção histórica e cultural oriunda da atividade e das experiências vivenciadas na agricultura, e levam a construção de uma política com forte recorte de classe, em que se coloca em foco a condição humana dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. E na sua experiência histórica e existencial que desemboca na bandeira política em defesa da vida e contra o agronegócio.

A forma de se produzir alimentos, com o uso de insumos e agrotóxicos, coloca em risco a vida de toda a família trabalhadora rural e de quem consome os produtos. Por isso se repensa um modelo de produção que tenha por objetivo a promoção da vida, e não auferir lucros ao preço da morte, da reprodução de doenças, conforme o modelo produtivo hegemônico, o agronegócio.

A agroecologia passa a ser uma alternativa de produção ao modelo de produção convencional, carro chefe do agronegócio. As mulheres passaram a contribuir nessa política de construção de um modelo alternativo de produção que fugisse da lógica hegemônica da produção na agricultura, que reproduzia a opressão de gênero e classe (uma simbiose hierárquica para manter a reprodução do capital). Nesse sentido, o feminismo é uma importante ferramenta.

Com base na sua forma de produzir, da produção de quintal, onde as mulheres eram “obrigadas” a trabalhar com a diversidade em pouca extensão de terra, alimentando a cultura da subsistência, por não dispor de acesso a grandes recursos para viabilizar a sua produção, desenvolviam suas experiências na produção de quintal sem uso desses recursos.

Assim, a partir de uma experiência cultural e existencial própria das mulheres,

através da perspectiva feminista e de classe, elaboram a crítica ao modelo de produção hegemônico na agricultura, que tem prejudicado as trabalhadoras e os trabalhadores e comprometido o processo de humanização, de forma a perpetuar a violência, inclusive contra as mulheres.

De acordo com Medeiros (2010, p.19), “a agroecologia propõe um novo modelo de vida, com outras relações com o meio ambiente e entre as pessoas”, e ainda destaca uma relação entre a agroecologia e o feminismo, afirmando que este tem dado uma grande contribuição no processo de resistência ao capital e na transformação social, sendo possível destacar a luta contra a violência sobre as mulheres, a luta pela valorização do seu trabalho e seu protagonismo nos processos de produção agroecológica, no qual a vida das mulheres é tão importante quanto os recursos naturais. (MEDEIROS. 2010.p. 18)

Nesse contexto, os assentamentos são territórios que apresentam experiências que expressam a luta pela “emancipação das mulheres” e da classe trabalhadora, possível somente através da transformação social, onde se tecem em seu cotidiano lutas e estratégias – ainda que em seu processo de participação restrita – , outras formas de intervir nessa realidade.

Agregam elementos políticos-pedagógicos *em seu fazer-se* que extrapolam a perspectiva de desenvolvimento econômico, mas se interligam num processo de desenvolvimento social, cultural e ambiental, da consubstancialidade das relações sociais, materializado em ações que visibilizam outros valores, outro modelo em defesa da vida, buscando garantir a participação de todos no processo de decisão, elaboração e criação de propostas para superar os problemas colocados no cotidiano da luta nos assentamentos.

CAPITULO 5

TRABALHO E EDUCAÇÃO

A mulher nova e o homem novo não surgem da casualidade
A mulher nova e o homem novo vão nascendo na prática
da reconstrução da sociedade
Mas, de qualquer forma, podemos pensar em algumas
qualidades que caracterizam
A mulher nova e o homem novo.
O compromisso com a causa do povo, a defesa dos
interesses do povo, é uma dentre elas.
(...)
Aprender a superar o individualismo, o egoísmo,
é também um sinal da mulher nova e do homem novo.
A defesa intransigente da nossa autonomia
e da liberdade conquistada
são características da mulher nova e do homem novo.
O sentido de solidariedade, não somente com nosso povo,
mas com todos os povos que lutam pela libertação,
é outra característica da mulher nova e do homem novo(....).
Estudar, refletir, desenvolver a curiosidade diante da realidade

para conhecê-la melhor, criar e recriar críticas construtivas
são características da mulher nova e do homem novo.

(Paulo Freire)

Ao longo do desenvolvimento da luta pela terra, a educação cumpre um papel fundamental como instrumento para aprimorar as atividades que aconteciam nos acampamentos e assentamentos, principalmente as que vinculavam a dimensão do trabalho. A Educação de Jovens e Adultos – EJA surge da necessidade dos assentados e acampados assinarem documentos, elaboração de projetos, acessos a créditos.

Em relação à educação das crianças, essa passa a ser uma necessidade, em que os pais geravam uma expectativa de superação da vida dura que tiveram. De uma educação que esteja sendo elaborada a partir da vida do assentamento, não uma educação que traz o conteúdo pronto e acabado a ser absorvido, mas uma educação que seja elaborada a partir das experiências e necessidades do assentamento, uma educação que se vincule à prática do trabalho no assentamento e da ciência.

No MST, a educação acabou por ocupar um lugar estratégico, sempre vinculado à produção, ou seja, a educação no MST sempre refletiu a concepção de produção elaborada pelo movimento associada ao movimento de luta social por reforma agrária. A concepção de educação que o MST gestou ao longo de sua existência é fruto das lutas sociais e seu processo de territorialização, e da vivência da discriminação e do preconceito na escola, assim, se conformou na *Educação do Campo*.

A Educação do Campo, construída num espaço de lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo, é traduzida como uma “concepção político pedagógica, voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e extrativistas” (CNE/MEC, 2002)

Ao longo dos anos de luta do MST por reforma agrária, o MST trouxe como conquista a elaboração de um projeto político-pedagógico de educação que perpassa pela educação não escolar e escolar, da educação infantil a pós-graduação em um conjunto de concepções de educação, de escola, embasados em princípios filosóficos. Pedagógicos, metodológicos e didáticos para as ações em educação nos assentamentos e acampamentos.

A educação no MST se conformou como uma das frentes de luta do movimento,

trazendo para dentro de si, como bandeira de luta, o processo de democratização do acesso à escola pública, nos territórios onde a educação escolar não chegava, e que até os dias atuais não chega de forma qualitativa e se mantém uma cultura que afirma a reprodução da escola das primeiras letras.

As mulheres entrevistadas estão envolvidas na luta por outra educação nos assentamentos, assim como se preocupam com os processos educacionais que visam a formação de militantes na busca pela transformação social numa perspectiva socialista.

Assim, cabe destacar que, na sua caminhada histórica da luta pela terra e pela reforma agrária, o MST, insatisfeito com os processos educacionais que atendiam aos trabalhadores rurais, construiu uma crítica ao modelo tradicional de educação que atendia os Sem Terras. Era uma educação que reproduzia ou lógica de estigmatização do homem e da mulher do campo, ou se limitava ao ensino das primeiras letras.

Assim, o movimento gestou uma pedagogia própria, uma pedagogia que tivesse seus princípios baseados na visão de classe, cooperação, e que agregasse os anseios de um novo modelo educacional que se conformasse em valores da coletividade com vistas a iniciar experiências e práticas pedagógicas que estivessem em conformidade com um projeto de transformação social, que atualmente é expresso pela concepção pedagógica de Educação do Campo.

Essa busca de outro modelo de educação, que inicialmente centra sua reflexão na crítica à escola tradicional, o MST tem uma razão histórica. A escola se torna um espaço fundamental no processo de transformação do feudalismo para o Capitalismo, como espaço da laicidade, da disseminação da ideologia e teoria social-liberal sob o manto do cientificismo positivista e funcionalista.

Assim, diante desses objetivos, a função da escola passa a ser a da produção e reprodução dos conhecimentos e valores, atitudes e símbolos funcionais para a reprodução e manutenção do modo de produção capitalista (FRIGOTTO, 2011).

Os objetivos desse modelo escolar (ou da própria dimensão mais ampla de educação no espaço rural) não correspondem aos anseios, desejos, valores e princípios dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; ao contrário, esse modelo se configura como um excludente do acesso, da produção e construção do conhecimento a serviço de suas necessidades no processo de luta pela terra ou mesmo no processo de desenvolvimento dos assentamentos e dos objetivos do movimento de emancipação humana, se

restringindo à formação de mão de obra para o campo.

Nesse sentido, os objetivos do modelo escolar hegemônico no universo rural mantinham uma funcionalidade, a reprodução do capital e do sistema de classes. Segundo Sader (2005, p. 15):

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir o quadro de valores que legitima os interesses dominantes”.

Esse processo de conformação dos valores dos interesses da classe dominante que é perpetuado de forma sutil através da educação na sociedade, seja ela escolar ou não escolar, semeia consensos através da predominância discursiva ludibriante de conceitos como capital humano, capital social, qualidade total, desenvolvimento das competências. Mas apesar de uma beleza discursiva sob um verniz democrático e do exercício da cidadania aparente, em sua essência conserva a desigualdade na educação como fruto da desigualdade social, que na sociedade brasileira toma dimensões alarmantes, em que os meios de produção, o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico estão a serviço da garantia de lucro de uma minoria (FRIGOTTO, 2011).

Essa funcionalidade instrumental da educação, enquanto mediadora e reprodutora dos valores do sistema capitalista, tem relação com o atual contexto da hegemonia neoliberal. Durante a década de 1990, as concepções teórico-políticas neoliberais passam a ter força na América Latina afirmando o fim da luta de classes e da categoria do materialismo histórico dialético.

Além dos pressupostos já apresentados, o Neoliberalismo prima pela abertura da economia para a entrada das transnacionais, a livre circulação de capitais internacionais (podemos fazer referência ao processo de globalização, que agilizou a acumulação de capital, rompendo as fronteiras nacionais) e a base da economia passa a ser os setores privados.

Assim, podemos afirmar que as principais características para a manutenção desse sistema teórico-político é, portanto, a produção social de bens e a apropriação privada dos mesmos, concentração de renda, a propriedade privada dos meios de

produção.

Os adeptos do Neoliberalismo acreditam que esse sistema é capaz de proporcionar o desenvolvimento econômico, social e tecnológico de um país, deixando a economia mais competitiva através da livre concorrência, que faz o preço e a inflação caírem.

Segundo Cunha (1991), o Neoliberalismo preconizou uma onda de privatizações acreditando que o Welfare State, com suas transferências de pagamentos generosos desligados de critérios, de esforços de mérito, destrói a moralidade básica do trabalho e o sentido de responsabilidade individual. Há excessiva proteção social e burocracia para acesso a recursos à iniciativa privada. Cunha define privatismo como prática de pôr a administração pública a serviço de grupos particulares, sejam eles econômicos e/ou políticos.

A educação não fugiu do olhar neoliberal, os organismos internacionais, o Fundo Monetário Internacional, a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial têm disposto empréstimos sob o discurso da importância da democratização do ensino, da erradicação do analfabetismo, inclusão por meio da educação para a promoção da cidadania.

Por trás desses discursos esconde-se a real intenção, a de destinar uma formação tecnicista para a capacitação da mão de obra para a inserção no mercado de trabalho, ampliação do mercado consumidor e composição do exército de reserva que possibilitará que se tenha oferta da mão de obra barata. Andriolli (2002) nos expõe os reais interesses do capital em relação à educação:

Do ponto de vista liberal, a educação ocupa lugar central na sociedade e por isso precisa ser incentivada. De acordo com o Banco Mundial, são duas as tarefas relevantes para o capital que estão colocadas para a educação: a) Ampliar o mercado consumidor apostando na educação como geradora de trabalho, consumo e cidadania (incluir mais pessoas como consumidoras), b) gerar estabilidade política nos países com a subordinação dos processos educativos aos interesses de reprodução das relações capitalistas (garantia de governabilidade). (Andriolli, 2002,p.1)

Podemos afirmar que a educação para o Neoliberalismo é instrumento de reprodução da sua ideologia, de sua organização social, de seu projeto de sociedade e manutenção do seu *status*. Dessa forma, na última década, a tendência liberal tecnicista

tem ocupado espaços da educação escolar através de projetos extracurriculares como a pedagogia empreendedora, concepção metodológica experimental em sinergia com a concepção de gestão apregoada pela iniciativa privada.

É na direção de enfrentamento a esse contexto que a luta pela terra, a reforma agrária e a transformação social socialista, que o MST engendrou a sua concepção de educação, uma forma de resistência à educação que não correspondia os interesses dos Sem Terras.

A natureza da educação do campo advém da crítica, prática e teoria, à realidade da educação brasileira, em especial aos povos que vivem no campo em um contexto de acirramento das lutas de classes em decorrência do avanço do capital na agricultura sob o controle das transnacionais.

As contradições hoje no campo brasileiro em geral podem ser reconhecidas e estabelecidas a partir de luta de classes, ou seja, pela posição do capital, representada no campo pelo agronegócio e as resistências da classe trabalhadora, através dos movimentos de luta pela terra, dos sindicatos e da agricultura familiar. (D'Agostini. 2009. p.107)

Diante da afirmação de D'Agostini, percebemos a relação dialética que se instaura entre a educação e a sociedade. Da mesma forma que os processos de luta pela terra explicitam os conflitos de classe que produzem as desigualdades, assim é também na a luta pela educação no MST, cumprindo o mesmo papel de criticar o modelo vigente da educação brasileira, o que configura a luta pelo acesso à escola de qualidade, questionando o modelo que se estrutura de forma dual e desigual (FRIGOTTO. 2011).

Para que se possa compreender esse processo histórico da construção da Educação do Campo com maior clareza é necessário problematizar o conceito de educação. A discussão acerca da educação está associada a uma questão ontológica. O conceito de homem e de mulher configura-se como elemento central do conceito de educação.

Dessa forma, cabe definir o que se entende por educação. A educação se caracteriza como um processo amplo, portanto, interseccionado às determinadas formações sociais, que projetam um determinado modelo de homens e de mulheres, e servem para formar estes na tríade de formação humana que relaciona dialeticamente as dimensões naturais, sociopolítica e cultural simbólica.

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar — às vezes a ocultar, às vezes a inculcar — de geração em geração, a necessidade da existência e sua ordem. (BRANDÃO, 2007, p.10)

Em determinados momentos e lugares, um tipo de forma específica visa a atender as três dimensões. O homem estrutura um tipo de vida de poder, de trabalho, que chamamos de formações econômicas e sociais. Cria-se ali um perfil ideal de homem a ser formado, a depender do modelo da formação econômica e social. A educação projeta e conforma um tipo ideal de homem e de mulher. Ela se caracteriza pela atividade que forma o homem ou a mulher para atuar em um determinado tipo de formação social, com objetivo de mediar as relações e práticas sociais (SEVERINO, 1994. p.46)

Sader (2005) traz uma importante reflexão sobre a natureza da educação, afirmando que, assim como tantas outras coisas essenciais às sociedades contemporâneas, a educação está vinculada ao destino do trabalho.

Saviani (2007) complementa essa análise olhando para a relação trabalho e educação. Este autor nos revela que essa relação não se dá de forma coordenativa aditiva, mas estabelece uma relação dialética entre si, estabelecendo um vínculo de fundamentação ontológico e histórico. Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa.

Diante desse pressuposto, do ponto de vista ontológico esse sujeito humano que é educando, é educador, e esse outro educador, a sua resposta só pode ser encontrada nos elementos que expressam sua realidade, por meio da prática real.

A educação não é algo, um objeto com fim em si, apartado da sociedade ou, como atualmente, restrita a uma mercadoria. Nesse sentido, a afirmação de Mészáros

(2010, p.16) possui relevância para complementar a análise:

No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento de cortes de recursos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo Neoliberalismo em que "tudo se vende, tudo se compra", do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shoppings centers*, funcionais à sua lógica de consumo e lucro.

Assim, a educação se caracteriza enquanto processo que acontece no ambiente específico para tal, em um cenário específico que reproduz valores, comportamentos e normalizações que expressam determinações sociais associadas a projeto de sociedade orientando por aquele processo.

Desse modo, é possível fazer menção à LDB 9394/96, que, para a sua constituição, representou disputas de forças sociais com diferentes concepções de educação. Para expressar todas as forças sociais, interagindo-se para forjar um projeto de normatização da educação escolar, em uma análise mais minuciosa, é possível averiguar concepções e tendências educacionais de diferentes naturezas.

Como outro exemplo mais recente e especificamente voltado à realidade do campo, podemos mencionar as diretrizes operacionais da educação do campo Resolução CNE/CEB, de 3 de abril de 2001, que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, foi fruto do processo de lutas oriundo da história da educação no MST e da intervenção dos sujeitos na realidade concreta, na luta pela terra, mas que também, ao se configurar como um processo em elaboração por dentro do Estado burguês, se configura como um movimento de constante disputa.

Quando o projeto de educação do campo passa a ser institucionalizado, se tornando diretrizes, e, posteriormente, se amoldando a um programa, as perspectivas colocadas pelos movimentos sociais são renegociadas e, por fim, se mantém a concepção de educação hegemônica ao capital.

Os princípios pertinentes ao MST, como o da luta de classes, da cooperação, são resinificados ou retirados. É um processo que se configura como uma guerra de posição no campo da institucionalização dos direitos, que, embora esteja formalizado como direito, exige dos sujeitos todo um processo de lutas para que o direito formal se

viabilize em direito material de acordo com o interesse dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Esse processo vem sendo marcado no que se refere à história da educação rural no Brasil, em que as contradições referentes às desigualdades se expressam com grande força através da ausência de estrutura material, pedagógica, em que a pobreza, a miséria, o analfabetismo, se configuram como estigmas de reprodução do Capitalismo no campo, mantendo com grande vigor um modelo de educação que se baseia na pedagogia da exclusão³².

Como descrevemos anteriormente, a reivindicação por uma Educação do Campo tornou-se ação, um movimento nacional entre as organizações do campo que resistem às investidas do capital.

Diante desse contexto, a história do MST demonstra que a educação é uma ferramenta tão importante quanto qualquer outro instrumento de produção. E foi nessa trajetória circunscrita nos processos de lutas que as experiências do movimento acabaram por criar uma pedagogia própria. Sua concepção de educação foi forjada na luta pelo direito ao acesso e produção do conhecimento. Assim, para o MST, o principal objetivo do processo educacional é a formação de um sujeito social.

A formação do sujeito social acontece através dos processos que se vinculam à luta pelos direitos, que se configura como práticas sociais pedagógicas, como, por exemplo, as ocupações de terra, de prédios públicos, a luta por créditos, marchas, congressos, cirandas infantis, ocupações em secretarias de educação, reuniões com os órgãos governamentais e sociedade civil organizada, além dos seminários, os encontros de educadores, dos Sem Terrinhas, que acontecem nos assentamentos e acampamentos, dentre outros palcos de luta.

Esses espaços, que não estão numa perspectiva escolar, acabam sendo formas organizativas que possibilitam as conquistas de escolas e de experiências que gestam outras formas de se fazer escola, e que se conformam em práticas pedagógicas educativas que educam para além da sala de aula: educam para a vida social. Na concepção do MST, estas experiências marcam os indivíduos e os transformam em sujeitos sociais.

É na luta pela materialização do seu direito a estudar que o Movimento dos

³²Como este artigo está em elaboração, pressupõe maior aprofundamento acerca do conceito desenvolvido na obra de Gentili, *Pedagogia da Exclusão*.

Trabalhadores Rurais Sem Terra construiu uma história da educação que lhe é própria, mas que visa extrapolar essa característica que é própria do campo, e se estender como uma pedagogia da classe trabalhadora, afirmando a luta de classes, preocupada com os processos de humanização e emancipação humana, resistente ao modelo educacional imposto pelo capital; na atualidade, todas as relações que permeiam a educação estão mediadas pela mercantilização deste direito.

Em sua luta cotidiana, questiona os modelos da escola dual, os limites da educação dada ao trabalhador, que se restringem à formação para o mercado de trabalho, transformando ele próprio, homem, em mercadoria, dissociando a tríade que constitui a formação humana, em sua dimensão natural, social e cultural simbólica, impondo o individualismo, as desigualdades sociais (que refletem a desigualdade na educação), o analfabetismo, a violência, expressões do processo de desumanização que vem sendo disseminada através da produção destrutiva do capital, que se reflete na escola através da consolidação invisível de uma pedagogia tecnicista.

O processo propagado por anos na educação rural, através das escolas das primeiras letras, precárias, que visavam somente capacitar o homem do campo para o trabalho rudimentar na agricultura, negando-lhe o direito ao acesso e à produção de conhecimentos científicos e ao avanço tecnológico, diferencia-se da Educação do Campo por seus princípios e fundamentos ontológicos e históricos.

A Educação do Campo cumpre um papel de crítica aos fundamentos da escola burguesa, da sua forma de dosar e definir a produção e a reprodução dos conhecimentos, valores para a manutenção do modo de produção capitalista, que não contempla as necessidades e interesses dos assentados, e passa a se configurar como resistência às perspectivas de educação liberais, que são reavivadas com a ascensão do Neoliberalismo enquanto bandeira política.

Nesse movimento de resistência ao Neoliberalismo, a Educação do Campo tem por objetivo desenvolver uma educação para a transformação social, de classe, vinculada às lutas do movimento social, para o desenvolvimento das várias dimensões da formação humana, conformada na práxis educativa revolucionária, como processo permanente de formação e transformação humana com base nos valores humanistas e socialistas.

A Educação do Campo hoje se configura como um paradigma teórico,

construído na relação dos processos de luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social com perspectiva socialista, o que faz com que esses processos se encerrem enquanto práticas sociais, que se metamorfoseiam em práticas pedagógicas com vistas à formação de um novo sujeito social, coletivo, que se educa nas fronteiras da busca pela materialização de seus direitos básicos.

A educação e o acesso à educação formal nos assentamentos da região de Sorocaba não acontecem das mesmas formas. Nas vozes das mulheres encontramos distâncias e aproximações sobre os contextos vividos e interpretados em relação à educação.

Das semelhanças, constata-se que essas mulheres sempre acreditaram que o acesso à educação formal é importante como possibilidade e viabilização da vida, de ascensão social e possibilidades econômicas. Mas o acesso a ela é um desafio para os assentados e assentadas, as escolas ainda são precárias, sem estruturas e ainda não atendem todo o público assentado. Para Margarida:

Na educação também ... a prefeitura larga completamente... e as mães também, já é uma cultura do lugar meio largadão, tem duas turmas numa sala só , como isso dificulta, mas é na cidade inteira, o Infantil I e o II é tudo junto, na mesma sala. Mas aqui no assentamento a escola é completamente largada, foi de um ano pra cá que começou a pegar no pé da Diretoria de Ensino. As crianças brincavam com lata de... latas de Nescau que eles traziam de casa, garrafa pet, uma pedrinha... não tinha brinquedo, não tinha jogo, não tinha nada, no limite mesmo. A merenda esqueciam de mandar, chegava quatro horas da tarde é absurdo a coisa assim. Isso porque as mães mandam as crianças morrendo de fome que não dão almoço. Daí de um ano pra cá é outra inspetora, abriu cargo de auxiliar e tão com mais gente, mas quando era só as duas professoras era muito complicado. Outra coisa, é que nem minha filha, que é auxiliar na escolinha, ela não fez Pedagogia, mas faz todo o trabalho de professora. Mas todo mundo que eles colocam aqui na escola não tem uma preparação, não tem noção nenhuma de criança, não teve filho, é tudo meio despreparado, todo mundo que eles mandam aqui é cru, não tem essa noção de criança e da realidade do assentamento. Porque quem mora na cidade é outro jeito, aqui é sítio, a criançada daqui é mais solta assim, a criançada da cidade tá acostumada no fechado, aqui a criançada é mais solta, o dia que quer ir embora pula o portão e some, essa situação de ser sítio é mais... é delicada, que nem para minha filha... pra ela controlar as crianças pra ficar na escola é mais difícil. Mas é muito por causa das mães, porque as crianças ficam penduradas no portão e a mãe não fala nada. (MARGARIDA, entrevista realizada em 09/09/2013)

Margarida nos diz que a situação educacional municipal em Porto Feliz, em geral, ainda é muito precária na Educação Infantil. É multisseriada. A do assentamento apresenta um quadro de precariedade maior, mas se percebe um ideário de que para ser educadora é necessário ter vivido a experiência da maternidade.

Os profissionais em início de carreira passam primeiramente pela escola do assentamento. Este é o lugar para aqueles que têm outras possibilidades de escolha. O abandono em algumas áreas só não é maior em decorrência do aparecimento de sujeitos que ocupam cargos políticos em algumas estruturas, como vereadores, no caso do assentamento CAIC.

No entanto, o caráter dos projetos está na linha da redução da pobreza e não de emancipação humana, são políticas públicas de caráter assistencialista, paliativo.

A estruturação da educação em tempo integral seria uma das alternativas para que as mulheres pudessem criar condições para investir em uma formação profissional, no trabalho na agricultura. Ao mesmo tempo, garantiria o direito das crianças ao letramento e à alfabetização.

O acesso à educação técnica e superior ainda é muito restrito no assentamento CAIC, há uma grande demanda de capacitação da juventude que ainda reside no assentamento. Existem os cursos do PRONERA, que alguns jovens assentados têm frequentado, mas ainda é considerado um número muito pequeno perto da demanda existente. A juventude não conclui o Ensino Fundamental, pois as escolas ficam na cidade. Os jovens, em sua maioria, entram para o mundo do trabalho muito cedo, o que atrapalha a dedicação aos estudos.

Para as mulheres é ainda pior, porque se casam por volta dos treze, quatorze anos, o que inviabiliza a continuidade dos estudos. Há uma grande necessidade de abertura de salas de EJA nos assentamentos.

Uma característica que contribui para o aprofundamento da ausência de perspectivas para a juventude e para infância é o enfoque dado à educação na escola do assentamento, que visa a socialização somente tecendo a ideia de que para se dedicar à agricultura não são necessários conhecimentos complexos.

Essa é uma visão senso comum sobre a agricultura. Os muros escolares impõem desafios sobre a concepção de educação que evidenciam seu limite para o campo.

No assentamento Ipanema a luta pelo acesso à educação escolar é antiga, desde

o início do acampamento. Nos primeiros anos de luta, ainda na fase de acampamento, quando não havia escola na área da antiga Fazenda Ipanema, havia uma equipe da educação atuante, da qual Azaleia era integrante. Mas a luta pelo acesso à educação escolar, a busca por resolver o problema do analfabetismo no assentamento, ainda são prementes.

Azaleia levanta uma grande preocupação com os níveis de analfabetismo nos assentamentos, que não se restringem às gerações mais antigas, mas que continua seu mecanismo de reprodução afetando as crianças e, por fim, a juventude, sendo o analfabetismo funcional um grande problema no meio da juventude.

Eu estou cumprindo com as minhas tarefas, e até porque em vários momentos algumas companheiras que chegavam em mim e falava: “olha eu não sei nem ler nem escrever eu não sei nem fazer meu nome, eu tenho o sonho de aprender”, então aquilo lá pra mim era sabe... quando meu companheiro falava me desmotivava eu lembrava das companheiras que não sabiam ler nem escrever e que hoje por exemplo eu tenho condições passar para as minhas companheiras e para os companheiros, que tão aí na luta, aí há tantos anos, é pra elas que elas possa assinar o nome, escrever o nome delas, formar palavras, ler, tudo isso... então para mim é, eu gostaria que elas estudassem igual eu, mas só que nem todas faz o que eu fiz... eu tenho uma alegria muito grande, poder passar um pouco do que eu aprendi para as minhas companheiras, para os companheiros que queiram aprender e fico muito triste quando a gente sabe que tem jovens que ainda não sabem nem ler nem escrever direito, estão aí na média do analfabetismo de todas as formas... (AZALEIA, entrevista realizada em 07/08/2013)

Azaleia concebe a educação como um processo amplo e subjetivo, iniciado na primeira forma de socialização, na relação entre pai e mãe, em que se estabeleça uma relação a partir de diálogos e orientações.

A educação para Azaleia não se restringe ao ambiente escolar, mais se inicia na família, na comunidade, no assentamento. Observa-se que as crianças já têm conhecimentos oriundos da relação com a família e com os processos desenvolvidos nos assentamentos, com os elementos da organicidade, das divisões de tarefas em equipes e da história do assentamento.

Azaleia afirma que houve vários avanços no que diz respeito ao acesso à educação e que estas são conquistas dos assentados, como, por exemplo, os cursos

formais que são oferecidos pelo MST em parceria com o PRONERA e com as universidades.

Desde a modalidade EJA alfabetização aos cursos de graduação, como o de Pedagogia da Terra, Agronomia, Direito, Geografia, que são muitas vezes a única possibilidade de acesso à educação técnica e superior que um assentado tem ao alcance, significa uma grande conquista para os assentados e para o MST. Por outro lado, também revelam um limite, pois essas demandas deveriam contar com apoio de financiamento do Estado e de políticas públicas para que a educação possa atingir a um número mais amplo de assentados e assentadas, e que seja estruturada na própria localidade.

A concretude desse processo está materializada nas experiências existentes em torno da história da educação no MST, seja ela a educação escolar e não escolar, da relação entre o MST, da luta pela reforma agrária.

São nas práticas educativas, como ocupações, reuniões, ocupações de prédios públicos, marchas, assim como as cirandas infantis, encontros, organização cursos de formação de militantes, cursos técnicos de ensino superior, pós-graduações conquistadas até agora pelo movimento, como os cursos de Pedagogia da Terra, Geografia, Agronomia no Estado de São Paulo em parceria com a Universidades Estadual Paulista, Universidade Federal de São Carlos, que dessa relação nasce a práxis constituinte do projeto de transformação social. Para Azaleia, esse processo histórico da educação no MST traz possibilidades de fortalecimento da luta nesses territórios:

Olha temos cursos de Agroecologia, de Agronomia que o próprio Movimento Sem Terra oferece, tem os cursos de Pedagogia, tem vários cursos e é uma das importâncias dos Movimento Sem Terra, que hoje o MST oferece ai vários cursos, cursos ai num momento um tempo atrás a gente achava impossível, hoje tem Direito, Medicina, tem Geografia, História, Pedagogia e um dos cursos importantes, Pedagogia da Terra, isso é um máximo e outros mais, nós temos ai companheiros nossos que é formado, não é que vai começar a fazer, que já é formado, principalmente de Agroecologia, e tem gente que tá até trabalhando, então pra nós é o máximo, por isso eu continuo admirando ai e participando, e vou continuar participando! É fácil? Não é fácil, mas a gente teve em momentos mais difíceis, já esteve. (AZALEIA, entrevista realizada em 13/08/2013)

O que aconteceu nos últimos anos foi justamente o contrário, à medida que se

normatizam e se legitimam as políticas públicas de Educação do Campo como conquista institucional, enquanto direito formal há um movimento concomitante de fechamento de escolas localizadas no campo. Além das dificuldades de liberação de recursos para a manutenção dos cursos de EJA nos assentamentos, dos cursos de graduação promovidos em parceria com as universidades e o MDA/PRONERA. Todos mantidos por uma série de lutas realizadas pelos movimentos sociais e por sujeitos comprometidos com a luta dos assentados e assentadas da reforma agrária.

5.1 A educação, o trabalho, agroecologia e as mulheres: tecendo as possibilidades de emancipação

Neste capítulo estão inseridas as mulheres, que numa condição de gestar espaços de participação que trabalhem a igualdade de gênero e classe, tentam criar formas organizativas para contribuir com o projeto de desenvolvimento socioambiental.

As mulheres Sem Terra e assentadas, estão presentes em atividades dos assentamentos, nos trabalhos produtivos nos lotes, no trabalho reprodutivo, nos setores e instâncias do e no movimento Sem –Terra, que são, em sua maioria. setores³³ de saúde, educação, gênero. Estão presentes nos cursos formais e não formais, sejam os ofertados pelo Movimento Sem Terra ou não, buscando através do estudo uma perspectiva de vida mais justa.

Na dinâmica do assentamento visualiza-se certa “divisão do trabalho”, ou melhor, acumulação do trabalho. Conseqüentemente, reflete ainda as raízes históricas da divisão sexual do trabalho, que acabam por interferir nos processos de participação das mulheres, em garantia de condições de participação nas instâncias de decisão. A relação entre participação qualitativa e quantitativa se configuram como desafio nos assentamentos nesses territórios.

No que se refere à divisão sexual do trabalho, em relação aos espaços de

³³O MST está atualmente organizado em 24 estados, sua organicidade se materializa a partir da organização de núcleos nos assentamentos, instâncias de direção e de setores. Para Caldart (2000), a construção da organicidade é importante nas instâncias e setores, porque essa lógica vai contra os princípios do isolamento, consolidando o princípio de um movimento de articulação nacional. Tal articulação é que vai dar o ritmo da organicidade no movimento, gerir a participação das famílias e dar o caráter no processo organizativo nas áreas de acampamentos e assentamentos. Esse propósito de organização das famílias, além de objetivar o enfrentamento e a resistência no campo, tem a intencionalidade de proporcionar a autonomia das famílias.

trabalho considerados masculinos, as mulheres passaram a ocupá-los diante da necessidade do marido ter que buscar serviços fora do lote. Nesse sentido, Rosa destaca que “Isso já está mais acordado, até porque isso está dentro do permitido, eu ajudo meu marido! Isso é um papel muito bem aceito, é lógico, porque já que ela não é um ser emancipado, na verdade é ajuda ao capital”.

O universo feminino é invisibilizado e desvalorizado no que se refere ao trabalho realizado pelas mulheres. Assim, o significado atribuído ao ser homem e ao ser mulher está associado às formas de produção da vida na sociedade. A ideia de ser mulher está associada a um determinado tipo de trabalho e a uma forma de trabalho considerado inferior à superioridade masculina.

Ainda se mantém uma divisão entre o trabalho reprodutivo e produtivo. O trabalho reprodutivo está na dimensão do privado, e, quando ocupa o *status* de serviço público (faxineiras, diaristas, cozinheiras), ainda se mantém como um trabalho desqualificado e mal remunerado. O trabalho desenvolvido pelas mulheres envolve cuidados, continuidade das responsabilidades na família, tais como as funções de enfermeira, educadora, empregada doméstica etc.

Paulo Freire (1981) traz uma contribuição importante e atual na direção de questionar a forma como se realiza o processo de reforma agrária, em seus meandros, nos seus detalhes, do processo de luta.

Para ele, a forma de promover desenvolvimento nos assentamentos precisa considerar as experiências dos assentados e das assentadas em suas dimensões específicas, sua bagagem de conhecimento, sem esta perspectiva, Freire já visualizava equívocos que poderiam ser cometidos na relação estabelecida entre as lideranças, assistências técnicas, estudantes, com os camponeses e, neste caso, dos assentados. Para tanto, a dimensão cultural destes precisa ser considerada, do contrário, qualquer transformação substancial será inviabilizada.

Freire aponta os equívocos dessa relação com os camponeses, análise esta que cabe no contexto atual da reforma agrária nos assentamentos da região de Sorocaba:

Um desses equívocos, por exemplo, pode ser o de reduzir a ação transformadora a um ato mecânico, através do qual a estrutura do latifúndio cederia seu lugar à do “assentamento”, como quando alguém, mecanicamente, substitui uma cadeira por outra, ou a desloca de um lugar a outro.

O equívoco fundamental a que esta visão, na melhor das hipóteses

acrítica, pode levar, está em que se pretenda operar no domínio histórico-cultural, especificamente humano, em que se dá a reforma agrária, como quem se comporta no domínio das coisas (FREIRE, 1981, p.26)

A tendência aqui é a reprodução da lógica de um sistema opressor, ou seja, corre-se o risco de desembocar num ativismo desenfreado, onde muda o discurso, a aparência, mas não muda a lógica substancial, sua essência. Por esta razão, há a necessidade de potencializar a criação, a re-criação de espaços democráticos, num sentido de buscar a democracia real e não apenas formal.

Quando as conquistas de suas lutas passam a se tornar políticas públicas a partir de experiências que vêm se construindo há muito tempo, ou quando é institucionalizada, ela passa a ser apropriada pelo opressor, que irá executar isso de forma a não deixar com que o oprimido controle o rumo das políticas públicas que são frutos de sua própria luta. Essa contradição reflete também suas implicações no campo de uma pedagogia impositiva, segundo Freire (1979, p.39):

Nas sociedades em que a dinâmica estrutural conduz à escravização das consciências, “a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes”. Porque, pelo duplo mecanismo da assimilação, ou melhor, da introjeção, a pedagogia que impõe-se às classes dominadas como “legítima” – como fazendo parte do saber oficial – provoca ao mesmo tempo o reconhecimento por parte das classes dominadas da “ilegitimidade” de sua própria cultura. Encontra-se, assim, ao nível da educação, esta “alienação da ignorância” com a qual Paulo Freire tem frequentemente experiência em suas investigações: o pobre absolutiza sua própria ignorância em proveito do “patrão” e “daqueles que são como o patrão”, que se convertem em juízes e garantidores de todo saber.

O sentido de participação aqui trazido é cunhado por Freire (2003) “enquanto exercício da voz, de ter voz, de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania, se acha relação direta, necessária com a prática educativa-progressista.

Nesse contexto, em que os assentamentos apresentam experiências que expressam a luta pela “libertação das mulheres”, agregam-se elementos políticos-pedagógicos em seu fazer-se que extrapolam a perspectiva de desenvolvimento econômico, mas se interligam num processo de desenvolvimento social, cultural e

ambiental, da consubstancialidade das relações sociais, materializado no cotidiano dos assentamentos.

Os assentamentos da região de Sorocaba, inseridos nesse contexto estadual, que também reflete uma política (ou ausência dela) precária, encontram uma série de barreiras ao seu pleno desenvolvimento, dentre as quais destacamos a falta de assistência técnica, que geralmente está calcada no desconhecimento da realidade regional e de seu potencial produtivo culturalmente, na hierarquização das instituições pertencentes ao Estado, que defende os interesses dos Estado e não dos assentados; e ainda em um processo de verticalização das decisões.

Não existe, portanto, um espaço democrático em que os assentados possam ajudar a construir essas políticas públicas, e quando existe, este se constitui de modo precário, tornando-se uma inclusão que exclui no que se refere à questão metodológica de construção e acesso às políticas públicas.

Assim, Paulo Freire nos atenta sobre a lógica de caráter reformista presente na reforma agrária, visto que não constrói as políticas públicas para os assentamentos em uma perspectiva com e dos camponeses, mas sim para e sobre, em que os técnicos e intelectuais são os principais protagonistas desse processo de elaboração das políticas públicas, e o assentado, muitas vezes, é convocado a um caráter de participação consultiva, o que caracteriza uma participação passiva e dependente de uma cultura assistencialista por parte do Estado. Para Paulo Freire (1981. p.26):

Mecanicismo, tecnicismo, economicismo são dimensões de uma mesma percepção acrítica do processo da reforma agrária. Implicam todas elas na minimização dos camponeses, como puros objetos da transformação. Daí que, numa tal perspectiva, de caráter reformista, o importante seja fazer as mudanças *para e sobre* os camponeses, como objetos, e não *com* eles, como sujeitos, também, da transformação.

Nos assentamentos aqui abordados é visível o limite apresentado pelos programas governamentais como políticas paliativas, que cumprem mais uma função simbólica do que eficaz no que concerne ao estímulo da produção nos assentamentos, incentivando a participação das mulheres e da juventude, inserindo-se na lógica evidenciada por Freire.

A cota destinada à família é insuficiente para a sustentabilidade dos membros que a compõe. Não garante uma estratégia de viabilidade econômica. Assim, Rosa

destaca essa lógica sendo operacionalizada no cotidiano do assentamento:

Agora melhorou do ponto de vista de documento a gente vê umas coisas mais bonitas no Brasil aí, mas o lote sempre teve um dono, o dono do lote é um homem o resto aqui é meu entende? O Estado trata dessa forma, o Estado fortalece isso porque é o homem que tinha a conta no banco, em outros períodos era o homem que tinha a nota de produtor, é o homem que recebe o financiamento, é o homem que faz as vendas e é o homem que vai para assembleia, o homem que define as coisas e aí as mulheres fizeram muita luta para serem reconhecidas, imagina que muitas delas não tinham nem RG e nem CPF, através dessas lutas começavam a ter. Foram vários anos a campanha da documentação para poder reconhecer as mulheres como cidadã, elas não eram como se fosse uma bezerra a mais no lote, uma coisa, mais um meio de produção, elas são pessoas. Se existe uma luta para fazer isso é porque o problema existe profundamente, precisa de ter leis, programas e políticas públicas para isso, projetos para isso é porque o negócio está arraigado, então tem esse retrocesso. Aí já num segundo ou terceiro período do Movimento Sem Terra a gente já começou a trabalhar essas questões no acampamento e aí hoje tem a nota do produtor algumas você ainda pode ver que vem escrita assim exemplo: José da Silva e outra. Não era José da Silva e Marina Rosa da Silva... José da Silva e outra, não tinha nome é outra. Então pensávamos: “você tem outra... tem outra! Eu sou outra? Eu não sou outra! Então tinha suas piadas... para você vê o nível de tensão que era isso. Com a primeira crise mais acentuada nos assentamentos em que os homens se endividaram e não conseguiram pagar a dívida o próprio Estado achava importante colocar o nome das mulheres, porque elas são mais responsáveis para pagar a dívida Elas também têm mais medo de ficar com o nome travado, são mais responsáveis também com essa coisa do pagar a dívida, então nos é... ajudamos o Estado nisso, não é só uma questão porque a gente é reconhecida como uma cidadã que a gente tem que se viabilizar, tem outro lado da co-responsabilidade do todo da família. E mais ainda, essa situação está muito arcaica, vejo que os financiamentos não têm tetos de financiamento também para mulher, e um outro teto também para o jovem, então não temos igualdade no trato do Estado para com as mulheres e jovens. Existe um teto para a família, se a mulher acessa o Pronaf Mulher tá acessando dentro do limite do teto que teria o marido sozinho, ou que fosse um solteiro no lote, então do ponto de vista econômico a gente ainda... é praticamente punida como cidadã, mesmo hoje nós achando que a democracia avançou. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

A expropriação da natureza, os ataques aos direitos e à soberania dos povos, o controle sobre o corpo e a vida das mulheres, o aumento da militarização, a criminalização e a violência são mecanismos que sustentam a acumulação por espoliação. Assim, se sustenta uma violência permitida, consentida. Além do aspecto

mercadológico que a violência sustenta, o exercício da violência gera lucros exorbitantes a partir do desenvolvimento da indústria da guerra, da indústria que produz armas e bombas.

Essa violência é assimilada pela cultura. Ela faz parte de um círculo vicioso reproduzido inicialmente no núcleo familiar, e, depois, vai ampliando seus tentáculos.

5.2 Educação, Trabalho e Agroecologia: Possibilidades metodológicas construindo o novo homem e a nova mulher

Esse processo tem sido vivenciado tanto pelas mulheres assentadas como pelas Sem Terras. São esses condicionamentos que impõem o processo de participação restrito que tem se configurado como a fronteira de coalização, a vivência da exploração.

Essas formas organizativas se vinculam ao trabalho das mulheres no assentamento principalmente nos trabalhos vinculados à educação, à saúde e à produção. Cabe ressaltar que no campo da produção se destacam as produções de quintal, muitas vezes concebidas como uma contribuição ou uma complementação na renda familiar, mas que atualmente têm representando grande parte de iniciativas consideradas de resistência na e da reforma agrária.

Os assentamentos se configuram como espaços de contradições, especialmente as dificuldades enfrentadas pelas famílias que moram e trabalham nos assentamentos localizados na região de Sorocaba, podemos denominar como conflitualidades de interesses³⁴.

Essas contradições expressam um processo de tensão entre a busca da emancipação humana, da ação enquanto prática da liberdade, que conflui no projeto de desenvolvimento socioambiental. Este é embasado em busca de novos valores na relação entre o ser humano, a natureza e os meios de produção e geração da vida e na

³⁴ Porque conflitualidades, porque são conflitos que estão associadas ao macro e ao micro poder, que estão envolvidos em uma dimensão humana que envolve as dimensões objetivas e subjetivas que constituem a identidade do sujeito sem-terra, trabalhador da terra, agricultor familiar, transformação social, acomodação, de sujeito ou uma postura de passividade dependente de uma cultura assistencialista, condicionamentos e determinismos de vínculos políticos e partidários, religiosos em suas diferentes instâncias. Defino conflitualidades porque são uma série de conflitos de diferentes naturezas, dinâmicos e complexos no sentido de sua apreensão, mas que se encontram num ponto comum, numa perspectiva de classe social, mas ao mesmo tempo contribuem para a subjugação do outro, o que inviabiliza a construção e a desconstrução de novos saberes ao gerar uma série de pré-conceitos.

contradição do que somos enquanto fruto do processo histórico do contexto neoliberal, em que o individualismo, o egoísmo são muito presentes.

Nele, a própria estrutura de organização proposta pelo Estado brasileiro fortalece o individualismo familiar, a lógica da família nuclear e da propriedade privada nos assentamentos na região de Sorocaba, o que dificulta a participação efetiva das mulheres. Nesse sentido, mesmo contando com o processo de formação e estruturação dos coletivos e setores de gênero, a efetivação de uma política que dê garantias e condições de participação das mulheres de maneira substantiva fica muito distante, em decorrência da própria natureza do Estado.

Dificilmente os projetos de assentamentos têm contemplados espaços de sociabilidade, como uma agrovila para a aproximação dos assentados, não existem espaços sociais, ou, quando existem, são precarizados, a forma de organização promovida pelo Estado fortalece o individualismo e a lógica da propriedade privada.

Essa prática de divisão é intencional por parte da lógica da ordem social injusta preconizada pelos opressores, ela não é ingênua, mas ideologicamente arquitetada. Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) destaca que essa prática antidialógica é caracterizada como invasão cultural. É uma prática, na realidade dos assentamentos, de controle na relação opressor e oprimido. Assim podemos corroborar com a voz de Paulo Freire (1987, p.26) :

Não poderia deixar de ser assim. Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que é como se fosse inanimado.

Diante desse quadro, projeto a reforma agrária estão intrinsecamente ligadas aos sujeitos que construirão esse processo, configurado como uma bandeira que tem uma potencialidade de busca pela liberdade, pela emancipação humana, como insistentemente Paulo Freire vem apontando e questionando em suas obras *Extensão e Comunicação*, *Ação para Prática da Liberdade*.

Estas são reflexões oriundas de seu contato com os camponeses, que foram e são obras que também abordaram elementos centrados na preocupação com o processo de

reforma agrária³⁵ e, nesse processo, ele vai focar seu olhar para a potencialidade de transformação na reforma agrária, que são os sujeitos que mais necessitam dela, e estes precisam participar desse processo de gestação do projeto de desenvolvimento.

O assentamento, assim sucessivamente a reforma agrária, está inserido numa dinâmica de ofensiva das forças do capital, sobre os bens da natureza, que não necessariamente se destinam à produção, associada a uma política de incentivos dos governos e estados.

Isso leva a uma nova dinâmica de ampliação da disputa pela terra. Nós sempre pensamos a dinâmica da luta do Sem Terra pela terra da seguinte forma: a reforma agrária *versus* o latifundiário.

A terra enquanto ativo econômico acirrou a disputa: reforma agrária *versus* o agronegócio, que vai tomando outros contornos para além da disputa por terra, mas por um modelo de desenvolvimento.

Nesse aspecto da relação entre essa disputa, Paulo Freire traz uma contribuição importante e atual, na direção de questionar a forma como se realiza o processo de reforma agrária, em seus meandros, nos seus detalhes, do processo de luta pela reforma agrária e gestação de seu processo de desenvolvimento, visualizando equívocos que poderiam ser cometidos diante.

De forma que a tendência aqui é a reprodução da lógica de um sistema opressor no qual os assentados possam se auto organizar para que suas propostas, anseios, vontades e linguagens possam ser construídos e se movimentarem, não apenas ouvidos, mas na perspectiva em que eles se tornem sujeitos dessa transformação.

Outra realidade é que essas mulheres têm mantido o projeto da agricultura familiar enquanto resistência. Os assentamentos de reforma agrária se encontram em uma condição de precariedade na organização do trabalho, em que as políticas públicas são insuficientes para a viabilização de um projeto de desenvolvimento que viabilize a sustentabilidade econômica, social e ambiental no território.

³⁵ Embora a obra de Paulo Freire esteja voltada a refletir a educação, cabe destacar que a educação não se restringe à educação institucional, formal, mas perpassa toda a sociedade. E os processos de luta pela terra possuem sua pedagogia, a pedagogia da luta social que contribui para formação de outros valores centrados no desenvolvimento de uma consciência social. Além de que, a bibliografia de Paulo Freire está focalizada na educação que perpassa por diferentes dimensões sociais, então vinculada à questão da educação, Paulo Freire realiza discussões existenciais, filosóficas e análises da realidade com objetivo de refletir a respeito da emancipação humana.

Os assentados homens e jovens são obrigados a trabalhar fora do assentamento para que possam subsidiar a produção neste, fomentar alguns projetos de produção do próprio lote e até mesmo prover o sustento da família. Segundo Rosa:

Na crise da questão da agricultura familiar, no estágio que estamos vivendo, essa crise é responsabilizada sobre as mulheres, porque quando é na hora de sair para fazer um bico fora, para melhorar um pouco a renda da família o homem que sai e a mulher que fica mais no lote com as crianças, então de novo aí a mulher carrega esse fardo, por quê? Porque não tem uma grande viabilidade econômica, porque se tivesse viabilidade econômica estaria num outro patamar, em que seria o homem o dono da empreitada. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

No campo do trabalho, Rosa ressalta que o contexto é de crise para a agricultura familiar, e recai mais sobre as mulheres agricultoras, principalmente as assentadas.

As tarefas de manutenção de um lote, de um assentamento sem infraestrutura básica e repassada às mulheres, junto ao trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e com os idosos. O homem sai em busca de trabalho fora do assentamento e, mais uma vez, o trabalho precarizado, sem viabilidade econômica é transferido como atribuição das mulheres. Se tivesse viabilidade econômica, o sujeito em destaque seria o homem.

O trabalho da produção de quintal e sua luta cotidiana estão intrinsecamente associados à preocupação com a natureza e à relação com o ser humano.

A produção de quintal, por ser uma produção tão pequena, ela consegue é ser feita sem um investimento que dentro da lógica da concepção bancária e do sistema vigente, não é uma grande viabilização de colocar incrementos de insumos laranja, e mais o limão, mais o alface e mais o cheiro verde, mais o abacaxi, mais a melancia, mais a lichia, mais amora, mais... o alho, a cebola, o feijão, milho, a cana, quer dizer não vou falar tudo. Isso vem ajudando a complementar o leite da vaca, que além de eu vender um pouco eu também faço o queijo, esterco da vaca que eu levo pra horta. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

As mulheres, dentro de suas condições, dedicam-se à produção de quintal, mas é um modelo de produção que não possui financiamento. Como esta pode se viabilizar sem o uso de insumos e agrotóxicos, não convém a liberação de financiamento. A produção de quintal tem contribuído para a manutenção da família, num período de

desemprego e carestia. Então a produção de quintal acaba se caracterizando como uma necessidade.

Essa mesma produção não é contabilizada no orçamento familiar, não se dá visibilidade a ela, desvaloriza-se, com isto, o sujeito que a executa e, por outro lado, pode significar estagnação da luta. Ou seja, a produção de quintal é o suficiente para o desenvolvimento do assentamento. Mas no contexto atual, ela que tem mantido os mínimos de produção nos assentamentos, diante da falta de investimentos e recursos destinados à agricultura familiar.

Observa-se que o universo da mulher Sem Terra ou assentada é desvalorizado. Nesse contexto, Rosa revela o seguinte:

Não se contabiliza a produção de quintal, pra ficar invisível você não pode contabilizar, se você pôr no papel ela começa a dar visibilidade, e por outro lado também o pôr no papel que dê visibilidade, vai que o Estado se dá por satisfeito só com o quintal, estamos assim, numa faca de dois gumes também. Se você der visibilidade vão achar que aqui a gente consegue arrancar duzentos reais, então pode abaixar para 400 reais o salário, como é que é isso será? (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

A importância da contribuição das mulheres tem sido central nos assentamentos em decorrência de um condicionamento histórico, nos últimos dez anos até a constituição dos coletivos de gênero do MST, que influenciaram discussões e práticas sociais nos assentamentos da região de Sorocaba que envolviam essa dimensão de gênero. Associada aos processos de enfrentamento da luta pela terra, trouxe uma outra dimensão de análise ao acúmulo das experiências de luta, a perspectiva do desenvolvimento sustentável, que conformou na concepção de agricultura agroecológica, e tem problematizado a perspectiva do próprio futuro da humanidade e questionado a lógica caótica do funcionamento do capital.

Esse processo vem marcado pela origem cultural, histórica e social dos sujeitos que estão inseridos na luta pela reforma agrária, que com seus antepassados aprenderam a cultivar a terra sem o uso de insumos agroquímicos. Nesse sentido, Azaleia ressalta:

Não, quando eu era criança nunca vi, nunca nem via falar de, meu pai trabalhava eu nunca vi falar que ele passava algum produto, algum veneno, e colhia, colhia o milho, o feijão, o arroz, o amendoim, que a gente quase não vê, milho pipoca, colhia tudo isso, e nunca ouvi falar em veneno, nunca... nunca! E colhia bastante da própria semente que ele plantava ele tirava a semente novamente. E a gente cansava de ajudar meu pai a tirar o milho, colhia o milho, a gente tirava a ponta

e o pé da espiga de milho e o meio ele tirava pra plantar novamente. O feijão ele deixava junto com uma... uma palha, que falava um outro nome, mas é a palha feijão, e deixava ali que era pra conservar o feijão pra depois abanava e limpava o feijão pra plantar, então ele tirava daquele mesma semente para plantar ele tirava, hoje ninguém consegue fazer mais isso. (AZALEIA, entrevista realizada em 13/08/2013)

Outro fator ressaltado por Girassol é o acesso ao consumo aos agrotóxicos, visto que possuem alto custo para os agricultores.

Eu não sei Amanda, eu não sei... eu sempre eu tive esse desejo de trabalha assim, que já nasci ali no sítio trabalhando com cana, com banana, em casa de família assim, arrancando mandioca, fazendo farinha tudo minha vida foi assim, desde o começo, então acho que já tinha raiz pra aquilo ali, então já vem dos meus pais, dos meus avós, antigamente não tinha uma forma de trabalhar, todo mundo trabalhava em roça que colocávamos no regador que para por na couve para matar as vaquinhas, esse ele chegou a usar, veneno, assim adubo ele nunca usou, até o companheiro da Rosa falava: “Nossa seu Edvaldo o senhor já produz orgânico” , porque desde o começo ele nunca usou.

No norte, lá que não usava mesmo, porque no norte nós não tínhamos recurso para comprar, entendeu? Desde do norte nós nunca usamos, aqui se fosse pra comprar, quando comprava era caro, mas a gente já acostumou a cobrir o solo, pôr esterco de vaca, agora tem essas experiências que estamos aprendendo com técnica do ITESP e com Rosa, então já foi uma maravilha, então não precisou. (GIRASSOL, entrevista realizada em 09/08/2008)

Nas suas experiências de trabalho nunca teve acesso a máquinas, tratores, roçadeiras para facilitar o trabalho, e sempre trabalharam com a enxada. Também nunca fizeram uso exclusivo de insumos e agrotóxicos na produção. A família trouxe uma raiz cultural do nordeste, onde não se produzia alimentos da forma convencional. Então sempre trabalharam dessa forma, na agricultura natural.

Essa prática de manejo na agricultura se caracteriza por uma herança cultural e de classe, cultural em decorrência da agricultura camponesa, e de classe porque os pobres pouco tinham condições de consumir insumos e agrotóxicos para cultivar sua produção. Como sempre se caracterizou como pequena produção, não havia essa necessidade de produção em grande escala, monocultura para exportação com o

objetivo de auferir lucros, um dos fatores que possibilitou participação das mulheres nessa modalidade de trabalho.

De acordo com Silva (2011), o processo de modernização da agricultura brasileira, ao seguir o modelo industrial e na ótica técnico-científica de “dominação da natureza”, consumiu boa parte dos recursos naturais e destruiu quase por completo a diversidade das agriculturas tradicionais, o que trouxe riscos ambientais e à saúde humana. Diante desse contexto, o desenvolvimento sustentável torna-se um assunto relevante para a sociedade. BRAGATTO (2010, p.1) afirma:

O desenvolvimento sustentável vem como forma contemporânea da libertação da sociedade, e tem na educação um papel importante, um método de mudança social. Mas a educação, por si só, não é capaz de transformar a sociedade rumo à emancipação social. Mas entender a complexidade do processo em que a educação é uma das partes é necessário, pois é essencial para o capital manter os trabalhadores ativos, visto que é pelo trabalho produtivo que ocorre o crescimento econômico do Capitalismo, a partir disso se tem, então, questionamentos, e alguns deles se fizeram necessários de compartilhamento: mas, afinal, qual é a relação entre trabalho, educação, Capitalismo e o desenvolvimento sustentável?

Diante do depoimento das mulheres dos assentamentos da região de Sorocaba, se visualizam condições favoráveis para a sustentação de outro modelo de produção de alimentos, o qual denominam agroecologia, conforme explicita a própria experiência dessas mulheres, no interior de sua dinâmica histórica, na organização do trabalho que tem sido sustentado através da OCS, conforme mencionamos anteriormente.

A esse processo se acrescentam as mobilizações sob o lema “Em defesa da vida e contra o agronegócio”:

Sim, sim! É a gente sabe, que o agronegócio é morte, é o verdadeiro caminho para a morte! Até porque quem trabalha, quem mexe, quem é do agronegócio não pertence à nossa classe, não é, não é... entendeu? Eu acho, é isso que eu estou falando, quem é da classe mais simples aí? Principalmente quem trabalha a nível de reforma agrária, ele tem que pensar na vida, e a vida é trabalhar orgânico, trabalhar com a agroecologia, procurar trabalhar isso aí que se chama alimentação saudável, trabalhar a saúde, a educação, a união, é isso que tem que fazer, porque... e entender o que é agronegócio! Porque quem entende sabe muito bem que não é vida, nada de... (AZALEIA, entrevista em 13/08/2013)

Estas experiências são acúmulos oriundos de suas raízes culturais, dos métodos de organização de um trabalho pedagógico realizados por essas mulheres, que tem dado bases ao processo de humanização que ocorre na luta pelo acesso à educação e no processo de desenvolvimento dos assentamentos.

Mas esse processo é permeado por conflitos e avanços. Os limites e desafios na construção coletiva da valorização de sua identidade, da sua condição feminina e dos processos de formação de uma nova consciência social e de classe. Para Rosa, o desafio está na ainda na falta de clareza da própria classe sobre as questões de gênero:

Violência... parece que pode ter a violência, parece que é permitido, você é enquadrado (silêncio)... agora uma violência por falta de lei é coisa de falta de clareza da própria classe. Onde já se viu... Ainda coisa arcaica, mas isso está na reprodução da própria sociedade, que não superou certas coisas, que pelo contrário parece que entra numa decadência, a violência ela é uma mercadoria também... isso então isso é um absurdo! (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

Assim, o significado atribuído ao ser homem e ao ser mulher está associado às formas de produção da vida na sociedade. A ideia de ser mulher está associada a um determinado tipo de trabalho e uma forma de trabalho. Essas determinações são reproduzidas no interior da própria família e, posteriormente, na escola, dentre outros contextos sociais, e reproduzem a lógica da divisão sexual do trabalho sob os códigos de uma hierarquia de superioridade e inferioridade, o que explica a posição de subalternidade relegada às mulheres Sem Terra e assentadas. Para Saffioti:

Assim, torna-se bem claro processo de construção social da inferioridade. O processo correlato é o da construção social da superioridade. Da mesma forma como não há ricos sem pobres, não há superiores sem inferiores. Logo, a construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina. Mulher dócil em contrapartida ao homem macho. Mulher frágil é a contraparte de macho forte. Mulher emotiva e a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do macho superior.

Essas práticas educativas que educam para vida social através das formas de lutas, e traçam possibilidades de transformação dos indivíduos, podendo estes, no processo de participação na luta, questionar as desigualdades sociais, a sua condição de

classe; ou seja, essas práticas que acontecem nos assentamentos contribuem para o processo de formação da consciência de classe.

Essa perspectiva de transformação social no MST também traz a preocupação com o processo de humanização, pois os processos de desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista reproduzem a lógica do trabalho humano explorado e alienando, e da exploração destruidora da natureza e, conseqüentemente, a exclusão do acesso aos principais bens culturais que possibilitam o processo de humanização, reproduzem a miséria, o analfabetismo e a barbárie na sociedade.

Além disso, o processo para que o Capitalismo obtenha seu êxito expansionista global e mantenha se *status quo* hegemônico se conforma na atualidade com a seguinte definição de Mézáros (2005): produção destrutiva.

Vivemos numa ordem social na qual mesmos os requisitos mínimos para a satisfação humana são insensivelmente negados à maioria da humanidade, enquanto os índices de desperdício assumiram proporções escandalosas, em conformidade com a mudança da reivindicada destruição produtiva, do Capitalismo no passado, para a realidade hoje predominante, da *produção destrutiva*. (MÉSZÁROS, 2005, p.73)

Em torno desse processo atual em que a produção é destrutiva, esta vem desumanizando o ser humano e o reduzindo a mera mercadoria. Martins (2008) conclui, analisando numa perspectiva ontológica, que intersecciona a tríade que constitui a dimensão humana, que: o homem, ao destruir a natureza – ele que é um ser natural – biológico –, alienando-se dos demais – ele que é um ser social –, e tornando mercadoria seus produtos culturais – ele que é um ser simbólico –, o homem está se desumanizando.

Este processo complexo de humanização, as vivências nos assentamentos trazem questões que se tornam situações de conflitos que explicitam as suas dimensões de gênero e classe, mas com possibilidades de trabalhá-los de forma pedagógica:

Tanto é que o trabalho aqui no Bela Vista, desde o início do P.A.A, nós já vínhamos questionando, tem P.A.A, o governo diz que tem política para as mulheres, mas as mulheres não pode nem ter P.A.A e se vê que nas reuniões do P.A.A quem vem é a mulherada. Aí hoje foi muito engraçado, quando falaram que os projeto estão em nome das mulheres e ninguém explicou o porquê, e também a gente não vai cobrar explicação e dos funcionários companheiros que vêm aqui, porque acho que isso é uma política maior. Uma das mulheres falou

assim: Tá no nome da mulher mais arrancou do meu marido! Entende? Então isso é diferente no núcleo, no grupo aqui de OCS que a gente vem discutir as mulheres estão junto, porque as mulheres têm que dizer se querem lavar a roupa do homem suja com veneno ou não... também junto com as outras lutas! Estarem de olho também nas coisas, mesmo que no micro elas participando, têm condições de fazer intervenção mais qualificada em casa, gera mais contradição nós fazemos leituras dessas contradições, mas também gera mais passos largos para busca da sua autonomia. (ROSA, entrevista realizada em 07/08/2013)

Assim, se faz necessária a criação de meios para o exercício, ou ao menos a construção, da autonomia das mulheres. É necessário criar demandas para evidenciar os conflitos, a problematização, a reflexão e a busca de superação. Evidencia-se a necessidade de criar meios para o exercício pedagógico a partir das experiências, como também o desenvolvimento das experiências que gestam outra consciência. No contexto do assentamento Horto Bela Vista, esses meios foram a feira e a OCS.

No passado houve outros, como a constituição de uma coordenação, mas que acabaram se burocratizando. As experiências vivenciadas na fase de luta do acampamento ainda estão vivas na identidade dos assentados. No entanto, deram nome à OCS de “Unidos Venceremos”, um nome que marca o período de acampamento. Mas para criar esses meios são necessárias condições internas e externas.

Dessa forma, não basta os assentados terem vontade e produção para feira, é necessária uma política municipal que abra espaço para a efetivação desta. Para que a feira acontecesse foi necessário estabelecer parcerias, como a do ITESP que, por exemplo, cedeu as barracas e deu apoio técnico para o planejamento da produção. Nesse sentido, não se depende de fatores somente internos, mas também desses outros. É necessária a criação de metodologias horizontalizadas.

As iniciativas e experiências gestadas com o intuito de resolver imediatamente um problema de viabilidade econômica trazem a necessidade de atualização do debate sobre os métodos pedagógicos nas várias instâncias do movimento. É preciso criar, em cada acampamento e/ou assentamento, um espaço de convivência e sociabilidade que gere o novo homem e a nova mulher.

:

Tecendo novos horizontes

Longe de se finalizar, esta pesquisa abre portas para o aprofundamento teórico das relações estabelecidas nos processos, e nos incita a dar continuidade ao recorte realizado, em que se desvelam os cenários e relações nas lutas das mulheres assentadas e Sem Terras em sua participação na política, na educação e no trabalho.

Outras categorias de análise poderiam ser mais exploradas, o que necessitaria de outra pesquisa, mas aqui destaco a categoria de raça, a qual não foi abordada neste trabalho, embora duas das entrevistadas se autodeclarem negras e ocupem os espaços e atividades no interior do MST. Outra análise que tem grande possibilidade de ser aprofundada corresponde às potencialidades e à viabilidade da agroecologia como modelo de produção alternativo e suas bases tecnológicas para o campo e para as mulheres.

Os dois anos foram insuficientes para aprofundar discussões e problemas existentes no cotidiano dos assentamentos experienciado por essas mulheres e que se constroem no cotidiano da luta pela terra na atualidade. Geram-se expectativas em

empreender um novo trabalho possibilitando dar continuidade a esse processo de pesquisa, que não se finda e se torna cada vez mais instigante no processo de análise dos dados, em que novas perguntas foram brotando.

Aprendeu-se na dureza e na concretude cotidiana as dificuldades que as mulheres encontram para se organizar e participar para além da sobrecarga de trabalhos que realizam, tanto no universo doméstico quanto na atividade produtiva do lote, bem como na busca pelo estudo.

Observa-se, no contexto dos quatro assentamentos estudados, através das memórias das mulheres, que o trabalho desenvolvido por elas, seja as assentadas ou aquelas que passaram ou estão inseridas em instâncias do MST, caracteriza-se como um trabalho de caráter de resistência, a luta pela reforma agrária em período de ascensão do agronegócio, face do Neoliberalismo no campo.

O trabalho das mulheres que vivem nesses assentamentos se destaca diante de uma importante contribuição que já acontece historicamente, mas é pouco evidenciada e/ou reconhecida em sua dimensão estratégica, principalmente no campo do trabalho nos lotes, como suas características específicas, e também em sua inserção nos campo educacional e de suas lutas e mobilizações em torno do tema da agroecologia.

São nessas práticas sociais que se revela a relação entre a educação e agroecologia como outro sistema de produção para o campo, dando início à discussão que enfoca a dimensão política e pedagógica que se insere na cultura e nas contradições da realidade dos assentamentos rurais.

Por uma questão didática, optamos pela categorização desses conceitos, mas estes estão dialeticamente interseccionados nas memórias das mulheres entrevistadas.

É constatável que, mesmo no século XXI, onde assistimos à ascensão das mulheres no Brasil em alguns espaços de poderes, a opressão e a violência contra a maioria das mulheres ainda persistem. Nos quatro assentamentos da região de Sorocaba, e também dentre outros no Brasil, a igualdade substantiva das mulheres ainda é uma utopia a ser materializada.

É possível identificar nesses assentamentos uma forte imbricação histórica na relação da construção do MST no Estado de São Paulo e a constituição dos projetos de assentamentos, portanto, uma atuação do MST nesses assentamentos. Ou seja, esses

assentamentos foram conquistas resultantes dos processos de lutas realizadas pelo MST no contexto da luta pela reforma agrária.

Nesse contexto da luta pela reforma agrária, as mulheres estão presentes, mas de forma invisibilizada – e não só na luta pela terra, mas na luta pela vida.

Foi possível constatar que as histórias dessas mulheres ainda estão clandestinas e marcadas pelas opressões gestadas no sistema capitalista que reproduz a lógica da subalternidade das mulheres, sejam elas assentadas, sejam Sem Terras, e ainda conformada em processos de violência e repressão, sejam elas físicas ou simbólicas.

Conforme a Rosa, “a violência é para assegurar tudo aquilo que deve estar nos conformes. Dentro do que é permitido, a partir do momento que eu me rebelo com o que é permitido eu estou posta numa condição de limite a aí pode... pode ter violência... parece que pode ter a violência, parece que é permitido, você é enquadrado (silêncio)... agora uma violência por falta de lei é coisa de falta de clareza da própria classe”.

As lutas identitárias, que conformaram a organização de coletivos de gênero no MST, consolidando-se em setores, têm um potencial mobilizador e também possuem uma potencialidade no processo de formação da consciência, quando estas não ficam presas em si. No caso das mulheres Sem Terra, estas lutas estão vincularam às lutas pela terra, em que a luta pela igualdade de gênero vai tomando uma dimensão de classe, o que significa uma superação da dualidade entre lutas identitárias e lutas de classes. Essa relação não é mecânica, e em cada processo se evidencia a construção, o *fazer-se*.

A experiência modificada é vivenciada no fazer-se, tal como concebido por Thompson (1981), e esta evidencia a dialética do processo prático de lutas dessas mulheres no contexto da luta pela terra e a sua constituição como sujeitos sociais, bem como de seu protagonismo. Este processo conformou-se numa luta que consubstanciou a perspectiva de classe e gênero³⁶ e articulou as possibilidades de ação diária dentro da perspectiva histórica de busca de emancipação, ou seja, de igualdade substancial.

Assim, uma concepção própria é gestada acerca das opressões vivenciadas em seu cotidiano. Há um novo dimensionamento da possibilidade de conquista de emancipação somente com o processo de transformação social.

A opressão vivenciada pelas mulheres Sem Terras e assentadas, associando a análise da exploração das mulheres à exploração da natureza, pode ser superada

³⁶ Aqui também poderia se acrescentar a perspectiva de raça, a qual este trabalho não priorizou, mas elementos da observação o evidenciam.

somente na sua articulação com a transformação desse sistema social, pois ambas as dimensões de exploração são endógenas à lógica de funcionamento do capital, visto que a sua reprodução depende da exploração das mulheres trabalhadoras através do trabalho reprodutivo, e também da exploração dos recursos naturais.

Observa-se também que a dimensão pessoal é política, que a propriedade privada e a reprodução dessa lógica na família são uma política que mantém o patriarcado e que sustenta a desigualdade necessária à reprodução do capital.

Assim, são muitos os desafios colocados para os trabalhadores do campo, como a ampliação das mobilizações localizadas nas áreas de assentamento pela Educação do Campo, mobilizando acampamentos e assentamentos em um processo de unidade entre os movimentos sociais do campo e da cidade.

Podemos concluir que a educação é um espaço de disputa de classes, e que deve ser ocupado para que se torne instrumento de emancipação da classe trabalhadora em perspectiva das transformações das bases do sistema capitalista.

A concretude desse processo está materializada nas experiências existentes em torno da história da educação no MST, seja ela a educação escolar ou não escolar, da relação entre o MST, da luta pela reforma agrária e da busca pela transformação social numa perspectiva socialista, objetivos estes que projetam a necessidade da formação de um outro homem e de uma outra mulher.

São nas práticas educativas, como nas ocupações, reuniões, ocupações de prédios públicos, marchas, assim como nas cirandas infantis, encontros, cursos de formação de militantes, cursos técnicos e ensino superior e pós-graduações conquistados através da luta realizada pelo MST no Estado de São Paulo que têm aberto possibilidades de acesso mínimo à educação aos assentados e assentadas, processos estes que têm grande participação das mulheres.

REFERÊNCIAS

A.ALONSO. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf. Acesso em 8 de outubro de 2012. Acesso 09/02/2013

ANDERSON. P. Balanço do Neoliberalismo In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995. (pp)

ANDRIOLLI. Neoliberalismo e Educação. In: Revista Espaço Acadêmico. Ano: 2, nº 13. 2002.

ARAÚJO. M.N.R. Trabalho e educação na pedagogia do MST: realidade e possibilidades V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, Educação e Emancipação Humana 11, 12, 13 e 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC – Brasil. Disponível em www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_06/e06c_t008.pdf acesso em 10 de janeiro de 2012

BEAUVOAIR. S. O segundo sexo: fatos e mitos. 4ª edição. São Paulo. Difusão Europeia do livro. 1970

BAHUNIK. C, CAMINE.I. Escola Itinerante. In Dicionário da Educação do Campo. (Org). Roseli Salete Caldart (*et al*). Rio de Janeiro - São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular. 2012.

BENJAMIM. W. Sobre o conceito da História. In Benjamim. W. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª Ed. revista. (Obras Escolhidas v.1). 2012.

BERGAMASCO. S. M. P. NORDER. L. A. Assentamentos rurais e o MST em São Paulo: do conflito social à diversidade dos impactos locais , In: CARTER, M. (Org.) Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010.

BOGO. A. Lições da luta pela terra. 1ª edição. Salvador - BA. Memorial das Letras. 1999

BOSI, E. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo Ateliê,

BOSI. E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3ª edição. São Paulo. Companhias das Letras. 1994

BRAGATO. R. D. Educação e o Trabalho no contexto capitalista do desenvolvimento sustentável. Disponível em: http://www.famper.com.br/site/downloads/artigos_pdf/06.pdf acesso em 25/09/2013

BRANDÃO. C. R. O que é educação. Coleção Primeiros Passos. Ed. Brasiliense. 2007.

BRAZZ, NETTO. Economia Política: Uma introdução crítica. 8ª edição. São Paulo. Cortez. 2012.

CALDART, R. S. Educação do Campo: Notas para uma Análise de Percurso. 2008. Disponível em <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r235.pdf> acesso em 15 de janeiro de 2012

CALDART. R. S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CAMPOS. C. S. S. A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho, pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS.1 ed. Buenos Aires. CLACSO. 2011

CARTER, M; CARVALHO, H. M. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST, In: CARTER, M. (Org.) Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010.

CASTRO. G. C, E. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Vol. 7, Núm. 1, enero - junio, 2009, pp. 179-208 Universidad de Manizales Colômbia. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692715X2009000100008&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 21/08/2012

CASTRO. Sonhos, desejos e a “realidade”: herança, educação e trabalho de ‘jovens rurais’ da Baixada Fluminense /RJ. Apresentado no I Simpósio Internacional de Juventude Brasileira – JUBRA, Rio de Janeiro: UFRJ, out/2004. Disponível em http://portal.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_298.pdf Acesso em: 28 de setembro 2012

CARNEIRO. M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2, junho 1993: 11-22. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doi/carnei2.htm> acesso em 27 de julho de 2012.

CATANI. A. M. O que é Capitalismo. Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Abril Cultural. Brasiliense. 1984.

CHAVES. G. N. O Conceito de gênero no MST: um estudo da sua produção escrita. João Pessoa. UFPB. Tese de Doutorado. 2009. Disponível em http://www.ce.ufpb.br/ppge/index.php?option=com_content&task=view&id=242&Itemid=57 Acesso em 22 de julho de 2012

CHESNAIS. A mundialização do capital. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS. F. A globalização e o curso do Capitalismo de fim de século. *Economia e Sociedade*, Campinas, (5):1-30, dez. 1995. Disponível em [google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.eco.unicamp.br%2Fdocprod%2Fdownarq.php%3Fid%3D430%26tp%3Da&ei=dBP3UeOhBpLb4AO7sICoAQ&usg=AFQjCNHc2IETabdPnaZI_8mn3I13QaHKg&sig2=NA--sSgKYCYD42KE8-3kuw&bvm=bv.49967636,d.dmg](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.eco.unicamp.br%2Fdocprod%2Fdownarq.php%3Fid%3D430%26tp%3Da&ei=dBP3UeOhBpLb4AO7sICoAQ&usg=AFQjCNHc2IETabdPnaZI_8mn3I13QaHKg&sig2=NA--sSgKYCYD42KE8-3kuw&bvm=bv.49967636,d.dmg). Acesso em 25 /06/2013.

CHESNAIS. Mundialização: Capital Financeiro no Comando. Tradução de Ruy Braga. em *Les Temps Modernes*, 607. 2000.

CUNHA, Luis Antonio. Privatismo Econômico e Ideológico. In: *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. 4 edição. Editora Cortez.

COSTA. S.A. Os Sem-Terra e a Educação: um estudo da tentativa de implantação da proposta pedagógica do MST em escolas de assentamentos no Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Carlos. UFSCar. 2002.

DAVIS. J. H. GOLDENBERG. R. A. *A Concept of Agribusiness*. Harverd University Graduate School of Business Administration. Boston.1957.

D' AGOSTINI, A. *Contradições do Campo Brasileiro: os desafios da Educação do Campo*. Pronera. UNEB. Outubro/2005

D' AGOSTINI, A. *A educação do MST no contexto educacional brasileiro*. 2009. Tese

de Doutorado. Universidade Federal da Bahia – UFB. 205 f.

DUVAL. H.C, FERRANT. V. L. GEMERO. C. G. Sistemas Produtivos e Políticas Públicas em Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo: similitudes e diferenças entre duas regiões. Agrária São Paulo/SP. N° 14. pp 23-54.2011.

ENGELS. F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. 6ª edição. Civilização Brasileira. 1980.

ENGELS. F, MARX. K. Manifesto do Partido Comunista. In Teoria da Organização Política I. São Paulo. Expressão Popular. 2005.

FERNADES, M. B. MOREIRA. M. R. Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/physis/v23n2/v23n2a10.pdf>. Acesso em 03/09/2013

_____. Espacialização e Territorialização da Luta Pela Terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. São Paulo – SP. USP. Departamento de Geografia da FFLCH. 1994.

FONSECA. N. M. L. A História Oral no Museu da Escola de Minas Gerais: relato sobre o caminho percorrido. In: FARIA F. L. M. (org.) Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias. Campinas Autores Associados.

FRASER. N. O feminismo, o Capitalismo e a astúcia da História. Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/NLR29004.pdf> acesso em 26 de janeiro de 2014

FREIRE. P. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1981.

_____. Pedagogia do Oprimido. 11ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1981.

_____. Pedagogia do Oprimido. 47ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2005

_____. Política e Educação. ensaios. 7ª edição. São Paulo. 2003

_____. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. 42ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREITAS. S. M. História Oral: possibilidades e procedimentos. 2ed. São Paulo. Associação Editorial Humanitas. 2006.

FREITAS. A. C. de. A. Rumos da Educação do Campo. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 35-49, abr. 2011 disponível em <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2565/1753> acesso em 22 de fevereiro de 2013.

FRIGOTTO. Prefácio. In VENDRAMINI. C. R, MACHADO. (Org). I. F. Escola e Movimento Social: Experiências em Curso no Campo Brasileiro. 1ª edição. Expressão Popular. 2011

GOES. C.R. A Produção de Alimentos Sob a Égide da Empresa Capitalista: a produção de soja no Rio Grande do Sul. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do SUL. UFRGS. Porto Alegre. 2009. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18447>. Acesso em 22 /07/2013

GOHN. M. G. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. Edições Loyola. São Paulo – SP. 6ª edição. Abril de 2007

GOHN. M. G. A Abordagem marxista nos estudos sobre os Movimentos Sociais. s/d. Disponível em www.unicamp.br/cemarx/mariagloria.htm. acesso em 14 de fevereiro de 2013

_____. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. Edições Loyola. São Paulo – SP. 6ª edição. Abril de 2007

GONÇALVES. R. Entre Estado e Movimento: recuo da participação política das mulheres nos assentamentos de reforma agrária. S/d <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/segundosimposio/renatagoncalves.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2012

_____. Vamos acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero MST do Pontal do Parapanema. Unicamp. 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000373114> Acesso em 26 de janeiro de 2012

GORENDER. J. Apresentação. In. SINGER, P. (org). Karl Marx. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

GOSS. K. P, PRUDENCIO. K. O conceito de movimentos sociais revisitado. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91. Disponível em www.emtese.ufsc.br.

GROPPO, L. A. MARTINS. M. F. Introdução à Pesquisa em Educação Campinas/Americana – SP. 2006

HARVEY. O Enigma do Capital e as crises do Capitalismo. São Paulo – SP. Boitempo. 2011

HAUG. F. Para uma teoria das relações de gênero. IN. (Org.) Boron A. A. Amadeo. J, Gonzáles. S. A Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas. Expressão Popular. 1 edição. Buenos Aires. CLACSO. 2006.

HOBBSBAWN. E. Globalização, Democracia e Terrorismo. São Paulo. Companhia das Letras. 2007

KOLLING, E. J; NÉRY, I; MOLINA, M. C. (Org.) *A educação básica e o movimento social do campo: por uma educação básica do campo*, nº 1, 1999.

LEITE. Assentamento Rural. In: Dicionário da Educação do Campo. In Cardart. R. S. PEREREIRA. I. B. et al. (org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro. Expressão Popular. 2012.p.110-113

MARTINS. M. F, MENDONÇA. V. M. Formação e atuação dos militantes dos movimentos sociais. Impulso, Piracicaba • 20(49), 17-29, jan.-jun. 2010 • ISSN Impresso: 0103-7676 • ISSN Eletrônico: 2236-9767 Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/.../impulso/.../468>

MARTINS. M. F. Pedagogia do Engajamento: considerações sobre a desumanização e as possibilidades de sua superação *Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v. 3, n. 1, p. 55 - 66, jan.-jun. 2008.*

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. VOLUME I. O Processo de Produção do Capital. TOMO 1 (Capítulos I a XII). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Os Economistas)

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. VOLUME I. O Processo de Produção do Capital. TOMO 2 (Capítulos XIII a XXV). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Os Economistas)

MARX, Karl. Sobre a Questão Judaica. São Paulo. Boitempo. 2010
MEC. PRONACAMPO. Dados e Metas: Março de 2012. Disponível em : <http://www.consed.org.br/images/phocadownload/pronacampo%20%20dados%20e%20metas.pdf>. Acesso em 29/09/2012

MEIHY, J. C. S. B. Manual de História Oral. São Paulo: Edições Loyola. 1998

MEIHY. J. C. S. B. Os Novos Rumos da História Oral: O Caso Brasileiro. Revista de História 155 (2º-2006), 191-203. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CDwQFjAC&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.usp.br%2Frevhistoria%2Farticle%2Fdown>. Acesso em 24 /02/2013

MELO. D. Subjetividade de gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979-2000. In Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis. Rio de Janeiro, Vozes 2003.

MENDONÇA. M. L. R. F. O Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio. Tese. Departamento de Geografia. USP. 2013.

MÉSZÁROS, I. Educação para Além do Capital, 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS.I. Educação Para além do Capital. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILLS. C. W. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Editora Jorge Zahar.

2009

MITCHEL. J. Mulheres: a revolução mais longa. Niterói, v.6,n-2.V 7,n.1,p.203-232,1-2.sem.2006. Disponível em <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/08112009-015900mitchell.pdf> Acesso em 22 de janeiro de 2012

MOLINA. M. C. MONTENEGRO. J. L. A, OLIVEIRA. L. L. N. A. Das Desigualdades Aos Direitos: A Exigência de Políticas Afirmativas: *Para A Promoção Da Equidade Educacional No Campo*. Raízes, Campina Grande, V. 28, Ns. 1 E 2 E V. 29, N. 1, P. 174–190, Jan./2009 a Jun./2010 Disponível em http://Www.Ufcg.Edu.Br/~Raizes/Artigos/Artigo_228.Pdf. Acesso Em 19 de Fevereiro de 2013

MST. DOSSIÊ. MST ESCOLA. Documento e Estudos 1990-2001: Caderno de Educação nº 13, edição especial, org: Setor de Educação MST.

MST. Princípios da educação no MST. Caderno de Educação nº 8, Porto Alegre/RS, 1996.

MST. Construindo Novas Relações de Gênero – Desafiando relações de Poder. São Paulo. Coletivo Nacional de Gênero do MST. 2003.

NETTO. J. P. BRAZ. M. Economia Política: Uma introdução crítica. 8ª edição. São Paulo. Cortez. 2012.

NICHOLSON. L. Interpretando Gênero. (1999). Rev. Estud. Fem. v.08 n.02. Florianópolis 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104_026x2000000200002&script=sci_arttext Acesso em 30 /09/2013

OLIVEIRA. A. U. Industrialização e Urbanização da Agricultura Brasileira. In Revista São Paulo em Perspectiva. O AGRÁRIO PAULISTA v.07/ nº 3/ Jul-Set 1993. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=2045> Acesso: 18 de julho de 2013

_____. U. Mundialização da Agricultura Brasileira. XXI Colóquio Internacional de Geocritica: Las Independências Y Construcción de Estados Nacionales: Poder, Territorialización y Socialización, siglos XIX-XX.2012. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em 29/06/2013

_____. Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. O Campo Brasileiro no Final dos Anos 80. STÉDILE, J. P. (Org.) A questão agrária hoje, Porto Alegre: UFRGS, 1994.

_____. Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.

PATAI. D. História Oral, Feminismo e Política. Letra e Voz. São Paulo. 2010.

PERROT. M. Práticas da Memória Feminina. Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/michelleperrot.pdf> acesso junho de 2013

PISCITELLI. A. Recriando a (categoria) Mulher? 2001. Disponível em <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/Adriana01.pdf>. Acesso em 18/10/2013.

POLLAK. M. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em 18/10/2013.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da História Oral para a ideologia do século XXI. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia Maria e FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

PRONI. M. W. História do Capitalismo: uma visão panorâmica. Cadernos do CESIT. Texto para Discussão nº 25. Campinas – SP. 1997

RAGO. M. Epistemologia Feminista, Gênero e História. http://www.moodle.ufba.br/file.php/12635/Carla_Akotirene/Epistemologia_Feminista.pdf Acesso em 6 abril de 2012

RIBEIRO. M. *Educação Básica do Campo. Um Desafio aos Trabalhadores da Terra. s/d. Disponível em www.ufrgs.br/tramse/perural/artigos/educacaodocampo.rtf. Acesso em 19 de fevereiro de 2013*

SADER. E. O Anjo Torto: esquerda (direita) no Brasil. São Paulo Brasiliense. 1995

SADER. E. *Prefácio. In Educação para além do Capital. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2005.*

SAFFIOTTI. H. I. B. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2014 (Coleção Brasil Urgente)

SAFFIOTTI. H. I. B. O poder do Macho. 11ª Edição. São Paulo. Moderna. (Coleção Polêmica)

SAFFIOTTI. H. I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 3ª Edição. Expressão Popular. 2013

SANTOS. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Record. 2001

SANTOS. L. B, SPOSITO. E. S. A Globalização e suas facetas: grupos econômicos globais e territórios locais na aurora do século XXI. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005. USP.

SAVIANI. D. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. In Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007

SCHWENDLER. S. F. A Construção do Feminino na Luta Pela Terra e na Recriação Social do Assentamento. 2002. Disponível em <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=CONSTRUC567&ng=p&sc=3&th=42&se=0>
Acesso em 28 de janeiro de 2012

SCOTT. J. Gênero, uma categoria útil para análise histórica. Disponível em http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf Acesso em 26 de janeiro de 2012

SEVERINO. J. Filosofia da Educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

SILVA. J. G. O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária.

STÉDILE, J. P. (Org.) A questão agrária hoje, Porto Alegre: UFRGS, 1994. (p.137-143)

SILVA, J. G. da. A Industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira. São Paulo em Perspectiva: O Agrário Paulista. vol. 07, nº3, jul./set. 1993. Fundação SEADE. Disponível em:
http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_01.pdf> Acesso em 26 fevereiro . 2013, p. 2

SILVA. J. R. da, JESUS. P. de. Juventude Rural e Agricultura Familiar: os determinantes os processos migratórios e os desafios para a preservação da agricultura familiar. Trabalho apresentado ao VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/08/GT13-Jose-Ribeiro-da-Silva.pdf> Acesso em 18/10/2013.

SPIVAK. G. C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010

SOUZA. M. A. Movimentos Sociais e Sociedade Civil. Curitiba IESDE. Brasil. S.A. 2008.

THOMPSON, E. P. 1981. *A Miséria da Teoria ou Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. Waltelsir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 1987. (3 vols.) Trad. Denise Bottmann (vols. I e III); Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (vol. II). São Paulo, Paz e Terra

VASQUEZ, G. C. F. A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2009, vol. 29, n. 4, pp. 856-867. ISSN 1414-9893. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n4/v29n4a15.pdf> Acesso em 15 de junho de 2013

VÁSQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. 1ª Edição. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLACSO. São Paulo: Expressão Popular. Brasil. 2007

VARIKAS, E. O Pessoal é Político: desventuras de uma promessa subversiva. *Tempo*. Rio de Janeiro. Vol. 2. Nº 3. 1996. p 56-80

VENDRAMINI, C. R. *A Educação do Campo Perspectiva do Materialismo Histórico Dialético*, texto apresentado no seminário de Educação de Adultos do MST. Via Campesina Brasil, não publicado. 2008.

Anexo

MEMÓRIA DAS MULHERES

D. Rosa: Nasceu em Minas Gerais. Ainda muito nova foi para o Paraná. Cinquenta e três anos. Assentada de reforma agrária no assentamento Horto Bela Vista, município de Iperó. Participou das Comunidades Eclesiais de Base-CEB's. Trabalhou como agricultora e costureira. Participa no MST desde sua fundação. Foi da Coordenação Nacional do MST. Integrou o setor Nacional e Estadual de gênero, atuou nos setores de Produção, Formação e Saúde. Divorciada, Mãe de quatro filhos. Atualmente estudante do curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia, e membro da Direção do MST Sorocaba.

Tempo de Entrevista: 1h 23 min

Data: 07/08/2013

D. ROSA

Querida que você falasse da sua história de vida, de onde você veio, onde começa a

sua história, desde a sua infância...

Eu sou antiga mesmo... [risos]... Acho tão engraçado isso, porque assim os anos passam. Bom, é... o que eu lembro mais, assim, lógico é o meu período de infância que eu lembro das relações mais familiares. Meu pai mudava bastante... tinha toda essa situação.

Eu não conheci muito o lugar onde eu nasci, porque minha mãe mudou de lá quando eu tinha quase seis meses, não lembro qual história que ela fala, mas nasci em Minas Gerais, é... o meu pai era um mineiro que veio para São Paulo trabalhar na busca de melhoria de vida e gostava da minha mãe. Voltou lá, casou e ficou lá um ano e pouco até eu ter quase seis meses. Os dois vieram embora para o Paraná. Então é... a minha vida de criança foi no estado do Paraná. Ele trabalhava de tudo um pouco, mas sempre no trabalho do campo, na roça. Aqui em São Paulo trabalhou bastante com japoneses, alguns dos japoneses com quem ele trabalhou usou o manejo da agricultura natural, ele já sabia, tinha essa noção assim de... da questão da mecanização, que isso iria trazer muitos problemas para o ambiente, do uso dos venenos, que trariam problemas para saúde. Tanto para os trabalhadores que fabricavam, quanto para os que aplicavam os venenos, como também na alimentação. Então ele se forma na agricultura com essa cabeça.

E sua mãe?

Nossa, minha mãe, nossa... difícil até falar dela. É que amo demais a minha mãe, é uma pessoa muito humilde, sempre também foi muito trabalhadora em casa, na roça, cuidava de nós para irmos para escola, estava preocupada se fazíamos a lição. Ela se alfabetizou, minha mãe... é assim... incrível! Sabe, ela nunca teve uma professora e aprendeu a escrever o nome dela sozinha, depois ela ia escrever as coisas e eu ia confirmar se estava certo, mais da metade da palavra estava muito certo... A minha mãe fala que quando eles me matricularam na escola eu entrei tarde, esperando a minha irmã ter idade. Naquela época entrava na escola com sete anos, tinha toda essa situação, e depois na juventude eu como a mais velha de casa, participávamos muito da Igreja, era período da ditadura militar, meu pai se envolveu bastante tentando ajudar a organizar o sindicalismo, sindicato dos trabalhadores, eu lembro das conversas dele com os amigos, em torno dessa busca de organizar isso, aliás ele conversava muita coisa com os amigos, meu pai era bastante envolvido em algumas das questões, ele era um dos caras que ajudava muito na área da saúde do pessoal, a aplicar injeção, ajudava a dar banho em doentes, era bastante envolvido com... com a comunidade, não tinha esse nome comunidade, nós não usávamos esse termo dessa forma. A minha participação maior então foi se dando via igreja, porque meu pai no contexto da sociedade brasileira era muito machista, não deixava sair, mas se eu tivesse com a bíblia na mão, eu podia ir estudar a bíblia, eu podia estar em círculos de estudos bíblicos da juventude, assim eu participava de muitas tarefas dentro da igreja. Eu aprendi a ler quase que autodidata... lendo a bíblia, porque se eu fosse ler outras coisas... e também nós não tínhamos nem uma biblioteca em casa, acho que eu não podia, mas eu estava lendo a bíblia e a bíblia é a palavra santa, então podia ler! Então ficava horas lendo. Assim, era uma jovem em busca de algo, eu não queria ficar na mesmice, fazer tudo quanto é serviço. Era a mais velha, então não sobrava muito tempo, éramos seis irmãos, escadinha, tinha muito serviço em casa, mas eu queria ler eu queria ser professora. Eu queria estudar, tinha o sonho de estudar, engraçado que os três meses antes do meu casamento eu não tinha o sonho de casar eu queria estudar... e quando namorei meu namorado ele falou que seu

eu casasse ele viria para São Paulo eu podia estudar, (risos) olha que loucura... em busca da liberdade.

Na cabeça do meu pai as filhas não podiam estudar, iam até a 4ª Série porque era muito perigoso, mas nós não sabíamos o que era “esse perigoso”, não entendíamos isso, então isso gerava revolta principalmente em mim, porque minha irmã falava: “Eu não gosto mesmo de estudar, eu quero ter cinco filhos, mas eu não queria ter filhos eu queria estudar primeiro, esse negócio eu penso depois, interessante isso, eu fui assim, acho que uma menina que sofreu muito por ser diferente das demais, subia em árvore, em telhado, lógico que tudo escondido do meu pai, minha mãe não me segurava, não tinha muito jeito de me segurar, corria, corria no pasto, puxava crina do cavalo e montava em cima, essas coisas eu fazia, e ficava sempre machucada.

Essa relação da busca do estudo como liberdade?

Ela foi cada vez mais se tornando necessidade, na minha vida, isso foi virando um problema, e quando de fato eu achei que consegui e agora chegou o momento de ir para a faculdade parece que isso não vai ter o mesmo sentido do que se eu tivesse estudado quando era nova, me deparo com essas frustrações... eu fico pensando que se eu fosse nova com tantos elementos, faria coisas que hoje fisicamente não consigo eu tenho minhas limitações que já se apresentam.

Como foi sua chegada ao Movimento Sem Terra?

Então nesse período lá da década de 70 já estava em curso, muito forte a revolução verde, e meu pai não era de passar veneno e também era contra a mecanização do solo, meu pai era muito conhecedor do solo e das plantas! Dizia que se eu precisar passar veneno eu tenho que ir embora da roça, se precisar passar a máquina que vai cortar o solo como se tivesse cortando a carne, neste momento vou embora da roça. Porque ele achava que essa questão, e ele era muito sábio nisso. Depois estudando, vemos que esse procedimento de revolver o solo, de virar o solo de baixo para cima, levava o solo a uma condição de empobrecimento e degradação e mais... erosão essas coisas todas comprovadas hoje. Ele era muito esclarecido disso, e quando começa a chegar em torno da gente muito plantio extensivo de milho, de algodão, de soja... principalmente a soja, alguns agricultores diversificavam o plantio com algodão ao invés do milho e tal, feijão já passava.... Veneno em feijão, ele achava aquilo um absurdo, aí meu pai foi ficando doente, muito doente também. E ao mesmo tempo empobrecendo o solo e a gente. Saímos da roça e viemos para a cidade, isso no final da década de 70.

Quando a gente já estava lá, eu era muito engajada com as irmãs na teologia da libertação, tínhamos muitas atividades na área que pertencia ao INCRA, a turma chamava de colonos, porque era da colonização, nós fazíamos parte disso, dessas lutas todas, então eu estava muito dentro do contexto do que acontecia no país, nós estávamos construindo um partido, e íamos construir sindicatos urbanos, sindicatos no meio do campo, íamos construir vários movimentos, porque os pobres iam ficar fortes porque iam se unir, então isso era muito legal, e eu tinha todo pique para isso, porque apesar de tudo, eu não gostava muito de... romance, eu nunca li romance eu já lia livros, quando eu começo ler achava uma bobeira esse negócio de romance e não vou perder tempo com isso. É uma coisa até legal, mas assim, naquele período eu já tinha perdido muito tempo, eu sentia que precisava avançar... se alguém falasse algo para mim numa reunião e eu não entendesse eu tinha que buscar saber o que era aquilo, o que estava por

trás. Então minha mãe falava assim: “Você é muito... o que você está caçando... ah... eu to caçando... mas porque que você tem que saber disso minha filha! Você é muito inconformada, parece que você tem que buscar tudo. “Não... mãe, eu tenho que entender isso... eu não entendo”. Então quando eu venho do campo para a cidade, eu venho engajada. Quando chegamos em Campinas pela primeira vez, fui na comunidade, na missa, tive contato com o pessoal e eu já entendia tudo aquilo, eu me achei dentro de casa, nós estávamos organizando o sindicato dos químicos, sindicato dos metalúrgicos, organizando oposição e partido, movimentos populares de rua, movimento por asfalto, por posto de saúde, por creche, por escolas nos bairros. Eu me achei do ponto de vista social e de luta, eu entendia aquilo, parece que aquilo já tinha feito parte da minha vida. Um negócio tão interessante que no sítio, no Mato Grosso, não existia toda essa movimentação e assim eu me empolguei pela cidade, eu falava assim “Nossa aqui a gente vai fazer uma assembleia juntava duzentas, trezentas pessoas, lá no Mato Grosso juntava oito dez pessoas entende?” Aquela população dispersa de cidade pequena, aqui nossa!

Em que local isso acontecia?

A minha primeira moradia foi no município de Sumaré perto de Campinas, bairro Matão e ali tinha o seminário Nova Veneza onde o pessoal era engajado na teologia da libertação. Então tem companheiros que a gente vê nomes na luta até hoje, nós fomos daquele período... foi muito, muito promissor, vamos dizer assim, e nessa formação dos animadores de bairros que vimos a necessidade da construção da Pastoral da Terra, no início tinha Pastoral Rural, e aí fomos construindo as ocupações de terra, a luta pela reforma agrária, participei ativamente na organização do primeiro grupo Sumaré, que é Sumaré I, é... eu dava catequese na comunidade, só da minha turma tinha 40 alunos de catequese, desses, mais da metade dos pais foram para ocupação no primeiro momento, é... é... foram ocupar uma área em Araraquara, depois, é lógico, foram tocados pela polícia. Vieram embora e foram assentados ali em Sumaré, depois foi Sumaré II, que também teve toda uma luta por ali e Sumaré III, naquela época chamava por número assim. Esses são os assentados de Porto Feliz, que é na CAIC, acamparam lá na BOSCH, fizeram caminhadas, lembro do seu Miltão... Então é assim, eu vi seu Miltão ir para a luta, isso foi muito dez, por isso que quando eu encontro com ele tenho muito, muito carinho, porque quando eles estavam no grupo três acampados na BOSCH, nós fomos lá, a gente via ele, e seu Miltão é mineiro, mineirada se identifica muito rápido. Eu me lembro dele, ele não se lembra de mim, porque iam muitos apoios, tinha muita gente da comunidade, mas eu me lembro dele, nesse período já nas lutas, bastante ativo. Depois organizamos a quarta luta em Campinas. Essa luta foi para promessa com 350 famílias. Meu marido quis ir junto, por todos os motivos, eu já não queria ir, eu me achei na cidade, e eu estava conseguindo, eu tinha dois trabalhos e trabalhava em casa também de costureira, então tinha me virar mil, já com as quatro crianças. Mas ele quis ir, foi ficou uns dois meses, falei: “Olha, se eu não for eu vou criar esses meninos sozinha, e fui pra luta dos Sem Terra lá em Promissão.”

Nesse processo de organização, como se dava a participação das mulheres?

Olha... lá no início, quando as pessoas vão para os acampamentos, não participam muitas mulheres. Participação é nas reuniões, como mulheres nós nos entendíamos muito, nos articulávamos com mais mulheres, uma reunião na casa da fulana, da cicrana e assim nós conhecíamos toda a comunidade e o bairro. Nessa coisa de organizar as

marchas, organizar um ato na praça, esse era o período que ainda tava na cidade, organizar um encontro lá na Igreja com todos Sem Terras, as mulheres eram muito presentes. Algumas vão se destacando, dentro do seu limite como mulher, o papel é permitido na sociedade como mulher, mas se elas se destacam e acabam muito bem a segurando a luta. Quando a mulher vai para o acampamento elas são muito presentes, organizam o acampamento, assim de forma fantástica, você vê a vida renascendo, o pessoal que... acompanhava tinha uma visão à luz da leitura bíblica que fala do pessoal do povo de Moisés sendo retirado do Egito atravessando o mar, e depois encontra terra onde colhe leite e mel, então, esse processo dava impressão que era a materialização concreta dessa leitura bíblica, em busca da justiça, da liberdade, da igualdade, então assim, é muito ativo, as distribuições das tarefas nos acampamentos, a maioria as mulheres participavam, no início era assim, às vezes tem até umas insistências: “A mulher...” “Ah! A mulher não vai para a segurança!” Mas depois começam a ir para a segurança durante o dia, depois algumas que são mais livres começam ir à noite também, então é muito presente do ponto de vista de dar conta de uma sociabilidade que a gente poderia dizer... É no acampamento buscando essa questão do menos sofrimento possível, com as equipes de saúde, equipes das cirandas infantis, equipe da juventude, as reuniões de mulheres mesmo pra gente se conhecer, massagens entre as mulheres, cantorias. Essas coisas para tirar o *stress*, passeio nas matas e conhecer plantas, e começar trabalhar com as ervas medicinais, fantástico! Assim as arrecadações de alimentos sendo distribuídas com mais justiça, essa questão dos refeitórios comunitários... Como garantir uma comida... e as refeições na hora certa para todas as crianças, porque quando as crianças chegam no acampamento estão abaixo da... do peso permitido para a idade, com muita desnutrição com falta de saúde, e aí depois de algum tempo de acampamento, dois, três meses você já vê a diferença. Nós percebemos nas fotos das crianças a diferença, o cuidado com o lazer livre da molecada, meio que acompanhado, coordenada e eles começam a fazer os barraquinhos, começam a fazer os porquinhos de barro, de argila, de pauzinho, as vaquinhas. Eles começam a montar palcozinhos e fazer assembleias com todo mundo e você vai vendo nas crianças quem se identifica com... “Eu sou o líder”, “Eu sou animador sou do grupo tal”, eles fazendo a reprodução da vida daquele novo, daquele estranho que eles começam a ver seus pais fazerem. É muito interessante, a vivência naquele período de acampamento é fantástico.

Quando você vai pra luta em Promissão, você vai contrariada?

Eu... eu senti muito de ter saído do meu pedaço, de milhões de pessoas que necessitavam estarem na luta junto comigo, assim sabe, quando, quando eu chego lá eu me achei, muitas coisas que eu tinha lido, que eu tinha sonhado com libertação da luta, lá tinha povo, e eu queria isso, e aí quando vou pra luta essa parte, ela ficou parada em Sumaré, começa uma nova luta, uma luta que eu ainda não entendia muito o que era, que eu também me adaptei a essa nova luta. No primeiro momento foi adaptação mesmo. Uma nova luta está aqui, vamos lutar pela terra prometida, e vamos fazer reforma agrária no Brasil. Enquanto existir Sem Terra também sou Sem Terra, com toda essa mística, com toda essa força, esse vigor é nessa luta que eu começo a entender maior essa questão estrutural do sistema, o enfrentamento... Ele era mais direto, todos os dias, então eu não tava fazendo apenas uma reivindicação, como era apenas uma creche no meio urbano, nós estávamos mexendo com meio de produção, estrutura da terra, é essa a diferença, isso eu vi lá concretamente. Uma coisa é você ler e tal, outra é

você vê concretamente isso.

Como era esse enfrentamento? É cotidiano, como ele se materializa?

O nosso acampamento teve início no período da democratização, já tinha aparentemente amenizado aquele a violência total e a área que nós fomos foi destinada para área de reforma agrária também, começamos a fazer outro tipo de luta, as grandes marchas, fizemos a marcha de Limeira a São Paulo, ocupações em São Paulo, então a gente fazia muita luta aqui pro lado de São Paulo para dar visibilidade pra luta da reforma agrária, mas lá na localidade mesmo, a gente enfrentava todos os processos jurídicos que se enfrenta. Nós ficamos congelados lá por quatro anos e meio sem assentamento mesmo em mesmo em uma área que tinha tido emissão de posse, sem definição da nossa área, o pessoal do município que não estavam acampados iam sendo assentando e nós que estávamos acampados não se definia nossa terra. Nós ajudávamos as pessoas a entrar na terra, a ocupar, já naquele período juridicamente nós sofremos penalizações e outras áreas de lutas já tinham confrontos sérios. Mas nesse período, éramos muito conectados com as outras lutas solidárias, nosso acampamento no período era tido como um acampamentos maiores, mandávamos dois ou três ônibus pra cá, dois três ônibus pra lá de pessoas, nós ficávamos muito ligados, tinha uma vivência disso. Eu como tive os quatro filhos pequenos... eu pouco saía, eu fiquei muito com as tarefas mais internas, por ali mesmo, mais longe que eu ia era cerca de 40 km até Lins, cidade maior, tinha a Diocese, tínhamos muita conexão com a igreja, bispo era Dom Irineu, vivo até hoje, nós éramos muito conectados mesmo!

E quais eram essas tarefas internas?

Olha, eu passava por todas, aprender a fazer horta, estudávamos o início da agricultura, nós estudávamos como a mulher descobriu a agricultura, assim, buscando entender a identidade da mulher agricultora, a agricultura da onde começou, assim nós vimos que a mulher tinha uma importância para o mundo, isso tudo na tentativa de entender a terra não como um substrato de produção, mas como solo vivo, a terra é mãe, as primeiras coisas é que a terra é mãe, então tem que ter um cuidado com ela. Então você tira da cabeça aquela coisa que na cidade se torna piadinha, “ a terra é um negócio sujo”, e vai começando e a entender a terra como elemento da natureza tão importante pra gente, que é vivo e que tem que cuidar. A outra que eu acho que deu destaque diferente assim do mundo urbano, foi a tarefa das relações públicas pra luta pela reforma agrária, de defender a reforma agrária como um projeto de desconcentração da terra, e como projeto de alimentação sadia e na mesa de todos os trabalhadores, isso foi inovador , são elementos novos da luta pela reforma agrária, também estabeleceu conexão com outras lutas do passado, aprendemos sobre a luta dos quilombos, sobre as lutas indígenas, várias no Brasil, Confederação dos Tamoios, as lutas internacionais. Aprendemos sobre a luta do ponto de vista da disputa de implementar um projeto frente a um poder econômico que é opositor. Na hora a gente começa aprender o que é juiz, antes nós pensamos que o juiz é aquela pessoa certinha que dá justiça as coisas, aí começamos a ver que não é assim. Que juiz tem lado, de que lado ela está, aí você começa a conhecer os poderes, começa a saber que os políticos também têm lado, então essas coisas aparecem mais rápido na luta pela reforma agrária, apresentam-se com mais rapidez, pelo o nível de enfrentamento que se faz. A mulherada participa disso, a mulherada que está no acampamento, ajudam a construir resistência, resistência não só do ponto de vista de ficar ali, mas de entender o porquê está ali, e o nosso acampamento foi assim,

tanto é que saiu muitas mulheres de lideranças nossas, mulheres jovens também, nós tínhamos uma estratégia: as meninas iam estudar, eu mesmo era uma das que defendiam aqui ninguém vai ter filho cedo não, filho a gente tem qualquer hora que quiser e ser mãe, isso não é uma novidade, qualquer um que é macho e que é fêmea pode ter filho um dia, mas tem que ter bem planejado, mas a precisávamos se preparar para a luta, precisava estudar, não precisa ser mãe cedo, isso não tá condicionado, só vai ser se quiser, caso não queira, tem que ter outro caminho, outra opção também. Olha que tem meninas até pensando, ainda não são mães... lutaram tanto, lutas delas.

E esse processo trazia conflitos?

Muitos... No acampamento ele é mais velado porque a violência de casa, o limite do barraco de casa fica um pouco mais estreito com a família, então essa coisa do patriarcalismo perde força, porque as crianças são de responsabilidade do acampamento, e a comunidade participa... tem reforço de aula, participam em atividades de lazeres, quando vão pescar é aquele monte de crianças, os mais velhos ensinando como é que pesca, então se tem uma vivência social ampliada. Vamos dizer assim, não é privada é mais ampliada, não vou dizer que é pública, mais é ampliada, então isso diminui esse gueto do poder absoluto de uma possível decadência masculina, assim enquanto está no acampamento. Mas quando vai para o lote... parece que eles ficam esperando o dia... quando você vai para o lote isso retrocede porque o lote tem os limites e a vivência como se fosse a propriedade privada.

O que seria a vivência da propriedade privada?

Então... eu acho que várias outras vão estar falando... não sei se elas vão falar disso. Agora melhorou, do ponto de vista de documento a gente vê umas coisas mais bonitas no Brasil aí, mais o lote sempre teve um dono, o dono do lote é um homem, “o resto aqui é meu entende?” O Estado trata dessa forma, o Estado fortalece isso porque é o homem que tinha a conta no banco, em outros períodos era o homem que tinha a nota de produtor, é o homem que recebe o financiamento, é o homem que faz a venda é o homem que vai para assembleia, o homem que define as coisas e aí as mulheres fizeram muita luta para serem reconhecidas, imagina que muitas delas não tinham nem RG e nem CPF, através dessas lutas começavam a ter. Foram vários anos a campanha da documentação para poder reconhecer as mulheres como cidadã, elas não eram como se fosse uma bezerra a mais no lote, uma coisa, mais um meio de produção, elas são pessoas. Se existe uma luta para fazer isso é porque o problema existe profundamente, precisa de ter leis, projetos, programas e políticas públicas para isso, é porque o negócio está arraigado, tem esse retrocesso. Aí já num segundo ou terceiro período do Movimento Sem Terra a gente já começou a trabalhar essas questões no acampamento e aí hoje tem a nota do produtor algumas você ainda pode ver que vem escrita assim exemplo: José da Silva e outra. Não era José da Silva e Marina Rosa da Silva... José da Silva e outra, não tinha nome, é outra. Então pensávamos: “você tem outra... tem outra! Eu sou outra? Eu não sou outra! Então tinha suas piadas... para você vê o nível de tensão que era isso. Com a primeira crise mais acentuada nos assentamentos em que os homens se endividaram e não conseguiram pagar a dívida, o próprio Estado achava importante colocar o nome das mulheres, porque elas são mais responsáveis para pagar a dívida. Elas também têm mais medo de ficar com o nome travado, são mais responsáveis também com essa coisa do pagar a dívida, então nos é... ajudamos o Estado nisso, não é só uma questão porque a gente é reconhecida como uma cidadã que

a gente tem que se viabilizar, tem outro lado da corresponsabilidade do todo da família. E mais ainda, essa situação está muito arcaica, vejo que os financiamentos não têm tetos de financiamento também para mulher, e um outro teto também para o jovem, então não temos igualdade no trato do Estado para com as mulheres e jovens. Existe um teto para a família, se a mulher acessa o Pronaf Mulher está acessando dentro do limite do teto que teria o marido sozinho, ou que fosse, um solteiro no lote, então do ponto de vista econômico a gente ainda... é praticamente punida como cidadã, mesmo hoje, nós achando que a democracia avançou. Tanto isso ainda, tem hoje o Programas de Aquisição de Alimentos – PAA, era em nome do homem até o ano passado, e para mascarar nesse ano no projeto tem nome só das mulheres, mas é uma cota só, eu achei um absurdo! Hoje mesmo a gente teve uma reunião de projetos e de repente estava só o nome das mulheres nos projetos, aí eu falei: Ah...! Até que enfim... será que agora será que vem duas cotas? Não! Agora vem só no nome das mulheres, que é para falar que a mulher não tem cota, tem sim! Vê como esse Estado é sutil e perverso. Então a gente ficou com o mesmo tanto de economia, mas só que o dinheiro está em nome da mulher, agora o projeto é escrito em nome da mulher para não dizer que nós não temos cota.

Você avalia que isso traz problemas?

Traz, traz porque é aquela velha discussão de quando as mulheres foram para o mercado e as mulheres se tornaram operárias, estavam tomando o lugar dos homens, então a gente é usada para velar um problema, mas que não resolve.

Mas você não acha que políticas públicas propagam a ideia que a mulher que conquistou seu espaço?

Para agricultura familiar... não! Pelo contrário, que esse último exemplo que eu dei ele vela, a família ficou com o mesmo tanto da cota, não reconheceu o direito da mulher, pois é... faz em nome da mulher, mas é o homem que já tinha isso, gera um conflito, para dentro, joga o problema do patriarcalismo do Estado para dentro da família.

No que se refere ao trabalho desenvolvido pelas mulheres?

Na crise da questão da agricultura familiar, no estágio que estamos vivendo, essa crise é responsabilizada sobre as mulheres, porque quando é na hora de sair para fazer um bico fora, para melhorar um pouco a renda da família, o homem que sai e a mulher que fica mais no lote com as crianças, então de novo aí a mulher carrega esse fardo, por quê? Porque não tem uma grande viabilidade econômica, porque se tivesse viabilidade econômica estaria num outro patamar, em que seria o homem o dono da empreitada.

No caso do PAA, como você avalia a participação das mulheres?

Pela quantidade da cota dela ser mais simbólica do que viável, ela não faz viabilização econômica, ela faz uma simbologia que foi interessante há oito anos atrás para poder dar passos à frente. A maioria as mulheres da conta como produção de quintal, então... o PAA não garante uma estratégia econômica na agricultura. Então se você tem uma produção de quintal, uma hortazinha, você garante a entrega dos produtos para preencher as cotas. Você imagina assim que, se você tiver 150 a 200 kg de banana por semana, que isso é mais ou menos em torno de 8 a 10 caixas de banana por semana, você já enche a cota, tô colocando banana porque é mais o meu caso, mas no caso de

outras produção, se eu for plantar rúcula, por exemplo, em torno de 100 kg de rúcula por semana, isso dá em 10m² mais ou menos por semana, eu encho a cota, então é muito aquém. É boa a intenção, o projeto é bom, simbolicamente tem uma força enorme, mas quando chega na hora da viabilização econômica, ele tem limites sérios. Primeiro porque não tem condições de financiamentos, se não estava o lote todo, então nos últimos governos não inovou nada em financiamento, e a negociação da dívida foi uma negociação com barreiras ainda para acessar novos créditos, nem todos assentados conseguiram fazer negociação, então o pessoal está barrado a acessar novos créditos, então o quintal é a partezinha do lote da subsistência, só ficou nisso...

Essa relação da produção de quintal e agroecologia?

Isso é interessante, porque talvez dentro do... , do pacote do banco dos projetos de produção, os planos safras privilegiam a produção convencional. Se fosse ter um financiamento dentro do banco você está mais propenso a acessar um investimento da produção convencional, principalmente se for monocultura, desse um que deteriora o solo, traz um monte de problemas ao meio ambiente do que agroecologia, existe um monte de intenções na área da agroecologia, mas elas não estão de fato consolidadas é...praticamente inexistente economicamente falando. A produção de quintal por ser uma produção tão pequena, ela consegue ser feita sem um investimento que dentro da lógica da concepção bancária e do sistema vigente, não é uma grande viabilização de colocar incrementos de insumos agrotóxicos. Então se na produção de quintal a gente consegue fazer ela sem incrementar o agrotóxico, com certeza se tiver uma política que favoreça, a gente consegue fazer no lote inteiro, essa que é que é a sacada mais importante da produção de quintal, mas não é essa a leitura que fazem.

E o envolvimento das mulheres em defesa da vida e contra o agronegócio?

Então, quando eu disse lá para você que nos acampamentos participam muitas mulheres é já de imediato quando vai ter um conflito com a polícia as mulheres que tem é toda a preocupação com a luta pela vida. Nós não estamos no palco de guerra, a primeira marca minha, minha, eu estou falando minha de que a reforma agrária é a luta pela vida, foi desse confronto, de ter participado de uma luta, antes de ir para o acampamento, onde a tropa de choque veio e nós mulheres íamos à frente nos gritando “Nossa luta não é por guerra, não é por morte, é pela vida!” Eu tô falando da gente enfrentando o aparato policial, aí quando a gente consegue fazer as primeiras hortas comunitárias, aquelas hortas já começam a produzir muito alimento, a gente começa a perceber que as crianças ganham mais vida, as crianças ficam mais coradinhas, mais saúde, mais disposição, mais alegria. Fica mais potencializado aquilo que se espera numa criança. Então começamos a fazer avaliação nas reuniões disso, isso é motivo pra gente lutar, isso é vida! Quando a gente pode ver as crianças brincar livremente a gente já vincula isso é vida! E quando a gente vai fazer a análise da produção de como os meus pais foram expulsos do campo porque tinham que passar veneno. De que aquilo era morte, muitos foram intoxicados, uns guardaram doenças por longos anos outros, morreram logo em seguida, porque o veneno não mata só os insetos, mata as pessoas, e depois mais na frente vamos descobrindo que os resíduos, que ficam de veneno na produção, também adoece e mata as pessoas. Então nós não queremos uma reforma agrária que repita o projeto de morte para as pessoas, nós queremos colher alimentos saudáveis para poder gerar vida, para que esse alimento consiga de fato cumprir sua missão para que veio, para nutrir as pessoas, para restaurar as pessoas e não para causar uma doença, até

porque a gente não tem indústria farmacêutica para poder sobreviver de venda de medicamentos. Essas coisas vão fazendo um *link* a partir da vivência que a gente tem, da reflexão daquilo que vamos fazendo.

E o processo de participação das mulheres nas relações públicas?

Então, tem muitos dilemas e contradições, e de algo que a gente talvez não consiga fazer muita reflexão disso.

É... mas eu acredito assim que se não fosse essa forma da luta pela reforma agrária, no campo do ponto de vista só da agricultura familiar, as mulheres estariam muito mais veladas, porque elas tiveram que se unir para poder fazer a resistência e sobrevivência no acampamento, e a partir dali teve a necessidade de descobrir outras formas de viver, de tocar, de pensar o futuro. Porque a mulher não pensa no hoje, ela pensa no hoje, no amanhã e depois, porque pensa na família, nos filhos crescendo e no futuro. Esse ambiente por menos que seja o tempo por mais curto que ela tenha, ele é um exercício de experiência interessante que ajuda a pensar nisso, tanto é que o Estado, as várias redes sociotécnicas se beneficiam muito disso, fazendo projeção de mulheres na agricultura familiar como representação, representação tá bom, é isso que tá aí! Mas isso a representação não basta, não significa que estão todos, tem muitas que retrocederam por causa da representação.

Porque essa representação não basta?

Porque uma coisa é eu Maria ser coordenadora de um assentamento e representar cem mulheres, e essas cem mulheres estão veladas, ocultas, invisíveis. Outra coisa, é nós cem mulheres poder estar no mesmo patamar, e nós fazer nós em nome de nós mesmos, em nome de todas, muitas vezes eu me recuso a fazer esse papel de representação, porque eu sei o quanto isso é perverso para as demais companheiras que não puderam tá lá! Tanto é que o trabalho aqui no Bela Vista, desde o início do PAA, nós já vínhamos questionando, tem P.A.A, o governo diz que tem política para as mulheres, mas as mulheres não pode nem ter P.A.A e se vê que nas reuniões do PAA quem vem é a mulherada. Aí hoje foi muito engraçado, quando falaram que os projeto estão em nome das mulheres e ninguém explicou o por quê, e também a gente não vai cobrar explicação e dos funcionários companheiros que vêm aqui, porque acho que isso é uma política maior. Uma das mulheres falou assim: “Tá no nome da mulher mas arrancou do meu marido!” Entende? Então isso é diferente no núcleo, no grupo aqui de OCS que a gente vem discutir as mulheres estão junto, porque as mulheres têm que dizer se querem lavar a roupa do homem suja com veneno ou não... também junto com as outras lutas! Estarem de olho também nas coisas, mesmo que no micro elas participando, têm condições de fazer intervenção mais qualificada em casa, gera mais contradição nós fazemos leituras dessas contradições, mas também gera mais passos largos para busca da sua autonomia.

Quais são as possibilidades para trabalhar essas contradições?

Eu acho que é criando meios, por exemplo, a feira, quando a gente constitui a feira aqui, nós fomos atrás das pessoas: “Aí Rosa, então a gente vai fazer a feira, nós vamos fazer uma feira, tem como?” Tem como! Vamos se organizar? Vamos nos organizar e tal. Já começou a participar homens e mulheres na feira, é muito engraçado que nas primeiras feiras os homens iam beber uma cachacinha e as mulheres puseram o pé no barranco, não aqui... aqui a gente veio pra vender. E elas agora pegaram de gosto esse negócio da

feira, então quando você cria meios, mesmo que esses meios não são permanentes, eles são experiências adquiridas para o resto da vida, então esses tempos é para vida toda. Na organização das OCS foi tão engraçado que as mulheres recordaram o acampamento e colocaram o nome da OCS de Unidos Venceremos, por causa de um arroz que eles cozinhavam na cozinha comunitária do acampamento que ficava tudo coladinho, aí elas em recordação a isso, e pensando: “Esse negócio é tão complicado e difícil que se a gente não tiver unido a gente não vai vencer, eu acho o melhor nome é Unidos Venceremos. Na feira elas revivem isso, de vez enquanto um grita lá MST lá nas bancas e tá passando gente, as pessoas param e ficam olhando (risos) outro grita “Pátria livre!” Olha, é de arrepiar... é de arrepiar as pessoas que estão com as casas perto da feira ficam quase o dia inteiro no muro nos olhando como fazemos essa interação.

Como há possibilidades de trabalhar a consciência para a participação da mulher?

Olha, assim, a gente tem que trabalhar muitas coisas em conjunto, só foi possível a feira por causa de uma conjuntura que o município atravessa, em 2012 não foi possível. Então quando a gente vê isso, então teve uma luta anterior que possibilitasse, ter uma administração municipal que permite ter a feira com os assentados, entende isso. Então são construções, quando se vai construir um meio tem que pensar o que poderia barrar aquele meio o que pode abrir portas para aquele meio e às vezes essas construções levam longos anos, nós estamos aqui há doze anos, já passamos necessidades pra caramba, necessidade da feira ela é longa, ela é estrutural para esse assentamento, só conseguimos agora, dava impressão que nunca conseguiríamos, entende? O que eu tô dizendo é que a feira depende das questões internas, mas também das questões externas do contexto, e isso também é uma contradição, tem que ir construindo oportunidades sem medo de ser feliz, sem data, e tentando construir oportunidades e oportunidades, nem sempre essas oportunidades pode ser que deem certo, nós já tivemos várias ideias e elas não conseguiram decolar porque não dependeu só de nós. Então essa questão, por isso que quando a gente fala que é estrutural ela deve ser pensada dessa envergadura, um núcleo de mulher não se emancipa por si só.

Essa emancipação, no seu olhar, pode ser construída só pelas mulheres?

Pode ser assim, que muitos acham que eu sou, não importa o que pensam de mim! Penso que vivemos numa sociedade, certo, nessa sociedade o meu companheiro e o meu filho não é meu inimigo, eu penso na construção dessa envergadura, a sociedade que caiba meu pai, que caiba meu companheiro, que caiba meu filho. Eu não vejo possibilidade da construção de uma sociedade que só seja das mulheres, isso para mim tem outro nome.

Essa emancipação está ligada à questão econômica ou tem outros fatores?

Não! Tem todos os fatores, eu acho o econômico é a punição direta, é vamos dizer assim nós temos também a dimensão cultural, o social. Mas o econômico é a punição direta, porque se uma mulher tiver condições de ter o acesso econômico ela lógico compra um carro, ela vai fazer a feira, vai levar os meninos assistir um filme, pra fazer aulas de violão, entende? Então quando tem a punição econômica dificulta o desenvolvimento cultural, e por isso que a punição econômica o Estado faz questão de mantê-la, mudando de cara mais mantendo, porque ela é que segura, que conserva como a luta de classes.

Como você acha que o Estado opera essa mudança de cara?

Agora, quando veio a nota do produtor que a partir de uma luta nossa colocou o nome do homem e da mulher mas a quantidade de mantimento é a mesma pra vender, porque não tem mais investimentos, não direciona investimento para a mulher, é uma operação direta.

E esse vínculo entre a mulher e a luta de classes?

Na leitura mais clássica não é isso, mais quando a luta pela reforma agrária ela ganha um conteúdo de luta de classes, o vínculo da luta da mulher na reforma agrária ela é uma luta vamos dizer assim pelo feminino, de classe porque de qualquer forma tem o patriarcado, essa luta contra o patriarcado é pra todas que se dispõem e se sente oprimida e quer se libertar disso. Das mulheres que quer criar uma sociedade sem patriarcado, o patriarcado beneficia quem? O sistema capitalista, porque para o capital é muito mais importante ter um marido empregado e a mulher que lava o macacão dele, que cuida dos filhos, leva para a escola e tal, para que o Estado não socialize a reprodução da vida, então a reprodução da vida ela é uma ancora de sustentação do Capitalismo. Quando entendemos por esse lado as duas lutas se dão ao mesmo tempo, fazendo o vínculo direto com a luta de classes, se então o Capitalismo é sustentado bem na questão do machismo, do patriarcalismo, uma empresa que contrata lá cem mulheres com um salário bem menor do que se fosse cem homens o lucro estaria indo para quem? Além disso, como é a mulher que tem que se virar com a reprodução da vida, então o lucro vai novamente para esses sistemas de empresas, então tem vínculo, para mim tem vínculo direto.

O trabalho na dimensão reprodutiva se mantém, está invisibilizado?

Ele se mantém, não tá invisibilizado não, porque nesse período agora que nós estamos num período de muita carestia é o quintal que ajuda na alimentação com mais força ainda. Na reprodução da vida, seja, a carestia vem para todos sustentar, mais é... para aqui eu garanto pelo menos é um pouco de energia para o sistema da vida eu tenho que buscar alimento no quintal com mais ênfase, não é são porque eu gosto do sabor da vida, de plantar, o quintal indica mais necessidade e mais dependência desse quintal.

Isso afeta a família?

Lógico, lógico porque na sociedade não conta, não valoriza esse trabalho, não dá valor ao quintal, a mulher que planta um pé de abacate usa dez abacates por semana com a família, isso custa tanto, mais a laranja, e mais o limão, mais o alface e mais o cheiro verde, mais o abacaxi, mais a melancia, mais a lichia, mais amora, mais... o alho, a cebola, o feijão, milho, a cana, quer dizer não vou falar tudo. Isso vem ajudando a complementar o leite da vaca, que além de eu vender um pouco eu também faço o queijo, esterco da vaca que eu levo pra horta.

Há diferença na forma de contabilizar a produção de quintal?

Não se contabiliza a produção de quintal, pra ficar invisível você não pode contabilizar, se você por no papel ela começa a dar visibilidade, e por outro lado também o pôr no papel que dê visibilidade, vai que o Estado se dá por satisfeito só com o quintal, estamos assim, numa faca de dois gumes também. Se você der visibilidade, vão achar que aqui a gente consegue arrancar duzentos reais, então pode abaixar para 400 reais o salário, como é que é isso será?

Como construir essa compreensão numa dimensão mais coletivizada?

Isso são barreiras que a gente tem, porque o meio de comunicação tá aí todos os dias para poder levar as pessoas a pensar longe disso, a não se aproximar disso. Então como é que um grão de areia enfrenta o mar? Ele existe, o grão de areia... Então tem coisas que percebemos que é... praticamente não é que não têm solução, é que nessa lógica que está não têm solução.

Você acha que a essa lógica acaba reproduzindo a violência?

Eu acho que a violência é para assegurar tudo aquilo que deve estar nos conformes. Dentro do que é permitido, a partir do momento que eu me rebelo com o que é permitido eu estou posta numa condição de limite a ai pode... pode ter violência... parece que pode ter a violência, parece que é permitido, você é enquadrado (silêncio)... agora uma violência por falta de lei é coisa de falta de clareza da própria classe. Onde já se viu... Ainda coisa arcaica, mas isso está na reprodução da própria sociedade, que não superou certas coisas, que pelo contrário parece que entra numa decadência, a violência ela é uma mercadoria também... isso então isso é um absurdo!

Porque você acha que a violência é uma mercadoria?

Porque que se com a violência eu posso estabelecer um produto... eu não vou dizer que ela é uma mercadoria, mas ela é um meio de mercadoria a partir do momento que se gera a violência eu mantenho o que tá aí! É... é eu coajo para que force a manter isso. As guerras destroem, por exemplo, o que está construído para o capital se refazer em cima daquilo, construir de novo para escoar mercadorias paradas... então para mim ele é mercadoria, se não existisse tanta violência que precisasse matar não precisaria fazer tantos revólveres, é pra que isso? Eu vendo revólver para dar um tiro no outro, cria-se um estado de desequilíbrio nas pessoas por entorpecentes para vender uma mercadoria... então é mais profundo do que isso.

Como você analisa que isso atinge as mulheres?

Eu acho que de todas as pontas, as mulheres são as mais atingidas, porque quando o sistema de violência pega os companheiros, pais e os filhos, é assim mesmo, ali é o núcleo de vítimas desse processo, o marido que fica insatisfeito com o salário que ganha do patrão que chega em casa e dá um murro na mulher.

Você acha que essa violência acontece pela condição econômica?

A maioria sim, posso dizer que tem a cultural, mas a cultural justifica essa econômica, ela é pra justificar... é econômica.

Você acha que a reforma agrária abarca a possibilidade de visibilizar essas questões?

Eu acho que como reforma agrária só ela é muito limitada pra fazer isso. Ela tem que ser extrapolar a reforma agrária, porque se o problema fosse só da reforma agrária, eu acho que a reforma agrária talvez poderia dar conta. Explicitado, ela está no campo da reforma agrária, porque quando acontecem as lutas contra a violência a maioria são mulheres da luta pela reforma agrária. Elas fortalecem e saem fazendo luta contra a violência, contra todo tipo de violência, parece que é um dos setores que mais lutam, fazem aliança com outras categorias de mulheres nessa luta, explicitada ela está, mas a

reforma agrária não dá conta, ela tem que ser um projeto de sociedade, sabe?

Quais são os avanços, desafios, limites, possibilidades nesse processo de uma luta para além da reforma agrária?

Tiveram várias tendências da luta feminista nos últimos anos discutindo, mas ultimamente assistimos bastante esforço de juntar as lutas nas marchas mundiais, eu acho que isso tem abrido uma porta, é que essa coisa da... da como é que fala, cultural do patriarcalismo e do machismo, ele é estrutural, são pilares do sistema vigente, quando você luta numa luta contra os pilares do sistema você é tratado fortemente contra inimigo brutal, o sistema ataca. Essas articulações foram muito importantes, por que têm buscado agregar várias questões, é na luta pelas mulheres que algumas coisas avançaram bem. É que o Capitalismo tem que se renovar, ele é meio burro, então as forças populares dão bastante ideias para eles se renovam também, mas ainda não tem força de romper com isso. Na minha visão, só as mulheres em si não rompem com isso, como a reforma agrária não rompe, assim a reforma agrária contribui numa esfera bem menor, porque se trata de destruir um sistema que tem seus pilares no machismo e no patriarcalismo.

Você acha que o patriarcado está diretamente ligado à família?

Não só, não só, a família que estamos falando como núcleo clássico, já se modificou bastante. Mas não só, nas empresas nós vemos como é o tratamento, quando define qual o papel da mulher na sociedade, como a mulher tem que se vestir, qual que é o estereótipo pra mulher.

Existem estereótipos das mulheres no campo?

Eles tentaram fazer, mas como o campo, ainda tem muito essa coisa do homem lá e a mulher cá, essa coisa não vingou muito. Mas eles tentaram é construir algumas coisas assim, foi bastante complexo, as mulheres têm vários tipos de relações e cada região elas têm dividido vários tipos de comportamentos, tem uns comportamentos mais dominantes, diferentes de outras, não aquela figura da mulher bordadeira, da mulher que faz artesanato que serve para algumas regiões, para outras não, para outras a mulher é vai pro trator, vai pra colheita, vai tirar leite, entende? Em todas as regiões tem todas essas diversidades, mas tem região que são mais predominante um tipo do que outro.

Essa questão das mulheres assumirem essas funções de trabalho, tirar o leite, gera estranhamento entre as mulheres? É campo de conflito?

Isso já está mais acordado, até porque isso está dentro do permitido, eu ajudo meu marido! Isso é um papel muito bem aceito, é lógico, porque já que ela não é um ser emancipado, na verdade é ajuda ao capital, mas quem está ali mais perto é o marido, que é o agente.

Como trabalhar essa contradição?

Não, é uma contradição lidar com essa contradição! Não tá resolvida.

E a busca pelo estudo, capacitação, existem dificuldades de acesso?

Quando eu falei assim que o Capitalismo se moderniza com as propostas mais populares, o Capitalismo precisa de mulheres mais qualificadas, então está permitido,

está dentro da lógica.

E essa relação de apreensão do capital, o que vem sendo construído pelas forças populares no trabalho com as mulheres?

O sistema capitalista absorve aquilo que como força para nós poderia ser uma oportunidade, então num momento que isso é ponto fraco para o sistema capitalista ele faz disso uma força, é muito dialético desse ponto de vista. Então ele se refaz, se reconstrói em cima dessa demanda, por exemplo, a Revolução Verde vem com uma promessa no mundo de acabar com a fome, nós estamos hoje perto de 7 bilhões, mas mais 1 bilhão de pessoas passam fome, isso é meramente para os estados, para ONU, uma política de compensação da miséria e da pobreza, e isso para as empresas passa a gerar mais alimentos produzidos de forma predatória, de forma de exploração absoluta da natureza, com uso de muito agrotóxico e ainda com aquilo que eles chamam de ciências avançadas, que não é avançada, mas tecnologia tipo transgênico, pra poder ainda justificar o objetivo de baratear alimentação, que é para acabar com a fome, o tema da fome virou um tema de viabilização de commodities.

Essa relação de tecnologia e a agricultura familiar?

Praticamente não tem tecnologia difundida para a agricultura familiar que garanta a viabilização econômica, existem altas tecnologias para grandes propriedades, as médias propriedades que acessam essas tecnologia numa determinada condição, quando são de uma aliança forçada, mas de emprestar sua terra para plantar cana, soja, mas para as pequenas propriedades não tem uma política pública que crie essa... que veja essa necessidade da humanização do trabalho na agricultura familiar que faça humanização e viabilização do trabalho na agricultura familiar, que tenha rendimento, que tenha produtividade. A AGRIFAN aqui de São Paulo falou que tem muito pouca inovação, que este ano tá pior do que dois anos atrás, eu tava falando pro companheiro, isso é o retrato de como eles tão tratando a agricultura familiar, em áreas de grandes pesquisas foram para os grandes, não é que não tem tecnologia, é que não tem política para isso.

E a tecnologia com a produção de quintal?

Os quintais eles têm uma relação praticamente manual, a tecnologia não é atrasada, mas uma tecnologia que deu conta de outras épocas da civilização, é tecnologia também, mas fica muito aquém da necessidade de hoje da viabilização no lote, uma coisa é você plantar 100 m² de canteiro, outra coisa se você tivesse sua tecnologia que você pudesse investir em 1000 m² de canteiro, isso é impossível, é braçal a tecnologia do quintal, quase artesanal, vamos dizer assim.

Isso aprofunda a exploração da mulher?

Lógico... a exploração dos dois jeitos, você morre de trabalhar e você ganha muito menos, rendendo muito menos... isso é um atraso.

Como trabalhar possibilidades de acesso à tecnologia?

Isso é uma luta... isso é luta se tivermos força, se agente conseguir implementar centros alternativos de viabilização de tecnologia para difundir tecnologia, eu acho que isso possa estar mais perto, mas está sendo muita luta. Até as EMBRAPAS que têm algum estudo de tecnologia estudam para as grandes empresas, então do ponto de vista é da...

da ciência desenvolvida a partir do poder público não vem, partir do privado jamais, partir do poder público está sucateado.'

Você acha que a tecnologia tem mais relação com o feminino ou com o masculino?

No avanço do capital ela... ela se iguala, vê que fantástico, a tecnologia para lavar roupas, isso libertou as mulheres, quando criei meus filhos eu tinha que lavar todo dia quase 200 fraldas de manhã, na mão, isso é tecnologia. Dizer o que mais, nem sei dizer... pra cozinha um liquidificador que você ia soca um amendoim lá no pilão, muito gostoso, interessante, mas do ponto de vista da rapidez e da qualidade, do ponto de vista de duração era mais demorado, mais sofrido. Fantástico o liquidificador, assim, você todo dia pode tomar suco de folhas, de frutas, é fantástico eu acho! Então é dando exemplo dessas duas coisas, tem outras e outras e outras. O sistema do Capitalismo se preocupou também como que essas mulheres ia consumir tecnologia porque fortalece a indústria, tanto é que tem as linhas brancas. E é pra onde? Pra dentro de casa, ajudando a garantir esse conforto necessário e bem-vindo para as mulheres. No campo da agricultura familiar, se eles quisessem desenvolver isso, imagina seria fantástico, tem várias iniciativas interessante que afirmam essa necessidade, só que não tem é condições de fazer grandes difusão, porque a questão tá meio bloqueada.

E o acesso dessa tecnologia para as mulheres na agricultura familiar?

A tecnologia da cozinha, se faz todo esforço para adquirir, tem mulheres no assentamento que têm o microondas, que têm as mesmas tecnologias das mulheres da urbanas, mas... é... nesse outro lado da mulher na agricultura aí fica aquém. É uma tarefa estratégica da mulher agricultora que ela viabilizaria do ponto de vista econômico a vida de uma produção que tivesse produtividade, que humanizasse o trabalho, todas essas questões necessárias, essa ela não tem acesso, porque você precisaria de ter equipamentos, não é só um problema que não tem, até existe a tecnologia, não tem acesso a ela, assim, não se faz máquinas de colher feijão para agricultura familiar em grande escala, não tem também financiamento para agricultora que colhe feijão comprar essa máquina. A irrigação, se preciso de ter uma água no lote de fonte própria, como você faz pra ter uma irrigação?

E os programas governamentais?

Aquilo que coloquei no início, as pessoas estão barradas, não têm crédito novo, e os anteriores, para acessar precisa estar com o nome limpo.

A relação dos programas e políticas públicas vinculados ao teto do companheiro, isso contribui para inviabilizar o acesso?

É muito insuficiente também, mesmo que tivesse algum companheiro que fosse assim mais consciente e solidário, mais como repartir, como dar conta de uma demanda que é muito maior em relação ao recurso que é muito aquém da necessidade.

É um recurso fruto da luta das mulheres?

Também, vamos dizer assim luta de todos, as mulheres fizeram muita luta por crédito, aí a luta por crédito das mulheres, ela reverteu nessa linguagem oh: já no teto do homem a mulher tem o PRONAF mulher, nós lutamos contra na época, porque ia é trazer à tona

aquele problema: “A mulher toma meu lugar o emprego já é pouco aí o Estado joga para o núcleo familiar responder o problema e não o Estado”. Prejudicando toda a família, não prejudica só a mulher, prejudica o todo, o jovem.

E no campo do acesso aos estudos e à educação, existem políticas públicas suficientes que tenham relação com a realidade do campo?

Não, não, tem como o todo da sociedade. No meu ponto de vista, como eu não sou educadora nem pedagoga, eu nem vejo uma relação, num projeto nosso teria relação, certo, porque a gente gostaria que fosse, mas da forma que tá, ela não tem relação.

Eu não aprendo fazer conta de quantos quilos de esterco eu preciso é pra um composto por m² para fazer os nutrientes, eu não aprendo essa conta.

Qual a importância das mulheres no assentamento na agricultura familiar?

Eu acho assim, um território vazio das mulheres... é como se fosse um barracão vazio de uma indústria... no papel que a agricultura familiar cumpre hoje eu acho que é muito importante, não pra ficar do jeito que tá, mas pra tentar buscar saídas. Tentar buscar novas formas. Vejo a OCS para produção agroecológica como uma possibilidade interessante, porque nessas a gente discute até como vai fazer os compostos, se pressupõe uma capacitação, discussão dos problemas juntos, o problema não é meu, é nosso também, essa abertura para discutir os problemas, parece que é feio, você tem essa cultura de você mostrar a sua marmita porque tem um ovo frito, é feio você ter um lote e falar do seu problema, e então você não pode falar do seu problema, se não você é um bola murcha, você tem que “eu sou o produtor”, o bola cheia. Nas OCS não é assim não, você vai discutir o que é real, sem nenhum problema, somos felizes por poder saber da realidade e discutir ela, até porque não fomos nós que causamos isso. Nós estamos aqui propenso a dar outro destino, embora isso não está só em nossas mãos.

Esses espaços das OCS, como você os avalia?

Avalio que ele têm seus limites, eu acho que depende muito de quem tá organizando, de qual motivo da organizando OCS, tem que tá mapeando ele, então OCS por OCS não garante nada de diferente não. Tô falando que ela é um espaço muito importante que tem esse potencial. Mas isso não significa que está dado naturalmente, precisa ser construído dentro.

É um espaço que pode agregar as mulheres?

Pode, dentro do limite do Estado. Também, no que depende do Estado.

O que seria essa dependência da relação entre Estado e OCS?

Porque se a gente vê que a agricultura familiar, empobrecida, que depende das políticas que ajude a viabilizar tecnologia e recursos então você está totalmente dentro do limite da dependência do Estado.

A transição agroecológica pode ser uma saída?

Não, a transição agroecológica é a saída do estágio de uma agricultura do agrotóxico, pra uma agricultura ambientalmente correta, socialmente justa economicamente viável, esse caminho que faz você sair da agricultura do peso uso do agrotóxico até você alcançar um sistema equilibrado, esse caminho é a transição, ou seja, se no ano passado eu jogava 100kg de adubo aqui, e esse ano eu já faço a meta de jogar 20kg com o

objetivo de sair do adubo agrotóxico, para ir para o adubo orgânico eu já to percorrendo o processo de transição com metas. É lógico, você estabelece metas de cinco anos, para alcançar um ambiente já equilibrado. Mas às vezes pode acontecer algo que em cinco anos você não tenha atingido a meta. Eu conheço propriedades que estão há dez anos fazendo a transição. Mas a pessoa sozinha sofre muito limite, o cara tem que sair daqui pra buscar produto lá em Piracicaba sozinho, sabe, tem muitas coisas que complica.

Se quiser deixar um recado sobre o tema dialogado:

A luta pela reforma agrária não depende só do Movimento Sem Terra, o MST fez muita coisa interessante, na luta pela reforma agrária, dizendo, uma luta muito válida. Na reforma agrária nós precisamos buscar o esse transitar do caminho pra agroecologia, não vou dizer que tem que ser todo mundo agroecológico, mas a gente precisa avançar muito nisso, na busca da construção de um outro sistema de produção, e que nisso precisa estabelecer a intencionalidade das mulheres estarem presentes. Acho que esse é um caminho. E que essa questão da mulher e do jovem agricultor tem que estar presente, que sejamos agricultores e agricultoras somado aos companheiros do meio urbano que também têm toda uma luta a desenvolver por alimentação realmente saudável, não são consumidores, eles buscam se nutri para buscar a vida, é diferente.

D.Girassol: Nasceu em, tem 54 anos. Mãe de sete filhos. Assentada de reforma agrária no Assentamento Horto Bela Vista. Viúva. Sempre trabalhou como agricultora, babá, lavadeira e dona de casa. Participa da Organização de Controle Social – OCS Unidos Venceremos. Associada na ARDA. Atualmente, trabalha como agricultora e feirante na Feira do Produtor de Iperó.

D. GIRASSOL

Data: 09/08/2013

Tempo: 1h 19 min.

Eu queria que a senhora falasse um pouco da sua história vida, como ela começa?

A minha história começa quando eu vim para Boituva com doze anos de idade, aí quando fiz catorze anos aí eu amiguei e voltamos para o Norte. Quando eu tive as duas crianças lá no Norte, voltei pra cá de volta, aí ficamos aqui! Aí tive meus filhos tudo aqui, os sete filhos aqui, e depois que eu tive sete nós voltamos pra lá, mas as crianças não se deu mais, ficamos só dois meses lá, aí tivemos que ficar aqui em Iperó. Já morava em Iperó. Ficamos aqui, aí quando saiu, assim as pessoas, o negócio do sem-terra, que era um espanto aqui, todo mundo ignorava. O meu marido entrou para a luta e aí nós ficamos, era lá do lado da Celina, ficamos nas barraquinhas na mata, depois viemos para beira da pista. Logo já saiu a terra, não custo muito. Depois fomos para Bela Vista, ficamos na Vila Bela Vista, depois deixei meu filho lá e logo saiu o sítio aqui, e nós ficamos no sítio. Começamos a plantar, plantava bastante mamona, arroz, milho, muita abóbora. Há dois anos atrás meu esposo sofreu um acidente, e veio a falecer. Aí essas partes mais pesada dos serviços não está dando pra nós fazermos por enquanto, nós só estamos trabalhando na horta, plantando mandioca, criando os porcos, e eu fiquei com meus filhos, eu moro com meus filhos aqui, daquela porta pra lá eles moram, e eu moro pra cá, os outros moram tudo aqui, os meninos homem, só uma das meninas que mora na cidade e a gente mora aqui, e estamos trabalhando assim. É muito

difícil, está sendo difícil para nós, porque estávamos acostumados com uma pessoa que puxava por tudo, lutava. E eu sou assim, bastante enferma, e tenho que ajudar os meninos a trabalhar. Eu tenho problema de diabetes, pressão alta, colesterol. Tenho labirintite, sinusite crônica e... com tudo isso eu me sinto melhor na horta trabalhando junto com os meninos do que aqui dentro de casa, se eu ficar aqui dentro eu já começo a passar mal, eu tenho mais é que viver lá junto e ajudando, agora tem minhas duas noras que estão me ajudando também, mas com tudo isso eu tenho que estar junto porque muitas coisas elas ainda não sabem. Elas sabem mais é fazendo as experiências, eu sei mais na prática. Assim, eu vou mais na prática porque eu não tenho muito estudo, só sei assinar meu nome e alguma coisa assim, então é mais elas que estudaram, as apostilhas, o meu Nildo está participando com nós, agora o Edvaldo e o Leonaldo vão ficar aqui no sítio. Nós vamos tocando a vida assim! Tem o meus netos tudinho, tenho dezoito netos, só dois moram na cidade, os outros moram tudo aqui comigo, nós somos bastante. A minha vida foi assim, está sendo difícil para mim porque foi assim, comecei a namorar quando conheci meu esposo que faleceu, eu tinha onze anos, quando fiz catorze anos eu amiguei, com quinze tive minha filha mais velha, aí quando eu tinha vinte quatro anos eu já tinha meus sete filhos, já tive sete... então aí pronto, minha vida todinha completamente foi de uma pessoa quase... ele me adotou, entendeu, minha vida todinha eu convivi mais com ele, e agora de repente... Acontece uma coisa dessa, quer dizer, na medida a gente sabe que tudo é por missão de Deus, porque se não fosse a vontade de Deus não acontecia, Deus tem poder tudo! Mas assim, pra nós que somos humanos, sentimos a situação, de uma pessoa estar junto, ajudando o outro no serviço, cai de uma laje e se quebra tudo e morre? A gente sente bastante, e ainda trabalhando... e ele estava com meus filhos, Edvaldo, Leonaldo e com o Marcos, os três que socorreram ele. Eles ficaram igual a quando matam um animal de tanto sangue, trouxeram ele no colo, no carro... um veio dirigindo e dois com ele no colo, mas é foi muito muito, triste muito cruel, mas eu agradeço a Deus porque, não por eu ser boa, mas sou uma pessoa que me dou com todos igualmente. Eu falo quando meu esposo era vivo eu quase não participava de reunião, eu sempre era doente, ele sempre dizia “você não precisa sair, eu vou”, a gente sempre tem que por a mão na massa, e fazer ainda quando ainda tem o outro, porque se eu tivesse desde o começo participado com ele, eu tinha sofrido menos, porque se eu não tivesse a Maria Rodrigues, a Dona Mariana a Dinora, a Celina as pessoas que eu já conhecia eu tinha sofrido mais porque como eu ia na reunião? E aí depois que eu comecei as primeira reunião, eu comecei ir me enturmando com elas, assim aí foi melhorando porque eu não entendia de nada, assim morava aqui, porque já faz catorze anos que nós moramos aqui, mas não entendia de nada, não participava, só ele ia mais Leonildo, agora de dois ano pra cá eu comecei com minhas noras, sempre quem ia era ele, a gente quase não ia, agora eu tenho que lutar por mim e por eles porque eu sei que se eu chegar a é parar, desanimar eu sei que eles desanima, por mais que eu viva doente tenho que lutar por eles. Eu falo pra eles não tô lutando tanto por mim Amanda, tô lutando mais por eles porque eu sei se eu já to no final, assim não é grande coisa mais eu tenho minha pensãozinha, mais eu tenho minha família, eu tenho que ajuda deles. Eles são tudo novo, sempre teve o pai que fazia tudo, aí se agente desanima. Aí eu tenho que lutar pra ajuda eles.

A senhora acha que está aprendendo bastante coisa nesse processo?

Aprendi bastante coisa, e o que eu quero falar é assim que a gente não precisa esperar o outro embora pra gente luta, a gente tem que lutar junto, por isso que fala assim a gente

tem que se unir enquanto está vivo porque foi embora, fico aí ou faz ou faz! Fica aí com seu problema e com suas dificuldades. Se fosse desde o começo todo mundo lutando junto com ele, hoje sofria menos, é assim.

No acampamento como foi a sua participação?

No acampamento... no acampamento eu não fiquei muito tempo assim no acampamento, quem mais ficava era meu filho, que nessa época era tudo solteiro, a mais velha tinha dezoito anos nessa época, era a Patrícia, estava solteira, também tinha o Leandro, e o Leonaldo, o Marcos esses ficava mais, eu não ficava porque eu tinha o meu caçula nessa época ele era bastante doente, nasceu deficiente e ainda ele era pequenininho e tinha dificuldade pra andar e tinha os pezinhos torto, então não participava muito, ficava que nós morávamos aqui pertinho, então nós vínhamos e íamos, não ficávamos direto igual a turma ficava porque eu morava logo aqui e no final aqui da rua aqui, dessa última rua desse anapiê, assim que desce o decidão, logo ali então eu não ficava direto aqui eu vinha e voltava, agora meus filhos ficava direto ali, meu esposo ficava fazia assim, acampava a noite guardando assim, segurança é... foi assim a nossa vida. Pra nós aí não foi assim, não vou falar pra você que foi uma dificuldade porque completamente nós não sofreu pra chegar esse momento, foi um presente de Deus. Rapidinho pra nós. Uma alegria, o meu esposo, o meu esposo ele tava quase louco por causa pra sair da cidade, nós morávamos num lugar muito apertadinho e os sete meninos tudo pequeno tinha os cinco menino e menina muito acelerado, eles gostava de cavar, eles gosta de brincar, sabe tinha um moreninho que é o Leonaldo que mora na casa grande de laje aqui embaixo, ele rasgava tudo o short de tanto ele arrastar na terra brincando, com pedaço de pau, assim modelinho de carro, e não tinha espaço pra eles brincar era muito pequeno, inclusive agora que nós morava, minha filha mais velha ela tá até aí molhando a a horta, tá ali. E pra nós foi uma coisa muito boa mesmo quando saiu a terra, foi uma alegria, meu esposo já até tinha a casa lá que cada um que tinha ficado no Bela Vista, já deixou o meu filho mais velho que logo casou que é o Leandro, mais velho não, o segundo, mais velha é a Patrícia, o Leandro que é o pai daquele mininho que tava chorando que a mãe dele aí que chegou junto com você, aí ficou foi dessa maneira que nós veio pra cá, acompanhando eles, aí depois lá entrou muita gente assim, aí eles vendeu lá pelo um dinheirinho pra ajuda a fazer a casa dele aí, e veio morar pra cá junto de nós, mas pra nós aqui, eu falo pra você não tem lugar melhor do que esse aqui, eu acho só, não existe porque é um presente de Deus mesmo. Dá pra gente viver bem...

A senhora sempre trabalhou com a terra?

Sempre trabalhamos, porque foi assim a minha mãe quando ela separou do meu pai eu tinha oito ano de idade, então quando logo que separara, minha mãe tinha 12 filhos, tinha morrido um, e aí morreu dois e aí ela ficou, criou dez filhos e quando minha mãe separou do meu pai nós éramos todos pequenos. Ela tinha cinco filho homem e cinco filhas mulheres, quando nós ia fazendo este anos, oito anos ia tudo pra roça, então nós trabalhava assim, para patrão, morava em engenho, lá trabalhava com cana, banana, e nós já ia pegando a idadinha e já ia pra roça. No final de semana no sábado minha mãe fazia, fala, no dia de pagamento fazia a conta, aí eu fazia a conta e o que nós ganhávamos cada um... um pacotinho de doce porque eu na feira, minha mãe comprava alimento pra semana inteira, nós morávamos no sítio longe e íamos na cidade buscar, e aí trazia aquele sacaiada, era feijão, farinha, e trazia carne, peixe, bastante coisa assim e

nós ganhávamos aquele pacotinho de doce, cada um vinha com um saco na cabeça, que o pescoço ficava entrando, mais nós vínhamos felizes com o doce na mão. Hoje a gente não vê mais isso nas crianças hoje em dia. Até enjoa! Eu fui criada dessa maneira desde o começo da minha vida, foi muito sofrimento, porque só quem foi criado sem pai assim pra sabe quanto é duro, minha mãe, minha mãe era mãe e pai.

O que levou os dois a se separarem?

Os dois bebiam... os dois bebiam e brigavam os dois, dia de domingo, que era dia de fazer compra eles brigavam o dia inteiro, era o pior dia pra nós, o dia de domingo porque eles brigavam ficavam... não fazia nada pra nós comer, e nós tudo pequeno. “Inves” de nós é... ter um dia de comer uma comidinha que era uma carinha feita de molho, mas aí não tinha porque eles ficavam brigando, às vezes até o que eles faziam eles jogavam fora... na briga, quebrava as panela de comida, os dois brigava muito e aí se separaram, aí foi a vida muito triste pra nós, os filhos pra parte mulher, meu pai nunca relou a mão, era muito bom, mas pra minha mãe, para os meus irmãos, porque a parte de homem defende muito a mãe, e aí você ia defender minha mãe e aí começava a briga, aí meu pai não gostava dos meus irmão, aí chego a separa e nós se crio só, cinco mulheres e cinco homens.

Como era a divisão do trabalho?

Era assim, trabalhávamos de manhã, todo mundo ia trabalhar, quando chegava, porque lá é muitas coisas simples o serviço da casa, só varre a casa, casa de terra assim, varria casa com vassoura de mato, lavava os pratos com água que buscava com uma cacimba, um tipo igual a gente tem uma mina, ia buscar em uns potes a água, assim tudo na cabeça, fogo de lenha você ia pega lenha tudo na cabeça, na mata, era assim, dia de buscar lenha eu, minha mãe, meu pai, meu irmão, tudo ia cada um... um feixinho na cabeça, quando chegava em casa aí minha mãe punha assim uma comida no fogo, e nós lavávamos a louça, varria o quintalzinho e minha mãe ia para o roçado carpir, minha mãe já ia trabalha pra ela, que até aquela hora a gente trabalhava para o patrão, tinha assim em volta da casa um pedaço de terra em volta, aí minha mãe ia trabalhar ali que era para nós, e ali produzia feijão, dava o milho, mandioca, couve, minha mãe plantava tudo ali, aquele era o nosso, e nós nos criamos dessa forma.

E a senhora acha a vida que ela levou diferente da vida da senhora?

Eu não acho diferente assim, porque completamente eu não saí daquele ritmo, casei, continuei por ali, o sítio quando eu voltei lá atrás... que nós teve dois filho aqui, e voltamos pra lá, então quando eu voltei lá foi dessa forma, sempre trabalhei junto com meu esposo lá na roça, só que ele trabalhava um pouco com os patrão e eu trabalhava no nosso sitinho em volta da casa, aí nós criava cabra, criava a vaquinha na corda, criava porquinho, galinha, e o roçadinho também lá em, sentia uma alegria, porque minha vida completamente foi ligada nisso.

A senhora dava conta de todo esse trabalho?

Dava, em volta do sítio, dava tiveram vezes, Amanda, assim a noite quando era um começo de por roça, de ir fazer aquele roçado, que lá eles falam faze roçado, então é por aquela roça em dia, então eu e ele pegava o radinho veio, nós ligávamos debaixo da lua, e as crianças dormindo eu e ele trabalhando e o radinho tocando, essa é nossa vida! Sempre junto, sempre junto.

Senhora acha que fez falta participar das reuniões?

Acho que sim, fez muita falta, porque que ele ia, passava pouco pra gente, porque ele sabia que nós não íamos mesmo, então ele ficava mais pra ele aquilo ali e muita coisa né? Eu não sabia. Agora depois de dois anos pra cá que ele faleceu que nós começamos a ir e essa minha nora, Amanda, também vai comigo, a Ruth, Leonildo, agora o Edvaldo e o Leonaldo vai começar com nós, até essa aqui só está esperando eles mandarem embora da firma, que ainda ela está trabalhando na firma, mas a Ruth já saiu já! Até tem que ver lá como é que vai ficar os papel deles, porque compraram um tratorzinho agora que nós tava com muita dificuldade pra trabalhar, aí eles compraram, porque a dificuldade, a terra pra nós pranta e carpi é bem mais fácil, porque ali é terra bruta, a gente além de se mata pra trabalha planta, não dá nada que a raiz da braquiária mata, atrapalha a lavoura sair.

A senhora sempre trabalhou com a enxada?

Sempre trabalhei na enxada, agora que está fazendo o que, uns quatro meses, Amanda, que comprou o trator, nem faz isso... então agora que eles compraram tratorzinho aí usado do homem, nós estamos trabalhando com ele.

São os meninos que operam o trator?

Os meninos que usam o trator, fizeram o curso, então tudo eles sabem dirigir, mas só dois que fizeram o curso de tratorista, eles tudo ajuda, nossa, tem um que trabalha na Iperfor, ele trabalha à noite, ele chega de manhã, aí ele fica com a gente até a hora de almoço trabalhando, tem dia que, dia de sábado que nós fazemos a feira, ele chega de manhã lá na feira e fica comigo, não dorme o dia inteiro, sábado ele não trabalha, mas os dias dele trabalhar, fica todos os dias até meio-dia, tem dia que até 1 hora ajudando lá, e o Leonildo, que está trabalhando, trabalha na fábrica até duas e vinte, tem dia que ele trabalha até as 8 da noite, agora porque ele voltou a estudar a semana passada, não tinha terminado o 2º colegial, pra ele terminar ele voltou e aí ele não fica até tarde, daqui a pouco ele já tem que ir pra escola.

A senhora sempre os incentivou a estudar?

Sempre, que nem o Marco e o Leonildo, nós trabalhando aqui, eles tinham que pegar ônibus, eles vinham pra cá, tudo pequeno, até o Marcos que é o marido da Amanda quando ele fez dezoito anos, o pai deles deu uma enxada de presente pra ele, eu falei... dê uma enxada hoje pra uma criança, ela não aceita, ela diz: “Pra quê que eu quero isso?” Neles é muito difícil essa... que eles já são desse jeito porque eles viam o meu jeito, então eles já são ligados assim, eles têm, os meninos têm muito amor assim em mexer com as coisas da terra, só que todos trabalham, têm família e precisam se sustentar, e aí fica difícil. Mas eles todos ajudam, ajudam muito bem se reuniram, os cinco homens compraram o tratorzinho. Às vezes, Amanda, a gente fala pra quê tanto filho? Quer dizer eu não vou falar pra você nunca achei que meus filhos fosse demais, mais tem gente que fala, mais pra que tanto filho... depois que a gente chega numa situação igual eu cheguei que a gente vai saber o por que que Deus deu? Porque um faz uma coisa, o outro faz outra, tem aquele cuidado com a gente, e a gente vê porque Deus deu. Mas sou muito grata a Deus, por tudo, por estar aqui, as companheirada que ajuda a gente, que nossa a Rosa, mesmo pra gente ela, eu sempre comento com os meninos ela não tem idade de ser minha mãe, mas tenho um respeito muito grande por ela igual a

minha mãe, a gente tem dúvidas em algumas coisas e já pergunta pra ela, sabe, ela sempre está ajudando, meu esposo também era muito ligado com ela, ela com ele, ele só falava o esposo dela, então eles é muito ligado ‘cê sabe? Quem vê igual meu filho, é também, ele tem bastante assim respeito, a gente respeita, a gente respeita todos, mas tem uns que você e tem mais, mais ligado né, tem é muito bom!

A senhora encontrou força para continuar nesse grupo?

Nesse grupo, nesse grupo, porque olha vou te falar, assim, se não tivesse esse grupo pra me ajudar nessa situação que eu fiquei, Amanda, eu fiquei de um jeito que um metro quadrado pra mim fica dentro era demais. Você vê aqui dentro mesmo, eu quase não fico aqui dentro, eu só entro mais pra dormir, pra tomar banho, mas eu fico mais pra fora, lá pra horta, lá pra aquela cozinha que eu fiz, eu não me sinto bem, até as meninas fala “aqui tá tão aconchegante”, não sei o que a cozinha, nossa é difícil, eu conheci ele desde os onze anos de idade e a pessoa viver trinta e poucos anos com outra e acontece isso, é difícil tira assim, sai pra trabalhar e não voltar nunca mais... é difícil.

Como a senhora o conheceu?

Ele morava no mesmo engenho que nós morávamos, trabalhávamos na fazenda, nós tudo junto, assim... cada um no seu pedaço assim, mas nós nos víamos de manhã quando o feitor chegava pra enviar a conta de cada um, aquele pedaço de terra pra cada um fazer, ficavam os todos juntos, entendeu? Às vezes um terminava e o outro ajudava o outro, e nós começamos nos conhecer, assim eu comecei a gostar dele, acho que eu tinha uns nove anos, e ele não sabia, ele chegou a namorar umas três meninas e eu gostando dele. Depois quando já tinha onze anos eu fui trabalhar numa cidade de babá, aí quando eu voltei, voltei assim, completamente diferente, entendeu? Cabelos cortado, bem assim, bem arrumada, aí ele começou... até que foi num baile: “Vamos ver quem ganha essa menina”, e os colegas dele dizia: “Vamos ver! Vamo ver! Aí foi ele, aí nós começamos namora e aí com catorze anos eu amiguei, nós já morávamos em Boituva, onde eu cheguei primeiro com minha mãe, eu tinha vindo com meu irmão trabalhar lá pro lado de Jacaré e depois eu vim com minha mãe, aí nós fugimos de Boituva para o Norte, que meus irmão estavam aqui, e nós com medo dos meus irmãos, nós fugimos pra lá, tive minha menina. Quando viemos pra cá já tinha a Patrícia e o Leandro. Quer dizer, o Leandro não chegou a nascer lá, eu tive a Patrícia lá, aí tava nos dias de ganha o Leandro, o Leandro nasceu aqui! Inclusive os documentos dele é de Boituva, nascimento tudo foi de Boituva.

A senhora sempre trabalhou fora da roça?

É que nem o período que eu trabalhei de babá, foi no período que nós viemos do Norte, nós trabalhamos na colheita de laranja do japonês, trabalhamos carpindo laranja, é colhendo batata, aí depois eu fui trabalhar em Osasco de babá. Eu estava já com treze anos, trabalhei um ano em Osasco de babá, depois eu voltei pra cá e foi a época que eu fugi e foi ótimo, quando eu tive quinze anos eu ganhei a minha filha mais velha, que é a Patrícia, e depois vieram os outros tudinho escadinha, porque nunca ele deixou eu tomar remédio. Nunca deixou, minha mãe comprou ele pegou e jogou dentro do rio, dizia que não era pra tomar, e aí tive todos meus filhos, aí no caçula, por causa deles ter vindo um juntinho do outro, tive problemas no... no meu sangue, e aí o bebê já nasceu com problema, nasceu com os pezinhos tortos, nasceu sem o ânus, aí o médico falou: “Você vai ter que operar, porque daqui pra frente todos os filhos que você tiver vai ser com

problema”. Aí eu operei, é o meu menino de 24 anos, Edvaldo, é o caçula.

Por que a senhora achava que ele não gostava que a senhora tomasse o anticoncepcional?

Eu acho que... não sei, as partes dos homens, assim lá do Norte, são muito assim... machista, eles acham que as mulheres têm que ter filhos, um tipo de uma ignorância, aí eu tive os filhos tudo um juntinho do outro. Nunca tomei o remédio porque ele nunca deixou, aí quando eu tinha 24 anos, aqui em Iperó, o médico fez cirurgia, fez laqueadura.

Isso nunca gerou problemas entre vocês?

Não, nunca gerou problema nenhum, aí depois que ele chegou com medo de acontecer o pior, entre nós não aconteceu problema nenhum, então único problema virou só em mim, assim, ele... mais ele era muito compreensivo, porque eu operei e logo virou mioma e eu tive que operar, aí deu hérnia, tive que operar. Operei a hérnia, depois abri a cirurgia, e ele sempre compreensivo, nunca! Ele ficou... até bravo quando eu operei pra tirar o útero, porque a medica falou assim: “Ah, esse seu marido tinha que capa ele”, e ele... “Aí ela fala isso comigo, né?” “Mas é brincando que ela falou!” Aquela médica brinca mesmo. Mas foi dessa maneira, eu e ele nunca tivemos problemas nenhum, nós tivemos dificuldades no começo da vida, assim logo que nós amigamos, nós não nos uníamos muito, isso antes de ter as crianças, até ter a minha primeira menina, nós discutia bastante, ele era muito assim mulherengo. Ele tocava em bar, fazia parte de um grupo de irmão grande, eles eram assim cinco homens na casa deles, era tocador entre eles, saía fazer baile, saía em festa de aniversário, casamento. E ele era meio namorador, e no começo tive problema, mas depois, por eu ter operado, por eu ter ficado doente, não surgiu problema nenhum.

Como foi lidar com essa situação?

Não... foi difícil nós chegamos até separar, separávamos e ele ia pra casa da mãe dele, me largava sozinha na casa, ele era assim, ele não aceitava que você discutisse com ele, ele nunca foi de rela a mão, mas não aceitava que a gente falasse as coisas, porque ele falava assim: “Mulher tem muita força... na língua”. Dizia que quando as mulheres começam a falar, e falam, e falam, ele pegava e ia embora, pegava a roupa e ia embora, num batia, ele não era de briga. Aí depois que esse meu caçula nasceu, ele parou com essa mania, também ele ficou crente, ele veio melhorar depois que ficou crente. Até esse período que ele não era crente, ele era difícil de aguentar, só por isso... ele bebia e era mulherengo. Eu sofri bastante com ele, depois disso aí, aí ele foi uma benção. Eu falo, eu fico pensando depois que melhorou tudo. Ao invés de durar bastante... mas Deus sabe o que faz .

Quanto tempo levou essa melhora?

Oh, quando eu fiquei crente ele ficou dois anos sem ser crente, aí eu ficava indo na igreja e levava as crianças e depois, quando eu tive meu caçula e engravidei falei pra ele “Oh Val, quando eu ganha esse bebe se ele for homem o nome dele vai ser Jeremias”, ele era assim, assim tão revoltado, ele falou: “Não vai ser Jeremias, não! Para mim Jeremias é um jerimum”. Lá no Norte é uma abóbora, né? Um jerimum! Tudo bem, se vê, Amanda, tem gente que fala assim que Deus não olha pra ignorância do homem, não

olha pro nome, logo que o bebê nasceu o lugar que era pra ser a bundinha dele, o ânus era tampada igual a uma abóbora seca, senta na terra, era fechada. Aí os dois pezinhos tortos, como se fosse sentado em cima dos dois pezinhos, aí depois desse bebê ele ficou crente, e aí acabou o problema, aí ele não andava mais atrás de mulherada, não quis nada, e quando eu era boa ele andava atrás de mulherada. Depois que eu fui ficando mais doente o homem melhorou, começou entender todas as dificuldades, inclusive quando ele ia embora pra lá eu ficava com as minhas crianças e tinha gente assim, que eu era novinha, tinha 15 anos, estava no começo, todo mundo queria namorar comigo, Mas eu dizia: “Não quero!” “Mas eu registro sua filha”, eu falei “Não quero!” E era Patrícia, aí falei não quero não, aí começamos a ficar com minha mãe, ficava na casa mesmo onde ele me deixava, logo ele voltava, aí acho que a turma aconselhava, estava errado de ser assim e voltava, mas foi dessa maneira.

Desde a primeira vez que a senhora o viu, a senhora gostou dele?

Desde a primeira vez eu gostei dele, a minha mãe ainda falou assim, que ele era assim, se chego a ver ele não chego? Quando ele era novo ele tinha os olhinhos bem apertadinho, e aí minha mãe falava porque namora com esse olho apertado? Porque não namora com o irmão dele, mas eu falava: “Eu quero é esse, mãe!” E foi aquele ali. E um trabalho que Deus tinha na minha vida com ele que eu falo assim, porque tanto sofrimento se eu gostava dele assim desde o começo, tanta dificuldade, foi muito difícil e eu creio que se ele num... num tivesse acontecido isso com ele nós ainda íamos viver muito tempo.

Por que senhora acha que as mulheres enfrentam esses problemas?

Aí Amanda, eu não entendo o porquê, que é isso, não entendo, eu acho que é que a maioria dos homens é assim, por causa de que um vai confiando no outro, e vê o homem daquele jeito, nossa, parece que ser machão é daquele jeito, entendeu? Acho que é mais ou menos isso porque era tudo os irmão dele tudo assim, tudo assim, a minha sogra até ficava brava comigo porque ele ia embora e voltava... Ela dizia: “Acabou homem no mundo que você só quer meu filho!” Aí eu falava: “Pra mim acabou, pra mim só tem ele, é pra mim!”. Muita gente falava pra mim: “Você nunca namoro ninguém?” Nunca namorei ninguém, nunca me interessei e até hoje, Amanda, é... eu sinto como se eu ainda tivesse ele, ele lutou e deixou um lugarzinho pra eu inclina minha cabeça, deixo um dinheirinho pra eu me alimenta, eu tenho, como se eu tenho ele, né? Porque a minha situação não é situação de querer ninguém, arruma problema para os outros. Amanda, eu tenho cinco filho homens, você acha que meus filhos aceitam, nunca aceitariam ninguém, porque filho homem já é difícil, eles é assim muito apegado, eu falo pra eles... não que eu queira assim falar, eu estou falando isso, porque Deus fala na palavra, que ele honra o desejo do nosso coração, se Deus cumpre o desejo do meu coração, eu quero que Deus me conceda a graça pra viver junto com meus filhos, entendeu ?

Na vida da senhora o mais importante é a família?

A família, é... se eu não tivesse eles e meus netos, meus filhos acho que eu não tinha superado, porque às vezes eu tava bem assim, na cama deitada, num queria levantar, chegava um chorando, “Oh vó!! !Oh vó!!!” Eu tenho que fazer força pra eu atende ele,

sem querer mesmo eles tão me ajudando, entendeu? Eu tenho que levanta pra luta por eles, e esse esforço, eu tenho que me força, entendeu? Porque queira ou não queira, eu tenho que me levantar e aí ajudar eles, então? Então eles que faz eu luta pela vida.

Na hora de definir as coisas, sobre o trabalho?

Quando tinha ele, só era ele mesmo, ele se virava só, quando eu estava, antes de eu ficar ruim de saúde, no começo nós plantávamos arroz, das coisas tudinho, nós trabalhávamos tudo junto, mais é assim, parece que depois os filhos começaram tudo a trabalhar fora e eu fiquei ruim aí só ficou ele trabalhando no lote, aí ele trabalhava, tinha vezes que apurava muito, ele ia pra cidade fazer um bico, trabalhava um pouco de pedreiro... que ele era pedreiro, ele trabalhava um pouco lá, dois três dias pra lá, dois pra cá.

E os filhos?

Os sete filhos tiveram os netos, agora não que a maioria das meninas tá pra cá, mas teve época de eu ficar com nove netos, não tem creche, não tem escola, entendeu? E aí fico bastante menino aí, e erro até os nomes, e um chamo o outro e não é nenhum daquele. As meninas tinha que trabalha fora, agora só tá trabalhando fora a Patrícia, a Lucimara e a Linda, a Amanda e a Ruth tá comigo na roça.

Como foi essa coisa de ir assumindo o trabalho no lote?

Olha não foi assim, não foi muito difícil, porque eu já tinha essa experiência, então aí, quando eu não tô bem, eu vou lá e oriento as meninas, é como eu disse lá no começo, elas... elas é mais assim, assim no estudo e eu mais na prática. Eu ensino, elas faz isso, faz aquilo e vai fazendo.

A senhora acaba sendo a professora deles?

É... é eu sou a professora deles, porque geralmente é assim pra fazer, elas perguntam “Maria, eu posso fazer assim?” Aí falo, faz assim faz... entendeu, abaixo de Deus eu sou a cabeça delas. Igual eu falo pra eles, porque hoje eu trabalho aqui, mas eu já sabia como trabalhar. Já sabia, igual quando eu me afastei e meu esposo fico só, mas eu sabia, eu sabia como plantava, sei como planta a cebola, coentro, mandioca, repolho, couve, tudo, pra plantar eu sei como é que é... Então eu vou com as meninas, faço as leras junto com elas e que elas faz mais só, que não precisa eu estar junto é molhar, mas as outras coisas eu sempre estou no meio.

Vocês usam agrotóxicos?

Desde a época dele nós nunca usamos, a gente só usava mesmo, assim, é a única coisa que ele chego a usa, nós não usamos agrotóxicos, estamos aprendendo bastante coisa com a Rosa, mas ele chego a usar ainda era um tipinho verdinho assim que vendia na agropecuária que colocávamos no regador que para pôr na couve para as vaquinhas, esse ele chego a usar, veneno, assim adubo ele nunca uso, até o companheiro da Rosa falava: “Nossa seu Edvaldo o senhor já produz orgânico”, porque desde o começo ele nunca usou.

Mesmo lá no Norte?

No Norte, lá que não usava mesmo, porque no Norte nós não tínhamos recurso para

comprar, entendeu? Desde do Norte nós nunca usamos, aqui se fosse pra comprar, quando comprava era caro, mas a gente já acostumou a cobrir o solo, pôr esterco de vaca, agora tem essas experiências que estamos aprendendo com técnica do ITESP e com Rosa, então já foi uma maravilha, então não preciso.

A senhora acha que as reuniões das OCS estão ajudando?

Estão ajudando, tanto que às vezes, conversando, até elas acham que tem coisa boa também na gente, entendeu? E os deles nós estamos pegando, eles vão ensinando, nós vamos fazendo, está sendo ótimo, muito bom.

Vocês estão conseguindo produzir para fazer as entregas do PAA?

Assim, entregas, assim nós não estamos fazendo ainda, estamos trabalhando na feira, e assim, nós fazíamos, assim, aquela entrega que ia pra Guarulhos, essas aí, mas depois de assim, não, só as feiras que nós estamos fazendo. Olha, não era ruim, Amanda, só que tem paciência de quando vem, custa vim, mais tem que ter paciência, pra quando vem, mas não é ruim, não achava ruim, porque você não tinha, você não podia mandar esperando aquilo lá vir logo, tinha que manda e sossega, quando vinha era bom, porque vinha bastante.

No caso o PRONAF Mulher, a senhora chegou acessar?

Não, não cheguei, não é eu que nós estava sabendo que, daquela época lá aquele que vinha, um dinheiro para as mulheres, é eu fiquei sabendo que vinha três mil pra cada mulher dos projetos...

A senhora acha que falta política pública para as mulheres?

Acho que sim, as mulheres tão muito devagar, quer dizer, um se esforça, mas outro se acomoda, igual eu tava atrás, entendeu? Se todas começa a lutar, as mulheres são forte, mulher é mais forte que os homens, tem mais força de vontade, quando elas querem elas conseguem, porque mulher quando pega uma coisa pra fazer, Amanda, ela não mostra, ela se esforça mesmo, elas pega e quer fazer, mulher são determinadas.

Por que a senhora acha que algumas mulheres se acomodam?

Então, elas ficam esperando e num vai nas reunião, fica assim atrasada, só em casa porque se todas se unisse, vai saber como está o andamento de todas as coisas, uma vai ajudando a outra, porque é por experiência que a gente vai adquirindo. Pega a experiência de um, pega a experiência de outra, quando vê? Uma coisa que falo, vai ter algum aproveitamento pra alguma ali, a gente sossega e cruza o braço e ninguém luta, aí pronto, dá nisso.

A senhora acha que as mulheres têm mais facilidade para trabalhar em conjunto?

Eu acho, eu acho que as mulheres têm muito mais facilidade de trabalharem juntas, você pode ver, a maioria das pessoas confia muito no trabalho da mulher, a maioria das pessoas confia muito, nos trabalhos das mulheres é muito importante, elas são muito

esforçadas, porque você vê que a mulher não gosta de fazer as coisas feio, esculachada, né? Homem a maioria do jeito que vai, não todos, mais tem uns que é assim, mas mulher não, elas gosta de tudo bonitinho, ajeitadinho, então elas vai lutar pra sempre dar o melhor, eu acho isso da mulher. Acho a mulher muito, eu tenho assim, meus filho homem, mas eu acho as mulher muito, sabe quando elas pegam pra fazer elas fazem...

De onde a senhora acha que vem essa persistência?

Num sei, eu acho que tem que vir de uma necessidade também, né Amanda? Porque se não tem a necessidade de nada eu acho que sossega, é... eu creio que sim, sempre apareceu, tudo que eu vivo até agora, e que eu tento eu consegui foi pela necessidade, porque você pode ver, Amanda, se a pessoa não tem necessidade de nada ela sossega, acomodada não tem vontade, só luta se tiver necessidade de alguma coisa, inclusive eu vivo assim bastante enferma, doente, mas porque que eu luto pela necessidade, porque eu vejo que minha família precisa, entendeu, por isso que eu luto, se a gente não vê uma necessidade e acha que tá tudo bom, ali para tudo, tem, cria uma necessidade.

A senhora acha que as mulheres pensam mais na família que os homens ?

Pensa... pensa, oh, noventa por cento da vida do homem é a mulher, noventa por cento... o homem, assim ele no trabalho deles eles dão o melhor, sobre assim a família, a visão deles é muito pequena, a mulher vê tudo, a mulher consegue vê tudo assim, mulher controla os filho de roupa, comida, marido de escola, tudo é a mulher, o homem não, só trabalha e fica ali, não se preocupa com isso aí, eu vivi trinta e um ano com meu marido e ele nunca foi numa cidade compra uma roupa pra um filho, nunca foi compra um medicamento, nunca levou ninguém num médico, então a mulher luta por todo, a mulher é aquela formiguinha, ou acho, é a abelha rainha, a mulher que ela luta por todos, em todo sentido é a mulher. Se bem que a gente tem os filhos e é dos dois, mas o pai mesmo não se preocupa de correr com os filhos, é só a mãe que se preocupa.

Essa preocupação a senhora sempre teve?

Sempre teve essa preocupação, quando eu tinha uns dez anos eu via minha mãe, Amanda... também tem que vir da família, eu via minha mãe, assim, ela buscava água no pote, buscava a lenha na cabeça, e torrava café numa panela, e um dia minha mãe saiu e foi fazer uma viagem, eu fiz igual ela fez, marrei um pano na cabeça igual minha mãe amarrava, peguei o pote, pus na cabeça e fui busca água, peguei o café da minha mãe, pus no fogo numa panela de barro e torrei até fica no ponto, virei assim, pisei no pilão igual minha mãe fazia, então acho que é das mãe que os filho têm que ver e vai indo. Agora tem muitos que sossega mesmo, mas tem muitos que luta, tudo que eu via minha mãe fazer, não nas parte ruim de briga, de beber, isso aí, graças a Deus, Deus teve misericórdia de mim, mas as outras partes, eu lutei, minha mãe é muito trabalhadeira, minha mãe ainda é viva, trabalha demais, até hoje ela ainda trabalha, ela chega a quase noventa anos, ela é muito esforçada, nessa parte aí ela foi exemplo pra nós, e ela também ficou separada do meu bem e nós era tudo pequeno e ela nunca quis ninguém, viveu sozinha até hoje.

A vida no lote tem sido sustentada como?

Assim, tem a minha pensão, temos porco, que o Leonildo trabalha com os porco, ele vende os porco, tem os meninos que trabalha na firma, e aí cada um cuida da sua

família, e cá minha pensão eu vivo, vivo com minha pensão, compro meus remédios, compro meu alimento, minhas roupa, vivo assim. E do lote e que nem agora nós tá começando, tudo bem, e aqueles que trabalha e que trabalha quando vai as coisas e que vem, o dinheiro é daqueles que trabalho, entendeu? Igual vai assim, que nem, por exemplo, agora que tá a Ruth, a Amanda, eu, Leonildo, Edvaldo, Leonaldo e os meninos começaram, quando que vim, vem pra todos é dividido aquilo ali, dividido pra todos que trabalho, aí tem de dividir, cada um com sua parte, falo pra eles que vocês não se preocupa o tempo que vai vim, tem que manda e sossega, não é se preocupa, eu mandei já faz um mês, hora que vim...vem. Não, isso aí não pode.

Você não pode contar com esse recurso?

Isso, se você for fazer uma conta, que tal dia você recebe, você pode esperar, que não tem dia certo, até quando nós mandava pra Guarulhos não teve dia certo para o pagamento da entrega.

O que a senhora acha que poderia melhorar no assentamento para poder gerar renda ?

Aqui pra nós o que precisa melhorar é a falta de água, nós não temos água, não temos poço, água pra beber vem lá da mina com maior dificuldade, nosso maior problema tem sido a água, a água e as vacas, que até agora nós temos problemas com as vacas dos vizinhos, e problema maior nosso é esse, porque se nós tivesse a água suficiente eles tudo podia trabalha aí, que cada um podia pranta, agora a água é tão pouca, se sai todos da firma vão viver do que? Não tem como... não tem como viver, que a água que tem não dá pra trabalhar.

Desde a implantação do assentamento há esse problema de falta da água?

Desde o começo, falaram que iam fazer um poço pra dividir com os dois lados, pra um sítio do lado, pra um sítio de cá, assim, mais até agora não foi feito, o problema nosso maior é a água.

A senhora acha que se o pessoal se unir isso pode ser superado?

Acho que sim, é falta de se unir e lutar por isso, porque se bastante , igual porque se o seu Toninho já fez, não vai lutar por isso, mais ainda tem a Dinorah, quer dizer, de sítio pra lutar só tem a Dinorah e o Carlos, porque o seu Toninho já tem, não vai lutar por isso. Porque cada família que tem que luta, porque aqui é bastante mas é uma família só, então não regula, tem que ser cada assentado lutar em cima daquilo, porque nós somos bastante, mas, que é uma coisa que não pode tudo lutar porque é uma família só, eu acho que tem que ser cada assentado lutar em cima disso aí , senão você não consegue, o problema nosso de tá os menino tudo com dificuldade pra trabalha é isso aí, igual agora tá o Edvaldo , as meninas e o Leonaldo e mais o Leonildo, mas aí já fica difícil, porque eles estão lutando, assim, pouca a água pra eles trabalhar, e eles estavam molhando a horta ali, e tem que para, aí tiveram que parar, esperar ajuntar um pouco de água de novo para poder molhar, tem que lutar dessa maneira.

Já perderam produção desse jeito?

Já, bastante, perdemos bastante, não tinha água pra molhar, inclusive tenho um alface que ia tirar sábado agora, tenho que tira ele o mais rápido possível porque ele não

aguenta, logo ele começa a querer endurecer. Aí você tem que começar a tirar o produto antes de, até antes do dia. Igual falei pra eles, nós temos que lutar, pra nós plantar produto que não pede muita água. Inclusive o pimentão, é essas coisas que nunca fica pedindo muita água, porque tem verdura que ele quer bastante água e a gente não tem, molha um pouquinho cedo e um pouquinho à tarde, não dá pra ficar molhando, o problema nosso maior aqui é a água, porque se nós tivéssemos água com fartura, tem bastante gente pra trabalhar, mas o nosso problema é a água, e aí se a gente tira todo mundo do trabalho vai viver do quê, Amanda? Se não tem como trabalhar por falta de água, porque ó o tanto de homem que tem aí, são cinco filhos homens que tem, cada um com sua mulher já dá dez, e tem os netinho que tudo já sabe pega em voltinha e tudo, mas o problema é esse, só água que mais... ah, por enquanto o problema maior nosso é como falar, é sobre a água sobre, essas coisas, porque de produto, as coisas, assim de usa veneno nós nunca se preocupo com isso, nós nunca usou, sempre nós cobrimos o solo com mato seco, capim, e assim deixo o mato sempre assim, fica molhadinho. Nós sempre luto assim, porque a gente tem que pensar que a gente tem que se alimenta com uma coisa que a gente vai lutar pra sobreviver mais, não comer uma coisa que você sabe que está comendo envenenado, encurtando o dia de vida da gente, das pessoas. A gente sempre tem que lutar em cima disso aí e, desde o começo, já fazem 14 anos que nós estamos aqui sempre, nosso produto nunca tinha veneno, trabalhamos, a turma até falava, mais desse jeito bonito, bonito mesmo, até hoje a gente põe mato seco, esterco, esterco de vaca, tem esterco dos porco também, agora tem as experiência que nós estamos adquirindo lá nos estudos, é muito bom.

Esses estudos que estão sendo feitos, a senhora acha que estão servindo?

Está servindo, hoje mesmo o Leonildo estava aproveitando, comprou uma nova bomba. Que a nossa antigamente eles pulverizava animal pra carrapato, então esse aí nós já deixamos, compramos outra bomba e ele tá pulverizando, que as coisas que nós trouxe de lá naquele dia dos brinquedos, aquelas garrafinhas está pulverizando, tá muito bom.

As crianças participam dessas atividades?

Participam, inclusive, Amanda, se tivéssemos, nós trabalhássemos com veneno, as crianças não podiam fazer parte, eles vivem dentro, eles colhe, cada mãe quer faze comida o filho vai lá e colhe e nós vive assim, junto com as crianças e cas verduras tudo junto.

E a participação das crianças?

Não, eles vão mais por brincadeira, que eles veem nós tudo lá, e aí a gente até deixa pra eles ir... eu tenho um de treze anos que ele já que quando ele quer ele já trabalha firme, esses dias ele plantou três quilos de feijão pra mim lá em baixo ca máquina, três quilos de feijão e esses pequenos menorzinho, eles veem os outros eles quer, criança que vê a gente fazer chama a atenção deles, então eles veem a gente fazer quer fazer, entendeu? Eles convive junto assim... mas é bom! É bom porque você vê que hoje até nas escolas estão ensinando as crianças a trabalhar, plantar as mudinhas das coisas, pôr a mão na terra. Eu sei que é dessa maneira, então eu tenho achado uma maravilha. Igual a terra pra mim, Amanda, a terra pra mim foi assim igual minha filha fala: “Essa aqui é minha filha mais velha, Patrícia, essa aqui!” elas falam assim: “A mãe vive doente,

trabalhando”, aí ela fala: “Mas não pode, mas não pode tirar a mãe da terra”. Porque é a terra que me dá vida, que me ajuda, às vezes eu tô ruim, amanheço chorando, amanheço ruim, eu vou lá mexo com a terra, começo, daqui é pouco vai embora o problema entendeu? Eu acho... eu acho que na minha vida foi minha família e essa terra que me deu vida pra sobreviver. A terra é assim.. é terapia, como é que fala, para mim foi isso aí que me ajudou muito, agora você veja, aqui só está um pouquinho dos meus netos, já tenho esse bocadinho aqui. Agora a gente tem que lutar porque um precisa da gente, outro precisa, chega chamando a agente tem que lutar por eles. Às vezes você está desanimado, não quer levantar, chega um chorando, “oh vó, oh vó!”. Aí eu levanto e vou ver o que um bichinho desse quer. Não tenho coragem de ver eles chamando, chamando e não ver o que eles querem! Isso aí vai ajudando a gente, vai dando força, porque se eu fosse ver, Amanda, com os problemas de doença e enfermidade que eu tenho, tudo assim, e já tudo pelos médicos mesmo é... com exame tudo pelos médico fala o que eu você tem eu não andava, com bastante enfermidade, bastante problema, igual dessa última vez que eu tive essa consulta agora dia sete, ele falou pra mim a situação, com essa diabetes alta, se não tiver um controle imediatamente não dou dois anos pra senhora estar em cima da terra, amputa braço, perna, os rins paralisados e cega, diabetes muito alta e o controle disso é o alimento e o exercício, a caminhada né. É igual tava conversando com a dona Mariana, ontem eles falaram pra mim também, não adianta só trabalhar, a gente tem que caminhar, tem que ter o alimento assim controlado, e tudo isso faz falta na nossa vida, isso aí que nós estamos fazendo é igual meu filho falou, meu filho mais velho: “Mãe, mas isso aí não é difícil, porque você lida com a horta, tem alimento fresco, as verdura, vai lá”. Igual na hora do almoço não queria comer, peguei fui lá e peguei umas folhas de coentro, umas folhas de cebola e caldinho de feijão e comi aquilo lá, não era assim uma coisa com carne com tudo, mas eu me senti bem com aquilo ali, porque não era que não tinha uma carne nada, mas se já não é pra comer eu comi, por outro lado, comi alguma coisa que não ia me prejudicar, e aí a gente vai lá e tem, se não tivesse você ia lá e ia ter que comprar, ia ter comprar com veneno, ia ter que comprar com tudo, e aí a gente sabe o que está pegando, sabe o que está comendo.

A senhora acha que as pessoas têm perdido o saber da produção?

Têm... têm perdido muito, inclusive na reunião nós estávamos conversando essas coisas que faz o ser humano, a parte mais fraca, assim, parte mais pobre, eles não vão assim na qualidade, eles vão na quantidade, então eles não querem ver se você está vendendo um produto puro, um produto bonito, limpo, sem contaminação, eles acham que ali não tem muito, eles acha que não funciona muito a cabeça porque, sabendo que você coloca no prato coisa de qualquer maneira, e se está encurtando seus próprios dias. Igual o companheiro estava falando numa reunião “Pra isso aí as pessoas, é as professoras, é os médicos”, igual eu tive uma consulta em Itu, a médica falou: “Quando vocês tiverem vendendo esses produtos em Sorocaba, vocês então me procurem, entendeu?” Porque é uma coisa que ela falou, isso é uma coisa que é muito difícil, ninguém vende. As coisas puras sem veneno, sem nada, tudo orgânico, eu tava falando com ela lá, na ideia que comecei com uma coceira no rosto, ela falou: “Vocês trabalham com veneno?” Respondi: “Nós não, nós nunca trabalhamos com veneno, nós trabalhamos só com as coisas naturais mesmo, as folhas das coisa nós deixamos na terra mesmo, tudo que não queima nada, o que vem da terra nós deixa tudo lá”. Então eu já arrumei uma freguesia!

Acha que essa relação com a terra vem de onde?

Eu não sei Amanda, eu não sei... eu sempre eu tive esse desejo de trabalha assim, que já nasci ali no sítio trabalhando com cana, com banana, em casa de família assim, arrancando mandioca, fazendo farinha, tudo minha vida foi assim, desde o começo, então acho que já tinha raiz pra aquilo ali, então já vem dos meus pais, dos meus avós, antigamente não tinha uma forma de trabalhar, todo mundo trabalhava em roça, então esses que foram criados assim, essas pessoas mais pobres, eu acho que a maioria tem isso, né? Que nem a minha família, assim, a maioria já se criou pra cá, já fico meio dividida, um pouco pra roça um pouco pra lá, que vem todo mundo trabalhando, ninguém que está sujinho, mas a gente, não tenho vergonha, me sinto bem assim.

A senhora acha que existe preconceito com os trabalhadores do assentamento?

Agora a gente está vendo até, assim, nós da roça, Amanda, nós é uma coisa, quando nós estamos trocado que chega na cidade: “Nossa mais é você?”. Eles acham que porque nós somos, como eles falam, Sem Terra, nós não podemos andar bem arrumados, aqui, aqui eu estou trabalhando. Lá eu vou sair, né? Então é completamente diferente, sou a mesma pessoa, mas minha veste é diferente.

De onde a senhora acha que vem essa imagem sobre os Sem Terra ?

Ah, não sei viu, sei que no começo isso, nós fomos muito humilhados, tiveram vezes que eu ficava até com vergonha de tanto que eles xingavam de Sem Terra, na cidade era muito humilhante, nós achávamos até que fosse assim, uma coisa que a gente tivesse roubando, tanto que tinha muito preconceito, ficava tudo xingando, pé vermelho, pé de barro.

Quando o acampamento se torna assentamento essa visão vai mudando?

Vai mudando, vai mudando, inclusive eles mesmo, Amanda hoje na cidade o povo já vê a diferença, igual tem um rapaz que trabalha com meu filho, fica tirando assim: “Vocês abriram mão” aí, que eles apelidam meu filho de caveira, “caveira veio lá do Norte e tiro a terra de vocês”. Eles acham que a gente entrou e tomamos as terras deles que não lutaram, então eles ficam falando que a gente, “ah fulano tomou a terra de vocês”, eles moravam aqui e não lutaram, porque no início todos tinham preconceito, tudo falava mal, hoje eles veem a gente trabalhando lá, eles ficam tudo admirado que não é nada daquilo, pessoas que eles humilhavam, maltratavam, assim nesse sentido de trata mal até as crianças que iam pra escola, e eles veem todo mundo trabalhando, tem seu carro, se esforça. Então todo mundo tem as coisas, se nós tivéssemos na cidade talvez não tivesse isso, igual os que estão na cidade não tem os que eles tem. Cada um tem aqui sua casinha, cada um tem seu carrinho, porque se eles moram aqui eles tem facilidade de luta pra ter isso aí, que eles não paga nada para morar.

E essa questão de saber o que está comendo?

Isso... é igual ele que trabalha na firma, ele fala pros amigos dele, nós vamos cedo pra feira, assim no sábado, ele já espera nós lá na cidade, antes de nós chegarmos lá, nós vende trinta, trinta e pouco, porque já tem gente esperando na feira, porque eles falam

como é o nosso produto para os outros, e eles tudo querem comprar esses produtos, antes de nós chegarmos na feira, nós já vendemos uma boa parte, tem vezes que as meninas falam que “se nós já vendemos quase tudo aqui, a gente vai levar o que?” e respondo: “Vamos levar o que nós temos pra feira”, mas é muito bom.

Qual a sua opinião sobre a feira?

Foi foi muito boa mesmo, é que nem eu falo pra ele, às vezes a gente tem um produto não vai dar pra entregar, nós levamos pra feira, tendo a feira nós não perdemos, aquele intervalo que a gente não levo para os projetos nós levamos pra lá, pra feira e não perdemos... a feira foi uma coisa muito boa.

Além dos produtos *in natura*, a senhora pensa em trabalhar com outros produtos?

Doce, assim, essas coisa assim eu não penso, porque eu não sei fazer doces, mas o que eu tenho eu levo pra feira, eu faço sabão caseiro eu levo, eu levo galinha caipira eu vendo, tudo o que eu tiver eu levo, só não levo doce porque eu não sei fazer! E eu não tenho doce pra levar, mas o que tiver eu levo. O que você tiver, você produziu no sítio você pode levar, porque se a gente vê, a galinha, é igual a horta, porque não tem nada de veneno, você não dá alimento envenenado pra elas, você dá resto da horta, a lavagem dos porco, gente dá as coisas.

E a senhora tem ajuda dos filhos? E no assentamento, tem a mesma condição?

Eu não sei, assim, porque eu quase não saio daqui, então eu não vejo a situação das outras famílias, eu fico só aqui, e aí quando nós vamos na reunião nós não conversamos sobre essas coisas, eu não fico sabendo, entendeu? Mas eu tenho ajuda, dos outros eu não sei porque a gente não tem contato, assim, muito de, de ir na casa.

No assentamento há espaços para lazer e esportes?

Eu acho que se a gente, é assim, pegar, dividir as coisas, tem um espaço pra cada coisa, porque aí tem que saber dividir o, o período pra cada coisa, tem pra tudo, tem um espacinho, falta só a gente sabe dividir. Meu sonho, meu sonho era ter um espaço pra fazer essas coisas.

Queria que a senhora falasse de um sonho....

Amanda, era assim era ter um poço, derramando água pra horta inteira assim, ter irrigação pra nós não precisar ficar molhando com os baldes, meu sonho era esse, ver água pra casa das meninas tudo, que aqui quando vai água pra casa dessa falta pra casa da outra, quando vai pra outra, falta pra outra, é uma luta e o dia inteiro trocando a borrachinha pra cada casa, mas o meu sonho maior é esse, porque agora única coisa que meu sonho é lutar pra ter água aqui, pra ver eles tudo trabalhando aqui, que o espaço que nós temos, aqui dá pra todos trabalharem, e agente ensino eles, e eles são muito unidos, se um tem uma coisa o outro pode usar aquilo, pode depender do outro, eles são muito unidos com outros, e eu creio que se nós tivéssemos isso aí, eles poderiam plantar aí bananeira, mandioca, pode ter as coisa e entregar, ter tratorzinho deles, pode trabalhar, mas sem a água ainda tudo isso aí dificulta.

Na trajetória da senhora, e a escola?

Eu cheguei a ir pra escola, eu comecei meu esposo era vivo, que nós morávamos na cidade eu e ele estávamos indo na escola, eu e ele estudávamos, deixava eles fechado, a Patrícia era maior e ficava olhando, eu e ele ia, aí chegou um momento que ele desanimou, aí pra não ter, assim, problema entre eu e ele, eu não fui mais e também parei e fiquei em casa com ele, aí nós não fomos mais, começamos a estudar juntos, ele estava no primeiro ano, fazendo recorte, fazendo... ele não tinha leitura também. Eu já na terceira série, lia uma coisinha e ensinava ele um pouquinho do que eu sabia, ele se sentia orgulhoso daquilo que eu sabia, ele falava: “Nossa nega, como você escreve lindo”, ele não sabia nada, mas se sentia orgulhoso ainda, mais agora não tenho mais assim, vontade, já não tenho.

Por quê?

Eu não sei... não tenho mais vontade de ir não, eu desisti... eu sei que é dessa maneira sabe? Mas uma coisa eu falo pra você, Amanda, uma coisa assim que hoje, depois de eu com essa idade, já to com quarenta e nove anos, eu vejo a necessidade de ter o estudo, é por isso que eu falo, não gosto que meus netos percam nenhum dia de aula, nenhum... não gosto, porque dos meus filhos quem chegou mesmo pra terminar o terceiro colegial foi a Patrícia. Elisangela, o Leandro, os outros tudo pararam, faltava o Marco e o Leonildo, pararam faltando três meses pra terminar o segundo grau, o que falar né? Então, eles não chegaram a terminar, isso pra gente é difícil. Agora depois de pai de família, trabalha bastante, tem que voltar. Mas eu acho muito lindo a pessoa que sabe ler, coisa mais linda, acima de tudo, a coisa que eu queria saber é isso aí, que eu sei um pouquinho, mais ainda me atrapalho. O que dá pra pegar um ônibus, contar o dinheiro, fazer uma continha, essas coisas, mais eu queria mais, eu queria sabe mesmo. Queria pega assim, um livro e ler sem... porque você quando sabe pouco, sozinho você lê bem, você com os outros você só se atrapalha, você tem medo de errar, você só atrapalha, é assim, esse medo de errar.

Qual foi sua maior dificuldade para poder estudar?

Oh, a maior dificuldade que nós não tivemos estudo foi... todos nós íamos pra roça trabalhar, aí minha mãe nunca teve estudo, meu pai sabia ler, logo meu pai foi embora, fico minha mãe com nós, então era trabalhar quando você chegava em casa, aí tinha os afazer da casa pra ajudar minha mãe. Escola nunca... nunca... depois de eu casada que eu aprendi um pouquinho, já depois de casada, minha mãe nunca... meus irmão somos em dez, só minha irmã caçula que teve estudo, estudo até uma quarta série por causa que a patroa da minha mãe ponhô na escola, dos outros ninguém teve estudo. Só do trabalho...

A senhora acha que o trabalho ensina?

O trabalho ensina, o trabalho ensina, mais a parte menos que a gente tem que fazer na escola é necessário, fez falta, fez falta, muita falta mesmo. Você vê, Amanda, que tem gente que olha assim por você não saber... até te ignora, acha que você não é uma pessoa, é assim, tem gente que acha que só é importante aquele que está lá em cima, aquele que sabe, que pode pegar e que pode ler, não tem você que trabalha, às vezes até pra mandar o alimento pra eles que tão lá em cima, eles não te vêm, nenhuma luta,

aquele lá é um pé de barro, um sujeira, assim não vê que você tem uma luta, que você está lutando ali, lutando, muitos até te ignora, eu tenho muita falta disso aí .

Para as mulheres é mais difícil estudar?

É, para as mulheres é mais difícil, se elas não conseguirem contornar nas casas dos pais quando solteiras, é coisa difícil depois, porque a mulher é... tem muita responsabilidade, homem chegou do serviço, tomou um banho, comeu, a mulher não, a mulher tem filho, tem roupa, tem casa, mulher é muito ocupada, mulher é ocupada demais, por mais que seja muito esforçada é difícil as coisas pra ela. O homem, se ele põe na cabeça que vai fazer ele faz, e você sai o filho está chorando atrás.

Uma mensagem:

Pra não desistir, lutar, não desistir nunca dos sonhos, que a gente, a coisa mais maravilhosa na vida da gente é a gente lutar, por aquilo que a gente quer, não desanima em tempo nenhum, que assim as coisas nunca param, as coisas sempre se vão, mas depende da gente lutar, e o estudo é a coisa mais especial na vida do ser humano... tem que lutar, porque se a gente abre mão do nosso sonho... tem que lutar...

D. Azaleia: Nasceu no Paraná, São Tomé. Tem 54 anos. Agricultora. Auxiliar de enfermagem. Assentada de reforma agrária no Assentamento Ipanema, município de Iperó. Militante e dirigente do MST desde sua formação, atuou em diversas atividades na sua militância, mas principalmente nas áreas de educação e saúde, educadora popular de EJA. Divorciada. Mãe de duas meninas. Atualmente, é presidente da Associação Regional de Desenvolvimento da Reforma Agrária da região de Sorocaba, membro da direção regional do MST /Sorocaba. Graduada em Serviço Social.

D. AZALEIA

Tempo: 1h12min.

Data: 13/08/2013

Eu gostaria que você falasse da sua história, de onde você veio, quando ela começa?

Eu nasci em São Tomé, sou registrada em Cianorte, Paraná, e fiquei até uns dezessete anos, não, até nove anos morando no Paraná, trabalhava na roça junto com meus pais, ele trabalhava era em meeiro, empreiteiro, alguma coisa assim, e aí assim, a gente trabalhava, depois aí ainda no Paraná, eu comecei já com quinze, dezesseis anos a

trabalhar num hospital municipal que tinha em Indianópolis. Trabalhando, só que entrei pra aprender, era mais só para aprender como trabalhar em enfermagem e os cuidados, mais o básico mesmo... depois de dois anos eu vim pra São Paulo, Campinas, era Campinas. Comecei a trabalhar no Hospital Irmãos Penteado, que hoje é Santa Casa de Campinas e nesse... nesse trabalho fiquei seis anos nesse hospital, e fiquei seis anos e sete meses trabalhando, aquele tempo era o atendente de enfermagem. Depois fiz o curso de auxiliar de enfermagem e continuei trabalhando e depois saí, depois de seis anos e sete meses, fui pro hospital da PUC, já em seguida saí e com uma semana, duas semanas, eu já fui pro Hospital da PUC, Celso Pinheiro. Lá trabalhei quase sete anos... seis anos e oito meses, por aí. Eu tinha uma vida corrida durante esses tempos, esses anos morando em Campinas eu trabalhava na Associação de Amigos de Bairro, do meu bairro, que era o Jardim Nova Alvorada, e trabalhava também nas Comunidades de Base, voluntária, mas era um trabalho assim muito, muito tenso e dinâmico, a gente não parava, a gente fazia é as... a gente fazia, as reivindicações, lutava pela urbanização do bairro, fazia reivindicação de saúde, educação, tudo o que precisava para o bairro a gente fazia, íamos para prefeitura e ficávamos lá até de madrugada fazendo luta, a prefeitura de Campinas, depois em noventa e dois nós viemos aqui para Fazenda Ipanema. Ocupamos aqui no dia 15 de maio e essa ocupação se deu aí o... cada um no seu lote, só que durante o acampamento nós tivemos aí vários momentos que nós tivemos cursos de formação é.. como na militância, até porque quando você chega num acampamento a gente tem aí as dificuldades de trabalhar todas as equipes, e num acampamento tem todas, todas as equipes que precisam funcionar, tem que, tem que agir, e... no momento, no acampamento da fazenda Ipanema eu fiquei como responsável pela saúde, eu e mais uma amiga, uma companheira que é a Filomena, nesse trabalho nós conseguimos fazer treinamento que formamos uma equipe, uma equipe muito boa, muito importante, que dava assim atenção pra três mil pessoas. O acampamento era isso aí, nós tivemos muito apoio, muita ajuda! Principalmente os médicos que vinham voluntários encaminhados pelo Secretário de Saúde de Sorocaba. Eles vinham e faziam plantão mesmo, trabalhava, então o trabalho foi muito importante.

Como você chega ao acampamento? Você veio sozinha para o acampamento?

Não, eu vim junto com meus irmãos, dois irmãos e meu pai. Mas eu tinha o meu barraco, o eu fazia parte da coordenação central do acampamento, quer dizer, me escolheram e me colocaram, eu como e naquele momento, eu era a única, a única mulher que tava fazendo parte, que fazia parte da coordenação central. Nós éramos em cinco, só eu de mulher. Essa coordenação era uma coordenação que pegava os pontos mais críticos, as coisas mais que a coordenação do acampamento não conseguia resolver, jogava pra nós cinco, então era assunto assim de extrema urgência, e nós, a gente conseguia resolver, encaminhar resolver e tudo.

Como era essa questão de você ser a única mulher?

Então... no momento pra mim não era... eu não achava um obstáculo, pra mim a importância era resolver, era ajudar a resolver. Até porque até momento os companheiros que estavam comigo, eles eram companheiro assim, de luta mesmo e tal, estavam ali como militante e então eu não via nenhum problema por ser única mulher. Depois que a gente foi observando, é através de uma análise, a gente percebe que tinha algumas diferenças. Mas no primeiro momento eu não via diferença, até porque quando eles falava e eu conseguia entender ou encaminhar, muitas vezes na frente. Tinham

vários assuntos, várias propostas que eu dava e minha proposta valia, porque eu pensava, parecia que eu fazia uma análise primeiro da situação, até porque pra não virar uma agressão, uma coisa de mais complicada e a gente conseguia resolver umas coisas, uns problemas, aí mais era bom demais!

Quais eram as maiores dificuldades nesse processo?

Olha, no processo, o problema de saúde, é... quando chega um acampamento tem muita, muitas... não tem as famílias como em todos os lugares urbano, não tem muita estrutura. A estrutura assim, familiar mesmo, não é estrutura só financeira não, então tinham os pais alcoólatras, tinham as mães que deixavam os filhos dentro dos barracos e ia fazer outras coisas que não... não devia. Então pessoas que não gostavam muito de higiene, e estavam num acampamento achando que... e outras coisas mais, mas a gente sempre falava no particular com cada indivíduo, com cada pessoa, conversava, fazia uma observação antes e conversávamos e chegávamos num consenso, com muitas, muitas pessoas tínhamos muitas dificuldades em entendimento, mas a partir do momento que conversávamos, a gente ia conversar o que realmente ele precisava ouvir, e ele acabava entendendo, tanto homem como mulher, ou adolescente, tinha nós tinha muita preocupação a área de saúde, tinha muita preocupação com as adolescentes, principalmente com os namoros, com várias... a prevenção, então a gente procurava ficar mais atentas, sempre mais atenta, gestante... as gestantes, os idosos, é o que mais chama atenção e a segurança. Porque no acampamento precisa de uma segurança, de uma segurança sempre atenta e isso não foi só na Ipanema. A gente fala da Ipanema porque é um dos primeiros é... acampamentos, mas a gente fala em todos os sentidos e para mim foi assim tão difícil, porque eu já vim de Campinas, assim eu trabalhava na Comunidade de Base, e na Comunidade você chegava a atender vários assuntos que se deparou no acampamento, então a gente não tinha...

Você sempre fez parte da equipe de saúde?

É, então, no acampamento, no primeiro momento foi a saúde, só que quando eu fui pra equipe né, de... da coordenação central, aí eu já precisei, com esse grupo que nós treinamos, já ficou mais tranquilo, então eu fazia parte da negociação, principalmente a negociação regional, ou estadual, eu fazia parte da área de educação eu ia na... então eu fiquei assim igual pingando, em todos os lugares eu fazia... tinha grupo de mulheres, as atividades das mulheres, observava a alimentação, se estavam se alimentando, era realmente com higiene adequada, principalmente o leite para os recém-nascidos e pra as crianças.

Você estava falando que sempre trabalhou por necessidade?

Sim... eu sempre trabalhei por necessidade, a minha vida toda, sempre trabalhei e comecei a trabalhar muito cedo e quando eu trabalhava em dois, três serviços, eu trabalhava porque eu precisava do sustento, minha família era grande, meus irmãos tudo menores, adolescente, em fase de alistamento, então é um momento que eles não tinham como ter um emprego fixo, então era eu e meu irmão mais velho, então nós trabalhávamos mais, para o sustento da casa, para as coisas necessárias. Quando eu vim para o acampamento, toda animada, com aquela vontade de trabalhar, a vontade de participar, a vontade de conhecer, porque pra mim era novo a militância de um

assentamento, de um acampamento pelo Movimento Sem Terra, para mim era muito novo, então era mística, todos os dias assim, que deixava a gente... e só que quando eu ia, quando eu comecei a participar em outros acampamentos, eu comecei a perceber a realidade, a realidade qual era, havia a discriminação, principalmente dos sem-terra, nas escolas, na própria... nas cidades, quando fazia parte do acampamento, então eu percebia que tinha muita discriminação, a muitas vezes com crianças que estudavam nas escolas, eram discriminadas, por não... por ser Sem Terra, então a gente começa a ver um outro lado. Muitas pessoas discriminavam por quê? Por não conhecer o que era um Movimento Sem Terra, porque e no próprio acampamento e depois assentamento é... percebíamos assim, o que as mulheres, a maioria das mulheres passavam, sofreu lá no passado a discriminação, aquela forma de autoritarismo e outras coisas mais, então muitas vezes no acampamento a gente percebia isso... e aí o que que a gente, o que no meu caso e de outras companheiras fazíamos: formava grupos de companheiras não para fazer elas muda o pensamento totalmente contra os homens, mais sim trabalhar, se organiza, participar! Porque uma das coisas importantes no MST, é que as mulheres podem participar, elas têm o direito de participar, entendeu! É que muitas vezes as mulheres não participavam porque ficavam, tinha que cuidar dos filhos, tinha que ficar aguardando a horta, tinha que ficar cuidando dos animais, não... muitas negociações as mulheres não sabiam, não tinham informações, elas não conseguiam, por quê? Porque elas não participavam, com isso é a gente percebe que através de conversa, de se organiza de participar... muitas vezes mudou, ainda existe, mais mudou, vários momentos a gente percebe que as mulheres têm vez, têm voz. Até porque quando tinha uma assembleia, geralmente reunia todo mundo em círculo, todo mundo um olhando para a cara do outro, então pra mim aquilo era novo, era muito importante... é isso.

E você acha que tem diferença entre acampamento e o assentamento em relação à participação das mulheres?

Sem dúvida, no acampamento é tanto a mulher... todos que estão ali ele está mais disponível, está mais é liberado pra participar, tem lá um trabalho que cumpre em equipe, agora quando chega no assentamento, que cada um está no seu lote, geralmente quem participa mais são homens, porque as mulheres ficam com aquelas tarefas que não deveriam ser só delas, mas elas ficam com essas tarefas que eu acabei de citar agora pouco, de cuidar dos animais, dos filhos, de encaminhar os filhos para escola, de aguardar a horta, fazer todos os serviços que... e acaba os homens indo nas reuniões de grupo, das equipes que elas não podem participar, porque quando elas chegam o serviço está acumulado, então é isso que acontece, e até hoje acontece isso. Várias e várias lutas, no 8 de Março mesmo, tem as lutas aí a nível estadual e nacional, que a mulher não consegue participar, elas não conseguem sair, então a gente percebe que as mulheres muito trabalha, não digo assim todas, não tô falando de todas, mas trabalham e quando chega na hora da participação, da divisão, elas não conseguem... e isso começa na fase de acampamento e vai para o assentamento, que é uma fase que elas, que a maioria das mulheres constrói e constrói mesmo.

No caso do trabalho produtivo do lote, as mulheres têm participação?

Muito mais... muito mais eu acho que... não sei se é em todos os assentamentos, mas é quase todos né? Geralmente ou é pelas condições financeiras, geralmente o homem sai para trabalhar fora e a mulher fica no lote trabalhando, tem alguns casos que a mulher sai, mais a maioria é as mulheres que ficam e produzem, elas que ajudam na

organização, é tanto que hoje o nome das mulher está na frente nos cadastros, a mulher está como titular no lote, num digo todos os casos, mas aí já sabe o porque... ainda é uma batalha, é uma luta porque o que eu entendo é que num acampamento, para um assentamento, para uma luta, tem que ser os dois, somando, em alguns momentos a gente não vê isso, tem que ser os dois somando, eles têm que somar! Entendeu?! E ter um diálogo, uma conversa sempre sobre o que vai fazer, o que vai plantar, quanto vai estar colhendo, como vai comercializar... tudo isso e muitas vezes não existe isso, essa conversa.

Por que você acha que não existe essa conversa?

É difícil porque muitas vezes o... o companheiro, por talvez a companheira que está produzindo, que está mais atenta ali, ele num não faz conta, se vai colher quantos sacos de milho, ele não está muito esquentando com isso, não está preocupado com isso, e quando chega o final de semana, que ela chama ele pra conversar, ele tem que ir conversar com os amigos ou até mesmo vai para o bar, e aí chega a noite ele não tem mais condição de conversar, já chega o começo da semana e passa sem ter uma conversa, isso é observação que a gente vem fazendo, então, de qualquer forma, é que eu percebo que as mulheres, que as tarefas devia ser dividida, e não é, e não é! Não digo todos os casos, mas a maioria é isso!

Na sua trajetória você encontrou muito machismo no MST?

Sim, encontrei e encontro até hoje, e encontro até hoje. Muitas vezes, hoje por exemplo, se eu faço algumas negociações com o homem, com qualquer um companheiro por aí, uma negociação de plantio, chamo para conversar o que dá pra produzir no momento, eles muitas vezes não vai me dá a mesma resposta que ele podia dar para o meu companheiro, ou daí por diante... Então eu sinto que é... e aí, quando ele não me dá resposta, ele vai dar para o meu companheiro, meu companheiro vem e passa para mim aquilo que eles deveria ter falado comigo, então existe sim, porque eu não sei se é não acreditar no que a mulher fala, por exemplo, e a gente percebe essa reação até mesmo nos vizinhos, o que eu converso com a mulher é diferente com o homem, é porque ele é o “o dono do lote”, é mais ou menos isso, então tem uma diferença.

Isso se reflete nas questões políticas?

Política também, por exemplo, o vizinho discute política com o outro vizinho, mas com a mulher que às vezes entende muito mais de política ele não fala, ele não conversa, porque ele acha que não compensa.

Por que você acha que não compensa?

Ele acha assim, porque se ele for conversar com a vizinha, a companheira que ele está conversando, no caso com o vizinho, e a companheira entra no meio falando, conversando ali sobre a política, ele, ou ele vai saindo, ele sai fora, entendeu! Ou ele disfarça e vai lá pra beira da estrada conversar com entendeu? Mas ele não quer papo porque, porque aquela, aquela mulher ela sabe muito de política, então ela vai... entendeu? Ela vai passar na frente, ela vai falar coisa... entendeu? É esse o medo da mulher saber mais, ou saber um pouco mais do que eles, o que acho disso deveria de trocar experiência, de conversa, de assuntos, mas não é isso que acontece.

Como fica a questão dos acessos aos projetos e políticas públicas?

Tem vários casos que quem coordena o que vai fazer com o dinheiro, tipo de projeto que vai fazer, o que fazer com dinheiro, a hora que vai pegar o dinheiro, é o marido, o companheiro está sempre do lado, é ele que demarca, ele que faz todo o planejamento. Vai sair em nome da mulher, mas quem aplica, quem trabalha com aquele dinheiro, com aquele projeto não é ela, dificilmente, e se ela começar a impor e fala eu quero trabalhar com é... suínos, por exemplo, ele fala nós vamos plantar tal coisa, nós vamos fazer tal coisa. E ele consegue convencer, infelizmente. Com experiência, a gente está falando isso com experiência, com coisa que a gente presencia, as histórias, então, é isso.

E para estudar?

É outra barreira, é outra barreira, por quê? Porque a companheira para poder estudar até mesmo, é fazer... aí terminar um Ensino Médio, Fundamental, Ensino Médio, né? E chegar até uma faculdade, ela vai, ela tem que enfrentar muita coisa, conquistar e reconquistar o companheiro, porque ele não admite ficar à noite sozinho, eles não concordam e muitas vezes ela tem que deixar todas as tarefas dos lotes prontas, as tarefas de casa, tudo prontinho, tudo preparado para que ela vá, porque dificilmente o companheiro vai falar assim: “Pode ir tranquila que eu vou assumir, eu vou cuidar das crianças”... dificilmente. É muito difícil, agora tem alguns que concordam, desde que ele também esteja estudando, ou ele possa estudar também. Fala assim: “Você vai em tal hora e eu em tal hora”, esses aí ainda são compreensivos, é tranquilo, mas tem uns você que dizem: “Vai estudar pra quê? Você vai me deixar aqui sozinho? Ah, não faz isso não!” E acaba desmotivando a gente.

Você se sentiu desmotivada na sua trajetória?

Muito! Muito! Muito, muito mesmo... teve momentos que eu cheguei até pensar que eu não era, eu não era capaz, sabe? Falava “Não é possível”, então quando eu pensei em estudar mesmo, tentar é me formar em algum curso, que é o curso que eu gostava, que eu queria fazer, eu parei e pensei: “Eu vou ter que enfrentar”. E por vários momentos o companheiro chegava em mim e dizia: “Porque você vai fazer isso, porque você vai fazer esse curso? Ai eu acho melhor você... deixa isso pra lá!” Então naquele momento parecia que eu estava... desabava, mesmo assim falei “Esse estudo é meu! Eu vou aprender alguma coisa, pra mim vai ser importante, é o que eu gosto, é o que eu quero”. Eu estou cumprindo com as minhas tarefas, e até porque em vários momentos algumas companheiras que chegavam em mim e falava: “Olha, eu não sei nem ler nem escrever, eu não sei nem fazer meu nome, eu tenho o sonho de aprender”, então aquilo lá pra mim era, sabe... quando meu companheiro falava me desmotivava eu lembrava das companheiras que não sabiam ler nem escrever e que hoje, por exemplo, eu tenho condições de passar para as minhas companheiras e para os companheiros, que tão aí na luta, aí há tantos anos, é pra elas que elas possa assinar o nome, escrever o nome delas, formar palavras, ler, tudo isso... Então para mim é, eu gostaria que elas estudassem igual eu, mas só que nem todas faz o que eu fiz... eu tenho uma alegria muito grande, poder passar um pouco do que eu aprendi para as minhas companheiras, para os companheiros que queiram aprender, e fico muito triste quando a gente sabe que tem jovens que ainda não sabem nem ler nem escrever direito, estão aí na média do analfabetismo de todas as formas... eu me sinto muito bem hoje. Mas eu tenho essa visão que a discriminação, a desmotivação, a, sabe, baixa... a pessoa com aquela vontade, alguém vem e fala alguma coisa assim, que você... eu acho isso um desaforo,

um absurdo.

Isso acontece na maioria das famílias?

Na maioria das famílias acontece isso aí, de forma direta e indireta, quantas vezes as pessoas não agredem? Não tem uma agressão física totalmente, mas tem agressão verbal, isso mexe, mexe, isso detona com qualquer ser humano, principalmente com uma dona de casa, uma mãe, uma esposa, companheira que está aí na luta no dia a dia, quando se fala é que ela não deve fazer uma coisa que é o sonho dela, que é aprender ler, escrever ou participar numa comunidade, num grupo, é quando fala dessa forma elas ficam totalmente... detonadas.

Na sua infância você encontrou muitas barreiras para estudar?

Muitas, muitas barreiras, que por morar distante, da cidade, quando comecei a estudar eu já tinha uma idade avançada, fora do nível que hoje que a gente vê aí as crianças estudando, então eu tive muita dificuldade, e essa dificuldade ela, ela vem... ela chega até idade, até hoje, por quê? Porque qualquer criança tem que ter um ensino adequado, um ensino de verdade, uma educação boa, desde da base, da família, e aí fazer o Fundamental, fazer o Ensino Médio bem feito para chegar numa faculdade mais tranquilo, ou um curso técnico com garantia de aprendizagem de uma profissão, mas no meu caso eu sofri muito, foi muito difícil, até porque minha família, eu sou uma das mais velhas, então era muito sofrimento.

Você acha que as mulheres se preocupam mais com a família do que os homens?

Ah, sem dúvida! Sem dúvida, não posso generalizar, dizer que todos os companheiros, que todos os homens não tenham uma preocupação, que até mesmo no acampamento teve família que era só o companheiro, um companheiro que cuidou dos filhos, entendeu? Tinha filhos e cuidou, encaminhava para escola, fazia tudo que precisava, ele fez papel de pai e mãe, então não dá pra você generalizar. Mas a maioria das preocupações de alimentação, educação, de lazer, que é uma coisa muito importante, esporte, lazer, essas coisas, em geral, a saúde é as mulheres, isso não tem nem dúvida, é a mulher que se preocupa mais, porque os filhos, eles, eles chamam a atenção, a partir do momento que vai ter uma reunião de pais e a reunião de pais, e num... o pai não vai, ele já vai cobrar da mãe, porque você não vai então? Né? Então é isso, e até mesmo os filhos falam: “O meu pai vai trabalhar... mas você vai lá mãe, vai lá!” Então os filhos cobram, e a mãe, se a mãe não vai ela se sente, ela liga, ela comunica com a direção da escola, ela faz qualquer coisa, ou vai no outro dia, num outro momento, outro horário, mas é isso.

Você se envolveu muito com a educação e com a saúde, por que você se envolveu mais com esses trabalhos?

Olha, geralmente a militância, quem está na militância ele tem tarefas, ela já tem a tarefa, ele sempre tá mais ligado alguma das equipes, das tarefas que são determinadas, no meu caso era muito importante até porque a saúde na minha vida foi uma base, eu sempre, eu sempre trabalhei na saúde, urbano tudo, mas eu sempre trabalhava, e quando eu cheguei no acampamento eu via a necessidade, porque a saúde no acampamento é, em geral, é uma coisa que vem desde a prevenção, desde a prevenção, da educação,

alimentação, porque a gente sabe que muitos problemas de saúde é consequência da falta de uma alimentação normal, alimentação cedo, uma boa alimentação, horário de almoço, de janta, tudo, então a gente percebia que não tinha, e isso provocava ali a anemia, a baixa resistência das crianças e até mesmo dos adultos, então eu me chamava, sempre me chamou muito a atenção a saúde e a educação por causa disso. A educação, uma mãe e um pai, por exemplo, que consegue conversar com seus filhos, conversar explicar, educar, dialogar, essa criança vai crescer, crescer com base, quando ele chega numa sala de aula, ele vai saber é se comportar, ele vai saber responder o professor sem agressão, que ele não sabe vai perguntar, ele vai tirar suas dúvidas. Mas isso ele tem que aprender em casa, ele tem que aprender com a mãe, com o pai, ali explicando... e uma coisa que eu não consigo é achar que é normal, que um pai e uma mãe não têm tempo para o filho, por exemplo, hoje ele não tem tanto tempo, mas ele tem que ter um momento de observação pelo menos, ele vai observa o seu filho. Ele, não tenho muito tempo de conversar com meu filho, todos têm seus, mas ele tem um tempo de observa seu filho, o que o filho fez, o que deixou de fazer, o porquê, e deixar bem claro: meu filho não minta pra mim! Sempre dizer a verdade para eu poder saber de que forma, sem agressão, sem violência, então é isso, por isso eu sempre achei que a educação, não seria aquela educação só na sala de aula, não é isso, a educação da base, da família.

Você acha que o MST tem contribuído para a educação?

O Movimento Sem Terra é um dos movimentos mais importantes no sentido de organização e participação da família, assim, porque nas lutas geralmente está lá, toda família, sempre é chamada atenção do pai, mãe, dos filhos e todos os momentos no acampamento tinha lá um grupo de criancinha... um grupo maiorzinho, um grupo de adolescente, um grupo das mulheres, o grupo dos homens ou grupo em geral, em assembleia sempre era chamada toda a família. Então, na minha visão, o Movimento Sem Terra sempre foi importante a nível de movimento, sempre foi... porque em todos outros momentos não, não é o todo, e no MST geralmente é chamado o todo, e é chamado muita a importância da família, e é um princípio, Movimento Sem Terra tem esse princípio, esse princípio que em alguns lugares pode não acontecer totalmente, mas no Movimento Sem Terra, ele tem esse princípio.

Como seria a relação da família e o movimento?

De libertação, no Movimento Sem Terra sim, eu aprendi muito com isso, muito, muito, muito mesmo. Eu acho assim, quem, quem quiser conhecer mais de perto, ele participa de um acampamento e depois vai pra um assentamento, mesmo com... os princípios do MST é os princípios básicos, e assim a família vai conquistando, aprendendo, é uma conquista de liberdade, de educação, de saúde, de lugar pra trabalhar, de terra, de trabalho mesmo, porque quem está assentado e tem o seu lote, sua terra, ele tem! Ele tem moradia, ele tem a educação, ele tem trabalho, e ele tem liberdade, ele tem tudo isso!

Você acha que no último período a luta para as mulheres está mais fácil ou mais dura?

Não eu vejo que hoje está mais fácil, até porque continuam vários obstáculos, mas a mulher hoje, ela tem mais liberdade, só que muitos momentos a mulher precisa pensar e agir, o que realmente está precisando é que as companheiras precisam pensar e agir, e

agir para o bem, agir para que as coisas aconteçam pra melhoria, pra melhorar a situação de cada um, por exemplo, a mulher vai produzir no lote, ela vai trabalhar, só que ela não precisa hoje trabalhar o dia inteiro, ela vai pensar de uma forma que ela divide o tempo, até porque é pra ela, ela está trabalhando pra ela, então ela vai estudar pra ela, ela vai descansar por ela, ela vai descansar, entendeu?! Ela durante o dia, ela pode dividir as tarefas e aí vai sobrar um tempo para ela trabalhar no lote, pra ela descansar, pra ela é estudar, e participar de algumas coisas que tiver, e as reuniões não é todos os dias, então ela pode fazer tudo isso, o que tá precisando é as companheiras é começar a pensar e se planejar, e não deixar ser dominada de uma forma que elas não consigam, elas ficam sufocadas, e elas precisam fazer isso, é que infelizmente ainda tem muitas companheiras assim, chega a noite, elas tão toda suja, sem saber o que faz, com monte de serviço, de atividades, e ela estão mortas de cansaço, tão totalmente desgastada, então as companheiras hoje tão precisando é isso, e conversar com seus companheiros, conversar, dialogar com seus companheiros, com seus filhos, fala tal dia nós vamos sentar e conversar um pouco, vamos conversar, mas conversar não é com agressão, com discussão, conversar de uma forma pacífica. Buscar, quem tem suas religiões, busca força em Deus, buscar... Deus é um só, então buscar mais, pra que Deus dê a paz, né? União na sua família, que daí as coisas vão começa a fluir, começam a melhorar, não fica preocupada com o que o vizinho tem, o que o vizinho não tem! Sabe... é preocupar com ele, com a família, e com os vizinhos mais transmitindo as coisas boas... é isso!

Você chegou a participar das lutas do 8 de Março? O que você acha do lema “em defesa da vida e contra o agronegócio”?

Sim, sim! É a gente sabe, que o agronegócio é morte, é o verdadeiro caminho para a morte! Até porque quem trabalha, quem mexe, quem é do agronegócio não pertence à nossa classe, não é, não é... entendeu? Eu acho, é isso que eu estou falando, quem é da classe mais simples aí? Principalmente quem trabalha a nível de reforma agrária, ele tem que pensar na vida, e a vida é trabalhar orgânico, trabalhar com a agroecologia, procurar trabalhar isso aí que se chama alimentação saudável, trabalhar a saúde, a educação, a união, é isso que tem que fazer, porque... e entender o que é agronegócio! Porque quem entende sabe muito bem que não é vida, nada de...

Na agricultura familiar você acha que tem a compreensão sobre as consequências do agronegócio?

Não, não tem o entendimento, eu acho que tem muitas pessoas que não sabem o que é isso, e mesmo que sabe mais ou menos, eles não estão se deparando com as condições de saúde que o futuro aí? Eles não tão preocupados ainda, em a maioria se preocupa quando vê lá uma pessoa em cima de uma cama, ou sofrendo uma cirurgia, por exemplo com C.A, com o câncer, e aí que ele vai começar a se preocupar... É que é uma outra coisa que tem que ser trabalhada, é um outro problema que precisa ser trabalhado, a consciência, a informação aos agricultores, principalmente os pequenos trabalhem o orgânico, o que trabalha, o que pretende ou que já trabalhou é... porque no passado não tinha soja transgênica, essas coisas assim, então eu vejo pó aí.

No seu trabalho você usou veneno na roça?

Não, quando eu era criança nunca ouvi, nunca nem via falar de, meu pai trabalhava eu nunca vi falar que ele passava algum produto, algum veneno, e colhia, colhia o milho, o

feijão, o arroz, o amendoim, que a gente quase não vê, milho pipoca, colhia tudo isso, e nunca vi falar em veneno, nunca... nunca! E colhia bastante, da própria semente que ele plantava ele tirava a semente novamente. E a gente cansava de ajudar meu pai a tirar o milho, colhia o milho, a gente tirava a ponta e o pé da espiga de milho e o meio ele tirava pra plantar novamente. O feijão ele deixava junto com uma... uma palha, que falava um outro nome, mas é a palha feijão, e deixava ali que era pra conservar o feijão pra depois abanava e limpava o feijão pra plantar, então ele tirava daquele mesma semente para plantar ele tirava, hoje ninguém, consegue fazer mais isso.

Você acha que agroecologia pode ser uma alternativa?

Ajuda! Acho, eu pra mim é a única solução que nós temos, pra hoje, de proposta é a agroecologia que você pode e aí tem alguns lugar que a gente tá pesquisando, né? Semente crioula, que vai ajudar a gente voltar ao passado, resgatar aí um pouco do, porque hoje é muito complicado... Se você ver, a maioria das pessoas trabalha com roundup, com aquele veneno que você passa com três, quatro dias o mato tá todo secando, só que aí também mata toda a terra, a terra vai... então isso deixa a gente muito triste, muito preocupada por isso eu vejo na agroecologia a única solução, por isso eu tenho e quero cada vez mais, quero ir aprendendo, pesquisando de que forma a gente vai tá trabalhando, nem tanto pra gente, mas para os filhos, pros netos, para nossos jovens aí! E fora os cursos que tem, que é os cursos muito bom, que ajuda as pessoas fica mais animado pra vida, não ficar só pensando fica nessa vida pensando em morrer, morrer... Tem que viver .

Que cursos são esses?

Olha temos cursos de Agroecologia, de Agronomia que o próprio Movimento Sem Terra oferece. Tem os cursos de Pedagogia, tem vários cursos e é uma das importância dos Movimento Sem Terra, que hoje o MST oferece aí vários cursos, cursos aí, num momento, um tempo atrás a gente achava impossível, hoje tem Direito, Medicina, tem Geografia, História, Pedagogia e um dos cursos importantes, Pedagogia da Terra, isso é um máximo, e outros mais, nós temos aí companheiros nossos que é formado, não é que vai começar a fazer, que já é formado, principalmente de Agroecologia, e tem gente que tá até trabalhando, então pra nós é o máximo, por isso eu continuo admirando aí e participando, e vou continuar participando! É fácil? Não é fácil, mas a gente teve em momentos mais difíceis, já esteve.

Quais os desafios nos assentamentos para a participação das mulheres?

Um dos desafios é o entendimento, de realmente, de quem vem há vinte, trinta anos trabalhando de uma forma é de agronegócio, pra entender é um pouco demorado, não é impossível, mas é demorado, eu acho que é um desafio, é um desafio muito... muito difícil. Uma outra coisa é a participação dos jovens na área da reforma agrária, de trabalhar na lavoura, ou de ter um preparo que eles consigam ter uma renda, uma renda pra que eles possam ter mais ânimo de permanecer na terra, por exemplo, porque quem mora num assentamento ele tem uma vida tranquila, uma vida livre, é um ambiente, um local muito bom, quando se depara na parte financeira aí complica, tá aí um desafio para os jovens, para que eles ficam pra que todos tenham alegria, prazer de morar e viver

mesmo, então eu acho que... tem outros desafios também.

Como você se sente hoje diante desse acúmulo de experiência de luta?

É... eu... eu ainda não diria que eu sinto realizada, porque tem todos esses desafios que eu acabei de falar, mas pelo que eu já passei, pelo meu entendimento, hoje eu estou muito bem, hoje eu tô bem porque hoje a minha... a minha maior preocupação é realmente trabalhar para que meus, para que os jovens, não só meus filhos, netos, para que os jovens consiga viver, e quando a gente fala viver é viver bem, viver com saúde, cursando ou terminando uma faculdade, fazendo um mestrado, um doutorado, entendeu?

E como você vê as reuniões das OCS?

É com capacidade de pensar e fazer, é isso que eu tô muito bem! Pra mim é um aprendizado, pra mim tá sendo, tem algumas, algumas é... alguns assuntos que pra mim fica em dúvida, que ainda tenho dúvida, mas nas reuniões, nos encontros que a gente tá, é, né? Tendo todas que a gente vai tirando as dúvidas, todas as semanas, tem aí o pessoal aí que é experiente, que tem uma experiência em agroecologia e que tá nos favorecendo, nos apoiando, nos ajudando, tirando nossas dúvidas, então pra mim tá sendo ótimo, inclusive há vários anos eu sempre tive vontade de trabalhar com orgânico, só que eu tinha e eu via uma dificuldade muito grande, né? Devido à certificação, é o tamanho da área e a forma, então hoje eu acho é isso aí, a gente vai conseguir sim!

O que você acha da atuação das mulheres nas instâncias, associações e cooperativas?

É tensa e pouca, a participação das mulheres nas associações e nas cooperativas é pouca, por isso que eu falo e defendo o Movimento Sem Terra, nas associações, nas equipes que o MST trabalha, sempre tem metade de homem e metade de companheiras, e outras cooperativas e associações não é assim pensado, é de forma um pouco diferente, no entanto quem mais participa é os homens, se tem uma das companheiras que é diretora alguma coisa, geralmente se o companheiro não é, ele que vai nas reuniões e a companheira aguarda a resposta em casa. A não ser que seja presidente, mas eu acho pelo menos por aqui não tem nenhuma presidente mulher de cooperativa ou associação, e nós temos aqui umas quatro cooperativas, são homens que são presidentes e tesoureiros, essas coisas.

Nos espaços de definição e decisão elas não estão presentes?

Não estão, estão quando realmente é exigido que ela precisa estar, senão... geralmente quem participa é os homens, as reuniões quem participa é os homens.

Você já tentou participar de algumas dessas reuniões?

Já tentei, e senti discriminação, a informação que eu tentava passar, até mesmo quando eu pedia a palavra, tinha os companheiros que não tinha pedido a palavra, ele que falava na frente, então é o momento que ele sente assim que é pra não deixar a mulher ter espaço e nem essas reuniões não tinha quase mulher, então é isso.

Quais as reuniões que envolvem as mulheres?

Ai... quando se fala de produção, quantidade de produzir, porque aqui as mulheres mais produz, é mais isso, quando se fala de produção, até mesmo quando se fala de financiamento, quando fala de projetos, né? As mulheres pode até vir, tá presente, quem determina é os companheiro que tá junto. Então não tem... isso eu acho que isso é quase em todos os assentamentos.

O fato de ter o nome na DAP é uma garantia?

Não é, a única garantia é que hoje, é aquilo que eu falei, a mulher está com o nome na frente como titular, isso já pela construção que vem vindo aí, que a mulher produz e o homem está sempre na frente, então é isso. Mas eu percebo que vai depender muito dos companheiros.

Você acha que houve avanços nas lutas das mulheres?

Ah sim! Melhorou algumas coisas, uns olha, houve avanço, mas em vários momentos os companheiros... porque em vários momentos o que acontecem, as companheiras sabe que é direito delas, sabe que elas deveria participar, mas elas não quer bater de frente, elas não quer ter uma discussão maior com o companheiro. Porque é um domínio há dez anos, há quinze anos? Tem casais que tá vivendo há vinte cinco, há trinta anos...

Essa lógica afeta a juventude?

Sim, sim sem dúvida, uma família que tem duas filhas e um filho, de repente o que as filhas faz e o que o filho faz? Até mesmo dependendo da forma com que se educa as próprias mãe fala, ele vai mas você não pode ir! Fora os pais, os pais nem se fala!

O que você acha necessário para mudar essa realidade?

Acho que é informação, diálogo, tem que passar formação e informação, as duas coisas, formação do que está acontecendo e formação para que os filhos e principalmente as filhas, tenha uma educação diferente, uma educação de que posso ir, eu posso fazer, posso desde que eu tenha responsabilidade do que eu estou fazendo, mas eu posso! Ele pode eu também posso, mas eu vou ter que ser responsável pelo que eu faço, qualquer um tem que ser responsável pelos seu atos. Então é isso, é que os próprios pais, pai e mãe, fazer esse entendimento, tentar educação dos filhos, não meu filho, não minha filha, vocês dois podem ir, desde que vocês, ou vocês não podem ir por causa disso, isso e isso. Que está acontecendo isso, isso e isso. Então vocês não podem ir, e não falar você é homem você pode ir, você é mulher você não pode! Não, acho que tem que explicar, você e você não pode fazer isso, por causa disso, isso e isso. Eu to falando por experiência, agora se vocês assumir aí é vocês que sabem, porque dependendo de uma fase você vai... é por aí!

Fale de um sonho, um desejo...

Um sonho... meu sonho é pra que todas as famílias, tanto urbana como da área rural, da terra, pudesse ter vida, e vida que eu falo é ter uma alimentação saudável, ter educação, ter saúde e ter paz, esse era o meu sonho, sabe e num tô falando assim de muito longe, eu tô falando no geral, eu teria, tenho esse sonho, que um dia as famílias, assim... tenha condições de viver, porque existe muita desigualdade ainda... muita, muita, que os jovens pudesse entender e participar das coisas boas e deixar as ruins de lado... porque o mundo tá por aí mesmo. Era esse meu sonho e que as minhas filhas... se torna assim

uma pessoa do bem sempre... Também tem o sonho de logo, logo, ter uma escola aqui dentro do assentamento, uma escola que vai ajudar muito as nossas crianças, que nós consiga realmente fazer essa escola funcionar...

Margarida: Nasceu em Sorocaba. Cinquenta e um anos. Mãe de duas filhas. Desde muito cedo trabalhou com costura, é assentada de reforma agrária há mais ou menos dez anos no assentamento Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora – CAIC. Atualmente continua na sua profissão e trabalha como agricultora no lote auxiliando o marido. Cuida do neto. Estudou até a oitava série do primeiro grau.

:

D. MARGARIDA

Tempo da entrevista: 1h 10 min

Data: 09/09/2013

Querida que você falasse um pouco da sua história de vida.

No assentamento?

Antes até....

Ai antes é uma história meio terrível assim, hahaha... um casamento difícil, então é uma história que é melhor não... de trabalho assim sempre costurei, criei minhas filhas, costurando tudo e tive um histórico de um casamento difícil infelizmente, fiz de tudo para salvar mais não teve jeito, e por isso acabei vindo parar aqui no assentamento, eu

acho que minha história começa mais por aí, já uma fase mais, já é uma fase melhor, já sem tantos tropeços, tirando os problemas que a gente tem no assentamento, no dia a dia, as dificuldades. Mas tem suas compensações também, aquela história de vida anterior não foi tudo assim que eu esperava, nem sei o que eu poderia te falar se... deixando essa história anterior de lado, é, acho melhor... eu evito falar dessa fase da minha vida um pouco para não expor minhas filhas, porque como foi uma história muito difícil, de casamento e como tenho que ver o lado delas, eu evito falar para não expor as meninas, então eu na verdade prefiro acreditar que a história começa aqui, há dez anos atrás.

Como você chegou no assentamento CAIC?

Então, minha irmã veio parar no acampamento, muito aventureira, assim cigana, veio parar no acampamento por graça mesmo, daí ela conheceu o irmão do meu marido e ficou e morou com ele durante três, quatro anos. Então foi através dessa história dela que eu conheci meu marido, eu vinha visitar minha irmã e aí também acabei conhecendo ele e a gente se acertou, na verdade foi através do acampamento que... nós namoramos cinco meses e vim morar pra cá. Foi uma loucura no começo, porque eu nunca tinha morado em sítio, então minha história sempre foi na cidade, não tinha noção de nada, como se plantava nada, eu não tinha a menor ideia de como se vivia no assentamento, então foi uma loucura no começo. Então no começo foi difícil porque eu não tinha a menor noção de nada, mas já no primeiro ano, nos primeiros dias eu já caí numa roça, foi muito louco, aprendi isso na roça mesmo, a trabalhar na roça, a conviver com os assentados, é uma realidade totalmente diferente do que a gente está acostumada na cidade, foi meio louco.

O que você encontrou de novo no assentamento?

Ai, acho que tudo, as pessoas têm outra mentalidade, o trabalho é diferente, a vida é diferente, tudo mais difícil, no começo eu sofri muito com a falta de comércio aqui, falta de recursos e de tudo mesmo, então foi tudo diferente, eu nem sei te dizer... acho o que pesou mais foi a distância da cidade, de todas as comodidades que a gente está acostumada. Porque você está acostumada atravessar a rua e estar no mercado, escola, eu morava na rua da escola, então era tudo fácil... então tudo isso pesou. E muitas coisas que você aprende no dia a dia, foi até legal no começo porque eu adoro um desafio, até interessante, mas fácil, não é... mas eu não sei te dizer o que pesou mais nisso tudo.

Você encontrou muita dificuldade nessa mudança de realidade?

Para o meu trabalho foi bastante difícil, eu costurava para fábrica, e eu não estava conseguindo, quando eu cheguei aqui ninguém queria trazer serviço, aqui é muito longe. Porque o trabalho de fábrica a pessoa gosta de estar ali, no máximo de cada dois dias vai na casa, vê como está o andamento do trabalho, então eu já não conseguia quem trouxesse o serviço aqui. Agora, pra outro tipo de trabalho sob medida, ou pra vender aqui é até melhor que a cidade, porque só tem eu aqui de costureira, então acaba sendo melhor, para essa parte foi bom, agora para o trabalho na roça que eu não tinha noção nenhuma, aí o aprendizado nunca acaba, ainda estou aprendendo...

Qual foi o primeiro trabalho na roça?

Mandioca, plantamos mais de três alqueires de mandioca e perdemos tudo, eu nunca tinha ido pra roça, daí acho que fazia uns quatro, cinco meses, não, eu vim pra cá em fevereiro e plantamos em setembro, ficamos uns quinze dias, eu e ele plantando mandioca, nossa, não fico um pé, foi três meses sem chuva. Depois, outro problema foi a vinda do condomínio aqui perto do assentamento, deu bastante problema no começo, isso sem contar as ruas que os muitos caminhões passavam, material de construção direto, as ruas foram ficando cada dia mais esburacada, a pontinha lá em baixo, a pontinha lá é precária. Então chegou ao ponto de quase desabar. Uma época a gente tinha até medo de passar lá e desabar, mais aí também com as reclamações o condomínio começou a ajudar, passar a máquina, a dar uma ajeitadinha, mas foi muito o impacto ambiental, foi grande... Mas com tantas reclamações que foi tendo no ITESP acabou ajudando e eles mesmo pediram, fizeram um acordo com o condomínio para mudar a entrada pra lá, acabaram com a festa do pessoal, o comércio teve que mudar tudo pra lá, mas agora a gente pode plantar de novo, se você mora num assentamento a proposta é que você possa plantar...

Qual é a principal dificuldade para o assentamento?

Aqui a principal dificuldade para plantar é a água. Aqui no nosso assentamento tem uma coisa ou outra na agrovila, é o que te falei aqui, é muito separado, aqui é muito isolado a gente aqui, aqui para nós não chega muita coisa, não. Entra prefeito e sai prefeito a situação continua a mesma, o rural aqui em Porto Feliz é meio abandonado, pelo o que eu vejo não tem discussão nenhuma, em época de eleição vieram, prometeram mundos e fundos, mas... tanto que a coleta de lixo aqui quando eu vim pra cá era segunda, quarta e sábado, aí na semana que o PT assumiu na prefeitura, vieram tirar... tinha uns, umas estruturas de ferro pra jogar e por o saco de lixo, eles tiraram e a coleta passou a ser só na quinta-feira, invés de melhorar piorou. Eu já cheguei a reclamar bastante, às vezes o feriado cai na quinta-feira, e daí a coleta foi feita na quinta anterior, e nessa semana não tem porque é feriado e fica quinze dias lixo aí, então a situação é... é complicada. A prefeitura larga completamente, e as mulheres também, é meio largadão.

E o acesso à educação?

Na educação também... a prefeitura larga completamente... e as mães também, já é uma cultura do lugar meio largadão, tem duas turmas numa sala só, como isso dificulta, mas é na cidade inteira, o Infantil I e o II é tudo junto, na mesma sala. Mas aqui no assentamento a escola é completamente largada, foi de um ano pra cá que começou a pegar no pé da Diretoria de Ensino. As crianças brincavam com lata de... latas de Nescau que eles traziam de casa, garrafa pet, uma pedrinha... não tinha brinquedo, não tinha jogo, não tinha nada, no limite mesmo. A merenda esqueciam de mandar, chegava quatro horas da tarde, é absurdo a coisa assim. Isso porque as mães mandam as crianças morrendo de fome, que não dão almoço. Daí de um ano pra cá é outra inspetora, abriu cargo de auxiliar e tão com mais gente, mas quando era só as duas professoras era muito complicado. Outra coisa, é que nem minha filha, que é auxiliar na escolinha, ela não fez Pedagogia, mas faz todo o trabalho de professora. Mas todo mundo que eles colocam aqui na escola não tem uma preparação, não tem noção nenhuma de criança, não teve filho, é tudo meio despreparado, todo mundo que eles mandam aqui é cru, não tem essa noção de criança e da realidade do assentamento. Porque quem mora na cidade é outro jeito, aqui é sítio, a criançada daqui é mais solta, assim, a criançada da cidade tá acostumada no fechado, aqui a criançada é mais solta, o dia que quer ir embora pula o

portão e some, essa situação de ser sítio é mais... é delicada, que nem para minha filha... pra ela controlar as crianças pra ficar na escola é mais difícil. Mas é muito por causa das mães, porque as crianças ficam penduradas no portão e a mãe não fala nada. O posto de saúde também é complicado, aí o ano passado que entrou um vereador aqui do assentamento, o Sérgio, que conseguiu reformar o posto, era todo rachado caindo aos pedaços, faltando medicamentos, faltando coisas básicas para diabéticos, hipertenso, tipo remédio básico, básico, tipo dipirona...

É um vereador do assentamento?

Sim, agora esse vereador agora parece que conseguiu trazer uma creche, que o ano que vem vai começar a construir, a obra do posto tá prevista pra terminar em novembro, e depois eles vão reformar a escola no recesso, e depois de reformar a escola diz que vai começar a construir a creche. O duro que essas coisas são meio lenta...

No assentamento existem atividades que envolvem as mulheres?

Que eu sei, que eu tenho certeza é o artesanato que o grupo de mulheres se reunia pra fazer, há um ano e meio atrás, iniciativa da cooperativa, mas que parou... que de vez em quando eles trazem os cursos do SEBRAE, mulher empreendedora, algumas coisas assim, e em um desses cursos, umas coisinhas assim, e aí eles ensinaram fazer fuxico, um artesanatos assim com pano, aí elas se reuniram e começaram a fazer pra vender, ficaram um tempo até, mas começou a dar muita briga e acabaram largando. Quando eu tentei dar aula de costura não deu certo por causa disso, era muita briga. Mas essa experiência era da cooperativa. Agora, agora nenhuma das cooperativas está fazendo. Mas quando abriu eles traziam muita coisa, mas no começo quando abriu eles faziam muitas coisas, cursos do SEBRAE, coisas legais. Agora deu uma parada, desanimaram, não vai nada. Agora sei que dia quatorze, não sei quem trouxe, mas vai ter aula de capoeira no barracão.

O que você acha que precisaria para mudar essa realidade?

Nossa, aqui precisa muito de educação, a criança entra na escola, a maioria das mães não trabalham fora porque não tem com quem deixar criança, aí fica andando o dia inteiro com a criança, aí as mulheres ficam andando de casa em casa, aí as crianças entram na escola que fica por aí, entra na escola e não sabe pegar num lápis, as mulheres... as mães não têm essa cultura, não têm a noção de dar uma revistinha para colorir, ou dar uma folha pra rabiscar para ir acostumando com caneta, lápis e tal... A cultura das mães muitas vezes é ficar batendo perna, não consegue fazer uma atividade em grupo, não consegue ir pra roça porque tem cuidar da criança, da casa... acaba ficando as crianças e as mães muito soltas, muito largadas, não têm atendimento nenhum. As mulheres precisam de uma atividade, poder trabalhar, até ajuda às vezes na roça não conseguem...

Mas e as políticas públicas e programas como, por exemplo, o PRONAF Mulher?

Até oferecem um programa ou outro, mas ninguém quase fica sabendo que vai ter reunião, ou senão você fica sabendo depois que passa, mas quando eles divulgam a mulherada não vai, não se interessa, mas os homens vão. As mulheres parece que não têm interesse. Quando eu cheguei aqui, eu lembro que meu marido falava assim: "Você fique em casa que reunião não é coisa pra mulher", e não era só ele que pensava assim, desde a época que cheguei não via muita mulher nas reunião. E ele não deixava de ter

razão, porque você chegava nas reunião era só homens. Parece que as mulheres se acomodam, acho que é falta de hábito, porque assim, na reunião você vai e aí vai pra quebrar a cabeça, precisava ter mais atividades que puxasse as mulheres, porque a gente precisa de dinheiro, se ITESP puxasse, o ITESP larga... Mas também quando a gente vai numa reunião e participa, as próprias mulheres criticam: “O que ela tá falando? Deixa os homens falar”, você nota isso, parece que a reunião é coisa pra homem, ainda essa mentalidade está bem forte aqui, a reunião é... precisa desenvolver uma atividade pra mulherada e puxar mais. Eu já ouvi nesse assentamento, lugar de mulher é na cozinha! Eu não gosto de cozinha! O negócio é sério!

Como você acha que esse processo poderia se dar?

Olha, não sei como seria, nós já pensamos em fazer mil coisas, até esses dias mesmo minha filha Camila me chamou, ela queria criar alguma coisa, ela ia dar aula de espanhol e eu ia dar aula de corte costura, mas é difícil... se for de graça parece que o pessoal não leva a sério mesmo, e ela também com mil atividades, trabalhando na escola, cuidando de criança... depois que colocar a creche pode ser que dê certo, que funcione, que elas se interesse. Eu assim... não achei solução, porque você não consegue mudar a cabeça das pessoas. Se também chegar no ITESP também, eles até dão risada, porque uma vez saiu um financiamento para costura, eles aprovaram... era um projeto de costura artesanal, fui lá conversar com eles, e eles deram risada não se propuseram... depois que o técnico do ITESP riu um monte da minha cara ele ofereceu ajuda. Na verdade, eles se propuseram ajudar depois de muita, muita insistência, de perguntar, de ligar... eles estão acostumado com esquema do pessoal aqui, e quando você tenta fazer alguma coisa aqui soa estranho. É difícil fazer qualquer coisa.

As mulheres participam da produção no lote?

Tem... tem algumas mulheres que trabalham no lote, as mais velhas, mais elas tão mais na agrovila do que aqui no setor três, mas aqui, tem a Rosa, a Ivone, a Sônia, mas na agrovila praticamente todas as mulheres trabalham muito, aqui no setor três tem também a Maria Rosa. Eu... na roça pego de vez em quando, eu ajudo plantar, colher. Não tem condição, é muita terra pra trabalhar, sem muita condição, só dois não dá conta do lote todo, aqui em casa a gente trabalhava em três, colhendo e plantando muito quiabo, aí a Camila chegava uma hora da escola, almoçava e ia pra roça, em menos de três pessoas é muito difícil de trabalhar a terra, é muita coisa, é muito serviço...

E o acesso aos programas e financiamentos?

Olha, desde que eu tô aqui, a gente nunca pegou financiamento, sempre trabalhamos com recurso próprio mesmo, a primeira plantação que nós fizemos fazia um tempo que ele não plantava, justamente por estar sozinho pra trabalhar, no início nós plantamos com recurso da costura, eu e ele e a Camila costurando, meu marido ajudou muito na overloque, ele não quer que conte isso, porque ele tem vergonha, mas eu acho que todo o trabalho é digno, então a agente mandava vê nas máquinas, ele ajudava a arrematar, porque financiamento é difícil de conseguir, difícil até divulgarem, agora ninguém tá conseguindo pegar, difícil conseguir. Uma vez por ano eles aparecem no assentamento, mas você ouve falar que tem... das mulheres, mas que não deu em nada... falaram que tinha mas o ITESP mesmo... tinha três mil para cada assentada, mas tinha que ser titular, aí eles fizeram reuniões que eu nem fiquei sabendo, fiquei sabendo depois que as

reuniões tinham acontecido, várias mulheres não foram avisadas, mas algumas participaram das reuniões, chegaram até a abrir conta em banco pra pegar o financiamento... mas não deu em nada, diz que foi vetado em Brasília. É difícil a gente ficar sabendo, e quando a gente fica sabendo a burocracia... difícil você ouvir que tem, quase ninguém pega. Nós até tentamos fazer o financiamento, falaram que era só ir no banco e pegar, foi todo mundo lá e ninguém conseguiu, por quê? Porque precisava de avalista então ninguém consegue, ninguém vai ser avalista do outro, ainda mais aqui que é todo mundo desunido. Aí o resultado foi que ninguém conseguiu fazer o financiamento. Então o pessoal planta assim, geralmente no lote tem, ou fica só no lote ou trabalha fora, que nem a Camila, pra se manter. Aqui sempre foi assim, tem a minha casa na cidade alugada, que ajuda um pouco, porque com recurso de ITESP, de financiamento, de roça não dá!

Vocês têm ajuda de assistência técnica ou de outros projetos na área da produção de associações ou cooperativas?

Na verdade não tem muita ajuda não... porque senão não consegue, ninguém aqui consegue sobreviver só de roça, eu não conheço nenhuma família. Talvez na agrovila, uma ou duas pessoas no máximo. Quando tem família grande, a maior parte vai trabalhar fora, e acabam ficando os mais idosos, um ou dois na casa no máximo, o restante sai pra trabalhar fora pra poder ajudar, porque não dá muito lucro. Quem trabalhou fora e conseguiu comprar um trator, cobra muito caro a hora, assim quem só vive de roça não tem condições de pagar muitas horas do trator pra trabalhar na terra, acaba plantando uma horta praticamente, ou acaba arrendando pra plantar a terra inteira, ou planta um pedacinho que só dá pra sustentar uma ou duas pessoas, a renda acaba sendo mínima, que é um absurdo, eles cobram um dinheirão, é sessenta reais a hora, é uma facada, isso o próprio cara da cooperativa. Isso porque o trator dessa cooperativa, que nós somos sócios, é essa cooperativa foi conseguindo um financiamento, um dinheiro do governo e compraram três tratores, e esses tratores seriam para os assentados, e ficou decidido que teria uma pessoa pra trabalhar com o trator e se agente quiser precisa pagar sessenta reais a hora, da cooperativa, esse preço geralmente é cobrado por fora, e eu acho que não deveria, porque a partir do momento que o trator são de todos os associados, cada um teria o direito de pegar o trator e usar, desde que abasteça e cuide, isso eu acho que seria o trator do associado. Agora pra você pagar sessenta reais a hora fica complicado, olhe meu marido, ele já está há dois, três dias passando trator na roça, tem que gradear, agora vai riscar... não devia pagar por hora, não tem condição. Isso que é sessenta da cooperativa, o da prefeitura, parece, tá duzentos... trezentos a hora, isso que é a prefeitura que seria pra ajudar também. É um absurdo, ninguém tem condição. Imagina, você trabalha o dia inteiro na sua terra, o resto da produção inteira, você vai usar pra pagar a semente e o trator, você não consegue pagar! Tinha uma pessoa assim no assentamento, era ela e a filha na casa, o que elas conseguiam plantar, era praticamente pra pagar o trator, a semente e o adubo, ela ficava com dívida e ela pagava da aposentadoria dela! Plantava por plantar mesmo, isso não tem lógica, porque não conseguia tirar um real, o que ela conseguia ganhar era pra pagar trator, a dívida com a pecuária que ela comprava a semente, adubo e essas coisas e ainda tinha que tirar do pagamento às vezes. E aí se você não planta, você está irregular, só que não tem condição nenhuma...

Como é o uso de insumos e agrotóxicos?

É muito difícil, ninguém usa agrotóxico porque é caro, a maioria trabalha a terra, joga a semente e vai... assim, no máximo um veneno para mato, os mais velhos preferem ir lá e carpi, os mais novos ainda usam veneno, o roundup, mas os mais velhos não... Agora o meu marido usa, mas usa adubo, até hoje nós fomos ver, está trinta reais um saco de adubo, pra você colocar em três alqueires, imagina? É coisa de louco! Na verdade que aqui é no chutometrô. “Eu acho que está faltando adubo”, eu vou lá e compro, porque a avaliação da terra foi feita uma vez, o técnico do ITESP que fez, mas... na vila eles fazem assim, vão na agropecuária e perguntam o que precisa pra plantar, o vendedor chuta e você compra, e aí cada um planta de um jeito porque não tem formação, não conhece, não tem um planejamento. Esses dias o técnico estava falando: “O pessoal me cobra muito, quer assistência técnica, o que que eles querem, que eu fique lá na roça com a enxada na mão?” Aí tem algumas pessoas que plantam uva, que planta tomate, e aí vai muito veneno, e usam até veneno que não pode, veneno errado e vai tacando o que acha que é... e taca veneno! A vizinha aqui teve câncer, tirou um pedaço do intestino, se você for ver as doenças que tem no assentamento são meio igual, doença de pele, doença de mosquito contagioso que acaba pegando em todo mundo, doenças que dariam pra evitar se tivesse cuidado. Como eu já disse, tem problemas básicos até do lixo, de chegar a ficar quinze dias sem coleta... eu não sei como é nos outros assentamentos, mas aqui a coisa é...

Como manter o lote produzindo?

Tem uma mulher que trabalha com minha filha na escola, dia de semana ela trabalha na escola, ela usa o final de semana pra plantar, porque é com o dinheiro da escola que ela planta! Ela não consegue financiamento, e a família dela é enorme e não consegue sustentar, eu não sei como ela não teve problema, porque ela é funcionária pública, aqui teve um assentado que quase perdeu o lote porque ele é funcionário público e não pode, o titular não pode trabalhar fora, de maneira nenhuma, só no lote. E a maioria? Não tem solução, você tem que tirar dinheiro de algum lugar pra plantar, senão não planta! É... e pra tirar a renda você precisa de investimento, primeiro pra investir você precisa trabalhar fora, porque... na verdade se você for por na ponta do lápis não dá dinheiro nenhum, pra quem mora aqui não tem lucro nenhum plantar, você não tem informação, você não tem incentivo... pra você ir trabalhar fora, pra você ganhar dinheiro pra plantar, você já fica trabalhando fora né?! O trator da prefeitura, quando você liga tá quebrado, se não tá quebrado é muito caro. Água não tem, você vai fazer uma horta você não pode fazer um poço no sítio porque você é notificado, se você vai plantar a terra é fraca, ninguém vem orientar o que você coloca, o que você faz... a verdade é essa! Quando você quer plantar você não tem condição nenhuma, né?! Quem olha de fora, olha um mundo de terra e fala é só jogar a semente lá e... nascer. Terra é investimento e trabalho duro! Eu vi no Globo Rural, que em alguns assentamentos, você tem um acompanhamento, tem uma estrutura geralmente é do INCRA.

Por qual motivo você avalia que levou a desmobilização dos assentados?

Aqui o pessoal tentou bastante no começo, mas foi desanimando, acho que o próprio ITESP foi desanimando, na verdade tudo o que você vê, que eles tentaram no início, acho que a mesma dificuldade que nós tivemos e todas tiveram, com trinta anos de assentamento era pra estar todo mundo bem de vida, mas a maioria aqui mora em casa de madeira ainda, o próprio ITESP desanimou aqui e acabou largando, eu ouvi o ITESP

um dia “Tá na hora de vocês andarem com as próprias pernas”, mas com as próprias pernas o pessoal tá andando a mais de vinte anos! Aí o pessoal andou, foi fazer casa pra alugar pra fora, e aí eles baixaram aqui com um monte de viatura. Teve um assentado que falou que ia processar o ITESP, imagina, você está sossegado no seu sítio, e quando você olha tem um monte de viatura, só porque o cara alugou... é complicada a situação, mas por outro lado sempre tem um no assentamento que foge da medida. Mas a maioria busca o necessário pra poder tocar a roça, porque você não pode trabalhar fora, você não pode arrendar, você não pode ter um comércio, não pode ficar sem plantar, a pessoa fica ali prensada, “preciso plantar mas não tenho condições”... Mas trabalhar fora não pode, porque o titular não pode, não posso arrendar nenhum pedacinho porque também é irregular, não pode fazer nada. Aqui nesse assentamento até estava se discutindo, na última reunião do ITESP, que as pessoas estavam cobrando isso, por que que não se pode alugar uma casa? Porque a maioria dos titulares são muito velhinhos e os filhos, o seu Sebastião tem noventa e cinco anos, uma pessoa dessa não tem condição. Apesar dele, ainda continua a carpir, só parou um pouco quando deu um AVC nele, aí os filhos foram trabalhar fora, e ele ficava em casa. Quando eu vim pra cá, muitos já estavam velhinhos e foram falecendo, meu marido é o mais jovem como titular, porque ele veio morar aqui com dezoito anos, até que ele teve que ser emancipado pela mãe pra poder trabalhar. Os pais já tinham quarenta, cinquenta anos, então tá tudo velhinho agora, e os filhos foram cuidando da vida e casando... tem uma senhora do lote da frente, ela já está com mais de oitenta anos, os filhos foram casando, foi falecendo o marido, as filhas e a coitada ficou sozinha aí, ela tem um filho que mora aí, mas ele e a mulher trabalham fora e ela fica aí sozinha no lote. A geração mais nova foi cuidar da vida, e o pior, os mais novos ao invés de sair fazer uma faculdade, vai trabalha fora, a maioria larga a escola no Ensino Fundamental e vai trabalhar no posto de gasolina aqui, ninguém sai desse círculo, tem um círculo aqui! Posto de gasolina, Castelinho da Pamonha e fábricas, ninguém foge disso! Ah, aqui você não ouve “fulano saiu fazer uma faculdade”, ah tá trabalhando não sei onde, tudo aqui, mundo se encontra com o mesmo uniforme, da Castelinho da Pamonha, ou do Rei da Castelo do posto, só nesse meio, a maioria nem o Fundamental termina. Tem uma meia dúzia na UFSCar fazendo Agronomia, mas é um pessoal mais velho, tem a Cleonice, o Reginaldo e Larissa, que eu lembro. O Reginaldo é irmão do presidente da COMAPRI, mas eles não se dão bem, a Cleonice e ele trabalharam na COMAPRI, deu muito problema, e eles acabaram saindo do assentamento. Só mais uma pessoa fez faculdade, mas saiu do assentamento também, foi pra Austrália pela Metaltruc, a Priscila tá fazendo FATEC. Mas é muito raro, a maioria começa aqui a trabalhar com quatorze anos, aí começa a trabalhar na Castelinho da Pamonha e no posto e larga a escola porque não quer perder o emprego. Muito difícil alguém passar do Ensino Fundamental, Ensino Médio é raro, isso era pra ser comum na minha época, mas hoje não é pra ser, mas o pessoal aqui larga.

O que você acha que falta para o assentamento se desenvolver?

Alguma coisa está faltando... eu não saberia dizer, mudar a atitude das pessoas, a cabeça, mais estrutura para o ITESP, mais ajuda, sei lá, essas aulas de capoeira é bem legal, acho que se pegasse essa geração de onze, doze, treze anos que ainda não largou a escola, que é os que vão tocar a terra mais pra frente, que vão ficar, se pega quarenta, cinquenta anos o pessoal não se interessa, se pega essa geraçãozinha que tem salvação ainda seria incentivo pra eles, aula de capoeira, algumas coisas assim diferentes. Ter mais ajuda da prefeitura, do ITESP pra ter alguma atividade, que foi feita a quadra lá na

agrovila, tinha que se criar mais atividades de trabalho, esporte, podia ter atividade na quadra se viesse um professor. Que tivesse atividades pras mulheres e para as crianças, porque as mulheres aqui acabam ficando muito ociosas, a escola só tem parquinho e não tem nada, se tivesse um lugarzinho de areia pra crianças, mas a areia que tem na escola é um resto de areia suja que o prefeito deixou lá, já apareceu aranha, já apareceu cobra lá. A minha filha, um dia saiu correndo de lá com trinta crianças, aí tem pedrisco, mas vira um problema, a gente já morreu de pedir um parque pra tranquilidade das crianças, para eles ficarem mais calmos e gostarem da escola. Fora o problema de ter duas diretoras numa escolinha daquele tamanho, porque a parte do pré é emprestada do Fundamental, fica uma coisa de uma jogar pra outra, se tem um problema uma liga pra outra, tenta ligar para o vereador para ver se ele consegue. Tem problemas que as crianças chegam a desmaiar na escola, que a mãe mandou a criança sem banho, sem comida, tem as mães que já levam as crianças na roça, mas que vão pra roça, com sete, oito anos. Elas contam pra minha filha que elas trabalham na roça com a mãe, que tava colhendo não sei o que e por isso faltaram ontem... é uma criança que não tem infância, que não vai na escola, não tem estrutura.

A escola só vê a socialização, porque não acredita que as crianças podem aprender, não tem incentivo, não tem estímulo, eles não trabalham pra aprender, é só a socialização, porque sabem que essas crianças vão trabalhar por ali ou vão pra roça, estão trabalhando a criança pra entrar no círculo. Coloca na cabeça da criança que ela não tem futuro, a educação é essa, e eu achava que as mães... quem quer aprender, fazer faculdade tem que ir pra fora. Dá uma educaçãozinha e vai pra roça, porque não querem que pense, porque se pensar as pessoas vão cobrar! Ver a realidade do assentamento dá até dor no coração, em escola eles não vão investir...

ANEXO 2- Fotos oriundas do processo de observação participante:



Fonte: Foto 1: Acervo pessoal. Reunião da Associação de Desenvolvimento Rural Arda. Ocorrida em 10/09/2013.



Fonte: 2 Acervo pessoal. Atividade da OCS Terra Viva. Ocorrida no dia 11 /09/2013. Atividade de estudo do caderno de Manejo Orgânico. Assentamento Ipanema.



Fonte: 3 Acervo pessoal. Atividade da OCS Unidos Venceremos e UFSCar, Secretaria de Agricultura de Iperó. Ocorrida em 21 de setembro de 2012 no Assentamento Bela Vista/Iperó.



Fonte: Foto 4. Acervo pessoal. Produtos vendidos na Feira do Produtor em Iperó.



Fonte: Foto 5. Arquivo pessoal. Produtos vendidos na Feira do Produtor em Iperó. 14/09/2013



Fonte: Foto 6. Arquivo pessoal. Produtos vendidos na Feira do Produtor em Iperó. 14/09/2013



Fonte: Foto 7: Arquivo pessoal. Produtos vendidos na Feira do Produtor em Iperó, demonstram a diversidade de produção existente nos lotes que as mulheres trabalham. 14/09/2013



Fonte: Foto 8. Arquivo pessoal. Atividade de formação: práticas de manejo agroecológico, OCS Unidos Venceremos e Técnico do ITESP. 27/09/2013



Fonte: Foto 9. Arquivo pessoal. Logo da OCS Unidos Venceremos: rede de parcerias a OCS Unidos Venceremos e Terra Nossa. 15/08/2013



Fonte: Foto 9. Arquivo pessoal. Cestas com produtos em transição agroecológica expostas no evento Sorocaba Lado B, em 15/08/2013.



Fonte: Foto 10. Arquivo pessoal. Produtos vendidos na Feira do Produtor em Iperó, em 23/11/2013.



Fonte: Foto 11. Arquivo pessoal. Produtos vendidos na Feira do Produtor em Iperó, em 18 /05/2013



Fonte: Arquivo pessoal. Foto 12: Mulheres recebendo a certificação de Produtoras Orgânicas pelo Mapa no Assentamento Ipanema, em 06/12/2013.



Fonte: Foto 13. Arquivo pessoal. Assentados, assentadas e parceiros recebendo a certificação de Produtoras Orgânicas pelo Mapa no Assentamento Ipanema, em 06/12/2013.